



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ALESSON RAMON ROTA

**OS ANOS TRINTA DE PEDRO CALMON: A ESCRITA DA HISTÓRIA  
SOCIAL DO BRASIL A PARTIR DE UM LIBERAL**

**CAMPINAS**

**2019**



**ALESSON RAMON ROTA**

## **OS ANOS TRINTA DE PEDRO CALMON: A ESCRITA DA HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL A PARTIR DE UM LIBERAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de História Cultural.

**ORIENTADORA: PROF. DR<sup>a</sup>. IZABEL ANDRADE MARSON**

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO ALESSON  
RAMON ROTA E ORIENTADA PELA PROF  
DR<sup>a</sup> IZABEL ANDRADE MARSON

**CAMPINAS**

**2019**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

R74a Rota, Alesson Ramon, 1991-  
Os anos trinta de Pedro Calmon : a escrita da história social do Brasil a partir de um liberal / Alesson Ramon Rota. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Izabel Andrade Marson.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Calmon, Pedro, 1902-1985. 2. História social - Brasil. 3. Brasil - História - Historiografia. 4. Vida intelectual - História. I. Marson, Izabel Andrade, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The thirties of Pedro Calmon : the writing of social history of Brazil from a liberal

**Palavras-chave em inglês:**

Social History - Brazil

Brazil - History - Historiography

Intellectual Life - History

**Área de concentração:** História Cultural

**Titulação:** Mestre em História

**Banca examinadora:**

Izabel Andrade Marson [Orientador]

Maria Stella Martins Bresciani

Márcia Regina Capelari Naxara

Elizabeth Cancelli

Thiago Lima Nicodemo

**Data de defesa:** 19-02-2019

**Programa de Pós-Graduação:** História

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9167-7903>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3896360099405972>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 19 de fevereiro de 2019, considerou o candidato Alesson Ramon Rota aprovado.

Prof. Dr<sup>a</sup> Izabel Andrade Marson (Unicamp) - conforme consta na ata

Prof Dr<sup>a</sup> Maria Stella Martins Bresciani (Unicamp)- conforme consta na ata

Prof Dr<sup>a</sup> Márcia Regina Capelari Naxara (Unesp) - conforme consta na ata

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

À minha família: Alexandre, Aleriane, Eliane, Albino, todos Rota.

A Edgar de Decca (in memoriam)

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais por sacrificarem-se por mim ao longo da minha trajetória e darem condições para eu estudar. Eliane Rota e Albino Rota são eles. Aos meus irmãos, Alexandre e Aleriane, que me apoiaram aonde estivesse, seja em Curitiba, no Rio Grande ou em Campinas. Agradeço a minha amiga Raquel Moraes, cujo companheirismo foi fundamental na solidão do mestrado e na internada do pampa. Aos amigos Paulo Vitor, Eduard Santos e Guilherme Vizeu que me distraíam dos problemas políticos do país com futebol. Aos professores da Universidade Federal do Rio Grande por minha formação de base, que além de crítica, foi inclusiva, abrindo possibilidades em minha trajetória. Ao Jean Thomé, ao Antônio Marcos e aos amigos da Moradia da Unicamp, em especial o apartamento O2A, que me acolheram em Campinas e trocamos vivências. Contudo, a minha trajetória no mestrado da Unicamp só foi possível pela aceitação da instituição. Agradeço in memoriam a Edgar de Decca por ter acreditado numa pesquisa fora do convencional e, especialmente, a minha orientadora Izabel Marson, que me ensinou a importância de pensar a política na História, também sendo extremamente paciente com minhas teimosias. Ao grupo Núcleo História e Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades que se reúne periodicamente há quase três décadas para refletir sobre o ofício do historiador e que, em meio aos debates, pude formular problemas voltados para dissertação. Sabendo que não existe história sem documentos, agradeço ao Centro de Memória da Bahia, representado por Valdicley Vilas-Boas, que disponibilizou todos os arquivos pessoais solicitados sobre Pedro Calmon. Por último, ao CNPq, que financiou a pesquisa permitindo que eu me dedicasse integralmente a ela.

Uma história da historiografia que quisesse ir  
ao fundo de seu objeto deveria dedicar-se  
menos ao estudo fácil das ideias de cada  
historiador e mais a um inventário  
de sua palheta.

Paul Veyne

Running over the same old ground  
What have we found?  
The same old fears

Roger Walters, Pink Floyd

## **Resumo**

Os anos trinta de Pedro Calmon: a escrita da História Social do Brasil a partir de um liberal é uma reflexão que tem a intenção de (re)compor as relações entre os textos de Pedro Calmon e suas vivências, interrogando como a narrativa histórica foi capaz de arguir em favor de projetos políticos. Os livros selecionados foram a trilogia de História Social do Brasil, publicada entre os anos de 1935 e 1939, sob os títulos de Espírito da Sociedade Colonial, Espírito da Sociedade Imperial e a Época Republicana. O primeiro capítulo buscou narrar a história contada por Calmon, o segundo analisou historiograficamente o conteúdo dos livros e o terceiro cruzou o conteúdo dos livros com as ações políticas. No primeiro plano da análise percebe-se uma reflexão a respeito da escrita da história que extrapola o texto em si, indo para o mundo político-cultural em que o livro esteve imbricado. No segundo plano do texto percebe-se uma história intelectual comprometida com as ações políticas tomadas por um sujeito, pertencente a uma determinada sociedade. Trata-se, portanto, de um repertório teórico que buscou ir adiante das antinomias da história, como micro ou macro, o subjetivo ou objetivo, intelectual ou social, político ou cultural.

**Palavras Chaves:** Pedro Calmon; História da Historiografia; História Intelectual, História Social do Brasil



## **Abstract**

The thirties of Pedro Calmon: the writing of Social History of Brazil from a liberal is an reflection that intends to (re) compose the relations between the texts of Pedro Calmon and his experiences, interrogating how the historical narrative was able to argue in favor of political projects. The books selected were the *História Social do Brasil* trilogy, published between 1935 and 1939, under the titles of *Espírito da Sociedade Colonial*, *Espírito da Sociedade Imperial* and the *Época Republicana*. The first chapter tried to narrate the story told by Calmon, the second analyzed historiographically the content of the books and the third crossed the contents of the books with the political actions. In the foreground of the analysis one perceives a reflection on the writing of history that extrapolates the text itself, going to the political-cultural world in which the book was interwoven. In the second plane of the text one perceives an intellectual history committed to the political actions taken by a subject, pertaining to a determined society. It is, therefore, a theoretical repertoire that sought to go before the antinomies of history, as micro or macro, subjective or objective, intellectual or social, political or cultural.

**Palavras Chaves:** Pedro Calmon; History of Historiography; Intellectual History, Social History of Brazil

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Cap. I: História Social do Brasil: buscando e (re)constituindo o “espírito” nacional .....</b>	<b>22</b>
1. História Social do Brasil – Espírito Colonial .....	24
1.1 A Sociedade .....	24
1.2. O Homem .....	33
1.3. Organização política .....	36
1.4. O Espírito Colonial .....	38
2. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial .....	39
2.1 “Forças sentimentais do Império” .....	41
2.2. Os três períodos .....	44
2.3. Engenhos, Fazendas e Cidades.....	46
2.4 A ordem Monárquica .....	56
2.5. Do Espírito do Império à Época República .....	61
3. História Social do Brasil – A época republicana .....	62
3.1. A Revolução Brasileira de 1888-89:.....	63
3.2. Economia, Política e Revolução “a República que pudemos ter” .....	65
3.3. A civilização do Rio de Janeiro e do Brasil republicano.....	73
<b>Cap. II: Da narrativa ao conceito: diálogos entre o autor, suas fontes e os contemporâneos .....</b>	<b>79</b>
1.A síntese como projeto historiográfico.....	80
1.1. A história social: entre o cotidiano e o espírito identitário.....	90
1.2. A (re)invenção do “brasileiro” a partir de tipificações.....	96
1.3. Tempo e revolução.....	104
2. Arte, literatura e nacionalismos .....	113
2.1 Entre o feudalismo e o progresso: a transição do Brasil colonial para o Império. ....	119
2.2. Conciliando opiniões e crítica à cópia das instituições estrangeiras .....	127
<b>Cap. III: As palavras são coisas: Pedro Calmon entre a história e a política.....</b>	<b>130</b>
1. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.....	135
2. Os liberais de São Paulo .....	137
2.1. A Bahia ainda é a Bahia .....	143

2.2 Da Concentração Autonomista à União Democrática Brasileira.....	153
3. A estratégia institucional: Museu Histórico Nacional, Universidade e Academia Brasileira de Letras .....	161
3.1 A articulação das Instituições através da narrativa histórica.....	168
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>178</b>
<b>Referencial Bibliográfico .....</b>	<b>180</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>188</b>
1. Cartas.....	188
1.2 Projeto .....	191
2.Bibliografias usadas na trilogia História Social do Brasil.....	192
2.1. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Colonial.....	192
2.2. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial .....	196
2.3.História Social do Brasil – A época Republicana .....	205
3. Biografias.....	208

## Introdução

Não haverá uma porta. Já estás dentro,  
 Mas o alcácer abarca o universo  
 E não tem nem anverso nem reverso  
 Nem muro externo nem secreto centro.

Não penses que o rigor do teu caminho  
 Que fatalmente se bifurca em outro,  
 Que fatalmente se bifurca em outro,  
 Terá fim. É de ferro o teu destino

Labirinto, Jorge Luiz Borges

Os anos trinta têm sido um laboratório para as mais diversas pesquisas históricas dos mais variados campos que buscam compreender o Brasil, dado a quantidade de transformações que o país passou nesse período, seja com a criação de partidos nacionais, o uso do rádio como meio de comunicação de massa e os ideais modernizadores. Os historiadores da história da historiografia e da história intelectual também analisaram criteriosamente o período, porque diversos escritores passaram a construir uma história nacional a fim de detectar problemas de origens do país e apontar para possíveis soluções, fazendo uso do passado para uma argumentação política. Esta dissertação circunscreve-se numa periodização conhecida pela historiografia, mas propõe-se a abordar a temática de maneira nova. A ideia foi trazer um autor pouco conhecido para o debate historiográfico, interrogando como a narrativa histórica foi capaz de arguir em favor de projetos políticos, a nível nacional e internacional, com destaque para monumentos públicos, programas de avaliação de livros, leis para tombamento patrimonial e instituições de cooperação internacional para a cultura.

Pedro Calmon (1902 – 1985), pouco conhecido hoje nos estudos históricos, foi durante os anos trinta foi um intelectual que participou ativamente nas decisões que (re)inventaram o Brasil. Nascido em Amargosa, na Bahia, em uma das famílias mais tradicionais do Estado, mudou-se ainda criança para o Rio de Janeiro para ser educado para o exercício da política, junto ao tio, Miguel Calmon, então ministro na pasta de Agricultura, Indústria e Comércio de Arthur Bernardes. Da Capital Federal, Pedro pôde construir desde jovem uma rede de contatos espalhada pelo Brasil, em que a narrativa histórica serviu de suporte para a atuação política.

A problemática da pesquisa nasceu a partir de uma curiosidade instigada através da leitura de *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade*, de Stella Bresciani, livro no qual a autora propõe-se a revisitar as publicações de Oliveira Vianna com o intuito de desconstruir alguns estereótipos reforçados há décadas sobre o autor, ligados a uma ideia confusa de positivismo e autoritarismo. Ao aproximar Vianna de outros intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, Bresciani revelou que – à parte as diferenças políticas de cada autor – os métodos de análise, ligados a um ideal interdisciplinar com a sociologia, a psicologia, a etnografia e a história, eram compartilhados por uma geração de intelectuais. Com Pedro Calmon não foi diferente. A escolha do intelectual foi justificada devido a publicação de uma trilogia chamada *História Social do Brasil*, escrita entre 1935 e 1939, que se propunha a mudar a escrita da história do Brasil, através de uma narrativa sintética, que superasse as histórias onomásticas. O primeiro paradoxo enfrentado deu-se entre a proposta de história de Calmon, ligada a uma revisão de escrita debatida desde os primórdios da República, com as visões que procuraram classificá-lo em uma linhagem historiográfica, sendo, supostamente, um positivista ou historicista, dependendo dos objetivos de quem classificou.

O primeiro paradoxo levou a pesquisa a um segundo, entre uma versão do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro monótona, cristalizada no tempo, vista como vanguarda de uma história biográfica dos grandes líderes, em contraponto com novas historiografias, que entendem o Instituto como plural, com debates e disputas sobre que tipo de história deveria ser escrita. À medida que as contradições foram analisadas, optou-se por representar Pedro Calmon como um intelectual ativo no IHGB, que buscava renovar a escrita da história dos anos trinta. Outros caminhos foram testados, mas revelaram-se frágeis enquanto eram percorridos. Fiz e refiz vários trechos até construir um mapa que pudesse representar o labirinto que me propus estudar. A primeira investida foi na análise dos três tomos de *História Social do Brasil, Espírito Colonial, Espírito Imperial e a Época Republicana*, que juntos totalizavam mais de mil laudas. A princípio cada livro seria analisado em um capítulo separado, a fim de perceber as alterações no discurso histórico e político de Calmon, entre 1935 e 1939. No momento em que a redação do último capítulo foi terminada, imaginou-se um quarto capítulo a ser escrito a partir dos documentos pessoais de Pedro Calmon, localizado no Centro de Memória da Bahia. Contudo, ao perceber a potência do material, toda a dissertação foi recriada.

No primeiro capítulo, a *História Social do Brasil* foi condensada para que qualquer leitor que nunca tivesse contato com Calmon pudesse familiarizar-se com o teor da sua narrativa. O texto segue a mesma sequência de fatos escolhida por Pedro Calmon. O segundo

capítulo buscou reconstruir o contexto historiográfico de produção dos livros, a partir de uma hierarquização das principais propostas de Calmon, como o conceito de síntese e o diálogo com a sociologia, por exemplo. O objetivo foi problematizar o contexto linguístico que permitiu a narrativa de Calmon, dando ênfase em seus interlocutores. O terceiro capítulo trouxe à tona uma série de negociações políticas de Pedro Calmon, para ocupação de cargos, troca de votos e criações institucionais. Esse mapa foi feito para que o leitor, que é o elemento final do processo hermenêutico, ao ressignificar em sua vida a história escrita por mim com base nas experiências de Calmon, tenha a oportunidade de conectar a narrativa de *História Social do Brasil* com as ações políticas do autor, podendo escolher caminhos diferentes do qual propus. Não me furtei de apresentar minhas conclusões, sempre tomando o cuidado para não representar o conteúdo de *História Social do Brasil* como mero reflexo de uma decisão política, criando uma linearidade entre texto e contexto que inexiste no mundo vivido.

Os debates bibliográficos foram realizados no percurso da dissertação, abordando conceitos centrais ligados ao IHGB, às noções de liberalismo, às propostas de partidos políticos, etc. Todavia, algumas pistas são necessárias para desvendar o labirinto. Quando a pesquisa objetiva pensar as relações entre história e política, invoca autoras e autores como Hannah Arendt, Quentin Skinner e Elias Palti. De Skinner valeu-se principalmente a noção de intencionalidade nos atos comunicativos, calcada na filosofia analítica, que distingue a intenção contida numa ação comunicativa do efeito que ela pode causar.<sup>1</sup> Os argumentos da trilogia de *História Social do Brasil* foram interrogados a fim de descortinar quais tipos de pretensões Calmon poderia ter ao elaborar os livros. É claro que não é possível mensurar tudo que um autor estava pensando ao escrever algo, por isso Skinner faz uma distinção entre intenções e motivos.<sup>2</sup> Existem anseios, sonhos, desejos, traumas, em que mesmo o autor pode não ter consciência da profundidade desses motivos. Entretanto, por meio da construção contextualista do debate em que um determinado autor está inserido, é possível identificar elementos que apontam para uma intenção almejada. Além dessas noções, utilizou-se ao longo do trabalho, principalmente no segundo capítulo, a ideia de um contexto linguístico compartilhado, em que Pedro Calmon era um de vários intelectuais do século XX que buscou reescrever uma história do Brasil, a partir de novos métodos, que pudesse trazer respostas aos problemas do seu presente.

---

<sup>1</sup> SKINNER, Quentin. Visões da política: sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005. p.139.

<sup>2</sup> Ibidem., p.138.

De Elias Palti veio a coragem necessária para enxertar algumas contribuições historiográficas mais recentes, em torno da linguagem, dos sentimentos, da memória, da cultura e da política à história intelectual.<sup>3</sup> A proposta foi fazer com que a história intelectual de Pedro Calmon não ficasse apenas na história do discurso, mas avançasse para o campo sociocultural. É sabido que os discursos são atos,<sup>4</sup> mas nem todos os discursos convertem-se em instituições, fundadas a partir de práticas coletivas. Mais grave ainda, há aqueles que agem nos bastidores, muitas vezes para não expor publicamente seu discurso e suas intenções. Retorna-se então, ao conceito de ação de Arendt, para quem o agir é um descolar-se no espaço e no tempo – “agir, no seu sentido mais geral, significa tomar uma iniciativa, começar (...) colocar alguma coisa em movimento.”<sup>5</sup> Faz-se assim para capturar os movimentos mais elementares que possam dar resposta ao problema levantado.

Ao interrogar sobre a disciplinarização da história é incontornável o estudo clássico de Michel de Certeau sobre o lugar do historiador: “o ‘fazer história’ se apoia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação, etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas)”.<sup>6</sup> Em outras palavras, quando se diz que a história foi disciplinada, tem-se em mente uma série de normas que regulamentam o campo, como definições de documento, definições de temporalidade, estética das narrativas, fatos incontornáveis etc. Sabe-se que boa parte das escolhas que fabricam a disciplinarização da história são políticas. Todavia, antes de existir essas escolhas, são necessários um conjunto de ações que fundem um lugar – uma instituição – para, a partir daí, disciplinar. Os dois primeiros capítulos problematizaram o fazer história, abrindo alguns caminhos para conectar ao poder político, criador das instituições, na terceira parte. O leitor pode seguir as minhas pistas ou aventurar-se no labirinto, nessa história intelectual que procurou observar como a narrativa histórica foi usada para consolidar alianças políticas, principalmente na articulação de Armando Salles<sup>7</sup> como candidato a presidente da República, em 1937.

Ao ter contato com as correspondências de Calmon, viu-se um autor articulado com diversos intelectuais espalhados pelo mundo, que usava seu prestígio para atingir novas posições, transformando-se, talvez, no historiador mais reconhecido nos anos trinta no Brasil.

<sup>3</sup> PALTÍ, Elias, José. “Giro Linguístico” e História Intelectual. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1998 p.20.

<sup>4</sup> Cf. POCKOCK, John. Linguagens do Ideário Político. São Paulo: Edusp, 2003. p.31. FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

<sup>5</sup> ARENDT, Hannah. A condição Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007.190.

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1982. p.18.

<sup>7</sup> Ver biografia página 193.

Investigou-se que Calmon foi Deputado Estadual (1927-1930) e Deputado Federal pela Bahia (1935-1937), integrou o Museu Histórico Nacional a partir de 1926, onde, em 1931, inaugurou a cadeira de História da Civilização Brasileira e ingressou no mesmo ano no IHGB com intensa participação. Em 1935, inaugurou, na Universidade do Distrito Federal (RJ), também, a cadeira de História da Civilização Brasileira, sendo, conjuntamente, professor da Universidade do Brasil (UFRJ) desde 1936 e diretor da Faculdade de Direito entre 1938 e 1948. Foi imortal pela Academia Brasileira de Letras em 1936, ingressou como professor colaborador na Academia Portuguesa de História em 1938. Cada lugar institucional conquistado servia como holofote para projetar sua sombra mais adiante, chegando ao Ministério da Educação em 1950 e Reitor da Universidade do Brasil de 1948 até 1966. Ao longo da vida foi Doutor *honoris causa* pelas Universidades de Coimbra, Quito, Nova York, San Marcos e Universidade Nacional do México.

Os dados a respeito das posições institucionais alcançadas por Calmon foram interpretados com o intuito de perceber as ações políticas tomadas para alcançá-las, a fim de superar um conteúdo biográfico e laudatório. Evidenciou-se as conexões de Pedro com seu tio Miguel Calmon, na época ministro da Fazenda, que interviu para admissão do sobrinho no concurso para o Museu Histórico Nacional, em 1925.<sup>8</sup> Em relação à Academia Brasileira de Letras, Pedro negociou votos dos imortais gaúchos diretamente com Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul,<sup>9</sup> ajudando a compor a União Democrática Brasileira, juntamente com Armando Salles, para enfrentar Getúlio Vargas.<sup>10</sup> Apesar de Calmon ser oposição a Vargas, ele mantinha relações muito próximas com seus ministros e com o próprio presidente, que foi eleito para ABL em 1941 com ajuda de Pedro. Não por acaso, Calmon foi uma das poucas lideranças baianas que não foram exiladas após 1937, e foi o único professor que continuou na Universidade do Distrito Federal, após a demissão de Anísio Teixeira, considerado comunista na época. Após uma análise prévia nos documentos, descobriu-se intensa participação de Pedro junto ao Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura (1936), criado na gestão de Oswaldo Aranha. Na verdade, ao ler as atas do IHGB, fica implícito que a criação de tal instituição foi sugestão de Pedro Calmon, que também ficou responsável pela organização do seu principal marco: a Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano e a

---

<sup>8</sup> CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1995. P. 137-141.

<sup>9</sup> Carta de Flores da Cunha a Pedro Calmon. 15/04/1936. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 11284.

<sup>10</sup> A União Democrática Brasileira foi a frente que reuniu os partidos de oposição a Vargas e lançou Armando Salles como candidato em 1937.



Biblioteca de Autores Castelhanos traduzidos ao Português.<sup>11</sup> Certamente, a atuação de Oswaldo Aranha dando suporte ao baiano, seja convocando-o para ministrar cursos no Ministério das Relações Exteriores, seja apoiando-o financeiramente para publicar os livros, garantiu, em troca, sua entrada no IHGB em 1938, recebido pelo próprio Calmon.

Os raciocínios hermenêuticos de Paul Ricoeur foram utilizados para dar consistência ao labirinto desenhado. Sabendo que o leitor é o último e mais importante fator do processo hermenêutico, porque é ele quem ressignifica as experiências do passado a partir da trama do historiador,<sup>12</sup> os capítulos foram interligados de modo a serem compreendidos quando lidos em sequência. O primeiro capítulo ateu-se ao redesenho da narrativa de Calmon, mantendo-se o mais fiel possível ao vocabulário utilizado pelo autor. Os três volumes de *História Social do Brasil* foram dedicados ao estudo da Colônia, do Império e da República. Percebe-se que as histórias dos livros foram construídas com muitas ambiguidades em torno dos acontecimentos históricos, a ponto do leitor ficar na dúvida se Calmon elogiava ou criticava os acontecimentos que narrava. Em linhas gerais, o Brasil era apresentado como um país com um potencial mal aproveitado, mas que estava no caminho certo, principalmente quando as transformações eram progressivamente lentas, sem a ruptura da revolução. Apesar dos sentidos equívocos, os métodos de Calmon são entendidos no segundo capítulo, quando busquei reconstituir alguns debates presentes em *História Social do Brasil*. A História Social de Calmon é vista como produto de discussões historiográficas provocadas desde 1870, que buscavam reformular a história a partir da sociologia. A trilogia ganhou um novo significado no terceiro capítulo, quando foi entendida a partir das práticas políticas do autor, de modo que a pluralidade da obra se confundia com manifestos político-partidários escritos na época, que buscavam unir em uma frente política grupos diferentes. É na conexão entre *A História Social do Brasil* e os atos políticos do autor que o labirinto pode ser desvendado.

Ao longo do trabalho, houve um terceiro paradoxo que foi ganhando consistência conforme a pesquisa ia desdobrando-se: Como foi possível que Calmon, sendo um personagem tão influente nos anos trinta, na história e na política, tenha posteriormente se tornado figura pouco lembrada pelos historiadores da historiografia e da história intelectual? A resposta encontrada passou pelo conceito de memória disciplinar, “de que o próprio surgimento deste lugar de enunciação, a história da historiografia, estava estritamente vinculado a um trabalho

---

<sup>11</sup> RIHGB. Volume 172. Rio de Janeiro, 1939 (referente a 1937), p.554.

<sup>12</sup> RICOEUR, Paul, Tempo e Narrativa. Tomo 1. Campinas: Papyrus, 1994. p.85.

de memória, submetendo o passado a uma narrativa de identidade disciplinar”.<sup>13</sup> Os autores que são lembrados e os que são esquecidos fazem parte de um processo narrativo que a historiografia constituiu para si. Entre o final dos anos cinquenta e início dos sessenta, a disciplina história passou por novas formulações ligadas a fundação de revistas, criação de novos cursos, formulação da pós-graduação e realização do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior.<sup>14</sup> A disciplina história passou a desenvolver identidade enquanto pensamento crítico, interrogando a história não como um dado natural, mas como invenção historiográfica de cada historiador.<sup>15</sup> Nessa época, a partir de 1959, Calmon ainda insistia na síntese dos anos trinta com o lançamento dos sete volumes de *História do Brasil*.<sup>16</sup> É provável que sua figura não tenha despertado interesse nos estudos intelectuais, por ser considerada ultrapassada, principalmente por ficar quase duas décadas à frente do IHGB, entre 1968 e 1985. Contudo, na década de 1930 a *História Social do Brasil* foi referência para diversos historiadores.

Os poucos historiadores que estudaram Calmon em uma perspectiva historiográfica foram Arno Wehling, Umberto Peregrino e José Carlos Reis. Eles chegaram a conclusões que, em alguns momentos, são opostas e, em outros, complementares. Wehling e Peregrino analisaram Calmon em perspectiva de linhagens historiográficas, relacionado a um ou outro movimento específico. De outro modo, Reis, além de esboçar as possíveis apropriações que Calmon fez, problematizou alguns conceitos de uma de suas obras.<sup>17</sup> A começar por Wehling, que procurou “entender a obra de Calmon como historicista no sentido do historicismo alemão tão bem representado por Leopold von Ranke, e como culturalista, na tradição ilustrada de Vico e Herder”.<sup>18</sup> Segundo ele, a história de Calmon tem um compromisso com a história ciência e outro com a história para a formação da identidade nacional. O analista deduziu que o

<sup>13</sup> TURIN, Rodrigo, História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. História da Historiografia. Ouro Preto, nº 13, dezembro, 2013. p.79.

<sup>14</sup> NICODEMO, Thiago. (e al) Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV. 2018. p.102.

<sup>15</sup> NICODEMO, Thiago. (e al) Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970). Rio de Janeiro: FGV. 2018. p.140.

<sup>16</sup> CALMON, Pedro. História do Brasil, Volume 1. Rio de Janeiro. José Olympio, 1959.p. 29.

<sup>17</sup> Vale pontuar a leitura de Mariele Araújo, que procurou analisar Calmon por um recorte racista. Ela reconheceu o esforço do autor em incluir os negros dentro da história, mas isso não tornaria sua abordagem menos racista. Quanto a historiografia, Araújo conciliou a proposta de Reis com uma, suposta, aproximação de Pedro da antropologia de Franz Boas. Outra análise que vale ser lembrada é a de Paulo Santos Silva, que, categorizou Wanderley Pinho como historicista, pelo simples fato dele citar amplamente Pedro Calmon. Cf. ARAÚJO, Mariele. A medida das raças na mistura imperfeita. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2006 e SILVA, Paulo Santos. Âncoras de Tradição. Salvador: EDUFBA, 2011.

<sup>18</sup> WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 353-361, jul/set, 1999. p. 607.

historiador produzira sua história com influência hegeliana-renaniana porque a narrativa foi movimentada pelos líderes da nação e seu povo.<sup>19</sup> Tais afirmações parecem parciais, dada a complexidade teórica de Calmon, especialmente se considerarmos que a análise de Wehling foi baseada apenas no livro *História do Brasil – Volume 1 (1959)*. É preciso, antes de tudo, reconhecer que Calmon possui uma vasta produção durante o século XX. Claro que as diversas biografias que foram escritas induzem a pensar num hegelianismo,<sup>20</sup> mas há outros tipos de abordagens que ficarão claras quando adentrarmos em suas obras. Em outro diapasão, a pesquisa distancia-se de Wehling, também, por ele trabalhar com a noção de influência para explicar a escrita da história, como se existissem determinadas linhagens historiográficas que seriam definidas pela tradição.

Apesar de Wehling considerar substancialmente o livro *História do Brasil*, ele parece ter captado uma das principais chaves para entender um dos raciocínios presentes: “é a história-ciência que se confunde com a memória histórica como se a construção científica do conhecimento levasse à corroboração da identidade cultural, num momento em que esta significava unidade e integridade nacional”.<sup>21</sup> Trata-se de como as historiografias dos séculos XIX e XX foram fundamentais para a construção da memória nacional, em uma história que construiu uma determinada identidade e um sentimento de pertencimento ao país, a partir de historiadores com relações amistosas com o Estado. Por outro lado, Wehling foi parcial ao categorizar que Pedro Calmon fazia parte de uma suposta tradição hermenêutica fundada por Francisco Adolfo de Varnhagen “que correspondeu, no Brasil, à perspectiva historista dos estudos históricos, distinta da perspectiva da natureza sociológica que inspiraria outra tradição intelectual, como a representada por Capistrano de Abreu, Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda”<sup>22</sup>

A classificação parece inconsistente por alguns motivos: 1) A *História do Brasil*, desenvolvida por Varnhagen, foi concebida a partir do projeto de pesquisa denominado *Como se deve escrever a história do Brasil*, elaborado por Friedrich Philipp von Martius, em 1845,

<sup>19</sup> Ibidem., p. 609.

<sup>20</sup> Até 1939 Calmon já havia publicado as seguintes biografias: *Anchieta, o santo do Brasil (1930)*; *O Marquês de Abrantes (1933)*; *Gomes Carneiro, o general da República (1933)*; *O rei cavaleiro: Vida de D. Pedro I (1933)*; *O rei do Brasil: Vida de D. João VI (1935)*; *Vida e amores de Castro Alves (1935)*; *O rei filósofo: A vida de D. Pedro II (1938)*.

WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 353-361, jul/set, 1999. p.608.

<sup>22</sup> Ibidem., p.612

que tinha como preceito a inclusão de elementos étnicos indígenas na história do Brasil;<sup>23</sup> 2) Calmon foi interlocutor nos debates desenvolvidos nos anos trinta e assim como pares do seu tempo, tinha uma abordagem essencialista, cultural, narrativista e propunha soluções políticas ao país; 3) É demasiado generalista uma classificação trans-histórica do pensamento de Calmon – ou de qualquer historiador – sem levar em consideração a devida historicidade da sua constituição. É possível ver contradições nas análises de Wehling e Umberto Peregrino, tendo em vista que o segundo autor destacou o caráter sociológico de Calmon: “Temos o estudo da Sociedade Colonial, do homem, da organização da terra sob o estado colonizador, dos engenhos, fazendas, cidades.”<sup>24</sup> A partir deste livro são colocados em discussão temas como a mulher retraída socialmente por causa da mentalidade de clã e a religiosidade transversal em todas as tipificações sociais. Se fosse verdade que Calmon produziu apenas a suposta história política tradicional, os temas supracitados seriam menos evidentes em seus textos. É verdade que ele tinha apego aos documentos, à história política e à narrativa sintetizadora, mas, também é verdade que incluía abordagens de cunho cultural.

A análise historiográfica de José Carlos Reis foi convincente ao destacar a relevância do objeto: “Pedro Calmon, pouco conhecido na universidade, pouco estudado e analisado, em sua época, gozava de muito prestígio acadêmico e político”.<sup>25</sup> Reis procurou identificar os elementos construtores de uma identidade nacional interpretados por Calmon, juntamente com suas “influências teóricas”. Ele classificou Calmon como “ultraconservador ingênuo” na leitura de visão romântica e cristã sobre a história, sendo categorizado como herderiano. Dessa forma, Calmon teria justificado a violência cristã e do Estado na história brasileira como imprescindível para o desenvolvimento nacional. A questão que fica aberta é como um sujeito ultraconservador ingênuo teria conseguido ocupar diversos cargos expressivos no país, convencendo intelectuais das mais variadas matizes? Mais intrigante ainda, como pode um historiador ser, supostamente, antiquado do ponto de vista metodológico, e compartilhar raciocínios com autores reconhecidos, como Gilberto Freyre?

---

<sup>23</sup> No segundo parágrafo do texto célebre de Martius, nota-se o recorte étnico como aporte basilar para a escrita da história: “São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”. Ao longo da proposta, estruturou-se, hierarquicamente, os elementos étnicos, sendo os portugueses os mais importantes, seguidos dos indígenas e, com menos valor, os negros. Cf. MARTIUS, Karl F. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana da História*. N.42. Dezembro de 1956.

<sup>24</sup> PEREGRINO, Umberto. Pedro Calmon e História Social do Brasil. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 160 (404): 605-612, abri/jun, 1986. p.335.

<sup>25</sup> REIS, José Carlos. Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. IN: *As identidades do Brasil – de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. p. 33.

Ao final da dissertação, nos anexos, foram incluídos alguns documentos cuja forma e conteúdo interessam para compreender os raciocínios de Calmon na escrita da história e suas ações políticas. Também foi incluída toda a bibliografia usada pelo autor para compor a trilogia *História Social do Brasil* para que o leitor possa ver os livros dos interlocutores citados. Por último, foi colocada uma pequena biografia dos principais personagens citados no enredo, para que não seja necessário pesquisá-los a todo momento.

## Cap. I: História Social do Brasil: buscando e (re)constituindo o “espírito” nacional

Entre os anos de 1935 e 1939 foi publicada a trilogia de *História Social do Brasil* escrita por Pedro Calmon. O que hoje conhecemos como uma obra composta por três livros, dedicados a sintetizar o período Colonial, o Império e a República, em sua gênese, possuía intenções consideravelmente diferentes da realização final. A começar que o empreendimento de 1935 almejava expandir o livro *História da Civilização Brasileira*, de 1932, bem como corrigir os erros apontados pelas críticas.<sup>26</sup> *História da Civilização Brasileira* foi o primeiro livro de considerável sucesso feito pelo autor, chegando a terceira edição em 1937. Na época de confecção do livro, Calmon trabalhava no Museu Histórico Nacional e via seu emprego ameaçado pela atuação de Getúlio Vargas, que foi adversário do grupo político que o baiano radicado no Rio de Janeiro fazia parte. Além da família Calmon da Bahia ser apoiadora de Washington Luís, vencedor da eleição presidencial em 1929, outras figuras notórias que também atuavam no Museu Histórico Nacional, como Gustavo Barroso,<sup>27</sup> também não eram simpáticas ao presidente que tomou o poder. Na tentativa de legitimar-se dentro do Museu, Pedro Calmon lançou um curso para a formação de professores, no qual o compendio usado foi *História da Civilização Brasileira*, composto exatamente para isso.

A expansão almejada da *História Da Civilização Brasileira*, em 1935, chamou-se, inicialmente, *Espírito da Sociedade Colonial*. O autor não tinha em mente fazer uma trilogia, até 1937, quando negociou com Fernando Azevedo, diretor da Companhia Editora Nacional, lançar outros dois volumes, tendo em vista o sucesso inicial do primeiro livro.<sup>28</sup> Alguns meses antes da publicação do segundo volume, foi publicada a segunda edição de *Espírito da Sociedade Colonial*. Tratava-se de uma edição ilustrada, mais robusta, que inclusive alterou seu nome para fazer sentido para a trilogia, passando a se chamar *História Social do Brasil - Espírito da Sociedade Colonial*. No final do ano de 1937, o volume dois estava para ser finalizado, chamando-se *História Social do Brasil - Espírito da Sociedade Imperial*. O sucesso do autor com as editoras, pode ser entendido dentro de um conjunto de ações mais amplas, executadas por Calmon para ganhar visibilidade nacional. Em 1935, ele tinha almejado uma

<sup>26</sup> CALMON, Pedro. Memórias. Editora Nova Fronteira, 1995. p. 191.

<sup>27</sup> Ver biografia, página 197.

<sup>28</sup> Cartas de Fernando de Azevedo a Pedro Calmon. Série F, Códigos: 1932.11.18; 1934.04.26; 1934.12.04.

cadeira na Academia Brasileira de Letras, sem sucesso. Contudo conseguiu torna-se deputado federal pela Bahia no mesmo ano, em um processo conturbado de negociação que se arrastara desde as eleições de 1934. No ano seguinte, sagrou-se imortal pela ABL numa intensa negociação de votos em troca de apoio de políticos e intelectuais reconhecidos, como Afonso Taunay e Flores da Cunha.

O autor de *Espírito da Sociedade Colonial* passou a participar das Assembleias do IHGB em 1933 e sua assiduidade nos debates, bem como o reconhecimento entre os pares, tornou-se mais frequente a partir de 1935. Os anos que circunscrevem a publicação da trilogia coincidem com a estabilização de figura de Calmon a nível nacional, como intelectual político, atuante no congresso, na universidade e demais instituições de conhecimento. É possível enxergar a conversão de seus argumentos históricos, em torno dos problemas e soluções confrontados desde a colonização, em discursos políticos usados contra Getúlio Vargas. O anacronismo que Calmon comete ao ver a esfera familiar e interpessoal determinando o poder público, na Colônia e no Império, é um diálogo com seus contemporâneos. Por sua vez, ler *História Social do Brasil - O Espírito da Sociedade Imperial* a luz da corrida eleitoral de 1937, permite inferir a defesa da municipalidade, do poder regional, como argumento histórico em favor de uma República que respeitasse a autonomia dos Estados. Enquanto que o livro *A época Republicana*, publicado em 1939, pode ser visto como a constatação do momento político em que se vivia: nele está sugerida uma crítica em ceder à euforia dos jacobinos e no recurso à revolução, tendo-se em vista a efemeridade de suas políticas e conquistas que terminaram por lançar o país em intensa crise.

Apesar do último livro ter sido escrito durante o Estado Novo, o autor não encontrou empecilhos para publicá-lo. Na verdade, continuou fazendo parte da máquina pública, assessorando o Ministério de Relações Exteriores, inaugurando disciplinas nas Universidades recém-criadas e fazendo novos institutos de pesquisa. Isso porque seus argumentos históricos usados na política, obedeciam às liturgias da escrita da história da época, como a inclusão de fontes históricas, com os relatos de viajantes, a revisão bibliográfica, a definição de um estilo de escrita e a inclusão de outras disciplinas para auxiliar na interpretação, tal como a sociologia e a etnografia. Neste capítulo me preocuparei em demonstrar os principais argumentos histórico-historiográficos do autor.

\*\*\*

As introduções da trilogia *História Social do Brasil* trazem nas primeiras páginas a proposta de um livro inovador, ou seja, sem as építores cronológicas, sem a avantajada narrativa factual, sem carácter biográfico ou, no conjunto, aquilo que Calmon chamava de *história erudita*, praticada desde as primeiras décadas de existência do IHGB, que previa a reunião máxima de documentos antes da preparação de qualquer tema da História do Brasil. O primeiro volume da obra tem por proposta mostrar como se formaram, nos três primeiros séculos, um povo, uma família e uma nação inconfundíveis aos olhos do Brasil e de outros países. Tratava-se do reconhecimento de uma identidade nacional, trabalho desenvolvido especialmente no primeiro volume dedicado à Colônia, que definiu a sociedade, o homem, a organização e por último o espírito do Brasil. É no capítulo final desse volume que Calmon esclarece a possibilidade de compreender a história revivendo-a através de métodos sensoriais, intuitivos, capazes de estabelecer empatia entre o presente e o passado, ou entre o historiador e “o espírito do Brasil” constituído e vivenciado ao longo de três períodos políticos de sua história: a Colônia, o Império e a República.

Todas as discussões que envolveram coronéis, famílias, povos indígenas, portugueses, árabes, foram feitas a partir das noções de etnias, tribos e clãs inspiradas em ensinamentos das ciências sociais de seu tempo, em especial a antropologia, noções que o historiador generalizou para nomear e conceituar instituições que viabilizaram uma história do Brasil. Menciona tribos de coronéis, tribos de indígenas, clãs de portugueses. E num mesmo clã poderia haver diversas tribos. Ao narrar temas e artefatos do cotidiano, como a rede, a comida, a casa, as vestes, ele está falando de criações da cultura material de cada etnia. É possível perceber que sua interpretação da Colônia não foi exatamente otimista, uma vez que a administração metropolitana foi considerada ruim e o pouco que aqui se construiu deveu-se à bravura e criatividade dos colonos. A sensação que fica é de um país que poderia muito mais, mas que, apesar dos pesares, conseguiu forjar sua identidade no transcurso do tempo, nele incluindo-se os períodos colonial e imperial. Mas essa avaliação ganha contornos um pouco mais positivos nos volumes que tratam do Império, do pacto imperial e da República. Neste capítulo, foi (re)composto o conteúdo da narrativa apresentada nos três volumes dessa *História Social do Brasil*, para reconhecer as principais teses e suportes conceituais de sua tessitura, os quais serão abordados mais circunstanciadamente no capítulo 2.

## **1. História Social do Brasil – Espírito Colonial**

### **1.1 A Sociedade**



O início da história social do Brasil – ou melhor, da colonização – deu-se com a vinda, de Portugal, de populações degradadas daquele reino que ocuparam o território recém descoberto. Eram os judeus, as mulheres desonradas, portugueses pobres e corruptos. Calmon replica teses de Gabriel Soares de Sousa (1540 - 1591), autor de *Roteiro do Brasil*, e de Ambrósio Fernandes Brandão (1555 - 1618), autor de *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Porém, nada disso fazia do país Brasil uma terra condenada ao fracasso pois tais povoadores souberam resolver os problemas que se apresentaram. O português começa por ser descrito como preguiçoso que preferiu empenhar esforços em conquistar outros povos que o servissem, ao invés dele mesmo fazer o trabalho.<sup>29</sup> Foram tais motivações que tornaram a escravidão legítima: “O negro não era somente capital, braço industrial; era título, “situação”, dignidade. Pela quantidade de criados se media a importância dos colonos”.<sup>30</sup> Na medida em que o colono enriqueceu – e Calmon está falando da produção açucareira nesse momento – a metrópole passou a conceder títulos a fim de enobrecer a elite proprietária.<sup>31</sup>

Apesar destas restrições iniciais à colonização portuguesa, Calmon inscreve nelas um caráter ambíguo. Em suma, o português era preguiçoso, mas, resolveu tal problema com a escravidão; a escravidão trouxe implicações que foram superadas com a aquisição de fortunas e títulos. Estes pontos e contrapontos, não só em torno do “negro” ou do “português”, mas também em torno do índio, da mulher, do judeu e outros, são retomados inúmeras vezes ao longo do livro.<sup>32</sup> No caso dos judeus, apesar de serem tão criticados por instituições católicas, foram os responsáveis pelo sucesso da colonização porque eram os únicos colonizadores com habilidade comercial para negociar pau brasil, escravos, açúcar etc.<sup>33</sup> A ilustração das transformações ocorridas na Colônia, principalmente entre os séculos XVI e XVII, é feita com versos de Gregório de Matos: “Só sei que deste Adão de Massapé / Procedem os fidalgos desta terra”. Ou seja, a mesma terra fértil que produziu a cana de açúcar, os engenhos e a escravidão, também criou a elite colonial.

As fontes citadas pelo autor são das mais variadas épocas e não seguem uma linha temporal. A proposta de Calmon foi tentar consolidar uma narrativa inteligível ao público, que fugisse às cronologias e à onomástica. Os documentos que compõem seu repertório até o momento são variados. John White (1540 - 1593), Gabriel Soares (1540 - 1591), Von Martius

---

<sup>29</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.24.

<sup>30</sup> Ibidem., p.23.

<sup>31</sup> Ibidem., p.32.

<sup>32</sup> Um dos principais problemas que travou o desenvolvimento da colônia foi a falta de moedas. Ibidem., p.33.

<sup>33</sup> Ibidem., p.36.

(1794 - 1868), Saint Hilaire (1779 - 1853), frei Gaspar de Madre de Deus (1715 - 1800), Luís dos Santos de Vilhena (1787 - 1814), Ralph Waldo Emerson (1803 - 1882) Charles Ribeyrolles (1812 - 1860), Oliveira Martins (1815 - 1894) e inúmeros outros. De poetas a viajantes, de colonos a pessoas que nunca pisaram no Brasil. A narrativa introduziu uma dicotomia entre cidade e campo que funcionou como um plano de fundo para discutir, além de outros temas (sobretudo diferenciar hábitos e comportamentos dos diferentes segmentos sociais dessas áreas) os tipos de mulheres que existiram durante a Colônia. Basicamente houve a mulher da cidade e a mulher do engenho, mas ambas com variações no contexto histórico. Vide a citação de Frei Manuel Calado através da qual Calmon contextualiza as impressões do clérigo ao chegar ao país: “As mulheres andavam tão louças e custosas que não se contentavam com os tafetás; e eram tantas as joias com que se adornavam que pareciam chovidas nas suas cabeças e gargantas.”<sup>34</sup> A partir do tema feminino Calmon passou a descrever as festividades, a fartura, as roupas utilizadas nos primórdios da Colônia. O que chama a atenção é o fato de seu relato destacar o *cotidiano*,<sup>35</sup> e buscar nas práticas do dia-a-dia colonial fontes para referenciar a pesquisa. Tais práticas seriam a riqueza desta terra: “Tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso”.<sup>36</sup>

No contexto dos engenhos teria sido a mulher a administradora da casa grande, uma vez que todos os escravos e funcionários obedeciam “ao espírito e à energia da matrona”<sup>37</sup>, quase como uma lógica inerente a todos os engenhos ou regiões. Quando se indaga a Calmon sobre a importância da mulher para a Colônia, o autor não hesita em responder e descrever em inúmeras páginas seu papel bem definido e delimitado no ambiente interior das casas, porque todos os outros espaços, nas cidades e nos engenhos, eram do homem.<sup>38</sup> O perfil feminino da cidade é diferente da mulher de engenho, em geral descritas como mais retraídas do que aquelas

---

<sup>34</sup> Ibidem., p.40.

<sup>35</sup> O termo cotidiano foi utilizado ao longo desse capítulo e retomado numa perspectiva analítica no capítulo 2. Adianto que tal percepção nada tem a ver com a história social inglesa, numa perspectiva de ver os acontecimentos a partir das classes mais pobres, ou com a micro-história italiana, ao perceber como o macro se comporta no micro. O cotidiano para Calmon e outros autores da sua época faz parte de uma reescrita da história elaborada nos anos de 1930, mas pensada desde Capistrano de Abreu. Cf. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes, trad. São Paulo: Cia. das Letras. 1986. THOMPSON, Edward P. A história vista de baixo. IN: A peculiaridade dos ingleses e outros escritos. Campinas: Editora da Unicamp. 2001. ARIÈS, Philippe. DUBY, Georg. (org) História da vida privada. São Paulo: Cia das Letras. 1990. Sobre Capistrano: GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucília Maria (Orgs.) Repensando o oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 268-292. ABREU, João Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Ensaios e estudos (crítica e história). Livraria Briguier. 1931.

<sup>36</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.40.

<sup>37</sup> Ibidem., p.43.

<sup>38</sup> Calmon ponderou que as mulheres também tiveram seu período heroico no início da colonização, quando pegaram em armas para desbravar o território.

do campo. “As famílias nativas sempre se mostraram mais acessíveis, joviais e curiosas; as portuguesas, desconfiadas, isoladas e tristes. Em S. Paulo a mulher foi mais franca e sociável do que na Baía e no Rio de Janeiro.”<sup>39</sup> E quanto às mulheres negras, pobres ou indígenas? Calmon dá a resposta ao contextualizar e compilar a fala de Saint Hilaire numa viagem ao Paraná, onde o viajante foi hospedado, surpreendentemente, por duas mulheres – “Desde o Rio eu não via senão prostitutas e negras; foi para mim uma novidade deliciosa passar uma tarde com duas senhoras honestas e amáveis”.<sup>40</sup> Bem, as mulheres negras, pobres ou indígenas são colocadas num diapasão diferente das mulheres brancas, consideradas civilizadas.

A temática feminina desagua em outros assuntos, como a ostentação da elite colonial, considerada muito mais extravagante que a portuguesa, expressando-se principalmente nas vestes, traço muito destacado pelos relatos de viajantes. As famílias mantinham, por gerações, roupas de gala que eram utilizadas nas ocasiões festivas: não havia riqueza suficiente para adquirir novas, tampouco sentido em desfazê-las. “O luxo era exterior, para o público, nas festas que arruinavam a gente de meia fortuna. Então o exagero contrastava com a indigência, a ostentação com a miséria”.<sup>41</sup> Uma família que aparentava ser rica poderia ter o interior da casa miserável. Calmon narrou que tais características eram comuns em mestiços que buscavam ascensão. Nem os negros escapavam dessa orientação colonial; quando tinham a oportunidade de ostentar, faziam igual a Chica da Silva, ilustra o autor.

Da ostentação passa-se à arquitetura – “O clima faz a casa. O meio ajudado da experiência colonial do europeu”.<sup>42</sup> Os primeiros modelos de construção são fortificações porque o meio exigiu, porque o índio era perigoso, porque o chão era agreste, quase como uma resposta à biologia do planeta. Mas, apesar do tom mesológico dessa explicação, em outros momentos do livro há a relativização do meio, principalmente quando o autor quer dar mais ênfase ao “espírito” que caracterizou as realizações da colonização. O exemplo de fortificação é a Casa da Torre na Bahia, mas também são reconhecidas construções no Rio de Janeiro. Estas duas regiões estão entre as mais citadas do livro e num segundo plano São Paulo e Minas Gerais.

Na transição entre os séculos XVI e XVII a casa grande substitui a fortificação. Era um elemento arquitetônico singular por juntar elementos asiáticos e árabes acrescidos das experiências portuguesas no Brasil. Vocábulos como “influência”, “mestiço”, “miscigenação”,

---

<sup>39</sup> Ibidem., p.45.

<sup>40</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.47.

<sup>41</sup> Ibidem., p.52.

<sup>42</sup> Ibidem., p.54.

“meio” e “clima” são corriqueiros para descrever as mesclas culturais até a criação de um elemento genuíno.<sup>43</sup> Calmon tipifica uma casa grande para cada século. No primeiro a arquitetura era pobre com no máximo uma varanda; no segundo fora o auge: solares, escadas e pátio; no terceiro, a decadência, pois a arquitetura cederá aos traços chineses e franceses. A pior das qualidades arquitetônicas era a indígena por ser considerada rudimentar, embora fosse utilizada em praticamente todas as casas, principalmente para compor telhados. O autor argumenta que as construções feitas em cipó trançado – a urupema – favoreciam a umidade e doenças, mas, contraditoriamente, elogia os indígenas por legarem o banho à nossa tradição.

Do exterior para o interior: os jantares integram a narrativa do livro não simplesmente por exporem hábitos alimentares, que são tratados detalhadamente com as possíveis origens dos pratos e mescla culinária rica o suficiente para criar uma elite sedentária e preguiçosa, mas porque “o patriarcado do fazendeiro exercia-se principalmente á volta da mesa enorme. A política dos jantares — e mesmo das iguarias — tornou-se, naturalmente, correlativa das agitações locais. A mesa unia — e dividia. Consagrou o nacionalismo ou cimentou a dominação”.<sup>44</sup> Calmon subscreve que no interior das casas que se configurava o poder público, ou, fora no interior dos engenhos que se desenhara o interesse coletivo. Graças à “dominação” houve um centro de poder para dar as condições necessárias para gestar a organização política, social e cultural do país.

A vida considerada preguiçosa não foi predominante em toda a Colônia, tendo sido mais afeita aos engenhos: “no sertão, longe dos núcleos negroides — a vitalidade do homem, a sua longevidade, a esbelteza do seu corpo, a pureza dos traços raciais o fizeram muito diverso do litorâneo gastrônomo e parado. A influência era menos do clima e da região econômica, que da escravidão e da mulher educada na senzala”.<sup>45</sup> Calmon culpou a culinária africana pelo sobrepeso da elite de modo que a cultura etnicamente configurada se sobrepôs à mesológica: é o espírito da raça que foi determinante, não o meio geográfico. O autor deixou um tipo de determinismo para cair em outro. O elemento indígena, criticado no que se refere a arquitetura, agora ganha adjetivos positivos na trama da história social porque é do sêmen indígena que nasce o mameluco seminômade, capaz de cortar o Brasil e constituir novos territórios.

Do mesmo elemento étnico provinha a casa supostamente improvisada, como também a rede de dormir que melhorou o sono colonial. “A essa civilização superposta

---

<sup>43</sup> Ibidem., p.58.

<sup>44</sup> Ibidem., p.65

<sup>45</sup> Ibidem., p.67

podemos chamar de mameluca. Continua, perpetua o aborígene. Ele desapareceu, caçado pelos colonos; porém, subsistiu na realidade social dos vencedores, absorvido por estes, revivido no seu mimetismo, consciente ou hereditário. A sociedade colonial divide-se em duas camadas: a da rede — que é a mamaluca — e a da cama — que é a litorânea”. A citação é importante para demonstrar como o autor entende o mimetismo, como uma etnia absorve a cultura da outra, mas sem dissolvê-las totalmente no interior do sujeito, isto é, mantendo alguns traços.<sup>46</sup>

A argumentação dos traços positivos do Brasil “feudal” aparece com a descrição do coronelismo. Para Calmon, o coronel lembrava as práticas medievais porque o “senhor de engenho acumulava, com o governo da sua propriedade, a polícia da sua região: comandava um regimento invisível”.<sup>47</sup> A principal referência são as análises de Capistrano de Abreu com quem o autor parece ter grande dívida no sentido de pinçar temas.<sup>48</sup> Para os filhos do coronel ou de outro ramo da elite, como burocratas de alto escalão, havia três caminhos possíveis: as letras, o exército e a religião. É quase como a repetição da saga dos reis quando só podiam transferir a herança do trono ao filho mais velho.<sup>49</sup> Os militares estavam a mando do coronel e davam segurança efetiva ao país, porque o poder de el-rei, em contingência militar, tivera pouca efetividade nas municipalidades colonial. Os letrados tiveram suas primeiras formações, ainda no século XVI, nas companhias jesuíticas, seguidoras dos modelos do *trivium e quadrivium*, as quais o autor descreve com simpatia.

A partir do século XVII, os engenhos propiciaram a seus proprietários e herdeiros estudos na Universidade de Coimbra, que prezava pelo estudo dogmático e abstrato, responsável pela elite dominar conceitos, mas não conseguir resolver os problemas da sociedade. Além disso, “No Brasil, a ausência de comunicações entre as capitanias e o isolamento das populações, explicavam a indiferença dos colonos para o que não fosse a sua região, o seu clã, a sua indústria”<sup>50</sup>. Apesar de tudo, os alunos no exterior passaram a elaborar um pensamento tipicamente brasileiro ao perceberem que a Colônia era bem diferente da metrópole e que os intelectuais de lá pouco entendiam o que se passava aqui.

---

<sup>46</sup> Ibidem., p. 69.

<sup>47</sup> Ibidem., p. 81.

<sup>48</sup> Sublinha-se aqui que Calmon foi banca de Nunes Leal na defesa da tese de ingresso docente na Universidade do Brasil, atual UFRJ, publicada posteriormente com o título de *Coronelismo, Enxada e Voto*. José Murilo de Carvalho relata que Calmon comentou jocosamente a relação entre Leal e Capistrano, dando a entender que um não existiria sem o outro. Leal e Calmon leram Capistrano, mas suas apropriações são bem diferentes.

<sup>49</sup> Ibidem., p. 83.

<sup>50</sup> Ibidem., p. 85.

A via clerical era a terceira opção para os colonos abastados. A vida dos frades pouco diferenciava dos demais colonos porque a moral cristã na Colônia era frouxa, os padres passavam mais tempo em suas casas do que em missões religiosas. As freiras namoravam nos portões do convento e eram fonte de inspiração para as canções populares. Alfredo Pimenta e Afonso E. Taunay oferecem os dados, enquanto Gregório de Matos as ilustrações poéticas. Tudo leva a concluir que a missão cristã falhou na Colônia, a igreja foi apenas umas das instituições cooptadas pelo coronel da casa grande.<sup>51</sup> Para justificar o fracasso da religião Calmon retomou a argumentação mesológica de que foi o meio que condicionou as práticas.<sup>52</sup> A vida social – submetida ao meio – tivera maior preponderância do que o espírito. Na esteira de Paulo Prado, autor pouco citado, principalmente o *Retrato do Brasil*, Calmon também argumentou que a “natureza, a herança, a economia da terra, faziam o colono, preliminarmente, senhor de si mesmo”<sup>53</sup>, e a ausência de metafísica sentenciou esta terra a um eterno imprevisto.

A argumentação feudal estende-se ao individualismo. Calmon interpreta as posses e o mandonismo do senhor de engenho com a relativa autonomia característica de alguns feudos, como se em ambas as épocas houvesse a percepção de individualidade. Calmon cita o padre Simão de Vasconcelos (1597 – 1671) para fundamentar sua tese: “De onde nasce também que nenhum homem nesta terra é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”.<sup>54</sup> Esses fracassos e sucessos administrativos são referenciados em Oliveira Vianna e Capistrano, de modo que o individualismo era, supostamente, problema e solução: foi o Brasil possível de ser feito na época, embora longe do ideal.

O aglutinador de todos elementos individuais que tornaram possível a vida social foi a instituição religiosa, apesar de falhar em seu papel de cristianização. As festas religiosas propiciavam o ambiente de socialização para que surgisse uniformidade. A igreja oferecia o ritual, mas toda a organização colonial só era possível se girasse em torno do patriarca. Como esse líder precisava, além do poder econômico, de inúmeras esferas de legitimação, como a polícia e a igreja, vê-se a inversão/subordinação do poder clerical pelo do coronel. Ao invés da igreja ser a maior autoridade espiritual, ela é subtraída e incorporada pelo poder temporal, legitimando o soberano laico. Adentrando propriamente nas festas, o momento onde todos os seguimentos sociais se misturavam e se divertiam, existia relativa “liberdade”, exígua em outros

---

<sup>51</sup> Outro argumento levantado nesse ponto para explicar o porquê a colônia não teve melhor êxito foi a falta de mulheres brancas.

<sup>52</sup> Calmon pondera que o fundamentalismo religioso descabido não nasceu no Brasil, sendo antes de tudo uma importação portuguesa, inspirada na saga de D. Sebastião.

<sup>53</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p. 98.

<sup>54</sup> *Ibidem.*, p.101.

tempos do calendário. A extravagância de recursos era compatível com a diversidade: “bastaria a despesa que se gasta numa procissão para fazer desaparecer todas as ladeiras da Baía”.<sup>55</sup> Contudo, o autor pondera que foi o ideário cristão – ainda que com todos os problemas – o motivador da construção dos palácios, das casas de profissionais variados, dos templos religiosos, dos interiores luxuosos e suas artes.

Calmon encerra a sessão com reflexões sobre o ensino jesuítico e o papel indígena. O autor considerou os jesuítas os primeiros colonizadores efetivos do Brasil, não por serem os primeiros a pisarem no solo, mas por trazerem a técnica e o raciocínio.<sup>56</sup> Foi o jesuíta que adentrou no território, fez os primeiros contatos com os indígenas, catequizou-os e desenvolveu uma língua comum, ensinou aos portugueses os cálculos para o comércio, as técnicas de rotatividade do solo, trouxe livros e os conservou, criou as primeiras escolas. Em linhas gerais, foi a igreja que trouxe a civilização, não o português. “A pedagogia jesuítica, profundamente religiosa, devia desabrochar em filosofia moral”,<sup>57</sup> que apesar de malsucedida, deu, supostamente, o mínimo de instrução para se efetivar a colonização. Por isso, na argumentação de Calmon, se há algo de bom no contexto histórico do Brasil Colônia, devemos aos jesuítas. Nesse momento o autor demonstra grande preocupação com a educação. Ele dá entender que ela é a panaceia para os problemas de um país.<sup>58</sup> Oliveira Martins, Varnhagen e Capistrano são as bibliografias conhecidas no trato da educação.

Por fim, o índio constituía um problema na medida em que não produzia excedentes, não era ávido de comércio, não adestrava animais. Uma das poucas práticas interessantes à colonização que o indígena ensinou os jesuítas foi o uso das ervas medicinais. No geral, o aborígine mais aprendeu do que ensinou. O que é interessante no fechamento desse assunto é a leitura da concepção de progresso utilizada no texto. Na lógica do autor, os jesuítas realizavam atividades fragmentárias pelo interior do país, mas que haviam tido enorme impacto desde os primórdios da colonização, seja na educação, nas construções, na catequização. E todo esse desenvolvimento foi estancado quando o Marquês de Pombal proibiu os padres da

---

<sup>55</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.108.

<sup>56</sup> Ibidem., p.115.

<sup>57</sup> Ibidem., p.120.

<sup>58</sup> Num segundo momento o ensino jesuítico aparece como alternativa aos colonos que não podem estudar no exterior: “E — na ultima fase da Companhia — os Seminários ou recolhimentos, do tipo dos que, em 1686, Alexandre de Gusmão fundara na Baía e, em 1748, o padre Malagrida no Pará. A instrução ministrada nas classes de ler e escrever e linguagem variava, segundo a indole das “residendas”, interessadas na alfabetização dos pequenos colonos ou na preparação da massa trabalhadora, dos caboclos catequizados, “clientes” ou protegidos dos jesuítas, que lhes administravam as aldeias. Nem os padres cuidaram apenas de criar escolas: instalaram as suas fazendas, prolongaram as suas estradas, montaram os seus engenhos, engendraram o seu comercio, anteciparam-se aos outros colonos no aproveitamento da terra e na experimentação das culturas.” Ibidem., p. 124.

Companhia de atuarem na Colônia: “depois deles, se perdeu no país a tradição desses domínios-cidades, desses estabelecimentos-autônomos, alguns servidos por 2 e 3 mil escravos e produzindo, todo ano, um enorme rendimento”.<sup>59</sup> A suspeita de Calmon é que Pombal expulsou os jesuítas porque seus conhecimentos eram nocivos à metrópole, sempre interessada numa Colônia submissa. Com essa atitude o autor inflama o sentimento nativista e condena a colonização.

Na última sessão do primeiro capítulo o principal tema é a criminalidade e em menor instância o amor. Um dos argumentos é que muitos homicídios eram cometidos por traições, muitas vezes motivados pela falta de mulheres, seguindo a narrativa o padrão de argumentação comum no texto, onde são citadas várias referências de séculos distintos a fim de evidenciar a continuidade da violência durante a colonização. Mas, sendo o ciúme ou qualquer tipo de vaidade a causa dos crimes, o autor constrói uma explicação para apontar os responsáveis pela autoria: “A barbárie negroide agravára, no litoral, a paixão portuguesa” [...] “Os escravos domésticos emprestavam ao homem branco a sua selvageria [...] “O amôr era do senhor; o ódio era do servo”.<sup>60</sup> Sob a égide de Nina Rodrigues se opõem escravocratas e escravizados. O conhecido autor das teorias raciais no Brasil ofereceu a Calmon a argumentação necessária para o raciocínio racialista. A partir daí ele cita alguns viajantes para confirmar que eram os negros os homicidas, porém, sem diminuir o peso das rixas entre as elites como explicação para mortes.

As lutas institucionais ou sociais são vistas numa perspectiva “feudal” onde os líderes tentam impor seu reinado sem dar espaço para outro competidor. O cerne do argumento é construído a partir das semelhanças entre a guerra dos mascates, a guerra dos emboabas e outras revoltas menores. O último aspecto que explica a violência colonial é o banditismo. O autor relata que todo grupo bandoleiro ou de capangas em algum momento pertenceu ao coronel como braço armado.<sup>61</sup> Calmon faz uma conexão na história que liga passado e presente citando os cangaceiros do século XX como exemplo de passado colonial vivo na atualidade, como tempos que coexistem no mesmo tempo. Ele acreditava que o fato dos cangaceiros existirem soltos no sertão seria a prova da decadência do coronelismo, na medida em que os coronéis não podiam mais manter sua própria criação. O autor pondera também que os coronéis só formaram os bandoleiros por ausência de policiamento na Colônia. A parte mais interessante desse final

---

<sup>59</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.134.

<sup>60</sup> *Ibidem.*, p.141.

<sup>61</sup> A referência é Gustavo Barroso, colega de trabalho de Calmon no Museu Histórico Nacional.



é a aparição concentrada de uma linguagem dissolvida no texto: conceitos como teratologia social, tribos, clãs, são recorrentes para explicar a história colonial.

## 1.2. O Homem

O segundo capítulo tentou definir quem era o principal personagem da saga brasileira a partir de teorias etnológicas e raciais. O povo “mulato” seria o produto da dissolução, pela miscigenação, dos “elementos puros” do português estabelecido em terras brasileiras. O homem da savana meridional – o paulista – possuiria formação próxima do gaúcho do pampa e do crioulo espanhol, por conta da suposta semelhança entre as geografias das regiões donde provinham. Durante a colonização, são as instituições paulistas e seu povo que lentamente se movem para o interior e realizam a formação nacional. Seria, portanto, a “cultura paulista” hegemônica dentro do país e não a nordestina. Perceba que todo o processo de miscigenação é visto como coisa do passado. “É o Brasil um dos países onde a homogeneização social se processou mais rápida e completamente”.<sup>62</sup> Calmon entendia que formação nacional – o “povo brasileiro”<sup>63</sup> e sua identidade – já estariam consolidadas no período contemporâneo em que escreve os livros, não havendo motivo para insistir, no presente, em conflitos raciais ou regionais.

Os portugueses retratados como “elementos puros” não poderiam ser interpretados vulgarmente dentro de uma lógica eugenista. É verdade que o vocabulário intriga, mas Calmon também chama “puros” alguns negros vindos da África, dependendo da região que eram retirados.<sup>64</sup> O português é também descrito como miscigenado, na medida em que na sua formação havia elementos árabes e europeus. O intuito do autor é de se contrapor a Henry Thomas Buckle,<sup>65</sup> pelo pessimismo em relação à miscigenação nas Américas, e em concordar com Arthur de Gobineau, para quem os elementos brancos prevaleceram sobre os demais sem prejuízo para o país.

Na Colônia, o português travou uma batalha com a terra; era o homem *versus* o clima. Mas a psicologia portuguesa soubera usar o melhor dos elementos indígenas a seu favor. Por outro lado, a “escravidão corrompeu-lhe acolá os sentimentos atávicos de temperança,

---

<sup>62</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.158.

<sup>63</sup> Calmon justifica que o primeiro a usar a expressão foi Gregório de Matos.

<sup>64</sup> Ibidem., p.186.

<sup>65</sup> Autor de História da Civilização Inglesa com receptividade considerável a partir do final do século XIX.

virtude e recato, que, sem a escravidão, o sertanejo conservou”.<sup>66</sup> Mas cuidado, é precipitado interpretar Calmon como crítico da escravidão como um todo porque ele não viu nenhum problema na servidão dos indígenas. Nessa leitura, quem teria corrompido os sentimentos/comportamentos portugueses não teria sido o modo de produção escravista, mas o negro especificamente. Seria Calmon um autor racista do ponto de vista exclusivamente biológico? Certamente não. Ele defende a “superioridade do mestiço tropical” em contraposição aos argumentos de Dovenport, Fischer, Ploetz, Leng, Gobineau, Lapouge, Chamberlain e Holmes, autores por ele lembrados, pessimistas em relação à miscigenação.

Quando faz restrições aos negros e, às vezes, aos indígenas, na verdade Calmon não está se referindo a um padrão de coloração de pele, até porque o mestiço pardo é bem querido. Na verdade, a desaprovação se refere ao padrão civilizacional, à cultura como um todo de negros e índios: a arquitetura, a organização política, os hábitos à mesa, as vestes etc. Seu entendimento não é de quem vê cada povo compreensivamente, dando razão a cultura para entendê-la nos seus sentidos, mas, ao contrário, de contrapor uma cultura com a outra, onde o modelo<sup>67</sup> a ser seguido é o padrão europeu. Quando descreve as Colônias de imigrantes paulistas não esconde sua predileção pela cultura europeia ao chama-las de “oásis caucásicos”. Se esses espaços são “oásis” o resto do país seria “deserto”. Todavia, ele critica tal experiência pelo isolamento: “Homens robustos e longuílineos, mas ingênuos, tendentes à indolência, orgulhosos de sua nobreza e de sua têt; e mulheres belas, tolhidas no seu hereditário sedentarismo pela apatia da tribo, enclausuradas no seu estreito mundo”.<sup>68</sup> Pior que o homem isolado, só a mulher negra, “as primeiras que começam a corromper logo de meninas os senhores moços, dando-lhes os primeiros ensaios de libidinagem”.<sup>69</sup> O trecho é o comentário de Calmon a partir das cartas de Luís dos Santos Vilhena, um português radicado em Salvador no século XVIII.

A escravidão e o tráfico são descritos como um motor da economia, um forma de negócio ou moeda de troca entre capitães brancos e “déspotas” africanos fornecedores de escravos, praticados especialmente na Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. “Quando o brigue chegava, havia forçosamente de encher-lhe os porões: e as cenas mais desumanas e atrozes então ocorriam, [...] somada à crueldade do déspota negro a

---

<sup>66</sup> Ibidem., p.186.

<sup>67</sup> Luís dos Santos Vilhena (1744-1814) foi um português professor de grego, radicado na Bahia que redigiu extensas cartas, com minuciosas descrições, sobre a Bahia do século XVIII. Em 1921, vinte dessas cartas foram publicadas por Braz do Amaral, totalizando três grandes volumes de documentos.

<sup>68</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.165.

<sup>69</sup> Ibidem., p.165

cobiça do capitão branco.<sup>70</sup> Segundo o livro, o escravo era capturado por tribos rivais na África, negociado com comerciantes portugueses e revendido na Colônia. E todo esse processo de produção só deu certo porque existiria, supostamente, um pacto entre o escravo capturado e escravizador.<sup>71</sup> Das etnias que chegaram aqui – os bantus, os homens de Guiné e os sudaneses –, os primeiros não eram bons para o trabalho tampouco inteligentes; os segundos tinham boa disposição; os terceiros a melhor qualidade. Além de serem o motor da produção – às vezes também caracterizados como preguiçosos – os negros alteraram a indumentária e algumas técnicas de indústria não conhecidas pelos portugueses. De lá vieram os turbantes e os vestidos arejados, mas principalmente a linguagem. Todavia, essa linguagem proeminente no Brasil não faz parte de todo território. Ainda existia o português puro falado pelas elites e o português com tupi utilizado pelos mamelucos. Foi só com o tempo que elas teriam se unificado num idioma nacional. É o tempo que faz tanto o indígena, o português ou o “Homo Afer” se transformarem num só povo singular do planeta.

São retomadas reflexões sobre o mameluco para dar vida à história do sertão. As comparações com outras formas de miscigenação são inevitáveis: o mameluco é o produto da miscigenação entre o português e o índio, sujeito aventureiro, propenso às conquistas, enquanto o mulato é mais preguiçoso e sedentário, prefere viver na mesma terra. É a raça mameluca que se transvestiu de bandeirante para a corrida ao oeste, sendo ela o principal exemplo duma mestiçagem feliz, que se tornou melhor que a dos progenitores. Com tais elementos étnicos e culturais não haveria chance da Colônia perder para sua rival, a região de colonização espanhola no sul do continente: “A canôa foi ali a sua montaria, e o rio o seu aliado. E’ certo que essa superioridade, do português sobre o espanhol”.<sup>72</sup> A alimentação também fez a diferença, o único produto que resistiu ao calor dos sertões foi a farinha indígena. O bandeirante mameluco era um desbravador por genética, cultura e memória: seus antepassados lembravam suas origens e para que haviam vindo; o espírito se reproduz e se ressuscita no mameluco. Mas, este não foi um destino determinado. Os conquistadores foram abertos o suficiente para mudar de vida. Primeiro no ciclo do ouro, porque enriqueceu e passou a fazer investimentos. Segundo para atender uma nova necessidade: a procura de peões para as fazendas.

Na última sessão do segundo capítulo são explicadas com maiores ênfases as práticas econômicas, dentre elas a pecuária, o algodão e o ouro. Que foram os mamelucos

---

<sup>70</sup> Ibidem., p.177.

<sup>71</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.185.

<sup>72</sup> Ibidem., p.195.

bandeirantes os primeiros a encontrar ouro em Minas não é novidade no texto; tampouco que são os mesmos atores a interiorizar o país. Essas são questões recorrentes na obra, assim como a eterna luta entre homem e meio. A singularidade desse capítulo é dar mais ênfase aos campos gerais do Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Disse Calmon – “Foram os “emboabas” da primeira hora, antes da grande imigração portuguesa para as minas, e deixaram nas tradições econômicas do Brasil um exemplo, que até hoje se repete”.<sup>73</sup> A citação denota a preocupação em encontrar vestígios vivos, ainda praticados do passado; em compor o diálogo da história com o presente. Portanto, o passado não é visto como um dado morto. Conforme a região, essa presença é cotidiana e pode ser revivida seguindo as tradições do espírito do povo. Assim, o bandeirante pode ser desbravador, pequeno agricultor ou latifundiário, dependendo do momento e da necessidade.<sup>74</sup> O paulista é aquele sujeito que é classificado ao longo do livro como desbravador, aventureiro ou sedentário na circunstância adequada. E suas características sociais afloravam conforme a necessidade do meio, ora como um trabalho de memória que relembra o que os antepassados foram, buscando neles uma referência para o presente, ora como o espírito do povo, que mesmo interiorizado no sujeito pode ser revivido. Tais raciocínios procuram estabelecer núcleos identitários para ao fim e ao cabo fazer nascer a nação.

### 1.3. Organização política

A narrativa sobre o aparelho administrativo começa com a demonstração da oposição entre o Estado e o colono. O livro sustenta que o “Estado não o auxiliou senão por omissão — acoroçoando-lhe as empresas econômicas com as isenções fiscais ou com os prêmios nobiliárquicos — e, com egoísmo, para afastar o competidor alienígena”.<sup>75</sup> Desse ponto de vista, Calmon parece se mostrar mais simpático com as formas liberais de administração, pelo menos em relação ao aparelho do estado. Inchada, incompetente e autoritária são adjetivos atribuídos a administração pública quando se trata da Colônia e do Império. Do outro lado da corda estaria o colono “lutando contra a enfezada e cauta legislação vigente”.<sup>76</sup> Foi ele quem fez a colonização criar e reproduzir riquezas e expandir o território. O sucesso da Colônia aconteceu na medida em que as municipalidades começaram a deliberar sobre si, criar seus

---

<sup>73</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.212.

<sup>74</sup> Ibidem., p.223.

<sup>75</sup> Ibidem., p.234.

<sup>76</sup> Ibidem., p.238.

próprios regimentos, praticar a autonomia local. Mas tudo esbarrava nos governadores e no vice-rei. Calmon ironiza o desempenho da administração pública portuguesa comentando o transporte: “O Brasil foi grande sem pontes”, porque para uma municipalidade requerer o financiamento para construção precisava primeiro consultar o governador, alguns conselheiros e depois o vice-rei, ou seja, nenhum projeto saiu do papel. No livro, registra que todas as obras de transporte haviam sido feitas por jesuítas ou por capital privado de empresários.

O livro *Espírito da Sociedade Colonial* tem como uma das preocupações responder quando os habitantes da Colônia se sentiram brasileiros. Identifica uma primeira manifestação desse sentimento ao descrever a xenofobia e aversão partilhada por portugueses e espanhóis em relação aos estrangeiros, motivada pelo medo de terem suas Colônias roubadas. Teria sido o medo de invasores que obrigou a metrópole portuguesa a escalar militares para cargos administrativos na Colônia: ganhavam em território, mas perdiam em comércio, porque os comandantes não eram hábeis comerciantes. Mas, o autor só reconhece o sentimento de pertencimento com os movimentos que chamou de nativistas. Calmon cita *Voyages dans l'interieur du Brésil*, de John Mawe, para demonstrar que os paulistas tinham orgulho de ser paulistas já no século XVIII. Os primeiros sinais do nativismo poderiam ser notados na Revolta de Beckman no Maranhão ou no levante paulista de 1645. Ele dá a entender que o nativismo resultaria do conflito entre os moradores da Colônia e os exploradores da metrópole, uma disputa que se estendeu até o século XIX, em razão dos altos impostos, da falta de conhecimento da metrópole sobre a Colônia e principalmente do monopólio dos portugueses de origem sobre os maiores cargos administrativos, no geral ocupados por gente vinda de Portugal.

Então, o que definia exatamente este sentimento? O autor alegou que eram movimentos regionais, portanto diferentes. Porém, a percepção que existia algo idêntico se dava pela disputa de comércio, terras, poder etc. O que havia de uniforme nos movimentos, supostamente, seria o fato de todos terem pessoas mestiças envolvidas. O mestiço é um brasileiro por nascença, ele pertence a esta terra e a nenhum outro lugar. Do regional ao nacional era o caminho a ser percorrido até a independência, um percurso que começa no século XVII e termina no XIX: “Antes da Pátria, o concelho. Antes do todo, a parte. A luta da Independência devia, naturalmente, derivar do regionalismo exacerbado; a ideia nacional tinha de desembrulhar-se da paixão municipal.”<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.271.

A maneira com que o autor constrói a narrativa da independência inspira-se em percepção de cunho liberal nacionalista. Primeiro por não dar grandes aberturas para pensar o contexto externo, direcionando a interpretação do leitor para as duas alternativas que D. João VI dispunha: se aliar a Inglaterra ou a França, destacando assim o olhar fixo no organismo nacional e enfatizando sua individualidade. Com a aliança da Inglaterra a Colônia cumpriu seu destino e se tornou metrópole, para nunca mais deixar de ser submissa, quase como uma teleologia que define um ponto de chegada para a história. É de se observar que a interpretação de Calmon sobre a Colônia não foi das mais otimistas, havendo ressalvas sobre quaisquer pontos positivos, contudo, ao descrever a chegada da família real a linguagem mudou.

O autor dedica longos parágrafos para dissertar sobre as mudanças urbanísticas, as vestes, o crescimento dos estabelecimentos e o aumento do número de mulheres. Nesse sentido, o ponto de chegada no qual parece acreditar identifica-se com um país forte, autônomo e centralizador, tudo que a Colônia não pode realizar em relação à administração e à estrutura de poder.<sup>78</sup> Mas nem tudo são elogios. Citando Capistrano, Calmon repete as críticas à aristocracia colonial pelas ostentações e despreparo intelectual. A aristocracia passara a comprar livros, mas não os lia; gastava recursos em roupas europeias, mas no interior das casas usava trapos; e a educação ainda se resumia à aparência. À parte isso, elogiou a articulação entre a maçonaria e os frades: juntos eles iniciaram a nacionalização do debate político, isto é, começaram a pensar a Colônia a partir dela e não de uma perspectiva de fora do país, como fora feito até então.

#### 1.4. O Espírito Colonial

Impressões de uma viagem às regiões históricas das Minas Gerais, onde a paisagem colonial conserva as suas tintas seculares.<sup>79</sup>

A epígrafe abre o quarto e último capítulo da obra, o mais curto de todos e talvez o mais interessante, por mostrar como o narrador se relaciona com a história segundo uma percepção romântica.<sup>80</sup> Sob o título de “Espírito” o autor conta suas experiências sensoriais a partir de e durante uma viagem a Minas Gerais. Mariana e Ouro Preto são as principais cidades

<sup>78</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.278.

<sup>79</sup> Ibidem., p.293.

<sup>80</sup> Por interpretação romântica entende-se aquela que destaca a sensibilidade e os sentimentos para interpretar a história. Essa sensibilidade romântica foi tratada no segundo capítulo, quando discutimos os viajantes e a importância da viagem. Cf: NAXARA, Márcia. Cientificidade e sensibilidade romântica. Brasília: Editora Unb, 2001.

observadas. É através do que ele vê, ouve e lê que o passado é ressuscitado no presente. O historiador aqui não é aquele dos documentos como queriam os eruditos, mas o observador, como entende Heródoto, aquele que vê e conta a história.<sup>81</sup> A cidade de Ouro Preto, por si só, é a fenda aberta e viva no presente que dá acesso ao passado, como um tempo transposto em nosso tempo. Uma fenda que pode ser fechada na medida em que os prédios se deterioram ou são destruídos, uma cicatriz que pode ser curada. Ao caminhar pela cidade, Calmon relembra por onde passou o governador, onde morava e o que fazia o Aleijadinho, os lugares que Tiradentes frequentava. Ele relembra como se a memória pertencesse ao narrador e não somente à cidade; é a constatação que a memória é viva e não coisa do passado.

Gonzaga é a personagem mais lembrada na viagem. Foi Ouvidor da coroa portuguesa em terras coloniais, mas Calmon o considerou maior poeta do que administrador. Teve a vida sofrida por não desposar a mulher desejada, e na ausência da amada restou-lhe a amargura dos versos. “Jaz debaixo de uma tabua numerada da matriz da Conceição. Sem lapide, sem memória, sem homenagem. Sabe Deus se o povo, tantos anos decorridos do desaparecimento do Ouvidor, lhe lembrou alguma vez a mocidade.”<sup>82</sup> Sem lápide, sem memória, logo, sem história. Calmon conduz da memória a história: só seria possível narrar porque antes disso viria o lembrar. Mas, nenhuma lápide é construída ou homenagem memorialística é feita sem a consciência da se está a fazer, por isso o autor coloca em questão se alguém ainda lembra do Ouvidor, porque talvez exista quem tenha o domínio do conhecimento histórico para lembrar. Nesse sentido, o raciocínio de Calmon percorre a circularidade entre história, memória e história, onde haveria retroalimentação espiral em direção ao passado histórico.

## **2. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial**

Agora, no segundo volume da obra de Calmon, o leitor se deparará com o *Espírito do Império*, um livro que mantém a metodologia do primeiro no que tange ao método crítico e comparativo em relação a outras experiências coloniais, sobretudo inglesas e espanholas, à interpretação pautada na sensibilidade e na empatia com os personagens e expressiva fundamentação nos relatos de viajantes, tudo isso sem deixar de lado a vertente científica de matiz étnico e antropológico. O período do Império não é representado como reparador da

---

<sup>81</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1935. p.295.

<sup>82</sup> Ibidem., p.301.

Colônia ou negador da mesma. Ele ainda não conseguiu atingir toda a “civilidade” que o Brasil merecia, mas logrou atingir alguma; não foi tão centralizador como deveria, mas algum projeto de estado foi instituído. O Império cumpriu sua missão histórica a partir do substrato social e cultural da Colônia.

Se em *História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Colonial* o modelo civilizacional modelar aparece tangenciado, porque a narrativa do livro está preocupada demasiadamente em buscar os elementos fundamentais da constituição da identidade do país, sem evidentemente vincula-los a algum projeto político, no volume 2 – o *Espírito da Sociedade Imperial* há margem para pensar as intenções perlocucionárias de Calmon. O primeiro capítulo de título de Estado Novo, delineia a transformação pela qual o país passou – praticamente uma “revolução” – aconteceu da Colônia para a Independência. Conforme mencionei, isso não significa desprezo pelo período colonial, afinal, no *Espírito Colonial*, ficou cristalina a valorização de inúmeros elementos culturais, em sentido amplo. Mas, para Calmon, o Império é singular, especial e fundamental.

Apesar de não dar grande ênfase à vinda da família Real, em 1808, considera que a partir da abertura dos portos o Brasil teria se transformado “num país de apressada e aparente civilização europeia, que devia em pouco tempo assimilar os costumes e as instituições, as ideias e os métodos de França e Inglaterra”.<sup>83</sup> A solução monárquica é elogiada porque impediu a fragmentação da Colônia, evitando-se assim exemplo da Espanha que viu todo seu Império se libertar dividido em muitas Repúblicas. A monarquia no Brasil era uma forma de administração nova que se consolidava na “antiga coesão” colonial, ou seja, formada por regiões diferentes e autônomas, maneira de conservar os mares das tradições com os ventos das mudanças. Isso não significou uma apologia ao Império, apesar dos elogios, porque as transformações não são unívocas ou uniformes: ao mesmo tempo que trazem autonomia, também desencadeiam a desordem.

“Uma tempestade sentimental, de violento patriotismo, convulsionou o Brasil em 1822, numa explosão de coleras populares que assinalava a definitiva separação da Europa, fixava a consciência nacional”.<sup>84</sup> Essa definição da Independência expõe o caráter dúbio do patriotismo que *pari passu* à autonomia local, o reconhecimento da sociedade brasileira e os interesses nacionais, gerou adiante movimentos sectários e até mesmo jacobinistas. Percebe-se

---

<sup>83</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.13.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.15.



na leitura de Calmon pelo menos dois tipos de patriotismo: aquele que o autor busca enaltecer em suas obras, que seria saudável, ligado com “as realidades do passado, e da Pátria”<sup>85</sup>, fundamental para que a mocidade entendesse o próprio país, e um patriotismo como “nacionalismo delirante”<sup>86</sup> cuja radicalidade cegaria qualquer ponto de reflexão.

O primeiro Capítulo deu maior ênfase aos aspectos políticos do Império, mas isso não impediu Calmon de fazer ensaios de análises psicológicas do país, assim como ressaltar a diferença entre os tipos sociais urbanos e rurais. “Os campos não receberam as sobras da inquietação e idealismo das cidades. Os movimentos da periferia não se comunicaram aos centros da atividade”.<sup>87</sup> Ou seja, a “mentalidade democrática”, tão festejada no Rio de Janeiro, era ainda muito pequena em contraste com o restante do país. Nessa leitura, fica clara a percepção entre periferia e centro, entre uma Colônia que imita a metrópole e outra com identidade própria, entre um Brasil do litoral e outro do interior. São argumentos presentes tanto no *Espírito Colonial* quanto no *Espírito Imperial*.

## 2.1 “Forças sentimentais do Império”

Sob esse título Calmon desenvolveu um pequeno esboço do pensamento da época que ele considerou predominante. Fala-se de uma revolução emotiva desencadeada entre os anos de 1822 e 1831 que se propaga “numa ressonância estética de maravilhosos efeitos patrióticos”<sup>88</sup> por todo século XIX. Porém, esse movimento é visto como uma reação dos intelectuais por conta das decepções vividas: “O indianismo foi uma exterioridade pitoresca da paixão brasileira. Comum à América, no Brasil devia ser sobretudo artificial. Nem o índio fora o maior fator da nossa formação, nem nos herdara”.<sup>89</sup> O autor tenta provar que há inúmeros exageros dos românticos nas suas fundamentações identitárias. Para isso, afirma que os índios foram exterminados ou mestiçados, destruindo qualquer possibilidade de *tipificação brasileira* a partir desse elemento, e a principal seria a inexistência do idioma tupi como uma língua geral. O uso de nomes indígenas para nomear coisas mundanas, como ruas e cidades, ou o uso de artefatos materiais no cotidiano, como um chocalho, seriam construções recentes, nessa ótica.

---

<sup>85</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.10.

<sup>86</sup> Ibidem, p.16.

<sup>87</sup> Ibidem, p.15.

<sup>88</sup> Ibidem, p.19.

<sup>89</sup> Ibidem, p.19.

A questão indianista em Calmon revela sua relação dúbia com o romantismo literário: ao mesmo tempo que o autor fala da importância dos sentimentos, de elaborações de caráter empático para entender a história e perceber que os próprios acontecimentos se fazem também de afetos, não exclusivamente guiados pela razão, ele critica a distorção que os românticos fazem em suas interpretações. Esse romantismo do primeiro quarto de século, divulgado em gazetas como *O Republico*, seria equivocado a ponto de criticar o uso da língua portuguesa por esta pertencer à antiga metrópole.<sup>90</sup> Contraditório a ponto de fincar as raízes identitárias em solos indígenas, mas, com irrigação europeia: “Desenvolveu-se, paralelamente à guerra ao passado, à imitação irrestrita de Paris.”<sup>91</sup>

Em suma, os tais românticos abandonaram Coimbra para povoar a Sorbonne. Na mentalidade dos grandes produtores do século XIX a “viagem realizava o prodígio de converter prontamente o homem tropical em tributário passivo da civilização exótica.”<sup>92</sup> Estudar na França, consumir seus vinhos e queijos fora a obsessão das famílias abastadas que Calmon observa como desperdício quando concorda com Paulo Prado – “nesta terra, em que quase tudo dá, importamos tudo”.<sup>93</sup> Através das experiências dos viajantes Mary Grant, Itier, Vitor Jacquemont, Biard, Le Vayer, é mostrado como o país tinha repugnância a elementos estrangeiros, mas ao mesmo tempo foi o maior importador da *Revue des deux Mondes*,<sup>94</sup> durante o Império.

O Império era ainda a Europa — contra as cousas americanas, ou a índole dos seus problemas. O trôno era a tradição, o direito divino, a presunção jurídica em favor das antigas metrópoles, enquanto as vizinhas republicas já se governavam ao sabôr dos proprios destinos.<sup>95</sup>

<sup>90</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.21.

<sup>91</sup> Ibidem, p.22.

<sup>92</sup> Ibidem, p.22.

<sup>93</sup> Ibidem, p.22

<sup>94</sup> Segundo Tosta Barbato, os objetivos da *Revue* já estavam dados em seu nome, onde o mundo civilizado serviria de parâmetro para as terras selvagens, que, porventura, poderiam até oferecer algo ao velho continente, mas sempre numa relação assimétrica. A Revista francesa informava a Europa sobre o que era o novo mundo, através de viajantes como correspondentes, que além de construir uma determinada narrativa para os europeus, causavam impressões na intelectualidade brasileira, num momento em que estava se descobrindo. Cf. BARBATO, Luis Fernando Tosta. Entre preconceitos, conceitos e impressões: o Brasil e sua condição tropical na *Revue des Deux Mondes* (1829-1877). Tese (doutorado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas. LOUË, Thomas. La *Revue des Deux Mondes* de Buloz à Brunnetière. De la belle époque de la *Revue à la Revue de la Belle Époque*. França: Atelier National de Reproduction de Thèses, 1998.

<sup>95</sup> CALMON, Pedro. História social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.26.

A citação abre o último tema antes do segundo capítulo. O início da seção parece favorável à República pois coloca a monarquia brasileira como cópia das europeias, mas sem autonomia política. Calmon citou Monroe para criticar a diplomacia brasileira, porque estaria pouco voltada para a América, ao contrário dos EUA, onde se imaginou uma “América para os americanos”. Em contraste a Monroe, Calmon faz referência a Montesquieu para embasar o “espírito da monarquia” sedento por expansão e guerra, enquanto a República estaria relacionada à paz e moderação. Porém, Calmon reconhecia que as Repúblicas latinas não passavam de estados dominados por caudilhos anárquicos travestidos de democratas. Então as opções políticas eram limitadas.

Apesar de não enxergar uma política externa brasileira com relação à América Latina, dá grande ênfase ao tema pela menção às guerras e disputas de território, sobretudo no relato de assuntos políticos. O autor se revela um grande conhecedor de autores latino-americanos e cita intelectuais dos mais variados países, mesmo que fosse para dar razão ao Brasil quando trata das disputas com os vizinhos da região platina. Para Calmon, o “sistema”<sup>96</sup> da regência teria sido não intervencionista em relação às outras nações americanas, dada as indecisões internas do próprio país.<sup>97</sup> No segundo reinado, contudo, o Brasil instalou uma política externa que acarretou desconfianças dos países da América Latina. Mas no caso da confederação contra a Argentina, entende que a intervenção do Brasil se deu por conta das ameaças de Rosas de tomar Entre-Rios, Banda Oriental (Uruguai) e Rio Grande do Sul. A entrada na guerra não teria sido impulsiva, mas realizada após anos de estudo e negociação que são reconhecidos no livro. O “sistema” de equilíbrios da América Latina teria avançado porque Antonio Carlos Lopez, presidente do Paraguai, passou a apoiar a Banda Oriental, protegendo-a das ambições expansionistas da Argentina. Após a queda de Rosas na Argentina, a derrota do Paraguai na guerra contra o Brasil e a independência do Uruguai, com ajuda da Inglaterra, o continente pode finalmente resolver as tensões.<sup>98</sup> Eis que nesse final de capítulo Calmon anuncia o desfecho das incursões ao estrangeiro: “Encerrada a marcha, no rumo da fronteira, se

---

<sup>96</sup> Na leitura dos primórdios dos partidos políticos no Império, feita por Erick Hörner, o conceito de sistema aparece como uma composição complexa de pensamento, que admite a contradição interna. Nessa linha de raciocínio, os homens mudavam de sistema, não de princípios. Um sistema poderia ser formado por inúmeras pessoas, como um partido, mas a palavra partido não era bem vista a época, por significar apenas uma parte do todo. Calmon não faz uso deliberado, mas aparece em sistemas políticos, filosóficos e artísticos. Hörner, Erick. Partir fazer e seguir. IN: MARSON, Izabel Andrade; DE SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena (Org.). Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil, 1780-1860. EDUSP, 2013. p.225.

<sup>97</sup> CALMON, Pedro. História social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.33.

<sup>98</sup> Ibidem, p.46.

iniciou o deslocamento, para a República”.<sup>99</sup> Ao que parece, a questão fronteiriça foi o mérito e a ruína do Império.

## 2.2. Os três períodos

O título faz referência à síntese que foi apresentada do primeiro reinado, a regência e o segundo reinado. Dom Pedro I foi descrito como um rei que não teve a formação adequada para exercer o cargo, porque ele não fora educado para ser Rei e não estava nos planos da coroa torna-lo herdeiro do trono até que seu irmão mais velho, Antonio, faleceu, em 1801, ainda criança. Quando assumiu o Brasil acabou deslumbrado com o poder, porque ele lhe permitia ceder aos próprios caprichos.<sup>100</sup> A independência só foi feita com a ajuda da maçonaria que, no fundo, naquele momento almejava a República. Na ausência dela, uma constituição liberal lhe seria de bom grado, mas a maneira como D. Pedro conduziu o país não atendeu expectativas de seus súditos. Para os maçons, o rei não passava de um “português reacionário, disfarçado em soberano representativo, que viera cimentar a tirania do passado, embrulhando-a em roupagem nova”.<sup>101</sup> Nesse enredo, de um lado os radicais maçons, do outro o deslumbrado D. Pedro, o vencedor não foi glorioso – “D. Pedro I foi terrível: dominou pela força, puniu ferozmente, com a justiça marcial, os revoltosos, e graças a essa vitória sangrenta pacificou o norte do país.”<sup>102</sup>

Para Calmon, a transição entre a Colônia e o Império não podia ser entendida apenas como disputas políticas locais, mas sim, como um movimento constitucionalista cujas origens provinham de 1789, desde a Inconfidência Mineira, comandado pelas sociedades secretas.<sup>103</sup> Na Inglaterra e na França essas sociedades tinha inserção social, mas no Brasil “não passavam de dúzia e meia em cada província”<sup>104</sup>. Apesar disso, teriam sido elas a raiz do nosso nativismo nos movimentos de inspiração liberal de Minas Gerais, Pernambuco, Recife e Baía, por isso tinham seu mérito.<sup>105</sup> Mas o radicalismo incomodava o historiador: o jacobinismo intolerante, anti-lusitano, raivoso atingia o imperador pelo simples fato dele ser português. Somado a isso, a perda do Uruguai na guerra Cisplatina e a noite das Garrafadas destruíram a popularidade de

<sup>99</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.48.

<sup>100</sup> Ibidem, p.51.

<sup>101</sup> Ibidem, p.53.

<sup>102</sup> Ibidem, p.53.

<sup>103</sup> Ibidem, p.54.

<sup>104</sup> Ibidem, p.55.

<sup>105</sup> Ibidem, p.56.

Pedro I pela sua inabilidade política na condução daqueles episódios. Mas nem tudo havia sido demérito: Calmon rasgou elogios pelo primeiro reinado ter mantido boa parte da integridade territorial, evitando assim o caudilhismo enraizado nas forças coloniais do coronelismo e do municipalismo, que poderia fazer do Brasil inúmeras Repúblicas, a exemplo do que ocorrera nas Colônias espanholas.<sup>106</sup>

Já o período da regência é narrado como uma disputa entre o “princípio de ordem, o velho bom senso, e as ideologias e tendências desintegrativas”<sup>107</sup> Mas tudo estava longe de ser uma grande ameaça ou um drama, pois o receio uniu as classes num princípio conservador.<sup>108</sup> Contra os exaltados estavam todos, inclusive os próprios liberais contrários a D. Pedro, como o Padre Feijó, que aceitou o cargo de regente com “carta branca para castigar e reprimir, plena autoridade para impôr a ordem, e independência de movimentos”<sup>109</sup> Na esteira da leitura de Joaquim Nabuco<sup>110</sup> sobre a Regência, em *Um Estadista do Império*, comenta que os primeiros anos de “experiência republicana” desgastaram os exaltados e afastaram a volta imediata da monarquia, pois Bernardo de Vasconcelos conseguiu quórum para fundar um partido de centro, em 1834. Para contrabalançar o governo liberal comandado por Feijó, a ele uniu-se a reação monárquica, integrada por antigos restauradores, formando-se, a partir de 1835, o embrião do futuro Partido Conservador.<sup>111</sup> Com pouco respaldo no legislativo, após a eleição de 1837, Feijó renunciou. Nessa seção, somente a sabinada e a revolução farroupilha ganham algumas linhas, ainda que tratadas como o delírio de exaltados.<sup>112</sup>

No terceiro período, o segundo reinado, Calmon traz novamente Nabuco para falar da “magistratura popular” impetrada pelo jovem imperador, porque D. Pedro II era simples e acessível administrador. Nas tarefas de Rei era minucioso, estudioso, incansável; já na liturgia dispensava palácios luxuosos, etiquetas, indumentárias ou gastos com festas.<sup>113</sup> Nesse momento, de explicação dos hábitos do Rei, depoimentos dos viajantes aparecem pela primeira vez no volume.<sup>114</sup> É importante registrar tal fato porque lembramos que os relatos de viagem haviam sido as principais fontes do *Espírito Colonial*, quando o autor focou especialmente a

---

<sup>106</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.63.

<sup>107</sup> Ibidem, p.64.

<sup>108</sup> Ibidem, p.64.

<sup>109</sup> Ibidem, p.68.

<sup>110</sup> Como Joaquim Nabuco é um autor bastante referenciado por Calmon, inclui uma biografia sobre ele nos anexos. Página 192.

<sup>111</sup> Ibidem, p.70.

<sup>112</sup> No capítulo 3 Calmon dedica uma seção exclusivamente para falar do Rio Grande do Sul.

<sup>113</sup> Ibidem, p.76.

<sup>114</sup> Ibidem, p.78.

constituição e desempenho da sociedade brasileira. Agora também são úteis, mas com menos recorrência, até porque os eventos políticos ganham maior destaque, sobretudo nos dois primeiros capítulos do livro. O legalismo de Dom Pedro II, seu senso de justiça encantara os viajantes e também convenceram Calmon: o segundo reinado funcionava como uma República, pois o Imperador era respeitado pela oposição e situação. "Se chefes de partido asseguraram que não se podia ser ministro duas vezes com o Imperador, foi porque ele os impediu de esmagarem o adversário prostrado."<sup>115</sup> Mas o litígio entre liberais e conservadores sempre desgastava o Rei por obrigá-lo a usar o poder moderador. As vozes de Silveira Martins, Antônio Ferreira Viana, José de Alencar e do Manifesto Republicano são classificados como "Ataques provocados pela irritação partidária, breves e precipitados, logo esquecidos, porém catalogados pelos verdadeiros adversários do régimen".<sup>116</sup> Esta conclusão é tirada após o autor mostrar que alguns críticos de D. Pedro II mudaram de posição, principalmente quando o Império ruía. Para Calmon, a colocação feita por Júlio de Castilhos, considerando que o primeiro reinado fora violência e o segundo corrupção, parece ridícula quando contrastada com a pessoa de D. Pedro II, pois no raciocínio do historiador o rei apenas mediara partidos políticos, algo que também aconteceria dentro de uma República.

### 2.3. Engenhos, Fazendas e Cidades

O terceiro capítulo demonstra um modo de escrever a história diferente dos dois primeiros. Se no início do livro os destaques são os aspectos políticos narrados minuciosamente através de bibliografias e discursos de época, a partir de agora a obra *Espírito Imperial* lembra mais o *Espírito Colonial* por conta da recorrente referência aos viajantes, aos aspectos sociais e ao vocabulário etnográfico. "A gente negra" é título da primeira seção. Aqui Calmon trata o negro como um civilizador, pois o "escravo dá à sociedade brasileira, no século XIX, esse cunho original, inconfundível, que lhe divisaram os viajantes estrangeiros, entre encantados - pela elegância mole e farta dos costumes - e pessimistas" ao levar em conta sua composição predominantemente escrava e africana.<sup>117</sup> A escravidão como elemento formador da identidade nacional, a engendrar costumes e preconceitos<sup>118</sup> já podia ser vislumbrada no Volume 1 da série, mas agora há uma novidade: "A' proporção que se combate, e restringe, até á supressão final,

<sup>115</sup> NABUCO APUD CALMON. CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.84.

<sup>116</sup> Ibidem, p.86.

<sup>117</sup> Ibidem, p.91.

<sup>118</sup> "permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil". NABUCO APUD CALMON. op.cit, p.93.

a escravidão, as suas consequências [...] impelem o país para os caminhos civilizados”<sup>119</sup>. A abolição é um assunto de interesse de Calmon pois a superação dela colocaria o Brasil na rota europeia, com mais profissões liberais, faculdades, trabalho livre etc.

Desde o início do livro, o autor tenta desassociar as estruturas da Colônia das do Império, principalmente no que tange à administração. Contudo, como um argumentador a favor das continuidades, ponderou inúmeros hábitos negativos herdados da Colônia. Uma dessas permanências era a tradição preservada entre proprietários de terra de abandonar as esposas para ficar com escravas.<sup>120</sup> Da Colônia também provinha o péssimo hábito da mulher enclausurada, proibida de frequentar o ambiente público, embora isso não fosse característica única e exclusiva daqui: “A esposa de um fazendeiro norte-americano, da Virginia, dizia tristemente a um viajante: ‘sou escrava do chefe de um harém...’”.<sup>121</sup>

O mandonismo local exercido por um patriarca – ou, também, chamado no livro de coronel/caudilho – não era uma característica exclusiva do Brasil. A partir da temática da escravidão são traçados inúmeros paralelos com os Estados Unidos. Citando Agassiz, Burmeister e o historiador Gottfried Handelmann,<sup>122</sup> Calmon destacou a capacidade dos escravos em aprender leitura/música e a inexistência dum “contraste de raças”. Koster é utilizado para afirmar a suposta branda escravidão brasileira.<sup>123</sup> Numa passagem onde é comparada a escravidão inglesa com a brasileira, menciona que aqui existiriam vantagens: enquanto lá muitos trabalhadores eram servos que recebiam como pagamento apenas casa e comida, por cá o escravo tinha morada, religião, vestuário, boa alimentação e, sobretudo, a possibilidade de conquistar a liberdade através do trabalho, conforme previam alguns preceitos do liberalismo.

Pode-se questionar se Calmon realmente concordava com uma determinada concepção liberal da escravidão, ainda vigente na primeira metade do século XIX, segundo a qual a escravidão poderia ser, se bem administrada, uma pedagogia para o trabalho livre, ou

<sup>119</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.91.

<sup>120</sup> Calmon discorda do viajante Charles Expilly por ser exagerado, mas concorda na centralidade do argumento. A referência citada é *Mulheres e costumes do Brasil*, tradução e notas de Gastão Penalva, p. 148, S. Paulo, 1935. Ibidem, p.95.

<sup>121</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.96.

<sup>122</sup> As obras citadas são: Louis Agassiz, *Voyage au Brésil*, trad. par Felix Vagele, p. 127, Paris, 1869. Handelmann, Gottfried. *Historia do Brasil*, ed. do Inst. Hist., p. 378.

<sup>123</sup> Todas as citações que são referentes a Koster foram retiradas de *Travels in Brazil*. CALMON, Pedro. História social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.95.

apenas se estava tentando retratar como alguns homens pensavam na época. Se se levar em consideração que Calmon utilizou von Martius para criticar os viajantes “filantropos”, por esses não verem nos escravos grande capacidade de aprendizado e cultura, conclui-se que meu autor está mais próximo de uma das formas de pensamento liberal, na leitura acima mencionada, que valoriza a pedagogia inscrita na escravidão para o aprendizado da alforria e do trabalho livre. A própria concepção de liberdade que aparece no livro confirma a hipótese que “ser livre, era ter a capacidade de possuir escravos”,<sup>124</sup> ou seja, ser livre era ter propriedades.<sup>125</sup> *Espírito Colonial* –, ele possibilitava ao “negro mina econômico e sóbrio [juntar] o dinheiro da alforria para alcançar, depois de um persistente esforço [...] “o consolo de acabar os seus dias ao abandono, porem sem ter de dar conta disto a ninguém”.<sup>126</sup> Numa sociedade onde “A escravidão era a referencia comum, para a hierarquia”,<sup>127</sup> não dar “conta a ninguém” também parece ser sinônimo de liberdade. Todavia, deve-se ter em vista que Calmon possui estratégias de argumentação ambíguas, pois criticou a produtividade da escravidão brasileira, frente os protetorados ingleses, dando a entender que a pedagogia era falha.

A obra destaca que a diferenciação entre o homem livre e o escravo se dá, na grande maioria dos casos, por meio das roupas, mas principalmente dos sapatos. Viajantes como Fletcher e Kidder ficavam espantados com a ausência de fronteiras entre brancos e negros; alguns brasileiros, como Luiz Gama, também tinham a “presunção universal de arianismo”, mas do ponto de vista institucional havia “o interesse do governo em provar a sua imparcialidade quanto aos preconceitos de cor, o empenho em confirmar-se a tolerância democrática, que estava no ambiente, e descia, da intimidade da família patriarcal para as camadas populares.”<sup>128</sup> O ápice dessa democracia racial seria o fato do Senado não estar fechado a nenhum homem mestiço, “apesar da cor”, havendo até mesmo “representante de mulatos,

---

<sup>124</sup> CALMON, Pedro. História social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.108.

<sup>125</sup> Marson e Salles Oliveira buscaram ampliar as concepções liberais ao explorar as compatibilidades entre liberalismo e escravidão, relação complexa que se alterou ao longa da história, desde a justifica do cativeiro, no início do XIX, em José Bonifácio e Feijó, que viam problemas civilizacionais na escravidão, porém, sem alternativas para o momento, até ataques francos, como do Joaquim Nabuco no Abolicionismo (1883). Cf. MARSON, A. Izabel, OLIVEIRA, Cecília H. Liberalismo, monarquia e negócios: laços de origem. *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil. 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013.p.23

<sup>126</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.109.

<sup>127</sup> Ibidem, p.108.

<sup>128</sup> Ibidem, p.112.



eleitores de mulatos”.<sup>129</sup> Os negros e mestiços espalhavam-se pela cidade: da plateia ao palco do teatro sempre houvera gente de cor para aplaudir ou encenar.

Calmon discorda dos viajantes Eschwege e Charles Mansfield por exagerarem a ausência de punição aos crimes no Brasil – uma crítica que é replicada para todos estrangeiros que se aventuram por aqui. Ele chama atenção que a punição era severa, sobretudo para escravos, a quem “pão, páo e pano” eram a lei. A diferença entre o Brasil e a Europa resumia-se ao objetivo: aqui a punição “rigorosa e infalível, não por defesa do Estado, mas por interesse do particular e escarmento da escravatura”<sup>130</sup> Por outro lado, admite a extravagância de excessos, herança colonial que faz do brasileiro adepto da “indolência e a exaltação — características do povo”<sup>131</sup>, conforme viu Capistrano. Tais constatações “confinavam-no, nas consequências do contraste entre a servidão, que apagava o indivíduo, e a liberdade, que tudo lhe submetia”.<sup>132</sup> Por isso, o brasileiro não estava apto para o coletivo, o social e o cívico, porque nem mesmo o indivíduo, como condição anterior a coisa pública, existia.

Em seguida, a narrativa passa a comentar como, durante o Império, o foco da economia se deslocou do eixo norte para o centro-oeste, mas não sem deixar de explanar os méritos da primeira região, principalmente as zonas de povoamento nos primórdios da colonização. O sucesso dos senhores do litoral só foi possível graças às medidas de proteção à terra, como títulos nobiliárquicos que a deixavam inalienável.<sup>133</sup> Mas a “estabilidade social” – podendo ser entendida como a consolidação da hierarquia – não refletia na produção. Os protetorados ingleses que utilizavam trabalho livre, como em Cuba e Porto Rico, tinham maior produção de açúcar que o Brasil, o que pode ser entendido em Calmon como uma crítica ao modelo escravagista brasileiro. Para a consolidação de tais argumentos são trazidas referências de Nabuco, do filósofo Louis de Bonald,<sup>134</sup> dos Institutos Históricos Geográficos regionais, que,

<sup>129</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.114.

<sup>130</sup> Ibidem, p.115.

<sup>131</sup> CAPISTRANO Apud CALMON. op.cit, p. 116.

<sup>132</sup> Ibidem, p.116.

<sup>133</sup> Ibidem, p.125.

<sup>134</sup> Louis de Bonald foi um filósofo francês de matriz conservadora, um contrarrevolucionário, que se dedicou a rever vários dos pressupostos do iluminismo revolucionário, a partir das análises sociais. Entre suas principais obras estão *Théorie du pouvoir politique et religieux* (1796) e *Démonstration philosophique du principe constitutif de la société* (1830). No segundo livro defendeu uma premissa inversa a Rousseau, em que a sociedade que fabricou o homem, em vez de um contrato social definido pelos indivíduos. Para Bonald, qualquer fundamento do homem, sua razão individual, sua religião, sua visão política, não encontraria explicação em si mesmo, mas sim, na sociedade. A sociedade política não era vista como acordo ou imposição, era apenas a natureza das pessoas sociais assimilada na coletividade, onde o rei, o clérigo e o povo, encontravam equivalentes no pai, na mãe e no filho. A família social era descrita como base do estado. Cf. CUNHA, Luiz Antônio. Sociedade, Estado e educação. Notas sobre Rousseau, Bonald e Saint-Simon. Revista Brasileira de Educação. Nº 1. 1996. P.1-50.

aliás, sempre estão presentes, e alguns viajantes, como Saint-Hilaire e o diplomata Forth-Ruen.<sup>135</sup> Passado o primeiro quarto de século o norte caíra em decadência. Além das elites não conseguirem competir internacionalmente, houve o gradual declínio de patrimônio com a evasão dos escravos do norte para o centro-oeste, em direção as fazendas de café, o que significou não somente o fim de um ciclo, mas a reestruturação política e social do país. A venda dos escravos foi o último suspiro dos engenhos do norte.<sup>136</sup>

O contraste da crise econômica do norte é a fartura cultural das classes senhoriais daquela região. Vive-se no século XIX de maneira muito mais luxuosa do que no XVIII. Agora há pianos, bibliotecas e joias. A cultura material volta para o centro da narrativa, com minuciosas descrições de vestes, palácios, danças, transporte, enfim, um cotidiano de ostentação. Altera-se também o destino dos filhos da elite que passam a estudar em outros países além de Portugal e França.<sup>137</sup> Se em Portugal há ressentimento em relação aos brasileiros, existem outros países para formá-los. A viagem é parte do elemento formativo dessa elite, espécie de elo que transporta a civilidade do centro para a periferia. Os filhos se vão, retornam e se vão para os centros urbanos: não mais afinados com a terra só restaram as cidades. Mas os pais, por opção, ficam nas propriedades: o sentimentalismo não os deixa abandonar o engenho. Nem todas famílias tradicionais eram iguais, porém permaneceram unidas numa “solidariedade tribal” em razão das revoltas contra a escravidão, da conservação da propriedade, dos casamentos, das eleições, das estradas: “a delicada correspondência em alegrias e pezares”, pois o que atingia um atingia a todos.

Em virtude desse quadro, Calmon conclui: “O grande acontecimento da vida econômica do Império foi o café”. Foi o responsável por atrair migrações para o Rio de Janeiro, seja de escravos ou de mineiros livres fugidos da decadência do ouro. Em 1835 negociava-se na bolsa de valores de Nova York um terço da produção mundial. A narrativa é detalhista, tanto na cronologia dos acontecimentos como nos costumes. Para destrinchar a produção cafeeira ele escolhe a “provincia de S. Paulo resume, melhor que as demais”<sup>138</sup> Os altos lucros floresciam do norte para o sul paulista. Era riqueza farta, mas que não podia ser aplicada a todo país dadas as condições climáticas. São Paulo é a terra perfeita, por ela se espalham as fazendas que levam

---

<sup>135</sup> Cabe salientar que muitas citações de Calmon são instrumentais, não coincidindo que a opinião dos autores citados. CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937 p.132.

<sup>136</sup> Ibidem, p.134.

<sup>137</sup> Ibidem, p.137.

<sup>138</sup> Ibidem, p.145.

a reboque estradas de ferro a fim de dinamizar o escoamento. Porém, antes dos louros a conquista.

O incêndio das matas penetrava o sertão. É uma invasão sistemática, que segue rumos inflexíveis, abraçando, com os tenazes flamejantes, a "terra roxa". A queimada anunciava a chegada do pioneiro que, em companhia dos escravos, veio delimitar a sua conquista a um campo de cafeeiros. "O fogo firma-lhe a posse, segundo o velho rito agrário dos índios: e tanto que se fatigue o chão, ainda o fogo, devastando outras matas, lhe internara, progressivamente, a lavoura voraz".<sup>139</sup> Se o investimento para a modernização foi pago com a extinção da aristocracia do norte, conforme especulei há pouco, o custo final foi a degradação da terra, que "numa safra enriquece o fazendeiro e em quatro lustros depaupera a terra".<sup>140</sup> Da relação entre enriquecimento e destruição descrita por Calmon pode-se extrair duas possibilidades: o autor não é um entusiasta do progresso ou está claro que o Brasil moderno cobra preço alto.

O foco da narrativa é São Paulo, mas o norte nunca sai da cena, ainda que seja como um coadjuvante. Assim, pelas estradas abertas que ligavam a Baía ao novo epicentro teriam passado cerca de 30 mil negros entre os anos de 1850 e 1870, intensificando o comércio interno de cativos, apesar da pressão abolicionista.<sup>141</sup> Tanto na Baía como em São Paulo o escravo não deixa de servir, mas agora, nesse outro lugar, sem a "doçura" do engenho pois na fazenda de café: "o serviço era estafante, a vida cruelmente metódica, o escravo duramente explorado pela agricultura de proporções tamanhas, que excluía a proteção e a humanidade do proprietário, peculiar ao patriarcado dos engenhos".<sup>142</sup> Talvez essa diferenciação nas formas de escravidão feita por Calmon seja uma das marcas do seu regionalismo, projetado na visão idealizada do cativeiro praticado nos engenhos do norte. Houvera também a aristocracia do café, tão pomposa quanto a do engenho, a ponto de subverter a estética militar da casa-grande, a fim de tonar a construção mais harmoniosa, conforme o interesse do proprietário.<sup>143</sup>

A narrativa articula alguns nomes constantes no texto como os viajantes comerciantes John Luccock e Mawe<sup>144</sup>, o historiador Afonso Taunay, ligado ao IHGB, e

---

<sup>139</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.149.

<sup>140</sup> Ibidem., p.150.

<sup>141</sup> Ibidem.; p.151.

<sup>142</sup> Ibidem., p.153.

<sup>143</sup> Ibidem., p.156.

<sup>144</sup> LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização. IN: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona issn:1138-9788. Depósito legal: b. 21.741-98 vol. X, núm. 218 (64), 1 de agosto de 2006.

Elizabeth Agassiz, que Calmon parece não seguir nas suas teorias raciais-genéticas.<sup>145</sup> O padrão de estética da narrativa é um pouco diferente de *Espírito da Sociedade Colonial*: se lá os recortes mais frequentes são de longa duração, nesta obra nos deparamos com a média duração para historiar a grande maioria dos eventos. Ao comentar esses relatos de viajantes, Calmon replica a interpretação de Afrânio Peixoto sobre civilidade, que seria maior no Brasil do que na Inglaterra no quesito hospitalidade, porque a maioria dos viajantes recebiam melhor tratamento aqui em comparação com a terra natal. Nesse ponto, ainda que Calmon veja na Europa uma referência por conta das universidades, roupas, construções, hábitos etc, ele mostra que a Colônia tem o que ensinar à metrópole.

Por fim, aproxima o Rio de Janeiro da antiga sociedade colonial por questões sociais políticas e econômicas; já São Paulo destoa de tudo isso: “O barão gradualmente se modifica, transforma-se em fazendeiro adiantado, em racional explorador dos seus campos, e com estoicismo se prepara para suportar” [...] “o golpe inevitável da abolição. Ele é dinâmico, inquieto, progressista”<sup>146</sup>. Percebo que o deslocamento de São Paulo é feito para aproximá-lo do espírito do mameluco, descrito em *Espírito da Sociedade Colonial*, como capaz de desbravar territórios, vencer a geografia, se adaptar às adversidades e, apesar de seminômade, se fixar na terra. Agora, vincula-se a esse espírito o mérito de desbravar os “horizontes desconhecidos”.

“O tráfico não tinha limites, escrúpulos ou indecisões. Não respeitava águas territoriais estrangeiras, policiamento marítimo, costumes internacionais. Fora da lei, tudo se lhe consentia.”<sup>147</sup> O comentário parece um desabafo, após relatar a complexidade do tráfico negreiro, desde as tribos africanas, passando pelo atravessador estrangeiro até chegar ao produtor de café. Mas Calmon também adverte que a aceitação do comércio de africanos não era unânime, nem dentro nem fora do país. Enquanto internamente os conservadores apoiavam o tráfico,<sup>148</sup> fora “permaneceria o Brasil, muito tempo ainda, subordinado àquela minoridade internacional”,<sup>149</sup> que primeiro o fez subalterno a Portugal e agora à Inglaterra. Estaria Calmon criticando o imperialismo britânico? Talvez sim, mas a complexidade do enredo do autor dificulta uma resposta objetiva.

---

<sup>145</sup> KURY, Lorelai. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001.

<sup>146</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.161.

<sup>147</sup> Ibidem, p.165.

<sup>148</sup> Ibidem, p.170.

<sup>149</sup> Ibidem, p.171.

Primeiro é comentada a violência do tráfico negreiro, depois o apoio dos conservadores brasileiros e os problemas decorrentes da proibição do tráfico internacional pela Inglaterra, o que trazia prejuízos econômicos ao país. Contudo, as intervenções inglesas foram feitas em nome da liberdade, da paz e do progresso, como um dever altruísta que protege os fracos e oprimidos.<sup>150</sup> Em seguida, são citadas outras intervenções britânicas: na questão Cisplatina, na questão Christie e quase como uma conclusão aparece a voz de um diplomata europeu não revelado: “Considera os ingleses como inimigos nossos, e acha que eles têm concorrido ocultamente para as revoluções políticas que nos dividem”.<sup>151</sup> Levando em consideração os aspectos da escravidão narrados até o momento, a defesa da conquista da liberdade do escravo, a crítica à produtividade do escravismo brasileiro e a violência do tráfico negreiro, pode-se perceber que a trama de Calmon tentou dar visibilidade para todos os lados da história, numa proposta narrativa que conciliaria propostas antagônicas, ora condenando os colonizadores, ora justificando suas práticas. A ambiguidade de Calmon faz com que o leitor tenha dúvidas, se ele recriminava a escravidão ou, apenas, fazia críticas pontuais.

As intervenções da Inglaterra foram respondidas com a tarifa Alves Branco que taxava em até 60% os produtos britânicos, principalmente quando concorrentes de produtos locais. Calmon trata como uma tarifa protecionista que fez milagre, mas que teve seu fim em 1860, com novas reformas aduaneiras. Nesse curto período a indústria pesada começara se instalar, principalmente em ações individuais do Barão de Mauá, mas como a “legislação do Império é tímida e vagarosa, quanto á proteção industrial”<sup>152</sup> não houve sucesso. Daqui em diante são feitas algumas críticas à falta de protecionismo, revertida apenas na República.<sup>153</sup> O autor acompanha a diferenciação de conservadores e liberais nesse debate. Os anti-protecionistas, ou conservadores, seriam os responsáveis pela queda do norte (nordeste) apesar de ser uma região resistente. O autor argumenta que o açúcar ainda conseguiu se equiparar as riquezas ao sul (sudeste) até 1870 e que sua influência política foi vigorosa até o fim do Império.

A narrativa desloca-se da produção agrícola para a industrialização. O tempo da máquina é dúbio: porque é lento na instalação da industrialização e acelerado nas mudanças que provoca. Isso devido ao fato da industrialização brasileira não contar com a ajuda do

---

<sup>150</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.172.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p.173.

<sup>152</sup> *Ibidem*, p.175.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p.177.

Estado, ao contrário da agricultura, tendo sido resultado de “protestos individuais”.<sup>154</sup> Todavia, ainda que lenta, a industrialização é revolucionária: “É uma revolução que passa: a máquina transtorna os aspectos clássicos do Brasil agrário e feudal, destroça a organização arcaica da nobreza”.<sup>155</sup> Ela transforma a cultura social, dá força para a cidade, em detrimento do campo, e cria uma nova elite. A The Central Sugar Factories of Brazil Limited e a The North Brazilian Sugar Factories Ltd., empresas que criaram os primeiros engenhos centrais em Pernambuco, são exemplos que aparentam guiar o país em direção à civilização. A partir de 1852, baseando-se no governo russo, o Império fez uma lei de empréstimos públicos para iniciativa privada construir estradas. Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo passaram a ter estradas mais acessíveis, por vezes até de ferro, mas o modelo mais usado era o cascalho macadam. Quase todas as alterações no sentido tecnológico são datadas a partir de 1850: teria sido assim também com o telégrafo, interconectando todos os estados do sul e sudeste.

“As crises financeiras (1864, 1874) abalaram, sem destruir, a nova, débil rede de crédito, que a legislação, as praxes comerciais não deixaram que se desenvolvesse convenientemente, até 1889”.<sup>156</sup> Porque quando os produtores de café precisaram de socorro bancário foi criada a política do encilhamento. A legislação permitiu também investimentos industriais, que em pouco tempo levaram os trabalhadores a reivindicar leis liberais de proteção ao trabalho.<sup>157</sup> O problema do encilho, segundo Calmon, não era a produção demasiada de crédito baseada na emissão de moedas, mas a atitude corrupta de especuladores da cidade que não se comprometeram com o pagamento, muito menos em tornar o empréstimo produtivo. Eram valores exorbitantes que passavam pelas sociedades anônimas, como se a falta no passado justificasse a extravagância do presente, por isso o autor resume o primeiro ano da República no seguinte adágio: “Mais em um ano do que em cem”.<sup>158</sup>

Nessa parte do texto Calmon assinala três grandes transformações na sociedade imperial: até a maioria do país privou-se de manifestações culturais públicas; durante as décadas de 1840 a 1860 o teatro e o carnaval inseriram os homens na coisa pública; de “1860 a 1880, tingiu-se a corte de requintado colorido europeu, perdendo, um por um, os vestígios de

---

<sup>154</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.203.

<sup>155</sup> Ibidem, p.204.

<sup>156</sup> Ibidem, p.216.

<sup>157</sup> Ibidem, p.218.

<sup>158</sup> Ibidem, p.219.

sua tristeza colonial, da modéstia do tempo de D. João VI, do velho retraimento patriarcal”.<sup>159</sup> Se no primeiro capítulo ficou claro que Calmon enfatizou a ruptura administrativa entre a metrópole e a Colônia, agora ele admite que as práticas sociais levariam muito mais tempo para se alterarem. Até 1860 algumas das velhas tristezas se repetiam, como o retraimento da mulher e o mandonismo local. “Se o batizado era o grande jubilo social, o sepultamento constituía a melhor afirmação das pösses, da grandeza, da hierarquia da família fluminense”<sup>160</sup>. A autoridade do patriarca é tão grande a ponto de ser reafirmada após a morte, quando o testamento do morto governa os vivos.

Através da citação de José de Alencar são demarcadas as décadas de 1840 e 1860 como agudo romantismo e tentativas de suicídio.<sup>161</sup> Citando o viajante naturalista Francis de Castelnau, que esteve a serviço da Inglaterra no Brasil, afirmou que nessa época havia mais feriados do que dias de trabalho. A mansão colonial dá lugar ao novo sobrado, com enorme saguão e salão de festa. É um interior com piano, livros e sofás, enfim, todo um estilo arquitetônico afrancesado, mas deslocado, porque aqui era o Brasil e não a França.<sup>162</sup> Em nenhum momento do livro Calmon referencia diretamente a Europa como modelo de civilização, contudo, admite, há uma série de tecnologias trazidas do velho continente que qualifica como civilizadas: “A cidade transforma-se, com os costumes; civiliza-se, perdendo os velhos aspectos de ruas descalças e atoladiças”,<sup>163</sup> Perceba que nessa linha de raciocínio a civilização não está ligada linearmente à materialidade, mas sim a uma determinada moralidade que força a transformação juntamente com os meios físicos. Nessa argumentação, a mulher só pode destruir aos poucos o velho retraimento na medida em que surgiram melhores transportes, cafés e teatro.

O chafariz tem espaço privilegiado na obra de Calmon: “Na categoria dos deveres do Estado, o de fazer jorrar as torneiras de um chafariz, nas praças centrais, era o mais estimado, o mais popular”.<sup>164</sup> Isso porque um chafariz era indicativo de água encanada, urbanização, saneamento básico e saúde, assim como o bonde indicativo de método científico, ordem e progresso.<sup>165</sup> O teatro é importante por contas da “política de bastidores” e os imensos jardins

---

<sup>159</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.221

<sup>160</sup> Ibidem, p.223.

<sup>161</sup> Ibidem., p.223.

<sup>162</sup> Ibidem, p.227.

<sup>163</sup> Ibidem, p.231.

<sup>164</sup> Ibidem, p.235.

<sup>165</sup> Ibidem, p.236.

são o consolo da aristocracia deslocada para a cidade, que no quintal das moradias pode ter um pedaço de sua fazenda. Fala-se dos cafés, das farmácias, dos serões como ambientes de sociabilidade e não menos importante a maçonaria como “um elo a mais, entre os homens de pensamento”.<sup>166</sup> O autor historiou o lugar de realização dos debates políticos por conta de um fenômeno recente: os novos ricos. Seguindo a interpretação de Nabuco, eles seriam a nova ordem na política brasileira – “a política e o dinheiro eram as duas nobrezas reconhecidas, as duas rodas do carro social”.<sup>167</sup>

Calmon também dedica uma seção inteira para falar do Rio Grande do Sul. O autor dá importância para a questão fronteiriça ao narrar as inúmeras alterações pelas quais passou a província sulista. A Colônia do Sacramento é um exemplo por ter sido fundada por portugueses, como um “posto avançado, importante e prospero em virtude do contrabando, mutuamente vantajoso, para a guarnição da praça e os comerciantes de Buenos Aires”<sup>168</sup>, que oscilou entre o domínio espanhol e português. A região se tornou província em 1737 com características bem diferentes do restante do país, devido ao republicanismo e ao liberalismo maçônico trazidos dos vizinhos castelhanos. Seriam tais singularidades que levariam o estado a formação dos caramurus/farrapos (Revolução Farroupilha) e ximangos e maragatos (Revolução Federalista).<sup>169</sup> A Farroupilha foi descrita como uma disputa entre campo e cidade, entre periferia e poder central, no qual o Império, sob o comando de Caxias, saiu vencedor. O Rio Grande do Sul é retratado como um estado que nunca pode descansar, seja pelas zonas fronteiriças com a Espanha ou com o Brasil.

## 2.4 A ordem Monárquica

Esse é o título do último capítulo do livro, no qual são tratadas questões referentes à política, isto é, a distribuição e o papel dos poderes, as reformas eleitorais e a municipalidade. A obra deixa subentendido que a monarquia foi a melhor solução para o país naquele momento, primeiro porque as Repúblicas latino americanas eram fracas; segundo porque a regência é considerada como uma experiência republicana semi-federalista, resumida da seguinte forma: “se aplicaria ao resto do Brasil a comparação que fez Michelet para a Rússia: era uma

---

<sup>166</sup> CALMON, Pedro. História social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.249.

<sup>167</sup> NABUCO Apud Calmon. op.cit, p.250.

<sup>168</sup> Ibidem, p.255.

<sup>169</sup> Ibidem, p.260.



monstruosa aranha, cujas patas — as províncias — fugiam ao corpo”.<sup>170</sup> A ausência de poder central parece um problema evidente para Calmon, já notado em *Espírito da Sociedade Colonial*, sobretudo quando explica o país a partir das teses feudais. Com o “restabelecimento do princípio imperial, em 1837, reajustaram-se as peças do organismo nacional. A partir de 1848, o regionalismo capitulou: é a fase centralizante — e pacífica — da monarquia”.<sup>171</sup> Pode-se perceber que é uma interpretação elogiosa do segundo reinado, principalmente quando exalta as repressões aos movimentos desagregadores. Também é elogiada a atuação do senado, formado durante o primeiro reinado, que impediu a fragmentação do país e possibilitou a volta da monarquia.<sup>172</sup> No resumo da ópera, a monarquia de D. Pedro II foi uma experiência democrática.

Na primeira parte, o autor marca distinções claras entre a Colônia e o Império, sobretudo nos hábitos sociais, embora também destaque a continuidade de estruturas coloniais incorporadas pelo Império. “As milícias coloniais, cuja origem está nos regimentos dos primeiros donatários de capitanias, transformou-se, em 1831, na Guarda Nacional”.<sup>173</sup> Na ausência de Estado e de militares a Guarda Nacional, a mando dos patriarcas, matinha a vigilância no país. Referenciando Oliveira Vianna e Varnhagen, são apontadas duras consequências de tais ações: “Era isso a descentralização do governo, nas suas mais extensas consequências. Haveria de projetar-se mais tarde, nas duas características da nossa evolução política, segundo a escola de Le Play: espírito de grupo, instabilidade dos poderes públicos.”<sup>174</sup>

O espírito de grupo aqui deve ser entendido como aquele presente no “clan” feudal, que prejudicava a formação do indivíduo e por sua vez do social, resultando, portanto, na fragilidade da instituição. A solução para o problema criado pela Guarda Nacional veio com o fortalecimento do exército, que recrutava homens nacionalmente sob o comando do Império. Uma das formas para seduzir o poder local, retratado por Calmon, foi a criação dos títulos nobiliárquicos porque através deles o imperador poderia negociar com o patriarca sem grandes prejuízos para o tesouro.<sup>175</sup> Outro golpe duro no patriarcado foi a mudança das leis relativas à municipalidade. Se na Colônia elas tinham liberdade total para deliberações, a partir de 1828

---

<sup>170</sup> Ibidem, p.270.

<sup>171</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.271.

<sup>172</sup> Ibidem, p.273.

<sup>173</sup> Ibidem, p.286.

<sup>174</sup> Ibidem, p.290.

<sup>175</sup> Ibidem, p.294.

tiveram que prestar contas para o Conselho Geral.<sup>176</sup> Isso fez com que os poderes locais voltassem seus interesses para as assembleias regionais e gerais. Em resumo, o patriarca continuou existindo, tendo apenas mudado o lugar de atuação.

Os costumes eleitorais são descritos através da tão utilizada oposição entre liberais e conservadores,<sup>177</sup> rótulos que serviram para demarcar as posições dos interesses em disputa. A curta descrição dos membros dos partidos começa com a referência de Artur Azevedo e termina com Koster, “são os barões do novo mundo, agora autointitulados de coronéis, latifundiários ligados a terra, realmente senhores feudais como os velhos donatários,” que brigavam entre si.<sup>178</sup> Contra esses, Calmon não deixa de confessar sua decepção: “O Império não faz o milagre de substituir o grande proprietário rural pelo cidadão”<sup>179</sup>; em outras passagem, citando Oliveira Viana: “Não podia ser de outro modo, no vasto país ralmente povoado, onde cada fazendeiro, com a escravatura, no litoral, e a clientela, nos sertões, era um rei no seu domínio”.<sup>180</sup> Entretanto, como um bom conciliador, admitiu que fora graças a esse poderoso fazendeiro que a ordem se mantivera, pois ele era um pacificador.

As mudanças nas legislações eleitorais não tiveram impacto para conter a corrupção eleitoral. Na medida em que um partido começava a sufocar o outro, Dom Pedro II exercia o poder moderador e chamava novas eleições, com o intuito de equilibrar o jogo político. Através de Joaquim Nabuco, Calmon viu diferença em 1855, quando a “leis dos círculos” permitiu aos candidatos terem mais força que os partidos, tendo como resultado a eleição de três potentes liberais – Ottoni, Octaviano e Saldanha Marinho.<sup>181</sup> Após os liberais perderem força, em 1868, não contentes com o sistema de eleições indiretas resultantes do voto censitário, passaram a fazer campanha pelo sufrágio universal para os alfabetizados. A proposta caminhou lentamente, sendo posta no senado em 1878 e aprovada somente 1881. Nessa narrativa de Calmon, Dom Pedro II tem papel fundamental na mediação dos interesses, mesmo que ele fosse contra, como em relação ao próprio sufrágio universal.

---

<sup>176</sup> Ibidem, p.298.

<sup>177</sup> Eis aqui alguns empregos regionais da nomenclatura liberal x conservador pelo país: “Ficou famosa, a revolução de Santo Amaro, em Sergipe, entre a facção chefiada por Almeida Boto (os rapinas) e a dos Travassos (camondongos ou conservadores). No Ceará os nomes variavam: graúdos e meúdos, ripardos e minús, em sucessão de corcundas e caranguejos, chimangos e caracarás. Correspondiam-lhes caramurús e farrapos, do Rio Grande; cabanos e bentevis, no Maranhão; saquaremas e luzias, no centro”. CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.305.

<sup>178</sup> Ibidem, p.302.

<sup>179</sup> Ibidem, p.303.

<sup>180</sup> Ibidem, p.303.

<sup>181</sup> Ibidem, p.307.

Agora o assunto é educação. Aqui se repete a tese de *Espírito da Sociedade Colonial*, segundo a qual um modelo educacional praticamente inexistiu, salvo as iniciativas dos jesuítas, que apesar de pequenas e atrapalhadas pelo poder público, deram bons resultados. Luis dos Santos Vilhena, autor de *Cartas Soteropolitanas*, referência amplamente utilizada no primeiro volume da série, é um exemplo de erudito, mestre de escola dominador do grego, latim e das artes liberais. Calmon lamenta pelos jesuítas terem sido tolhidos em seu projeto universitário porque, até o Império, não existira nenhuma universidade. Somente neste período, foram criadas duas faculdades de direito e duas de medicina, “sem consolidar os conhecimentos úteis de uma classe mediana e numerosa de homens adaptados á vida social”.<sup>182</sup> O modelo existente no país, aplicado nas escolas secundárias e nas faculdades, era fundamentalmente de viés retórico, dando quase exclusividade para autores latinos, o que parece desagradar nosso autor. Daí viriam as citações de Virgílio na *Inconfidência Mineira*: “Libertas quae sera tamen, respexit inertem”. Com esse modelo Calmon parece ser mais crítico, principalmente por conta das ideias radicais, românticas e democráticas.

Outro movimento nasceu a partir da independência, o qual trocou gradualmente o latim pelos estudos filosóficos.<sup>183</sup> Das faculdades surgiram alguns movimentos político-ideológicos: “Podemos dividi-la [as fases do ensino] em períodos, nitidamente demarcados: nacionalismo radical, entre 1829 e 1840; romantismo byroniano, de 1840 a 50; romantismo revolucionário, de 50 a 70; naturalismo, realismo, positivismo, de 70 em diante.”<sup>184</sup> Respectivamente, o primeiro movimento estaria ligado ao anti-lusitanismo; o segundo ao idealismo nacionalista; o terceiro ao lirismo patriótico, ao indianismo sentimental, humanismo socialista; a quarta etapa é uma apropriação de ideias estrangeiras por causa da desilusão com as ideias nacionais. De todas vertentes, é contra o lirismo patriótico ou indianismo sentimental que Calmon profere mais críticas, pelo fato deste movimento insistir no índio como o elemento singular e original da identidade brasileira. Contrário a isso, o autor acreditava que fora a mestiçagem étnico cultural que produzira o lastro da identidade brasileira.

O clero sempre exercera uma interferência política e intelectual no Brasil mostrando-se, diferentemente da Europa, mais liberal e propositor de reformas políticas. A *Inconfidência Mineira*, A Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador seriam exemplos de movimentos sociais idealizados por padres. “A rebeldia generalizá-ra-se, como um

---

<sup>182</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.312.

<sup>183</sup> Ibidem, p.314.

<sup>184</sup> Ibidem, p.315.

ideal comum, dos homens esclarecidos que, nem por vestirem a samarra, tinham perdido o entusiasmo patriótico, a exaltação das idéas-força”.<sup>185</sup> Apesar de ser contra qualquer tipo de radicalidade, nesse caso ele procura entender os padres que eram estudados e propunham soluções para o país. A partir de 1860, Calmon relata o surgimento da maçonaria dentro da igreja católica, um núcleo de agremiação intelectual e livre. Havia até aí duas igrejas, a que acompanhava os maçons e a que os rejeitava totalmente. O estopim do litígio foi um discurso do Padre Almeida Martins que defendeu numa loja maçônica a lei do ventre livre. Após alguns impasses entre a igreja e os maçons, também católicos, D. Pedro II interveio contra a primeira. O autor criticou o imperador por agir tardiamente em favor da Igreja já consolidada, porque assim ele reprimia um grupo em ascensão, agora também insatisfeito com o reinado.

Ao desgaste pela questão religiosa somou-se a abolição da escravidão. Ela é retratada no livro como “Revolução da esfera social” dada as inúmeras alterações que provocou, a começar pelos debates. O autor alegou que a questão foi encarada com seriedade tardiamente, porque nos Estados Unidos o debate fora muito anterior.<sup>186</sup> De certa forma uma negligência lucrativa: “Dão-lhe, de prazo para a vida, sete anos: é também o calculo do seu valor. Morre cedo. E deve ser substituído. Para cada negro que cai, vem dois novos”.<sup>187</sup> Contrário à escravidão, haveria um movimento filantrópico de algumas iniciativas individuais e literárias. O principal nome na literatura foi Castro Alves, autor que é uma grande referência pessoal para Pedro Calmon.<sup>188</sup> Tanto conservadores quanto liberais são retratados como escravocratas, mas os liberais ao menos tinham certo discurso abolicionista até que fossem feitas leis concretas. Para Calmon as leis abolicionistas, como a do ventre livre, dos sexagenários e a própria lei Áurea, haviam sido indícios do progresso civilizacional do Império.

Após a abolição, a repercussão da lei é considerada como desastrosa, principalmente para o norte, onde o negro era o sinônimo de riqueza. No sudeste vários escravos continuaram nas fazendas, agora como trabalhadores assalariados; e os que partiram foram substituídos por imigrantes. Contracenavam com a abolição, por um lado, a adaptação dos liberais e, de outro o “desgosto dos políticos conservadores, indiferentes á sorte das instituições pelo desespero da própria situação de insolvência, e a febre das especulações, a que se atiraram outros, visando á substituição de valores, naquela época de radicais transformações”.<sup>189</sup> Surgiam

---

<sup>185</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.330.

<sup>186</sup> Ibidem, p.341.

<sup>187</sup> Ibidem, p.342.

<sup>188</sup> CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

<sup>189</sup> Ibidem, p.355.

novos tempos, através da máquina, das estradas, do telégrafo, da maçonaria, da especulação, da revolução social, etc. Todos os capítulos e subcapítulos terminam suas narrativas com o fim do Império: “um fim de século diametralmente oposto ao seu princípio”, nas palavras do autor.<sup>190</sup>

“A queda do Império teve, como a sua fundação, um sentido evolutivo e pacífico, quasi uma naturalidade, cuja explicação está no conjunto dos fatos.”<sup>191</sup> É assim que começa a última parte do livro, como um ponto de chegada onde todas veredas percorridas na obra levavam à República. As estruturas do Império foram criticadas em inúmeros momentos e agora não foi diferente, mas o soberano D. Pedro II sempre foi poupado, por ter sido sempre uma pessoa com virtudes, desprendida materialmente, e que não temia enfrentar confrontos desde que que para o bem do país.

É nesse sentido que o Império se desgasta, ao contrariar os interesses daqueles nele incrustados, sejam nobres, militares, clérigos etc. Além dos tradicionais conflitos já narrados, surgia um novo seguimento social sedento por mudanças: “A’ frente desse povo, que não era mais o super-povo dos senhores escravocratas, nem o sub-povo, dos servos emudecidos pelo cativo” estavam as camadas médias.<sup>192</sup> Nascida nas cidades, elas não eram devotas do campo ou da monarquia. Pouco pode fazer D. Pedro II, sem um grande sucessor para um possível terceiro reinado e com os monarquistas mais fortes do período afastados do governo. Restou-lhe a resignação, como sempre fez em sua vida, na ótica de Calmon. “Amanheceu o Brasil Império, anoiteceu republica”,<sup>193</sup> o povo não notou as transformações, salvo os fluminenses, a par dos desfiles militares. Assim acabava-se o Império sob o comando dum democrata e iniciava-se a República com um ditador.

## 2.5. Do Espírito do Império à Época República

Ao final desse segundo livro, posso visualizar algumas soluções para problemas levantados pelo autor no primeiro livro. Está clara que a interpretação de um Brasil feudal está ligada a uma percepção política/econômica que destacou o excesso de regionalismo, de coronelismo e falta de centralização etc.<sup>194</sup> A viagem ocupa posição fundamental nas duas obras

---

<sup>190</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.324.

<sup>191</sup> Ibidem, p.329.

<sup>192</sup> Ibidem, p.361.

<sup>193</sup> Ibidem, p.377.

<sup>194</sup> Retomarei esse debate no segundo capítulo, quando me dedicarei a conceitos específicos.

até aqui tratadas, e ela tem um caráter tridimensional: 1) a viagem/relato do estrangeiro que visita e descobre o país, cuja opinião é vista algumas vezes como exagerada; 2) a viagem do sujeito/mestiço nacional que adentra, conquista o território e constrói uma sociedade singular, considerada inovadora; 3) e a viagem do próprio autor para os lugares históricos e neles reconhecer o “espírito nacional”. Os três tipos de viagem são (re)descobridores do Brasil e dão legitimidade ao discurso. Sem a viagem a narrativa histórica seria outra, talvez mais romântica ou ingênua.<sup>195</sup> Viajar significa não apenas deslocar-se geograficamente, mas também temporalmente, porque se vê o passado na materialidade e aprende-se com ele.

Para projetar a questão patriótica, o autor sinaliza uma percepção de história que, espelhando experiências do continente europeu e da América do norte, valoriza o nacional, destacando para isso as forças fundadoras dos Estados-nações que permitiram o desenvolvimento da civilidade e das singularidades de cada povo. É nesse sentido que o país deixaria de ser uma Colônia para tornar-se um Império. É como se as forças internas seguissem o curso das externas. Mas, quando se fala aqui em patriotismo, o livro não pode ser visto como ufanista, porque com exceção do prefácio e das descrições de D. Pedro II, não há grandes exaltações. O Império cumpriu sua missão histórica de conformar uma nação, embora com muitos problemas. No Brasil monárquico fomos o que pudemos ser: tratava-se de uma instituição falha, repressora (o que não seria ruim necessariamente) e formada por oligarcas, porém foi a resposta necessária à fragmentação, ao jacobinismo cego. Salva-se, especialmente a figura de D. Pedro II, só criticado quando entrevistou a favor da maçonaria. A República sempre foi representada como jacobina quando o assunto central era o Império, apesar dela ser um indicativo de modernidade. Mostrarei adiante que a República não era de todo ruim.

### **3. História Social do Brasil – A época republicana**

Publicado em 1939, esse livro possui metodologia bem diferente de *Espírito Colonial* e *Espírito Imperial*. Aqueles traços do cotidiano destacados nos primeiros livros, que falam das vestes, dos alimentos, do dia-a-dia, sede espaço para um roteiro e narração que privilegiam eventos políticos. O diálogo contínuo com os viajantes deu lugar a discursos realizados publicamente em instituições políticas. Parece que Calmon encontrou problemas ao escrever sua história do tempo presente, não por falta de uma teoria adequada simplesmente, mas também pela seleção de fontes históricas. Sem arquivos organizados e sem a autoridade e

---

<sup>195</sup> Explorarei melhor a questão da viagem no segundo capítulo.

facilidade de informações que os viajantes franqueavam para a Colônia e o Império, restaram os arquivos das câmaras do legislativo, executivo e judiciário. O livro é o menor dos três em número de páginas, e com recorte temporal bem mais curto, de 1889 até 1922, porém, não menos revelador.

Outra alteração que deve ser ponderada no terceiro livro, *História Social do Brasil – A época Republicana*, em relação aos dois primeiros volumes *Espírito Imperial* e *Espírito Colonial*, diz respeito ao título. Como se observa, Calmon abandonou o conceito de espírito e compôs um título menos ambicioso. Acredito que tal atitude não se deu exclusivamente por se tratar de um período mais próximo do presente mas pela valorização da continuidade e de longa duração, importante no raciocínio do autor, que ainda não fora vivenciada neste último período. A Colônia e o Império, situações historicamente cumpridas, teriam desempenhado papéis fundamentais na gestação do espírito, essa essência que aparece de maneira diferente no mulato, no mameluco, no sertanejo, na mulher e no senhor de engenho. Na República os “tipos sociais” seriam resquícios do passado, possuindo características próximas as do Império e da Colônia. Contudo, como a República era jovem não havia ainda como perceber a sua contribuição de longa duração para o percurso do país, ou seja, para o “seu espírito”.

Outra característica diferente da *Época Republicana* se dá com o trato das fontes, agora menos rica em viajantes e mais dependente dos discursos políticos e de meios circundantes do historiador. Isso não chega a frustrar ou constituir um problema, porque se antes os viajantes davam uma boa pista sobre o espaço de experiência histórica na qual Calmon alicerçava o raciocínio, agora é possível vislumbrar com nitidez os interlocutores próximos do autor. Nomes como Capistrano, Euclides, João Ribeiro, Theodoro Sampaio, Silvio Romero, Nabuco, Taunay, Oliveira Lima e Vianna são citados frequentemente no livro, ora como bibliografia, ora como fonte de pesquisa.

### **3.1. A Revolução Brasileira de 1888-89:**

O século histórico não coincide, no Brasil, com o século cronológico. O nosso século XVI começou em 1532, com a fundação de S. Vicente; o XVII em 1625, com a restauração da Bahia; o XVIII, ao contrário, em 1694, com o descobrimento das minas; o XIX, em 1808, com a chegada da corte portuguesa. O século XX iniciou-se em 1888-89, com a abolição da escravidão, que transformou a economia, e a fundação da

República, que modificou a face política do país. A revolução de 1888-89 foi profunda e geral.<sup>196</sup>

Pedro Calmon se distanciou das análises que demarcam os períodos históricos somente a partir de datas: para ele há algo mais, algo anterior ao próprio acontecimento que ajuda explicá-lo. Por isso o século XX começou com a abolição e a própria abolição começou muito anteriormente, nas intervenções inglesas. O século XX começou com uma Revolução, não simplesmente pela abolição em si, mas porque ela simboliza a queda do Império, o desequilíbrio entre as dicotomias: agricultura e indústria, importação de ideias francesas e americanas, barões e bacharéis, corte e províncias.<sup>197</sup>

O Brasil estava em ritmo diferente, eram outros tempos, a lentidão e a solidez do engenho deram lugar a volúpia do café, que enriquecia uns mas alijava outros. “Os plantadores de café surgiram com o liberalismo, que é o ambiente do individual e ilimitado enriquecimento. Dispensaram a madureza e a serenidade da outra lavoura, da lenta cultura da cana”.<sup>198</sup> Calmon quer insinuar que a destreza dos investidores econômicos acabou por precipitar a política, tanto na abolição, como no golpe militar de 15 de novembro. Foi uma “insurreição espiritual” contra a nossa história, contra três séculos de ruralismo monárquico, contra a continuidade política. Agora, o Brasil passara ao espírito nacionalista jacobino, aquele da revolução, do barulho das ruas, da igualdade democrática. Tais características não foram de todo ruim, segundo Calmon. O problema é que os militares aceleraram um processo que deveria transformar-se lenta e naturalmente. Houve muitas alterações nos segmentos sociais, na forma de conduzir a economia e a política, mas a relação dos civis com o centro de poder foi praticamente a mesma, pelo menos durante o golpe: “o povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”<sup>199</sup>

A República é ruptura: “O ano de 1890 é de demolições frenéticas no campo político, de delírio e sonho na Bolsa e no mercado, de luxo e prazer nas esferas sociais da Capital Federal”. Tal data também é a demarcação para outras rupturas sociais e filosóficas. Calmon entendia que o Governo de Deodoro reunia dentro de si praticamente todas as correntes do liberalismo existentes na época. Foi o liberalismo que derrotou o positivismo, mas que permitiu

---

<sup>196</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.1

<sup>197</sup> Ibidem., p.2

<sup>198</sup> Ibidem., p.4

<sup>199</sup> LOBOS, ARISTIDES Apud CALMON. op. cit., p.6.



esse segundo existir no Brasil por meio do federalismo.<sup>200</sup> O lema Ordem e Progresso explicaria apenas a força do ministro da guerra Benjamin Constant e a representação militar, mas jamais um programa político aplicado por todo governo. O autor chama de “ódio ao passado” o trabalho de memória realizado pela República ao destruir a antiga memória imperial e criar os novos mitos fundadores. Foram colégios, ruas e praças com a nomenclatura alterada; estátuas de Dom Pedro II derrubadas e de Tiradentes erguidas. Calmon não escondeu seu desapontamento com tais atitudes, que não eram exclusivamente do meio político. Os próprios historiadores foram acusados de fazer uma revisão crítica de elogio ao heroísmo militar: “Os que na véspera não acreditavam na República, agora a julgam eterna”.<sup>201</sup> Calmon ironizou: a implementação da República foi feita com muito progresso e pouca ordem; o direito norte americano importado, que inclusive legitimou os Estados Unidos do Brasil, era conhecido por poucos. O principal especialista no assunto – Rui Barbosa – estava, desordenadamente, na pasta de economia. Bem, ao que parece, a República não foi tão triunfante aos olhos do baiano, faltou tradição e sobrou ousadia.

### 3.2. Economia, Política e Revolução “a República que pudemos ter”

O delírio do encilhamento pode ser constatado no próprio nome: Calmon descreve que o *encilhar* é um vocabulário comum para o Derby e para o Jockey Club, locais onde se apostava em corridas de cavalo. Isso porque a política econômica da República é descrita como uma aposta de um jogo de azar e não como uma decisão racional com fins especulativos. O protecionismo, as sociedades anônimas, a emissão de moedas e crédito, tudo sem controle, fez com que a economia entrasse em colapso.<sup>202</sup> E claro, faz questão de lembrar que o imperador havia sido, durante sua administração, contrário a tudo isso. Há um destaque especial para as sociedades anônimas que permitiram inúmeros tipos de corrupção. Criavam-se empresas de fachada de dia, recebiam o crédito, e à noite decretavam falência. Tais atitudes econômicas seguiam o ritmo frenético da República descrita nas palavras de Euclides da Cunha “A República feita numa madrugada, criara a ilusão de grandes coisas feitas da noite para o dia”.<sup>203</sup> É interessante ressaltar que esse Euclides aqui citado por Calmon é posterior à experiência de Canudos, o que faz dele um sujeito já decepcionado com a República. Em outras partes do livro,

---

CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.9.

<sup>201</sup> NABUCO Apud CALMON. op. cit., p.12

<sup>202</sup> Ibidem., p.16.

<sup>203</sup> Ibidem., p.19.

o Euclides citado é o jacobino, aquele que havia estado em Canudos a fim de registrar o triunfo republicano, mas que se decepcionou com a inabilidade do Estado no entendimento e trato da própria população.<sup>204</sup>

De início, não há no texto quase nada relativo à composição do social pois a narrativa resume-se a críticas às medidas econômicas e políticas da República. A sessão encerra-se detalhando os jogos políticos entre Deodoro e a Câmara dos deputados. Ela tinha sido eleita com maioria conservadora, já desconfiada do viés ditatorial de Deodoro.<sup>205</sup> A dissolução da assembleia não era possível, pois fortaleceria o discurso monarquista ainda muito atuante. O Partido Republicano Paulista ganhou protagonismo e conseguiu manter a Assembleia Constituinte, assim como eleger o Marechal Floriano como vice-presidente.<sup>206</sup> A crise estava adiada, mas, mais cedo ou mais tarde um dos Marechais cairia.

Os Marechais Deodoro e Floriano são descritos sobretudo em seus traços psicológicos. O primeiro usava linguagem violenta, intempestivo, estampava a crise. O segundo fazia do silêncio a sua arma, não se posicionava, parecia indiferente, mas compreendeu os movimentos políticos e deixou lentamente fazerem do seu nome a nova solução para o país. Deodoro perdeu a paciência com o Congresso e dissolveu a assembleia em novembro. Ganhou assim muitos opositores, pois “dispersou a representação popular. Voltava a ser ditador”.<sup>207</sup> Júlio de Castilhos com sua constituição positivista *sui-generis* declarara ser legalista. A marinha também exerceu papel de mediação, colocando-se contra Deodoro. Custódio de Melo se apoderou dos três maiores barcos da esquadra, e se o governo tentasse reagir haveria guerra. Não havia muitas alternativas para Deodoro a não ser a renúncia ou a guerra. Como sua psicologia estava casada com uma feroz cólera que o corroía dia a dia, a renúncia foi a sua cura.

Calmon descreveu ironicamente a substituição dos Presidentes, sobretudo por se tratar de uma República, regime em que, teoricamente, as instituições deveriam garantir certa previsibilidade de alternância no poder, com regras a serem cumpridas, com um parlamento onde falaria a voz do povo. Mas não foi nada disso que aconteceu: Floriano “Subira por força de um contra-golpe; logo, governaria com a “legalidade” republicana, os ortodoxos, os rapazes de colête vermelho, as patentes jovens, os “puros”.<sup>208</sup> Ou seja, a legalidade da nossa República

<sup>204</sup> DE DECCA, Edgar. Euclides e Os Sertões: Entre a Literatura e a História. IN: E FERNANDES, Rinaldo. O clarim e a oração: cem anos d’Os sertões. Geração Editorial, 2002.p. 179.

<sup>205</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.27.

<sup>206</sup> Ibidem., p.30.

<sup>207</sup> Ibidem., p.34

<sup>208</sup> Ibidem., p.38

se faz por meio da bala, ou então “República militar cafezista”,<sup>209</sup> como chamou Nabuco. Na prática Calmon entendia que Floriano não havia sido muito diferente de Deodoro, afinal, ambos eram militares. Após assumir, Floriano passou a perseguir os governos estaduais que apoiavam Deodoro. “Clara ou indiretamente, Floriano demonstrava ao país que a “legalidade” era ... revolucionária, ou melhor, anti-deodorista.”<sup>210</sup> A revolução aqui tem um sentido um pouco diferente do que é mais comumente encontrado em Calmon. Geralmente o significado está associado à ruptura com a tradição, com a história, o que levaria concomitantemente à anarquia, mas aqui o sentido está mais próximo à violência no uso das armas, onde a força é a legitimidade.

Ainda vale ressaltar um pouco mais como o autor construiu os personagens do enredo, e como entendia a psicologia dos indivíduos. Floriano ou Deodoro não são descritos única e exclusivamente pelos seus discursos – que também não são tão frequentes. A psicologia do humano – suas dores, sentimentos, ambições, angústias – é feita pelo discurso dos personagens próximos, como se quem estivesse vivendo o período pudesse fornecer um relato verídico do estado mental do sujeito analisado. Por isso aparecem comentários de jornalistas, políticos e militares sobre as ações de um governante. Por enquanto, o povo resume-se às pessoas politicamente ativas das cidades.

Ao descrever os acontecimentos da Revolução Federalista Calmon retomou os argumentos mesológicos contidos nos dois primeiros livros. O meio físico fez do gaúcho um sujeito singular, tão acostumado a vencer a natureza que resolveu seus problemas com a guerra. Tal comportamento faz parte de um espírito – do germe –, gestado desde o período colonial, que mesmo adormecido continuava vivo no humano, como uma memória genética lembrada no momento necessário. O autor reconstruiu o espírito guerrilheiro lembrando a Revolução Farroupilha e associando aquele evento com a Revolução Federalista. De um lado os *Ximangos*, representados por Castilhos e Pinheiro Machado, do outro os *Maragatos*, representados por Gaspar Silveira Martins.<sup>211</sup> A guerra teria se dado por uma fatalidade do ambiente: era um choque de liberais e positivistas, onde os primeiros questionavam a própria tradição eleitoral sul-rio-grandense. Gaspar é colocado como anti-comtiano, o que faz dele um personagem predisposto à derrota devido às tradições positivistas dominantes no Rio Grande.<sup>212</sup> Calmon viu

---

<sup>209</sup> NABUCO APUD CALMON. CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.36.

<sup>210</sup> Ibidem., p.42

<sup>211</sup> Ibidem., p.47.

<sup>212</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.50.

no Rio Grande do Sul um estado caracterizado politicamente pela nitidez das ideias: ou o político é *maragato* ou *ximango*; e ele não conseguiria transitar com facilidade pelas duas vertentes.

A revolução Federalista fora um banho de sangue, deixando inúmeros cadáveres degolados pelo solo gaúcho. Floriano tomou partido do assunto assim como de outros movimentos, chamando os inimigos *maragatos* de “sebastianistas” (fazendo referência a Antônio Conselheiro), enquanto os aliados *ximangos* eram os republicanos, os quais Calmon denominou de *republicanos jacobinos*, grupo quase sempre integrado por militares jovens e exaltados. O autor lamentou a perda de Pedro II, que aceitara o exílio para evitar derramamento de sangue. Mas a República fez desse sacrifício um rito de legitimação. Os liberais “gasparistas” (*ximangos*) revelaram-se um inimigo à altura da República. Calmon comparou os líderes do movimento federalista com Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, fazendo da memória da Revolução Farroupilha um parâmetro para mensurar o tamanho do obstáculo a ser enfrentado por Floriano e pelos republicanos positivistas. É como se a dicotomia entre liberais e conservadores, que dividiu o Brasil e o Rio Grande do Sul, tivesse ganhado uma nova roupagem com a Revolução Federalista. Os líderes do movimento foram caindo aos poucos. Saldanha da Gama – Almirante da marinha que chegou a marchar sobre São Paulo – morreu; Custódio de Mello foi derrotado na cidade do Rio Grande; Gumerindo Saraiva desapareceu no pampa, morto em combate. Calmon entendia que “Floriano ganhara a guerra e perdêra a partida”. Os tempos de guerra ocuparam o presidente de tal modo que não houve tempo de fazer um sucessor. Em 1894, o civil Prudente de Moraes foi eleito sem nenhum adversário compatível.

Calmon entendia que a consolidação da República acontecera no governo de Prudente de Moraes quando Canudos foi destruído, não porque os seguidores de Antonio Conselheiro fossem contendores à altura, mas porque os republicanos inflaram discursivamente seu adversário, que não era nem de perto o que diziam.<sup>213</sup> “Antonio Conselheiro, fundára uma aldeia de fieis. Sexagenário semilouco, vestido de uma túnica comprida, cabelos e barbas incultos, uma cruz pendente do peito magro, o ascéta não era original nem perigoso”.<sup>214</sup> Mas, Conselheiro não era desequilibrado psicologicamente porque nasceu assim; na verdade, o meio físico o tinha forjado daquela maneira. E qual a solução correta na visão de Calmon? O autor entendia que faltou compreensão por parte do governo, mas não no sentido de levar a civilização

---

<sup>213</sup> Ibidem., p.72

<sup>214</sup> Ibidem., p.73.

para o sertão: “Se a expedição [militar] fosse numerosa, a lenda de Canudos não se teria formado”.<sup>215</sup>

Tudo o que se sabia sobre Canudos seria resultado apenas do sensacionalismo dos jornalistas que fizeram questão de documentar sentimentalmente o ocorrido a fim de desgastar Prudente de Moraes. Além dos revezes na luta contra Conselheiro, a crise na República se acentuava com as disputas pelo poder, impulsionadas pelo fato do vice-presidente Manuel Vitorino Pereira, afinado com os jacobinos, ter assumido a presidência quando da licença médica de Moraes. Vitorino tentou apagar a imagem de Moraes na ausência deste, e quando ele retornou recebeu críticas da oposição por ter abandonado o país num momento de fragilidade. Enquanto isso, restauradores monarquistas lançavam manifestos e voltavam a imprimir suas revistas. Tal atitude teria despertado novamente a ira dos republicanos jacobinos que acabam assassinando o monarquista Gentil de Castro.<sup>216</sup> É assim que Calmon entende os primórdios da República brasileira, um misto de sangue, sentimentos, ânimos a flor da pele e muita repressão.

A estabilidade do governo Prudente de Moraes só é recuperada pela força quando, em 1895, alguns cadetes fizeram um motim e o presidente ameaçou varrer o quartel do mapa. Canudos também recebeu uma resposta à altura com uma tropa repressora integrada por 5800 soldados: “Quantos prisioneiros caíram nas mãos dos vencedores? Nunca se soube. Porque não chegaram. Foram sacrificados aos lótes, metodicamente - numa explosão de ódio bárbaro”.<sup>217</sup> De Canudos restou apenas o trabalho de Euclides da Cunha: uma “homenagem de um sonhador da República á bravura sem história dos fanáticos do Conselheiro”.<sup>218</sup> O ciclo das agitações terminava com o assassinato do Marechal Bittencourt, que defendeu Prudente de Moraes de um exaltado. Foi o momento de emudecer até mesmo os jacobinos.<sup>219</sup>

Com a eleição de Campos Salles a República começara a se estabilizar. O governo dele coincidiu com uma suposta pacificação das ruas, tornando possível pensar em políticas de médio prazo. Sales mandou para Europa seu ministro de economia, a fim de renegociar dívidas

---

<sup>215</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.73.

<sup>216</sup> Ibidem., p.79.

<sup>217</sup> Ibidem., p.84.

<sup>218</sup> Ibidem., p.85.

<sup>219</sup> O autor retomou Canudos uma última vez no final do livro para comparar com a Guerra do Contestado e com o Padre Cícero. Padre Cícero não era louco como Conselheiro, mas igualmente fabricado pelo meio: “comungava com ele, porém, um providencialismo apostólico, um amor da gente simples, uma vocação hospitalar, de grande protetor do “cangaço”.” A diferença entre os três movimentos seria a falta de visão de uns e o oportunismo de outros, enquanto Canudos e Contestado se isolaram em reivindicações locais contra a capital, Padre Cícero soube utilizar as instituições federais a seu favor, por isso sobreviveu.

e conseguir investimentos. Ironicamente Calmon sentenciava: “Devéras a riqueza explorável é tão abundante que a própria agiotagem internacional, endividando o país, não lhe embaraça o progresso: compromete-o, mas o fertiliza”.<sup>220</sup> A mesma especulação financeira que evadiu os investimentos durante os conflitos civis, possibilitou o retorno deles. A estabilidade para Calmon estava associada ao controle político, à capacidade de repressão da desordem social e ao desenvolvimento econômico. Essas características não são observadas com frequência em *Espírito Colonial* e no *Império*. Nessa narrativa da República, como se trata de um recorte temporal mais curto para o autor, de 1889 até 1922, ele descreve com mais detalhes os acontecimentos que elegeu como fundamentais, o que permite entrar em minúcias que não aparecem nos outros livros.

Calmon entendia que nesse primórdio de República experimentou-se todos os sentimentos possíveis em duas fases: “A anarquia das ruas e a onipotência do poder armado”<sup>221</sup>. Idealismo, decepção, devoção, radicalismo e violência. Isso teria acontecido porque sua fundação foi mal calculada: “Nessa atmosfera de saturação, de desencanto e fadiga, é que submerge a República teórica, que não fôra exequível, e se impõe a República que pudemos ter. A que foi possível.”<sup>222</sup>. Calmon parece replicar o recorrente raciocínio praticado por homens de letras desde o Império, dentre eles Machado, Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna, sobre como o Brasil adaptou as instituições liberais às suas peculiares circunstâncias. A República teórica, idealizada a partir de ideias franceses e americanas não se adequou à nossa realidade. Por isso o país sofreu até (re)criar seu modo de pensar.

O exemplo de instituições adaptadas são os partidos políticos na República, remanescentes do Império, os quais Calmon continuou a nomear de conservadores e liberais. O problema é que eles não tinham uma definição clara do que eram. A transferência dos políticos de um partido para outro era demasiada/exagerada/contínua/recorrente. “O Partido Republicano Federal era ilusório. O presidencialismo (só então se déram conta disto) não se harmoniza facilmente com partidos nacionais: a sua base são os Estados, e os Estados são os governadores”.<sup>223</sup> Percebe-se que é na compreensão da realidade nacional que nascia a política dos governadores: “Desde aí a intervenção nos Estados encontrara a sua norma conciliatória,

---

<sup>220</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. A Época Republicana*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.95.

<sup>221</sup> *Ibidem.*, p.96.

<sup>222</sup> *Ibidem.*, p.97.

<sup>223</sup> *Ibidem.*, p.98.

mediante um tácito ajuste entre eles e a União. Uma troca de atribuições e uma cessão mútua de garantias harmonizavam as diferenças”.<sup>224</sup>

São destacados dois partidos regionais: o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Rio-Grandense. O primeiro de característica expansionista e o segundo de fixação. Ambos desempenham papéis importantes na estabilização do país. A eles soma-se o estado de Minas Gerais. Formava-se a base mínima para garantir a previsibilidade das instituições. Calmon entendia como problemático esse equilíbrio por ser costurado exclusivamente nas capitais: “sob o amparo da lei, que é liberal, e da autoridade, nem sempre intolerante se instala, e permanece. O interior silencia.”<sup>225</sup> Nas cidades se discute de tudo, voto, democracia, direitos, liberdade e até mesmo socialismo. São os republicanos que o fazem, sobretudo os jovens, de quem Calmon demonstrava ter severa desconfiança.

A centralização do país se fazia na figura do presidente, um presidencialismo plástico, que se elegia com as negociatas do momento com os estados. “Cada homem, portanto, valia por uma interpretação inesperada da Republica. E esse personalismo propagava-se, do centro para a periferia, com a mesma nitidez”.<sup>226</sup> Quem era situação poderia se tornar oposição. Essa política que se inaugurou em Campos Sales parecia aos olhos do presente bastante instável, mas Calmon garantia que, em contraste com os primeiros governos dos Marechais e de Prudente de Moraes, criaram-se algumas liturgias respeitadas que antes sequer existiam. Tal maneira de presidir o país durou até 1930. O poder constituía-se no que foi denominado de política centrífuga, um poder que sai do centro e vai para as bordas: os estados conferem o apoio ao presidente que por sua vez garante a intervenção. A questão foi debatida, por exemplo, “Ruy Barbosa escreve ao Senado uma carta profética: acha que a interpretação extensiva do dever de intervenção afrouxará, comprometendo-o irremediavelmente, o liame federativo...”<sup>227</sup> É desse debate que surge as singularidades do federalismo no Brasil, tornando-o autêntico, não somente uma importação de ideias “Yankees.”<sup>228</sup> Tal presidencialismo diferenciava governo de República. O primeiro é ideológico, político, negociado, personalista. O segundo item diz respeito às regras do jogo.<sup>229</sup> Calmon entendia que quase sempre o governo era superior à

---

<sup>224</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.99.

<sup>225</sup> Ibidem., p.108.

<sup>226</sup> Ibidem., p.109.

<sup>227</sup> Ibidem., p.117.

<sup>228</sup> Ibidem., p.118.

<sup>229</sup> Ibidem., p. 120.

República, uma característica de modelos recém elaborados. Mas o que haveria de errado com as supostas “ideias importadas”?

Em si, aquelas ideias não eram vistas como problema, mas havia restrições à maneira de suas implementações, a exemplo da justiça, “copiára-se o regimen norte-americano, porém não a educação norte-americana, inimitável”.<sup>230</sup> O livro parece defender a subordinação do direito positivo ao direito consuetudinário, pois as pessoas nunca respeitariam a lei positiva porque simplesmente não há uma tradição: “de pouco valem as leis, sem os costumes”.<sup>231</sup> Para um sistema funcionar, ele precisaria respeitar a tradição, seja a tradição gestada, ou uma tradição inventada, através de um rigoroso processo educacional. Desse ponto de vista, percebe-se que a cultura para Calmon não tem consistência natural e biológica predominante. Ela pode ser inventada e reinventada dentro das próprias experiências humanas. A própria ideia de espírito, bastante presente nos dois primeiros livros, por mais essencialista que seja, é gestada juntamente com as experiências do povo.

A política exterior brasileira seria a prova de que valia a pena investir na tradição, pois mesmo com o advento da República e suas rupturas, o ministério de relações exteriores teria continuado com a diplomacia advinda do Império.<sup>232</sup> Essa diplomacia seria uma suposta política de boa vizinhança com os demais países da América Latina – cuja matriz era o sentimento de americanismo. O autor deixou de lado todos os litígios brasileiros decorrentes da expansão de fronteiras, inclusive as incursões sobre a Banda Oriental e a Guerra do Paraguai, e concebeu um governo imperial “destituído de paixões agressivas, porem sensível às alheias e por isso inclinado a aliar-se a governos calmos e constitucionais”.<sup>233</sup> A chave do sucesso diplomático, na passagem do Império à República, teria se dado com a continuidade da política implementada pelo diplomata Visconde de Cabo Frio, Luís da Cunha Moreira, ainda no segundo reinado, que preferia o arbítrio, em detrimento da guerra. O sucessor da política americanista, Quintino Bocaiuva, fora tão deslumbrado pela América que entregou excessivas extensões territoriais para a Argentina, que na época questionava as terras brasileiras, ainda com base no Tratado de Madri (1750). Apesar da boa vontade de Bocaiuva com os Hermanos, o acordo não foi referendado pelo Congresso Nacional, o que causou desgaste entre os

---

<sup>230</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.120.

<sup>231</sup> Ibidem., p.124.

<sup>232</sup> Ibidem., p.126.

<sup>233</sup> Ibidem., p.127.



governos, obrigando a mediação estadunidense. O Brasil saiu favorecido, contudo, o grande vencedor foi o pan-americanismo.<sup>234</sup>

Campos Salles foi destacado como o presidente que aprofundou o pan-americanismo, por ter sido o criador da cordialidade sul-americana, que “fez timbre de uma política amistosa, em relação á Argentina, sem prejuízo do cordial entendimento que vinculava o Brasil ao Chile e ao Uruguai”.<sup>235</sup> Outro nome importante para a diplomacia pan-americanista teria sido o de Rui Barbosa, que em 1911, na Conferência de Haia, consagrou a sua trajetória e do Brasil com um discurso de aproximação deste país com os Estados Unidos.<sup>236</sup> Calmon lembrou também da atuação de Joaquim Nabuco como embaixador, mas argumentava que, apesar de toda a erudição do autor de *Um Estadista do Império*, não foi possível converter a antiga Guiana Inglesa a terras brasileiras.<sup>237</sup> E, talvez o mais importante dos pan-americanistas, o Barão do Rio Branco, que efetivou a compra do Acre. Repare-se que Calmon não vê problemas na política da expansão territorial brasileira, inclusive a elogia, porque na forma como acontecera não ferira a política de boa vizinhança. Para ele, o problema não seria a expansão, mas sim, a ampliação de território que implica a guerra, o que significava a derrota da diplomacia.

### 3.3. A civilização do Rio de Janeiro e do Brasil republicano

Numa sessão dedicada à Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, o autor comentou como fora a transição da monarquia para a República nessa região. Digamos, é o trecho que no livro mais retrata o cotidiano, lembrando de alguma forma a abordagem realizada nos volumes anteriores. Calmon passou pelos cafés, pelos salões e pela urbanização. A narrativa inicia retomando a política do encilhamento e o caos que ela teria gerado na rua Ouvidor, essa rua que funcionava como um termómetro da cidade e do país. Foi de lá que vieram a repercussão das notícias, os primeiros protestos, os debates cotidianos em mesas de cafés, tabacarias e outros estabelecimentos. Antes da fundação da Academia Brasileira de Letras, por Nabuco e Assis, segundo Calmon, era nesses espaços que ocorria a divulgação de ideias, debates sobre livros e novas experiências sociais. Tratava-se de um lugar com aberturas para o novo: “A botica de

---

<sup>234</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.130.

<sup>235</sup> Ibidem., p.132.

<sup>236</sup> Ibidem., p.135.

<sup>237</sup> Ibidem., p.137.

1822, a charutaria de 1860, o café de 1890, a ópera de 60, a rua do Ouvidor de 90, a marcha da sociabilidade feminina. Na dispersão das atividades, é uma concentração obrigatória”.<sup>238</sup>

Por último, vamos à urbanização – que hoje podemos entender como higienização, pautada nas reformas urbanísticas para a remoção de doenças.<sup>239</sup> Foram relatadas epidemias que devastaram a população. A cidade do Rio de Janeiro rogava por renovação e a epidemia de febre amarela funcionou como recurso para o início da remoção dos cortiços próximos ao centro. Osvaldo Cruz e Pereira Passos foram os encarregados desta tarefa que fizeram alterações desmedidas, com uma velocidade que ninguém poderia compreender o que estava acontecendo: “Se pretendesse realizar as reformas parciais, á semelhança das do fim do Imperio [...] contaria com os aplausos de toda gente. O seu programa, porém, exatamente como o do higienista, era total e brusco”.<sup>240</sup> O problema era a desproporcionalidade com que tudo era feito: comerciantes e civis desalojados da noite para o dia, sem ter onde morar ou trabalhar. Ao fundo da narrativa se coloca o Império como exemplo de reforma urbanística bem-sucedida, por ser uma reforma respeitosa em relação à população, realizada na longa duração. O “social” aparece como um grupo homogêneo e sem nome que reage às personagens principais, característica diferente dos outros livros.<sup>241</sup> Ironicamente, o autor diz com aspas – “O Rio civilizava-se” – replicando a fala de cantores populares, que “viam fugir a seus pés a cidade patriarcal”, porque agora habitavam os morros – ou o “refúgio da pobreza”.<sup>242</sup> Ganhava luz elétrica, saneamento no centro, arranha céus “de seis andares”, mas foi só um “período arquitetônico sem originalidade e nacionalismo”.<sup>243</sup>

Na ótica de Calmon, o Estado de São Paulo tivera sua fisionomia marcada pelo café, por conta dos investimentos, da escravidão, dos imigrantes e do acúmulo do capital. Mas o autor não pretendeu falar especificamente da região, assim como fez do Rio de Janeiro. Objetivando traçar os contornos da economia brasileira, ele a dividiu entre a borracha e o café. A Amazônia é “invadida beneficentemente” pelos sertanejos seminômades – aquele sujeito desbravador, dominador da perigosa natureza – que então realiza uma espécie de “corrida para

---

<sup>238</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.145.

<sup>239</sup> Os autores referenciados são Sampaio Correia, Max Fleiuss, Rui Barbosa, Phoncion Serpa e Noronha Santos. Não se trata, portanto, de uma argumentação teórica da higienização, mas de uma constatação do que foi feito.

<sup>240</sup> Ibidem., p.167.

<sup>241</sup> Ibidem., p.168.

<sup>242</sup> Ibidem., p.169.

<sup>243</sup> Ibidem., p.181.

norte”.<sup>244</sup> Era a economia brasileira que crescia concomitantemente com suas fronteiras: “A grossa imigração estrangeira (um milhão de italianos n'um decenio!) leva por diante os obstáculos da geografia e dos pacatos costumes rurais. Soma às energias dos nacionais, yankees do Brasil”.<sup>245</sup> Além do visível pan-americanismo de Calmon e suas repetidas comparações entre Brasil e Estados Unidos, agora destaco a introdução dos imigrantes no texto.

Seguindo Roberto Simonsen, Calmon entendeu que o elemento estrangeiro não desnacionalizou o Brasil: a imigração se fez “conservando o sentimento nacional dos novos núcleos que se abriram e facilitando, assim, a colonização e absorção desses elementos e seus descendentes”.<sup>246</sup> Incrivelmente, viu uma identidade brasileira tanto antes das imigrações como depois, isso porque entendia que essa identidade – o “espírito” em seu vocábulo – estava presente desde a colonização e o Império. Da Europa também retornavam os filhos de fazendeiros que haviam ido estudar. Por mais afrancesado que Santos Dumont fosse, ele é compreendido como um exímio cientista brasileiro.<sup>247</sup> A ideia que está presente nisso tudo é a constatação da transposição da Europa para o Brasil, só que sem ser uma cópia da Europa, pois quando instala-se aqui é assimilada pela cultura nacional. Fica claro que para Calmon a Europa, mais precisamente a França, é um modelo civilizacional a ser alcançado, mas sem ser copiado.

O café se capitalizou. A primeira ferrovia paulista foi a São Paulo Railway, fundada em 1867, que permitiu o escoamento daquele produto, o qual, na República, passou a ser vendido até mesmo na bolsa de valores. Tratava-se de uma indústria “a par do que se sucede na América do Norte”.<sup>248</sup> Repare que tanto a imigração como a “indústria do café”, que potencializaram o progresso da República, haviam sido criações do Império. O que a República teria de positivo, na verdade, seria herança de iniciativas de outros tempos que despontaram e se ampliaram no final do século. Calmon trabalhava nitidamente com a ideia de continuidade na cultura e na economia, e de ruptura na política. Tudo indica que ele queria desacreditar as rupturas para valorizar as mudanças graduais e lentas. E não se trata de um posicionamento contra a República, mas à maneira como foi implementada.

O autor entendia que todo o processo histórico de formação brasileira ajudou o país a tornar-se o que era no presente – no caso o presente da primeira República. “O café é o

---

<sup>244</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil. A Época Republicana*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.184.

<sup>245</sup> *Ibidem.*, p.186.

<sup>246</sup> SIMONSEN APUD CALMON. *op. cit.*, p.

<sup>247</sup> *Ibidem.*, p.187.

<sup>248</sup> *Ibidem.*, p.190.

sertanista”.<sup>249</sup> Isso porque seria uma decorrência das realizações dos primeiros bandeirantes que teriam se aventurado pelo país, posteriormente se fixado na terra e aprendido o cultivo. Cada tipo social teria dado uma contribuição para a formação econômica.<sup>250</sup> Ademais, o autor não toma o progresso civilizacional como panaceia para todos os problemas, exclusivamente positiva, sobretudo porque qualquer desenvolvimento econômico cobraria caro do meio físico: “É os sinais, nessa corrida civilizardôra, da ocupação destrutiva do solo. O enfraquecimento dêle, nas regiões exploradas. O declínio da produção e a marcha do café - queimando matas, trasmontando divisôres d'agua.”<sup>251</sup> Passamos à borracha que explodiu a demografia amazônica num prazo de 40 anos, de 15 mil habitantes para 200 mil em 1910.<sup>252</sup> A tipologia social da Amazônia foi dividida em duas categorias – no baixo Amazonas o tapuia, um tipo de indígena descrito como “moroso e calmo”<sup>253</sup>, no alto “o "caboclo" atlético ou sagaz, ágil, bravio, perseverante, que penetra sózinho, com o seu "rifle" e a "passóca" do farnel, varando os igapós, pela espessura da mata, rastreando os seringais, numa luta perene contra os bichos graúdos”<sup>254</sup>

Com a mesma velocidade que o café e a borracha cresceram, eles despencaram. Inclui-se nessa economia volátil também o ouro e o algodão. Essa seria nossa triste verdade.<sup>255</sup> Mas, além dessa passagem indicar alguma desilusão com nossa economia, ela parece pressupor um “ciclo econômico” mais positivo – o da cana de açúcar - que talvez sinalize algum saudosismo de Calmon. Eu não diria simplesmente que foi nostálgico em relação à Colônia e pessimista com o futuro industrial e republicano. É provável que tenha visto no açúcar uma realização de longa duração inexistente em outros ciclos econômicos. E ele, como alguém avesso às mudanças bruscas, sentia falta daquela estabilidade do passado na economia, condição que permitiria vislumbrar efetivamente a industrialização e o progresso. O convênio de Taubaté, realizado em 1906, seria a prova cabal da derrocada do café, e também da derrota do liberalismo econômico, tendo-se em vista que o Estado passaria a interferir na produção,

---

<sup>249</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.194

<sup>250</sup> Calmon faz questão de rejeitar as teses de Maurice Lair em *L'imperialism allemand*, porque postulavam que se o número de imigrantes continuasse a crescer no Brasil haveria dois brasis – dos alemães e não alemães. Ibidem., p.197.

<sup>251</sup> Ibidem., p.191.

<sup>252</sup> Ibidem., p.203.

<sup>253</sup> Ibidem., p.203.

<sup>254</sup> Ibidem., p.204.

<sup>255</sup> Ibidem., p.207.

comprando e destruindo o excedente não comercializado.<sup>256</sup> Daí em diante, até a primeira guerra mundial, houve perdas seguidas de pequenas recuperações, porem num rumo decadente.

Com Afonso Penna, Minas Gerais colocou-se à frente do Brasil. Seria mais um sinal da interiorização, da nossa “corrida para o oeste”, cujo início estava no século XVIII. Mato Grosso e a Amazônia eram os destinos onde se repetiria a luta entre homem e natureza. O “estoico trabalhador nacional” é o agente mais valorizado do expansionismo. Essa figura, que troca de nome conforme o contexto na narrativa de Calmon - ora é caboclo, mameluco ou sertanejo - seria a representação da identidade nacional. Mas, se teria sido em nome da busca e produção de riqueza que os homens se obrigaram a vencer a natureza, eles não deveriam ser mais valorizados? O autor entendia que o povoamento, os conflitos com povos indígenas, o comércio gerado a partir de novos produtos seria “o progresso sem memória, só vendo presente e futuro”.<sup>257</sup> Isso porque construíram-se estradas, derrubaram-se florestas, importaram-se imigrantes, índios foram mortos, tudo em nome do progresso, sem perceber que ciclos econômicos como estes eram corriqueiros e repetitivos em nossa história. Talvez valesse mais a pena fazer de outro jeito, dum modo mais lento e planejado, sem tantos conflitos e destruição e considerando-se o conhecimento histórico. Mas, a história do Brasil era assim e não tinha muito o que fazer, a não ser ressaltar também aspectos positivos do passado, como a presença do “estoico trabalhador nacional”.

Ao fim e ao cabo, Calmon chegou à primeira guerra mundial. Enquanto o conflito devastava a Europa, no Brasil o debate era sadio, entre o Partido Republicano Liberal, de Ruy Barbosa, e o Partido Republicano Conservador de Pinheiro Machado.<sup>258</sup> Maior que as disputas nacionais estava a iniciativa de Olavo Bilac, Coelho Neto e o seu tio, Miguel Calmon, com a criação da Liga de Defesa Nacional, “para resistência de um inimigo ainda oculto”,<sup>259</sup> em referência à possíveis guerras futuras. A Liga surgia como uma instituição de fomentação cívica e patriótica. O Brasil se aliava aos Estados Unidos por parentesco e a política internacional do Barão do Rio Branco se mostrava profícua mais uma vez. Se por um lado o país perdia mercado ao escolher um lado, por outro, ganhava prestígio internacional juntamente com o lado vitorioso, além do próprio respeito dos Estados Unidos. E mesmo que o café tivesse perdido em exportação, o “quatrienio da guerra, na sua prosperidade, foi um período de ensinamentos

---

<sup>256</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil. A Época Republicana. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1939. p.212.

<sup>257</sup> Ibidem., p.254.

<sup>258</sup> Ibidem., p.284.

<sup>259</sup> O assunto foi abordado novamente no Capítulo 3, quando se tratou das articulações políticas de Pedro Calmon. Ibidem., p.289.

práticos e magníficos.”: percebia-se que o Brasil não podia depender exclusivamente de um produto. Calmon também faz ponderações sobre os 100 anos da Independência, comemorada em 1922 discorrendo sobre a repercussão do evento no território nacional.

## Cap. II: Da narrativa ao conceito: diálogos entre o autor, suas fontes e os contemporâneos

Este capítulo dispõe-se a abordar os principais conceitos que fundamentam a narrativa do livro – como revolução, continuidade, espírito, Colônia, Império, República, feudalismo, civilização, progresso, nação, estado e social – para identificar fontes e interlocutores que respaldaram os argumentos de Calmon, seja fontes de época, seja interlocutores dessa geração que viveu a transição do Império para a República, como Nabuco, ou autores contemporâneos a ele, como Vianna e Afonso Taunay. Também para verificar como tais conceitos, essencialmente identificados com os princípios liberais, foram importantes para o historiador reconhecer as especificidades e originalidades da nação brasileira. É possível enxergar algumas hierarquizações no pensamento de Calmon, que organizam a narrativa e dão estrutura ao texto. O *social* e a *síntese* são noções observadas em toda a trilogia, em que a primeira refere-se à abordagem da história e a segunda à metodologia de narrativa do livro. Acrescenta-se nesse patamar as noções de *tempo*, que são mais abstratas, mas são incontornáveis para compreender que tipo de história o autor faz.

Chamarei os termos síntese, social e tempo de conceitos de *primeira ordem*, que foram basilares por definirem o que é história, documento, narrativa etc. São conceitos transversais, que permeiam a explicação dos acontecimentos históricos. Já os conceitos de segunda ordem, foram as nomenclaturas usadas para explicar os fatos históricos, como movimentos artísticos e literários, grupos políticos a exemplo de liberais e conservadores, formas de administrar o poder como Colônia, Império e República. A divisão dos conceitos em primeira ordem e segunda ordem é um exercício heurístico para conduzir o leitor por um caminho hermenêutico no labirinto de *História Social do Brasil*. Portanto, em nenhum momento dos livros, tais conceitos operaram de forma isolada. Ao contrário, a história de Calmon esteve alinhada com noções etnográficas que configuraram os atores para atuarem na história, fazendo os acontecimentos históricos e dando um sentido explicativo e político para os problemas e soluções vislumbradas ao longo de 400 anos. Ao final do capítulo, ver-se-á que a escrita de *História Social do Brasil* conduz para uma interpretação política do país.





e a noção de síntese ajuda explicar a maneira como ele escrevia a história: o porquê das fontes contraditórias, da bibliografia robusta, da narrativa acessível e dos volumes que buscavam a totalidade da história.

A noção de síntese tão cara para Calmon faz parte de um debate realizado no ocidente que teve desdobramentos pelo Brasil. A dissertação de Pedro Detoni defende que a síntese foi um desafio historiográfico almejado durante toda a República brasileira, cujo início teria se dado em Capistrano de Abreu. Autores como Rocha Pombo, Euclides da Cunha, João Ribeiro e Oliveira Vianna seriam outros exemplos de teóricos da síntese. A iniciativa de Detoni é pertinente em “suspender a memória disciplinar efetivada nesse período [dos anos de 1950 e 1960] com a intenção de verificarmos o que estava por detrás (obliterado) da polarização: estudos especializados versus estudos não especializados, ou, ainda, estudos institucionalizados versus estudos não institucionalizados, a qual se instituiu”.<sup>261</sup> Detoni refere-se às interpretações de Antônio Candido, Manoel Luiz Salgado e José Honório Rodrigues, que defenderam uma divisão clara entre a produção historiográfica antes e após 1930, porque posteriormente haveria projetos universitários, com debates epistemológicos que teriam levado à especialização do conhecimento. Detoni entendeu que a especialização é mais fruto de uma institucionalização da disciplina, do que um debate epistemológico, que por sinal ocorreu desde Capistrano, mas com uma proposta ainda ligada à “concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’”.<sup>262</sup> Contudo, guardo alguns distanciamentos em relação às conclusões do autor, principalmente em associar o conceito de síntese à figura de Henri Berr<sup>263</sup> e entender que o IHGB não participou desse debate.

Na historiografia francesa, o formulador da noção de síntese foi Henri Berr,<sup>264</sup> considerado por François Dosse como um dos principais precursores do Movimento dos *Annales*.<sup>265</sup> Para este autor, foram através das formulações teóricas de Berr na *Révue de Synthèse*

---

J. Olympio, 1944. História da civilização brasileira. 5º ed. São Paulo, Companhia editora nacional, 1945. História do Brasil, Volume 1. Rio de Janeiro. José Olympio, 1959.

<sup>261</sup> DETONI. Piero D. C. Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Dissertação (em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais. p.155. p. 11.

<sup>262</sup> Ibidem., p.13.

<sup>263</sup> Ibidem., p.29.

<sup>264</sup> Berr entendia que ele é o balanço das experiências humanas, deveria ser explicativa e não somente descritiva; tinha que evidenciar as recorrências na história; ter a pretensão de ser científica; no possível, delimitar o objeto de pesquisa com formulação de hipóteses e, por último, a síntese seria a realização de um trabalho em equipe. Ver BERR, Enri, Erudição, filosofia da história e síntese IN: MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. Porto Alegre: Edpucrs, 2010.

<sup>265</sup> Dosse procurou evidenciar que o início do século XX é de efervescência global, com renovações metodológicas em diversas áreas do conhecimento, na antropologia, na linguística, na psicologia, na sociologia e na economia. Não de maneira gratuita François Simiand, Henri Houser e Ernest Labrousse publicaram suas principais obras de história econômica no mesmo período que surge a *Annales d'histoire économique et sociale*. E, bem antes dos anos

*Historique* que se institucionalizam as noções de história-problema, novos objetos, crítica ao antiquário, interdisciplinaridade e história total, tão conhecidas e divulgadas nos *Annales*. Já na primeira edição da *Révue de Synthèse*, em 1903, François Simiand desferiu duras críticas aos historiadores e seus três ídolos: o ídolo da política, o ídolo da individualidade e o ídolo da cronologia. Mas não foi somente por meio da reelaboração de Berr que os *Annales* fizeram essas discussões. Na verdade, Berr foi professor de Marc Bloch e Lucien Febvre nos encontros que eram realizados junto a *Révue de Synthèse Historique*. A crítica que Bloch fez aos ídolos das origens na *Apologia da História ou o Ofício do Historiador* (1949), publicado postumamente, é de alguma forma uma revisão historiográfica cujo início é anterior ao século XX.

Voltamos aos argumentos apresentados por Detoni, que comparou as formulações de Berr com autores brasileiros da primeira República, com o objetivo de atestar que tanto na França como no Brasil havia uma predisposição para a *generalização*. Por mais que Detoni estivesse disposto a não subordinar a historiografia brasileira à francesa, o faz quando especula, afirmando que Berr não aprovaria o conceito de síntese de Vianna, por conta das formulações deste autor que valorizavam mais a teoria do que os dados empíricos.<sup>266</sup> Talvez, a especulação tenha sido ensejada porque Vianna chegou a citar Berr no seu discurso de posse no IHGB, em 1924, o que parece indicar que o brasileiro era leitor do francês.<sup>267</sup> Vianna recorreu a Berr para atestar a necessidade do trabalho coletivo dos historiadores na fabricação da síntese, porque não seria humanamente possível somente um autor dar conta de reunir todo o conhecimento sobre o Brasil. Porém, citar um autor num discurso não significa necessariamente ser adepto de suas ideias. Pode significar desde um uso instrumental, mais detido num conceito específico, ou um uso retórico, próprio de autores oradores que se valem de recursos persuasivos para causar determinados efeitos nos ouvintes.

Na obra *Evolução do povo brasileiro* de 1922, Vianna discutiu, na introdução, alguns conceitos significativos para a obra, principalmente a “evolução social” e a pertinência dos estudos brasileiros. Na conclusão, recusa a busca pelas tão almejadas “leis gerais da evolução dos povos” que eram discutidas há pelo menos cinquenta anos, para defender a

---

30, em 1898, Émile Durkheim fundou a *L'Année Sociologique* com uma proposta de absorver e reformar outras áreas do conhecimento, como a história, que deveria deixar as individualidades para ser sociológica. Cf. DOSSE François. A pré-história dos *Annales*. IN: A história em migalhas. Dos *Annales* à nova história. Campinas: Ed Unicamp. 1992.

<sup>266</sup> DETONI, Piero D. C. Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. p. 59.

<sup>267</sup> VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do estudo do passado. Discurso proferido no IHGB em 1924. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira república. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

confeção de monografias: “O que se procura hoje, como objetivo imediato da investigação social, são os estudos locais, os trabalhos monográficos, a análise particularizada de cada agregado humano.”<sup>268</sup> Somente após a realização desses trabalhos seria “possível à ciência social elevar-se às grandes sínteses gerais sobre a evolução do homem e das sociedades”.<sup>269</sup> Destaco duas questões para prosseguir – a primeira é a síntese como um trabalho do porvir, não sendo possível realiza-lo naquele momento;<sup>270</sup> a segunda é o trabalho monográfico, ao qual Capistrano de Abreu é corriqueiramente relacionado pela historiografia dos anos trinta como fundador.

A síntese geral como uma realização do futuro afasta Vianna de Berr, que na França já fazia desse conceito uma prática na *Révue de Synthèse Historique*. Para Vianna, no caso do Brasil, ainda havia muito trabalho a ser feito antes de se pensar numa síntese; por isso ele chamou atenção dos seus contemporâneos para o trabalho em equipe. Bresciani procurou analisar o bacharel em direito preocupado com questões históricas e sociológicas, por acreditar que nessas ciências encontraria a resposta dos problemas do seu tempo: “Ou seja, estava convencido de que os problemas de diversas ordens, presentes nas primeiras décadas de experiência republicana, encontravam-se firmemente enraizados no começo da vida colonial. Um mal de origem a ser desvendado do país como nação.”<sup>271</sup> Bresciani cotejou Vianna com outros interpretes do Brasil, a fim de desconstruir a historiografia que costuma delegar ao autor a posição de autoritário e positivista. Para ela, as análises feitas sobre Vianna, por autores como Holanda e Antônio Candido, têm sido retomadas geração após geração sem grandes críticas, apenas repetindo o que já se sabia sobre o autor.<sup>272</sup>

Para entender as referências utilizadas por Calmon na escrita da história colocou-se sob suspeição alguns rótulos atribuídos ao autor, como conservador e historicista, e investigou-se as gerações que o precederam na discussão do conceito de síntese a fim de abrir outro

<sup>268</sup> Vianna. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. p. 38.

<sup>269</sup> *Ibidem.*, p.39.

<sup>270</sup> Em *Evolução do povo Brasileiro* a palavra síntese é citada outras seis vezes no decorrer do livro, mas como sinônimo de resumo ou pequeno compendio e não com significado metodológico profundo. A palavra aparece outras três vezes em *Raça e Assimilação*, dez vezes em *Populações Meridionais do Brasil*, dez vezes em *O idealismo da Constituição*, nove vezes em *Problemas de Política Objetiva* e quatro vezes em *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. A maioria dos usos se faz como referência a algum tipo de condensação, como um pequeno livro, salvo em *Populações Meridionais*, onde Viana usa a palavra síntese uma vez para renunciar ao objetivo de síntese geral, isto é, ao significado profundo do termo.

<sup>271</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007. p.26.

<sup>272</sup> Bresciani mostra sem dificuldades que Holanda cometeu o mesmo equívoco que apontou em Vianna, de tomar a narrativa de viajantes sem críticas, quando foi fatalista com relação às características pouco encantadoras do português. *Ibidem.*, p. 93.

caminho para as análises sobre Calmon. No *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1878)*, Capistrano discutiu questões historiográficas relacionada a Varnhagen, bem como as perspectivas de futuro da ciência histórica. Na visão de Capistrano, Varnhagen não era metodologicamente dos mais rigorosos historiadores, porém, era um apaixonado pelo país.<sup>273</sup> “A falta de espírito plástico e simpático – eis o maior defeito do Visconde de Porto-Seguro”<sup>274</sup>. Nessa perspectiva, faltava-lhe inventividade para selecionar bem os fatos e conectá-los. Varnhagen teria demorado-se no recolhimento de documentos e nas minúcias que nem sempre faziam bem à história. Como a então valorizada sociologia não era do seu tempo, não foi possível reunir “fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia.”<sup>275</sup>

Perceba que Capistrano chamou atenção para a ausência do “espírito plástico e simpático”, associado aos contornos estéticos de um autor. No caso de Varnhagen, pelo fato de não ter construído uma narrativa acessível ao leitor e propícia à generalização. Essa generalização seria o método pelo qual se propunha encontrar o que seria genérico a todos fatos, isto é, o que seria comum. Acreditava-se que seria possível enxergar na história, através da sociologia, algumas leis que dessem conectividade aos fatos, a partir de suas semelhanças. Capistrano entendia que a generalização seria um trabalho para o futuro, porque a ponte entre o presente e o passado ainda estava a ser construída. Nas últimas palavras do *Necrológio* foi deixado o alicerce a ser concluído pela geração seguinte:

Sinais de renascimento nos estudos históricos já se podem perceber. Publicações periódicas vulgarizam velhos escritos curiosos, ou memórias interessantes esclarecem pontos obscuros. [...] Períodos particulares, como a Revolução de 1817, a Conjuração Mineira, a Independência, o Primeiro Reinado, a Regência, são tratados em interessantes *monografias*. Por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto.”<sup>276</sup>

Em 1905, o polímata Rocha Pombo reiterou o uso das ciências sociais para concretizar a ciência histórica através da generalização e produção de leis. Sua comparação da história com as ciências naturais combinou com alguns autores do século XIX e XX que buscavam igualar tais áreas do conhecimento, na tentativa de equiparar a suposta linearidade

<sup>273</sup> ABREU, Capistrano. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e Historiografia na primeira república*. Porto Alegre: EdPucrs, 2015. p. 24.

<sup>274</sup> *Ibidem.*, p.30.

<sup>275</sup> *Ibidem.*, p.31.

<sup>276</sup> *Ibidem.*, p.32. (grifos meus).

existente na física ou na matemática com a história.<sup>277</sup> “O que é preciso na história, como nos próprios fatos sociais, é destacar as grandes sínteses, a direção dos acontecimentos, sem dar aos incidentes mais que o valor que eles têm como partes do mesmo todo.”<sup>278</sup> Veja que a noção de síntese aparece com uma definição precisa - como união dos fatos num sentido teórico, metodológico e científico. Seria no trabalho de síntese que todas as histórias conectariam-se, quando já não haveria fatos isolados e pormenores adiando a explicação da história. Contudo, decorridos quase trinta anos da publicação de Capistrano, a generalização ainda era entendida como um trabalho para o futuro.<sup>279</sup>

Dez anos mais tarde, em 1915, João Ribeiro tornava-se um atípico membro do IHGB, “mais uma exceção, ainda que desejável, do que a norma”, conforme destacou Patrícia Hansen.<sup>280</sup> Isso porque ele ingressou no Instituto com um livro didático, publicado em 1900, num tempo em que escrevia-se monografias específicas para a avaliação, ou então dispunha-se de diversos livros publicados e prestigiados pela intelectualidade.<sup>281</sup> No discurso de posse, Ribeiro fez avaliações sobre o processo histórico que o país tinha vivido até então. Primeiro, criticou a lentidão em resolver algumas políticas arbitrárias, feitas antes de qualquer formação cívica. Segundo, disparou contra os “verdadeiros anacronismos” que persistiram em nossa história, tais como as capitanias hereditárias e escravidão.<sup>282</sup> Por último, elogiou alguns anacronismos, sem os quais o Brasil não seria um país unificado, como o comércio pelo interior dos rios, na época das navegações.<sup>283</sup> Desse discurso de Ribeiro, destaco o uso da expressão

---

<sup>277</sup> Hannah Arendt discutiu essa relação entre ciências humanas e exatas numa outra perspectiva. A tomada das ciências da natureza como referência para as ciências humanas seria um equívoco de alguns historiadores do século XIX que se estendeu para o século XX. A “objetividade” como distanciamento dos dados, que possibilitaria uma descrição neutra da experiência seria incompatível com as ciências naturais do século XIX: “O ponto curioso e ainda embaraçador acerca das Ciências Históricas foi o fato de não buscarem seus padrões nas Ciências Naturais de sua própria época, mas voltarem à atitude científica e em última análise filosófica que a época moderna justamente começara a liquidar.” ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: autêntica, 2007. p.80. Ainda no século XIX, Wilhelm Dilthey foi categórico na diferenciação das ciências de espírito em relação às ciências naturais, uma vez que a primeira seria para a compreensão e a segunda para a explicação. Antes de Dilthey, Gustav Droysen entendeu que a subjetividade não seria nenhum problema para a objetividade. PALMER, E. Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, p.113. Em 1900, Pedro Lessa prefaciou o livro *História da Civilização Inglesa* de Buckle com a seguinte reflexão “É a história uma ciência?”. O autor rejeita as leis da evolução histórica – defendidas por Buckle – em prol da especificidade da ciência histórica. Tal texto foi republicado em 1908 no IHGB. Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 114. 1908.

<sup>278</sup> ROCHA POMBO, José. Prefácio ao Livro História do Brasil. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira república. Porto Alegre: EdPucrs, 2015. p. 193.

<sup>279</sup> Ibidem., p.198.

<sup>280</sup> HANSEN, Patrícia. NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira república. Porto Alegre: EdPucrs, 2015. p.277.

<sup>281</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938. Editora Museu da República, 2006.

<sup>282</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: RIHGB. Volume 78. p.283.

<sup>283</sup> Ibidem., p.285.

*síntese*, que não foi entendida no sentido totalizador – “a grande síntese” – de Rocha Pombo e Vianna, mas apenas um trabalho histórico monográfico, mais próximo do pensamento de Capistrano.

Ribeiro singularizava-se porque entendia que a “História é uma contínua substituição de ideias e de fatos. Ao grado do presente, todo o passado se transforma.”<sup>284</sup> Assim, em vez do historiador preocupar-se com leis, mais valeria pensar sobre o comportamento profissional no presente, porque é no presente que constrói-se a versão sobre o passado: “A imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da atualidade [...] Com esta filosofia, ou antes, com este pragmatismo, é que tenho meditado sobre a nossa História.”<sup>285</sup> Eis aí o motivo pelo qual o autor avaliou o bom e o mau anacronismo, porque era preciso retirar da história o que ela poderia ensinar de cívico ao presente. Tais concepções também ajudam entender o porquê um livro didático era uma proposta de escrita da história, pois nada melhor do que começar na juventude a fundação da ética.

Na mesma direção de Ribeiro, a síntese defendida pelo diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, numa palestra em 1926, teve caráter compilatório, no sentido de reunir os principais fatos no interior de um livro, diferente da grande síntese, preocupada com a identificação de padrões históricos e leis para explicação de todos acontecimentos.<sup>286</sup> Perceba que os autores que discutiram o conceito de síntese, possuem definições diferentes para o termo, variando de uma proposta amalgamadora de fatos até a produção de leis históricas. Trata-se de um fenômeno comum quando se estuda a história dos conceitos, porque percebe-se que as palavras variam de significado conforme uso cujo sentido, no geral, só se esclarece quando se tem por referência sua rede de interlocutores. Veja, por exemplo, que em posição diferente de todos autores apresentados até o momento, esteve Euclides da Cunha, a quem a dimensão estética era a mais preciosa no conceito de síntese. É pertinente que Euclides estava comprometido primeiramente com a ciência, na qual o lado artístico serviria para aliviar a densidade: “Qualquer trabalho literário (do futuro) se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese, mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências”.<sup>287</sup> A síntese tinha como fundamento, no raciocínio de Euclides, tornar o trabalho do cientista inteligível.

---

<sup>284</sup> Ibidem., p.281.

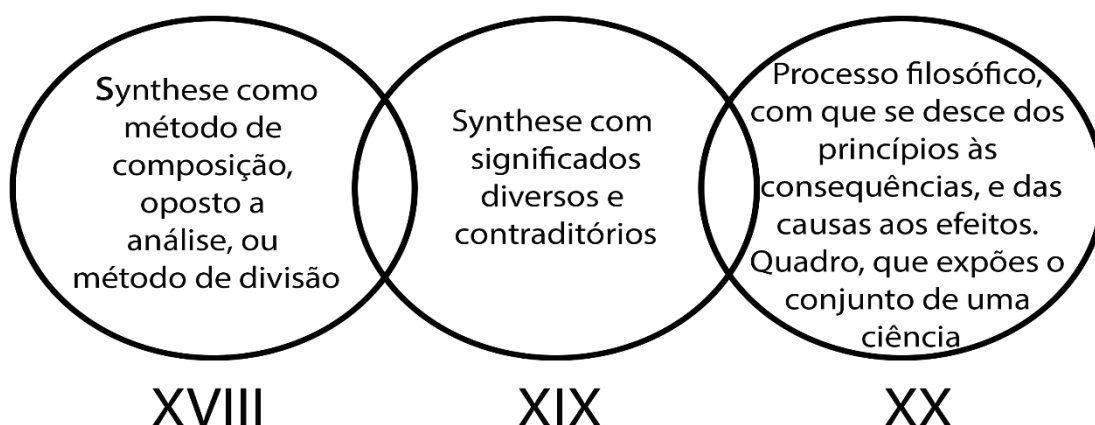
<sup>285</sup> Ibidem., p.282.

<sup>286</sup> BEZERRA, Alcides. Os historiadores no Brasil no século XIX IN: . NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira república. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

<sup>287</sup> CUNHA, 1902 APUD COSTA LIMA, Antônio. Intervenções. São Paulo: Edusp, 2002. p.364.

A terminologia *synthese* começou aparecer em dicionários portugueses no final do século XVIII, quando o *Dicionário Antonio de Moraes Silva* (1789) define o substantivo como “método de composição, oposto a análise, ou método de divisão.”<sup>288</sup> A mesma definição é replicada mais tarde no *Dicionário Luiz Maria da Silva Pinto* (1832). Esses significados foram traduzidos do dicionário francês da Academia Francesa, publicado em 1762.<sup>289</sup> Nesse contexto linguístico, ainda é possível encontrar o uso privilegiado do termo na obra de Immanuel Kant, *Crítica da Razão Pura*, publicada na Alemanha, em 1781, em que o *juízo sintético apriorístico* tinha como efeito *adicionar* características aos predicados sem precisar de observação.<sup>290</sup> A Figura 2 ajuda a comparar os significados que a noção de *synthese* adquiriu ao longo do tempo, até ser um conceito amplamente usado nas humanidades, no século XX.

Figura 2- *Círculos linguísticos da synthese.*



No século XIX, em 1879, Silvio Romero retornava a Kant com o objetivo de desconstruir os “sistemas de pensamento” ainda em voga no Brasil.<sup>291</sup> Esses sistemas eram teorias que buscavam explicar todo o funcionamento do universo, tal como platonismo, tomismo etc: “desde Kant, não deve passar de uma síntese de todas as ciências particulares, incumbida, na opinião mais sensata, de preparar a intuição geral do universo, ela não há de ter sistemas; porque nas ciências, que lhe servem de apoio, não os há.”<sup>292</sup> A proposta de Kant passava por uma epistemologia que ficou entre o empirismo e o idealismo, de modo que pudesse usufruir das duas linhas de raciocínio, mas avançando sobre os limites tradicionais do

<sup>288</sup> Dicionário Antonio de Moraes Silva (1789). p.746.

<sup>289</sup> “Terme didactique. Méthode de composition. La synthèse est opposée à l' analyse.”. Le Dictionnaire de l'Académie française. Quatrième Édition.

<sup>290</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001. p. 68.

<sup>291</sup> Estou falando da tese apresentada para o concurso do Colégio Pedro II em 1880.

<sup>292</sup> ROMERO, Silvio. Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e Historiografia na primeira república*. Porto Alegre: EdPucrs, 2015. p.46.

conhecimento. Aplicando esse raciocínio à história, Romero defendia uma história que pudesse dialogar tanto com as fontes, quanto com as hipóteses e teorias explicativas, mas, jamais, apenas fontes, como praticou-se nos primórdios do IHGB, ou apenas abstração e dedução como em Hegel.<sup>293</sup>

O uso da síntese como meio para destruir os sistemas de pensamento, por parte de Silvo Romero, significa exatamente oposto da definição encontrada no *Dicionário da Língua Francesa* (1873), que atribui ao termo uma operação mental para construir um sistema.<sup>294</sup> Depara-se com o movimento definido por Poccock como *inversão linguística*, que caracteriza os debates no interior de um círculo linguístico, onde as apropriações geram significados distintos e até opostos. Com essas transformações que o vocábulo síntese foi sofrendo, não é de estranhar que o *Dicionário Cândido de Figueiredo* (1913) trouxesse inúmeras definições diferentes para áreas do conhecimento, como biologia, gramática, psicologia, química, medicina matemática, literatura e filosofia, sendo também sinônimo de resumo e compêndio.<sup>295</sup> O crescimento é exponencial e qualitativo para síntese: “Processo filosófico, com que se desce dos princípios às consequências, e das causas aos efeitos. Quadro, que expõe o conjunto de uma ciência. Resenha literária ou científica”.<sup>296</sup> A síntese é, portanto, um vocábulo da moda incontornável para as discussões históricas entre os séculos XIX e XX, presente em diversos autores com linhas de raciocínio diferentes até mesmo opostas.

Quando Calmon propõe-se a fazer a síntese em *História Social do Brasil* (1935, 1937, 1939) ele parece não dissociar o lado estético do científico, tendo em vista que a síntese seria o balanço das fontes, da bibliografia, construída de modo acessível ao leitor:

---

<sup>293</sup> Nas palavras de Romero “A história, portanto, não deve mais ser uma simples exposição árida de fatos; tampouco poderá ser mais um estudo abstrato e inaplicável ao gosto das deduções de Hegel e consócios”. Além de Kant, tais raciocínios são exemplificados em Buckle e Haeckel. *Ibidem.*, p.65. As preocupações de Romero são compatíveis com o que Koselleck chamou de crítica do historicismo à filosofia da história. Trata-se de um reordenamento temporal, onde critica-se as especulações demasiadas sobre o futuro, para constituir uma ciência do passado. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. São Paulo: autêntica, 2006. p.59.

<sup>294</sup> “Terme de philosophie. Opération mentale par laquelle on construit un système”. *Dictionnaire de la langue française*. 1873.

<sup>295</sup> “*Synthese f.* Operação química, com que se reúnem corpos simples, para formar corpos compostos, ou com que se reúnem corpos compostos para formar outros de composição mais complexa. Processo filosófico, com que se desce dos princípios às consequências, e das causas aos efeitos. Quadro, que expõe o conjunto de uma ciência. Resenha literária ou científica. Demonstração matemática das proposições, pela simples dedução das que estão já provadas. Operação cirúrgica, com que se reúnem ou se restituem ao estado primitivo as partes deslocadas ou separadas. Organização mental de um systema. Figura grammatical, o mesmo que syllepse. Entre os antigos, era uma espécie de chlamide ou rocló que, nos banquetes, se vestia sobre o vestuário commun, para que este se não ennodoasse. (Lat. *synthesis*)” FIGUEIREDO, Candido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1913. p. 1921.

<sup>296</sup> *Ibidem.*, p.1921.



É um novo ensaio destinado a tornar compreensível a sociologia da Pátria, através dos momentos decisivos daquela história. É uma série de painéis, o retrato do país, do povo, dos regimes e suas crises, esboçado com brevidade [...] Cumpra-nos apreciar agora, numa síntese compreensiva e larga, a movimentação, as forças próprias, o sentido desse regime, e como o país o entendeu.<sup>297</sup>

Os painéis da história seriam a possibilidade de o leitor apreciar a história com os próprios sentidos, numa sensibilidade intuitiva que se conectaria com a razão. Assim, tanto o lado estético quanto o científico – este segundo configurado na crítica documental – formariam uma história apta a ser lida. A síntese, em termos práticos, funcionaria como produto da tese e da antítese, parecido com a dialética hegeliana, mas em vez da colisão entre contraditórios, há a soma. Os diversos fatos históricos apresentados dentro do livro, por vezes dissonantes, embora sustentados com harmonia, são uma reelaboração da maneira como o autor pensou e executou sua escrita da história. Com isso, aquela proposta do IHGB, predominante na primeira República, de delegar ao futuro o trabalho de síntese,<sup>298</sup> ainda viva em Vianna nos anos trinta, por sonhar com a história que contaria a “evolução do homem e da sociedade”, não faz parte da expectativa de Calmon. Para ele, já havia chegado o momento de escrever a história da civilização.

De todos autores de época citados, os únicos que não são referenciados por Calmon são Pedro Lessa e Rocha Pombo, mas suas ausências em nada prejudica a presente reflexão. E por mais diferentes que Capistrano, Ribeiro, Lessa, Romero, Euclides e Bezerra fossem, vivendo períodos e problemas diferentes, todos eram membros do IHGB. Essa pluralidade é notada por Hugo Rugby, que mapeou alguns dos debates mais polêmicos no IHGB da primeira República. Em meio à crise de legitimidade que o Instituto vivia, devido à sua fama monarquista em época republicana, existiam aqueles que defendiam a monarquia, aqueles que defendiam a República, aqueles que opunham cristianismo ao positivismo, aqueles que conciliavam a fé com ciência e até mesmo os que pregavam o novo papel para o Instituto – como Alberto Torres – para quem a história deveria trazer respostas para os problemas contemporâneos.<sup>299</sup> Nesse

<sup>297</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A época republicana. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1937. p. XIII. História Social do Brasil – Espírito da sociedade Imperial. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1939. p.11.

<sup>298</sup> HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontícia Universidade Católica, 2007. p.201.

<sup>299</sup> Ver HRUBY, Hugo. Obreiros Diligentes e Zelosos. Dissertação (Mestrado em História.). Porto Alegre: Pontícia Universidade Católica, 2007. p.233.

sentido, a efervescência dos “interpretes” da década de 1930 não é senão continuidade de décadas anteriores.

A aplicação do conceito de síntese, por parte de Calmon, pode ser vislumbrada nos três volumes, a partir do momento em que o autor escreveu uma trilogia para totalizar a História do Brasil, com uma narrativa que deu sentido aos acontecimentos, selecionando e conectando os fatos, sempre valorizando elementos que explicassem o que é o país a partir de um recorte identitário. Por isso o movimento da antítese e da tese trabalham no sentido de adição, em detrimento da contradição, fazendo-se úteis palavras como soma, amalgama, concatenação etc. A noção de síntese é a mais importante da obra, mas ela não opera sozinha. Para Calmon conseguir escrever essa história, precisou reunir outros instrumentos que orquestrassem juntamente com a linha de raciocínio. Agora darei atenção a proposta de história social usada na trilogia, que possibilitou ao autor contornar o que chamou de história onomástica, presa a líderes e datas.

### **1.1. A história social: entre o cotidiano e o espírito identitário**

Nas terras férteis do litoral, ao pé do edifício maciço, a capela e as senzalas desdobraram os telhados chatos, enquadrando o terreiro. A pequena povoação negra cresceu sob a proteção daquela varanda: trocavam-se as influências, que transformavam a sociedade colonial, o seu espírito, e as suas raças. Aí, era tudo mestiço. O trabalhador, a maneira de viver, a estética que se lhe adaptava, a sua mística, a sua economia, a sua alma. À miscigenação geral damos o nome de elaboração brasileira. Produzia-o o meio, à ação do clima tropical, do trabalho fixador, da escravidão – principal responsável por todas aquelas coisas: a casa-grande, o seu feitiço, a sua preponderância, o seu corolário étnico, o "espírito colonial" em suma.<sup>300</sup>

A citação faz parte da explicação de como a vida social e cultural da época colonial organizou-se em torno da Casa Grande. Há destaque para a arquitetura, para a divisão social do trabalho, para a miscigenação e para a mesologia, isto é, como o meio influenciou ou determinou a raça. Atualmente, essa forma de pensar a história pode parecer arcaica, mas em um determinado momento da história da historiografia fez parte duma transformação que ainda é pouco compreendida pelos historiadores. Vejamos o estado da arte da história social apresentada por Calmon. O leitor pode perceber que essa proposta de história é diferente do que ficou mundialmente conhecido como história social inglesa dos anos de 1950 e 1960, a história

---

<sup>300</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937. p.58.

vista de baixo,<sup>301</sup> que tinha como proposta analisar o mundo do trabalho e as decorrências culturais dele. Segundo Eric Hobsbawm, antes da história social tornar-se um método refinado para a historiografia, a terminologia designava práticas bem distintas: poderia ser uma referência à história das classes mais pobres; poderia ser uma história elaborada e voltada por e para as elites, onde o termo *Kultur* designaria as diversas atividades da vida humana e exatamente por sua amplitude pecaria por indefinição; e por último, produto da relação entre história e economia, cujo primórdio até mesmo a *Revista Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, de Marc Bloch e Lucien Febvre, fazia parte.<sup>302</sup>

Calmon estaria mais próximo do que Hobsbawm chamou de *Kultur*, uma história focada nos usos e costumes do dia-a-dia, mas existem algumas ponderações que precisam ser feitas. Nessa virada do século XIX, houve diversas propostas historiográficas e filosóficas que deram o material necessário para a escrita da história do século XX. Na própria história social surgiram propostas relevantes que precisam ser lembradas, como Karl Lamprecht. Lamprecht foi um desses autores entre séculos defensor da interdisciplinaridade como solução para os problemas apresentados pela historiografia. A proposta de história intelectual de Lamprecht, chamada de *Kulturgeschichte*, ainda dava ênfase a presença de certas lideranças no mundo cultural e político, descritas na *Deutsche Geschichte* (1891-1908), uma coleção de 13 volumes que percorria a formação da nação alemã, o que pressupõe um diálogo com princípios idealistas, por acreditar que as transformações faziam-se partir de ideias. Todavia, também acreditava que o intelectual seria apenas uma referência da transformação emergente do contexto social.<sup>303</sup> Duarte da Silva salientou que a proposição do autor não vingou por aderir às explicações universalistas, enquanto na Alemanha a singularidade do fato ainda era hegemônica, mas defendeu que há algo de Lamprecht em Febvre, Max Weber e Frederick Jackson Turner.<sup>304</sup> Esse último é analisado por Peter Burke como um dos precursores da “nova história americana”, que investiu na interdisciplinaridade entre geografia e história e sentenciou que “nenhum setor da vida social pode ser entendido isoladamente dos outros”.<sup>305</sup> Com tudo isso é possível perceber que essas reformulações da história social – que ocorreram no ocidente – não são simples

<sup>301</sup> THOMPSON, Edward. A história vista de baixo: IN: A peculiaridade dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

<sup>302</sup> Da história social à história da sociedade. HOBBSAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013. p.69.

<sup>303</sup> Ver Karl Lamprecht. O desenvolvimento histórico e o presente caráter da ciência história. IN: MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. Porto Alegre: Edpucs, 2013.

<sup>304</sup> SILVA, Duarte. Karl Lamprecht. IN: op. cit. p.135.

<sup>305</sup> TURNER, Jackson Apud Peter Burke. História e teoria social. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Unesp, 2002. p.29.

histórias de elites imprecisas, mas respostas dadas a alguns movimentos historiográficos ortodoxos que se encontravam em questionamento ainda no século XIX.

Theodoro Sampaio e Carlos Teschauer apresentaram no Primeiro Congresso de História Nacional do IHGB, em 1914, o livro *Os viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia no Brasil*. O livro trabalhou aspectos da cultura brasileira sob o olhar dos viajantes, além de apresentar estudos arqueológicos indígenas. Destaco aqui o capítulo *Estudos Linguísticos e Descrições Etnográficas*, onde Sampaio fez um levantamento das línguas faladas e a variação conforme as tribos; e o capítulo *Os Mitos*, de Teschauer, sobre a opinião dos viajantes ao conhecerem diversos mitos, meio pelo qual os indígenas, “incapazes de uma larga generalização”, explicariam os acontecimentos a sua volta.<sup>306</sup> Isso é uma pequena amostra de uma larga produção do início do século XX com a qual Calmon dialogou para compor sua noção de história social. Conforme analisou Bresciani:

esses interpretes buscaram seus materiais de trabalho nesse campo comum de conceitos e preconceitos estabelecidos por vozes e discursos diferentes no decorrer de, ao menos, dois séculos, para o quadro cronológico tradicional – Colônia, Império e República – tecerem outra narrativa, outra camada da história comprometida com a tarefa de captar o ser verdadeiro brasileiro.<sup>307</sup>

O campo comum ou fundo comum é em grande medida composto por relatos de viajantes e produções a partir deles, como a literatura da primeira metade do século XIX, também ela empenhada em fundar uma identidade nacional. “O Brasil não é longe daqui” – dizia a canção para incentivar alemães a migrarem ao Brasil, tomada por Sússekind como inspiração para o título de seu livro.<sup>308</sup> A frase tem duplo significado, dependendo de onde é pronunciada: se dita na Europa mostra que o Brasil não é tão diferente do velho mundo; já no Brasil demonstra que o país ainda precisa ser encontrado. Foi com essa simbologia que a autora traduziu o sentimento de incompletude observado pelo viajante, reverberado na literatura nacional. Essa geração de 1830 e 1840 seria diferente da geração de 1870, da qual Euclides da Cunha foi um dos principais nomes: era preciso reescrever a paisagem após a experimentação da mesma, sem abandonar tudo que os viajantes haviam dito, porém, agora, dever-se-ia “cair na real” ao perceber as diferenças entre o escrito deles e o vivido.<sup>309</sup>

<sup>306</sup> SAMPAIO, Theodoro & TESCHAUER, Carlos. *Os viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia no Brasil*. Salvador: Progresso Editora, 1955. p.239.

<sup>307</sup> BRESCIANI, Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005. p.102.

<sup>308</sup> SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p.22.

<sup>309</sup> *Ibidem.*, p.33.

É possível observar outra “camada da história” através do estudo realizado por Nicolazzi, cujo argumento principal foi demonstrar que *Casa Grande e Senzala* havia sido uma tentativa de superação d’*Os Sertões*, de modo que o método do segundo livro é absorvido pelo primeiro:

Freyre etnógrafo se vale de seus olhos para elaborar suas pesquisas e sustentar seus argumentos, mas, de igual maneira, se vale dos olhos dos viajantes que assumem, neste caso, o lugar do pesquisador de campo que, evidentemente, não poderia ter estado lá. Mas, sobretudo, tais olhares em conjunto são respaldados pelos controles da ciência: na medida em que assume as descrições alheias para fundamentar sua interpretação, Freyre as credencia como produtos de uma visão autêntica e legítima, colocando em planos suplementares as narrativas de viagem e as anotações de field-work; ambas são igualmente válidas como fontes para sua escrita.<sup>310</sup>

Não é de se estranhar que Calmon tenha utilizado as mesmas estratégias no seu livro: por isso, a viagem para Ouro Preto, a citação a poetas locais, a visitação as lápides de personalidades, a descrição das ruas e casas, além das mais variadas referências bibliográficas. O autor entendia que conhecer a materialidade onde os eventos históricos aconteceram era parte do processo para a confecção da memória-histórica, na qual a memória social construiria a história da nação.<sup>311</sup> Vide o seguinte trecho:

Reparou John Luccock na casa-grande do padre Corrêa, além do Córrego-Seco, onde o proprietário esperava hospedar o rei. Qualificou Mawe de "cousa raríssima" uma casa assoalhada no interior da província do Rio: o fazendeiro, em quatro anos apenas de trabalho, elevara o seu capital, de oito a 400 libras esterlinas.... Nas serras, os plantadores de café combatiam índios e feras, em 1813, e já naqueles montes um lavrador aformoseara um lar imperial [Taunay]. O padre Abreu Bacellar fundou a fazenda de Santa Fé, em 1840, com quarenta escravos: trinta anos depois ali se produzia 20 mil arrobas de café [Correia Junior]. Mansfield, em 1852, visitou a fazenda magnífica de um rico fluminense, instalada onde, onze anos antes, havia só a mata bravia e gigantesca [Pascual]. O mesmo tipo - amplo e cômodo - de fazenda de café, encontraria Agassiz: "construções baixas, de fachadas brancas, que formam o perímetro do pátio. É nesse paralelogramo que, em muitos lotes, se seca o café"(Agassiz).<sup>312</sup>

<sup>310</sup> NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012. p.260.

<sup>311</sup> O termo pertence a Pierre Nora e foi cunhado juntamente com a história-memória. Nora entendia que nas sociedades mais tradicionais, anteriores ao século XX, predominava a memória-histórica, uma forma de relacionamento intersocial que possibilitava a existência de uma memória coletiva mais vivida do que fabricada artificialmente. Já nas sociedades pós-revolução industrial da tecnologia e do tempo acelerado, com a dissolução dos núcleos familiares e sociais, coube a história fabricar a memória. Ver NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v. 10, 1993.

<sup>312</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1937. p.155.

Destaco aqui duas características presentes no padrão de narrativa do autor, que se completam, como forma e conteúdo: ao mesmo tempo que viajantes e literatos oferecem material documental para a composição do texto, enquanto dados para a construção dos fatos, também dão a impressão estética, ao serem aproveitadas as cronologias que deram forma ao texto. As narrativas dos viajantes foram citadas a fim de cobrir quarenta anos de história sobre o mesmo tema, dando noção de continuidade sobre o evento. O mesmo foi feito para descrever séculos.

Süssekind tinha razão quando falava das impressões dos viajantes antes de pisar em solo brasileiro, com formação intelectual, preconceitos e angústias, que invariavelmente delinearam a visão de mundo que reconheceu o Brasil. Contudo, havia questões implícitas nos relatos que dão abertura para outros significados. É o que defende Marson ao analisar Koster, o viajante que veio ao Brasil aparentemente tratar a tuberculose, mas logo estabeleceu redes de contatos por toda a Colônia, divulgando propostas políticas liberais e mantendo correspondência com instituições britânicas abolicionistas.<sup>313</sup> A *Travels in Brasil* não foi um simples diário de bordo, mas um tratado com argumentos sólidos a favor da abolição do tráfico e da escravidão.

As análises de Cristina Carrijo Galvão vão de encontro ao argumento que defende o cunho político das narrativas dos viajantes. Ela destaca que John Mawe (1764-1829) propôs fazer um “relatório imparcial” sobre a relação entre a Colônia portuguesa e a metrópole inglesa. Porém, fez a defesa do fim das restrições coloniais sob promessa de prosperidade e a sensação de desperdício de potencialidades,<sup>314</sup> tal qual Calmon, para quem o Brasil realizou uma pequena parte do que poderia ter sido. Saint-Hilaire (1779-1853) propôs um texto científico, que revisaria até mesmo o relato de viajantes anteriores, acabando por demonstrar a presença de um território “atrasado” que precisaria da imigração francesa para criar a civilização.<sup>315</sup> Richard Burton (1821-1890) foi um diplomata e viajante inglês que percorreu a África e a Ásia antes de vir trabalhar no Brasil. Seu *Explorations of the Highlands of the Brazil* (1869) destacou as inúmeras possibilidades comerciais com o Brasil, quando a Inglaterra era o principal parceiro

---

<sup>313</sup> Ver MARSON, Izabel Domínio sobre o tempo: Nabuco, escravidão e abolicionismo. IN: MARSON, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco. Tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: EDUFU. 2008.

<sup>314</sup> GALVÃO, Cristina Carrijo. A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Unicamp. Campinas. p.98.

<sup>315</sup> Ibidem., p.116.

comercial do Império brasileiro.<sup>316</sup> Louis Couty (1854-1884) foi professor da Faculdade de Medicina de Paris e trabalhou para o Império, divulgando opinião que justificou a suposta insuficiência biológica dos negros, o que reforçava a necessidade de imigração.<sup>317</sup>

É possível perceber que as paisagens compostas pelos viajantes nunca foram neutras e, além de formarem opiniões em suas épocas, constituíram material para reforçar interpretações posteriormente. Ao elaborar o texto de *História Social do Brasil*, Calmon deparou-se com inúmeras narrativas que nem sempre eram concordantes, mas que ele fez questão tornar coesas e coerentes. É exatamente por isso que termos como feudalismo, liberalismo, patriarca são polivalentes, empregados para descrever inúmeras circunstâncias, que são contraditórias se considerados os significados exteriores ao limite da narrativa.<sup>318</sup> Contudo, longe de ser inabilidade intelectual, na verdade essa metodologia deixa clara a característica conciliatória do autor, afinal, não eram apenas os viajantes que possuíam interesses políticos na redação dos seus livros.

Além de oferecer o arcabouço documental para a história social de Calmon, os relatos dos viajantes tinham potencialidades etnográficas que foram exploradas no interior do IHGB. Somado aos esforços de Theodoro Sampaio, Edgar Roquette-Pinto destacou-se nos estudos etnográficos ao contrapor os estudos eugenistas, que defendiam a superioridades de determinadas raças. Ver-se-á adiante que Pedro Calmon apropriou-se dessas discussões para definir os *tipos* de brasileiros que variavam conforme os processos históricos vivenciados pelas várias regiões do país. Essas tipificações agiam no interior da narrativa como atores que desempenharam determinados papéis para fazer a história do Brasil, em que todos tiveram importância e contribuições a fazer. Vejamos agora a partir de quais pressupostos teóricos esses tipos foram criados e como integravam-se no interior do texto.

---

<sup>316</sup> Vale salientar que Burton destoava dos demais viajantes, que em geral, acreditavam na missão civilizacional da Europa frente ao atraso das colônias. Burton ponderou sobre a ignorância, a corrupção e a especulação do comércio britânico. A migração dos ingleses para o Brasil e os Estados Unidos era defendida como recurso para diminuir a pobreza da ilha europeia e não como progresso para todos. *Ibidem.*, p.132.

<sup>317</sup> *Ibidem.*, p.137.

<sup>318</sup> No raciocínio de Ricoeur, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”. A mediação entre tempo e narrativa se dá pela tessitura da intriga, processo que converte o campo prefigurado, dos símbolos, fatos, estruturas temporais, numa narrativa compreensível ao leitor. Nessa teoria, é a intriga que faz com que a coesão entre símbolos seja mediada pela própria narrativa, cujos significados devem ser buscados no interior do texto. No caso de Calmon, seria fácil dizer que seu conceito de feudalismo, ou qualquer outro, estaria errado conforme a visão de outro autor especialista no assunto. Contudo, os exercícios elaborados aqui não giram em torno de uma lógica de validade, do certo ou do errado. A proposta é entender as intenções que fizeram o texto ser construído da maneira que foi. Cf. Ricoeur, *Tempo e Narrativa*. Tomo 1. Campinas: Papirus, 1994. p.88.

## 1.2. A (re)invenção do “brasileiro” a partir de tipificações

Cabe ressaltar que as tipificações foram modelos utilizados em toda a modernidade para categorizar e descrever o mundo em que se vivia. Bresciani destacou que tanto Locke quanto, posteriormente, Edmund Burke, categorizavam um sujeito universal, isto é, os “humanos disporem potencialmente de uma mesma capacidade de raciocínio, aceitando, pois, a ideia de uma única natureza para a humanidade”,<sup>319</sup> sem variações com o tempo, espaço ou geografia. A diferenciação de Burke deu-se com a problematização da *origem de nossas ideias do sublime e do belo*, uma reflexão estética ligada às paixões, aos sentimentos e às sensibilidades que não seriam, segundo o autor, correspondentes ao campo da razão.<sup>320</sup> Contudo, como Burke submeteu o campo estético às leis da natureza, a beleza dos objetos pertenceria ao próprio objeto e não a uma construção social ou aos desígnios dos sentidos, como visão, audição ou olfato.<sup>321</sup> “Assim, o prazer de todos os sentidos, da visão e inclusive do gosto, o mais incerto deles, é o mesmo para todos os homens, os de elevada ou de baixa categoria social, doutos ou ignorantes”.<sup>322</sup>

Alguns anos mais tarde, em 1763, Kant respondeu indiretamente Burke com *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, cuja premissa é praticamente a inversa: “As diferentes sensações de contentamento ou desgosto repousam menos sobre a qualidade das coisas externas, que as suscitam, do que sobre o sentimento, próprio a cada homem, de ser por eles sensibilizado com prazer ou desprazer”.<sup>323</sup> Isso é um indicativo de que os fenômenos do mundo a serem compreendidos pelos humanos dependem de como tudo se forma na consciência humana, inaugurando o que posteriormente foi denominado de fenomenologia. Mas a questão mais importante aqui para meu trabalho é a variabilidade de tipos que foram inseridos por Kant: há homens, mulheres, jovens, velhos sendo que são variáveis em função de uma determinada

<sup>319</sup> BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005. p.81.

<sup>320</sup> Cf. ABREU, Enid. Apresentação IN: Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo. Tradução Enid de Abreu. 2º ed. Campinas: Editora Unicamp. 2013.

<sup>321</sup> BURKE, Edmund. Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo. Tradução Enid de Abreu. 2º ed. Campinas: Editora Unicamp. 2013. p.32.

<sup>322</sup> Ibidem., p.33.

<sup>323</sup> KANT, Emmanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Tradução Vinicius de Figueiredo. 2ºed. Campinas: Papirus. 2000 p. 19.



nacionalidade. Em outras palavras, a geografia, a história, o sexo, importam para o belo e o sublime.

Os debates sobre as relações entre homem e natureza, leis de funcionamento do universo, limites do conhecimento tiveram seus desdobramentos no século XIX em inúmeros autores, desde os defensores do progresso como Augusto Comte, até os anti-iluministas como Friedrich Nietzsche. Alguns historiadores como José de Assunção Barros e José Carlos Reis<sup>324</sup> preferem evidenciar nessa historiografia questões ligadas a busca da verdade, como a “realidade objetiva”, num sentido linear que ficou conhecido como “positivismo”, onde as leis de funcionamento seriam determinantes para o funcionamento do organismo social, que quando descobertas facilitariam a busca do progresso. Outros historiadores como Bresciani e Nicolazzi<sup>325</sup> alertam para a renovação de procedimentos metodológicos na escrita da história, que incluem interdisciplinaridade entre sociologia, psicologia, geografia e filosofia, de modo que toda essa discussão se desdobrou no século XX. É comum encontrar trabalhos qualificados que relacionam com facilidade os escritos de Taine, Vitor Hugo e Jules Michelet com Gilberto Freyre, Oliveira Viana e Euclides da Cunha.<sup>326</sup> Desse modo, os recursos utilizados por Pedro Calmon para compor sua história social eram amplamente conhecidos durante os anos de 1930.

Os primeiros tipos sociais a serem designados por Calmon foram os “degradados”, aqueles que teriam cometido crimes na Europa e foram trazidos forçosamente para o Brasil. Contudo, diferente de uma historiografia que atribui a esses personagens um mal de origem, “deveis de saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza.”<sup>327</sup> O sentido dado aos degradados na narrativa é diferente do significado que a palavra designa: foram eles povoadores, fundadores do Estado e percursores da “história nacional [que] circunscreve-se à formação do tipo brasileiro”. Em outras palavras, “é a civilização mulata ou matriarcal-agrícola. As outras formas raciais asseguram-lhe o perímetro geográfico de sua

---

<sup>324</sup> Ver BARROS, José D.'Assunção. Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2013. REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Autêntica Editora, 2004.

<sup>325</sup> BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

<sup>326</sup> BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005. DE DECCA, Edgar. IN: Euclides e Os Sertões: entre a história e a literatura. IN: FERNANDES, Reinaldo (org). O Clarim e a oração. São Paulo: Geração Editorial, 2002. NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012.

<sup>327</sup> Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Apud CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937 p.142.

expansão e a renovação dos seus quadros étnicos”.<sup>328</sup> Com essas afirmações não é difícil entender porque Calmon acrescentou inúmeros personagens supostamente mestiços em seu enredo histórico, como o mameluco, o mulato, o caboclo e o sertanejo, pois a finalidade do autor foi mostrar que a história do Brasil é a história da miscigenação. Antes de prosseguir, cabe lembrar que tipologias como “o mestiço” não são por mim naturalizadas, como se realmente existisse “um mestiço” em contraposição aos elementos puros. A proposta de eu manter essas palavras está no compromisso com a historicidade, em evidenciar um debate de época em que se opunha a defesa das relações inter-raciais contra segregacionistas.

Para fins analíticos, é possível distinguir as tipificações de Calmon em dois grupos: “os mulatos” e os “mamelucos”, onde os primeiros, frutos da relação entre negros e brancos, seriam mais propensos ao sedentarismo, enquanto os segundos, filhos de brancos e indígenas, eram desbravadores, afeitos à aventura. Dos mamelucos a narrativa desdobra todos os outros elementos cruciais para a formação do Brasil: os caboclos do norte, os sertanejos que viajam por todo país, os bandeirantes conquistadores, os gaúchos e os criolos.<sup>329</sup> O que quero destacar aqui é que, de acordo com a narrativa, há um “espírito comum”, uma essência compartilhada entre essas tipificações que são diferentes entre si, mas que se entrelaçam como fios para formar o tecido social, de modo que no fundo, todo mameluco ou sertanejo é um desbravador.

Geralmente o fazendeiro vive todo o ciclo agrícola do café: é bandeirante, desmatando o sertão; é lavrador, criando a próspera plantação que lhe dá fortuna, honra e autoridade; e, com ele, envelhece o chão... Outras mocidades, mais "terra roxa", cafeeiros novos, e aquela evolução se repetirá, incessante... Há sempre nos sertões, entretanto, a massa dos inquietos, que têm nas veias o sangue do índio, nômade e caçador, e a herança portuguesa, do imigrante pronto para aventurar, mudar-se, tentar vida nova. Esses inadaptados são os lavradores pobres, os fazendeiros descontentes, os trabalhadores caboclos, ingênuos e frios, dispostos a seguir através de mil léguas, o primeiro comboieiro que lhes anunciar, pintando num rochedo, uma mina de ouro, e quantos sonham com um lucro maravilhoso. Palpitam-lhes na fantasia reminiscências coloniais, dos antepassados que desbravaram o continente atrás do Eldorado, dos impenitentes descobridores do roteiro do Moribeca, das "cidades abandonadas", das "serras de esmeraldas", e outros mitos da era sertanista - símbolos ou lendas que ajudaram a desvendar os mistérios da América.<sup>330</sup>

De acordo com o texto, no passado, o grande produtor de café teria sido um aventureiro, atrás de uma nova vida, que conquistou o seu território e construiu seu legado. No Império foi repetido o ciclo da exploração das drogas amazônicas e da borracha, mas nem todos

<sup>328</sup> Ibidem., p.157.

<sup>329</sup> Vide Capítulo 1.

<sup>330</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1937. p.187.

foram bem-sucedidos, pois existiram aqueles que vagariam eternamente. Essa essência, o autor descreve como uma reminiscência colonial, uma lembrança de um passado não vivido, mas que está presente no cotidiano. Tal raciocínio é replicado quando explicou a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, cuja vocação para guerra estava adormecida no espírito gaúcho desde a Revolução Farroupilha.<sup>331</sup> Sabendo que a “história nacional circunscreve-se à formação do tipo brasileiro”, é fácil entender que até mesmo os ciclos econômicos respeitariam o movimento do social: “o café, varando o Estado, já lhe foge pelas fronteiras [...] E' o cultivo móvel, o trabalho andêjo e impetuoso, no qual se misturam - razão do fenômeno social e agrícola do café - tendências indígenas, psicologia européa, sentimento aristocrático, adaptação às condições naturais”.<sup>332</sup>

A concepção de história que procura identificar um fundo ou essência nacional se aproxima do que Elias Palti identificou na fusão das teorias epigenéticas e vitalistas.<sup>333</sup> Se a primeira defendeu que a diversidade de concepções culturais é possível porque no gérmen produtor da vida há inúmeras células com funções diferentes as quais refletiriam características díspares em dados momentos, os vitalistas entendiam que o gérmen possui uma força capaz de realizar as funções inerentes num determinado momento.<sup>334</sup> Quando olhamos para a concepção de espírito em Calmon vê-se algo semelhante, há um certo engendramento cultural na Colônia, que aceita transformações ao longo do tempo, mas que possui um fundo comum essencial sempre presente no “brasileiro”. Contudo, o conceito de espírito, reiterado no título das obras e em alguns trechos esporádicos do texto, pode levar a crer que o autor, tomado como objeto, teria sido um representante do historicismo e romantismo alemão.<sup>335</sup> Para mim é evidente que as formulações de Calmon estavam voltadas para o entendimento do país e criação de um sentido para a identidade do Brasil, o que torna fácil vinculá-lo a alguma tradição

---

CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A Época Republicana. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939. p.46.

<sup>332</sup> Ibidem., p.192.

<sup>333</sup> PALTÍ, Elías José; PALTÍ, Elías. La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p.36-39.

<sup>334</sup> Nas palavras do autor, “La noción de un principio vital sería, así, reinterpretada en términos de una fuerza (Kraft) o *nisus formativus* fijo y, a la vez, lo suficientemente plástico como para permitir la generación de formas y órganos diversos. Tal doctrina epigenetista vitalista presentaba, sin embargo, una serie de problemas teóricos que llevaron en su momento a descartar la teoría de Wolff (y que se asociarían íntimamente y explican las dificultades observadas por los estudiosos en el romanticismo temprano, en la trayectoria que va de Herder a Fichte, pasando por Schelling, en la medida en que intentarían pensar la historia y la naturaleza según el modelo de las fuerzas formativas o *Kräfte*.” Ibidem., p.40.

<sup>335</sup> Cf. WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 353-361, jul/set, 1999. REIS, José Carlos. Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. IN: As identidades do Brasil – de Calmon a Bomfim. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

historiográfica, mas não o farei pelos perigos apresentados na noção de influência, conforme alertou Foucault.<sup>336</sup>

Se no título dos dois primeiros volumes aparece a palavra “espírito”, é preciso salientar que ela sempre veio acompanhada da expressão social. E aqui “o social” parece não ser remetido apenas à sociologia, mas a outra ciência social que começava a se desenvolver: a antropologia.<sup>337</sup> “Esse século XIX, hoje tão desacreditado, realiza o que antes eram apenas empreendimentos programáticos,” [...] “é a época durante a qual se constitui verdadeiramente a antropologia enquanto disciplina autônoma”.<sup>338</sup> François Laplatine destacou que a formação do campo antropológico esteve intimamente ligada à exploração de outros continentes, em especial a partilha da África com o Tratado de Berlin.<sup>339</sup> Por isso, o olhar do antropólogo foi, nesse momento, de entender o outro a partir da métrica eurocêntrica, categorizando quem julgava ser inferior numa escala evolutiva, onde o ponto de chegada era a civilização europeia.<sup>340</sup> Lúcia Paschoal Guimarães defendeu que os estudos etnográficos do IHGB no século XX foram “influenciados” por Haeckel e Alexander von Humboldt, autores novecentistas que defendiam que os indivíduos, atrasados ou adiantados, passariam pelo mesmo grau evolutivo da história das espécies, mas que todos um dia atingiriam o mesmo fim.<sup>341</sup> Se essa suposta “influência” é tão vibrante como muitos acreditam ser, penso ser uma questão aberta, mas que a etnografia teve espaço privilegiado no IHGB isso não pode ser negado.

Numa perspectiva diferente, seguiu Nicolazzi para entender a escrita da história nos anos de 1920:

O sentido da história nacional parecia estar sob suspeita: o evolucionismo filosófico, nas suas ramificações pelos estudos sociais, que ofereceu no final do século XIX uma narrativa aparentemente coerente à nação, não parecia mais, sobretudo pelos anos 1920, uma concepção adequada ou suficiente para a história do Brasil. As suas vertentes racialistas encontravam em Roquette-

<sup>336</sup> A recusa das noções de influência e tradição deu-se por elas não terem conteúdo claro ao definir a vida de um sujeito. São noções que não definem começo, meio e fim, são vagas e usurpam a história de um ser para remeter a outro. O fato de Calmon ter lido Ranke, Renan ou qualquer autor, não o transformou em imagem e semelhança de suas referências. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 24.

<sup>337</sup> Theodoro Fernandes Sampaio e Edgar Roquette-Pinto foram autores em quem Calmon viu as primeiras iniciativas antropológicas no Brasil, sendo amplamente usados ao longo dos livros.

<sup>338</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. Tradução Marie-Agnès Chavel. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.47.

<sup>339</sup> Ibidem., p.48.

<sup>340</sup> Ibidem., p.49.

<sup>341</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006. p. 110.

Pinto um opositor considerável, colocando em cheque tais pressupostos no Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929.<sup>342</sup>

Nicolazzi refere-se a um duplo movimento: o da interdisciplinaridade na escrita da história, com a sociologia, antropologia e psicologia, que, num outro plano, possibilitou questionar as explicações genética-raciais de desenvolvimento dos povos e Estados. É de destacar-se a iniciativa de Edgard Roquette-Pinto na organização do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (1922), cujo idealizador “acreditava que a questão racial não era o problema da degeneração do mestiço brasileiro, mas sim das situações sociais em que vivia: doenças, alimentação, educação seriam as causas do atraso destas populações”.<sup>343</sup> Esse ponto de vista era avesso às proposições raciais-genéticas que procuravam determinar as capacidades de uma pessoa ou de uma sociedade de acordo com atributos físicos, como cor de pele, tamanho de crânio, tipo de cabelo etc. Se Roquette-Pinto era opinião unânime ou não nos anos de 1930 é outra questão aberta, mas ele foi uma referência fundamental para a escrita da história de Calmon. Vide o seguinte trecho para compreender a construção do argumento do autor:

[o português] não se isolou em elite branca, extreme e bloqueada: enobreceu, pelo cruzamento, as raças dominantes, e deu ao Brasil uma população brasileira [...] Mas a psicologia, híbrida, vivamente impressionada pela herança etnológica do negro ou do bugre, pertence a uma sub-raça definida. A superioridade do mestiço tropical sobre os troncos ancestrais — em fertilidade e vitalidade — manifestou-se na gradual extinção do elemento indígena, na sua vitória sobre o concorrente estrangeiro, na expansão territorial do mameluco.<sup>344</sup>

Agora veja a nota de rodapé 190, uma das quais embasa o assunto:

A experiência brasileira desmente a clássica antropologia no seu primeiro postulado: de que só o cruzamento das raças próximas` dá bons resultados, ao passo que a mistura de mui diversas raças implica em produtos desfavoráveis (Eermann Lundborg). Nisso ia mais política que biologia racial, apesar da autoridade de Dovenport, Fischer, Ploetz, Leng, etc.; Gobineau, Lapouge, Chamberlain, Holmes, etc.

O autor está claramente defendendo o mestiço como principal ator da história do Brasil, com uma diferença de superioridade clara entre o mestiço mameluco, o desbravador ou sertanejo, para o caboclo, aquele que ficava preso ao território. Ainda que haja uma hierarquia

<sup>342</sup> NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012. p.8

<sup>343</sup> SOUZA, Breno Sabino Leite de. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do Século XX. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciência e Letras de Assis. Unesp. Assis. p. 91

<sup>344</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937 p.162-163.

entre o mameluco e o caboclo, ela não se dá por fins genéticos e sim culturais, porque os primeiros estariam acostumados com a caça e pesca, desde os primórdios da colonização, enquanto o outro foi escravo e recluso dentro das propriedades. Consequentemente, as práticas do homem estariam condicionadas a essas variações etnológicas, como o fato da religião variar conforme a geografia do país, devido cada local possuir seu próprio tipo de civilização: “Era mais uma condição social do que um clima de alma.”<sup>345</sup> De tudo isso posso concluir que a narrativa de Calmon é um híbrido do cruzamento dessas novas teorias antropológicas com ideias amplamente conhecidas na historiografia da época, sobretudo o conceito de “espírito”.<sup>346</sup>

A noção de espírito entendida aqui é diferente da conhecida *Volksgeist* [espírito do povo] de Johann Herder (1744-1803), para quem “a ação mecânica do ambiente físico pode, eventualmente, encorajar ou desencorajar potencialidades inerentes a um determinado organismo, mas não pode, por si só, produzir novas formas de vida,”<sup>347</sup> e sim uma reflexão contemporânea a Ernest Renan (1823-1892), autor que polemiza a teoria racial de Conde de Gobineau por acreditar que o pertencimento ao país se fazia pela adesão sociocultural e não genética.<sup>348</sup> Desse modo, a nação existe por deliberações políticas contratuais, em que é possível receber novos membros desde que houvesse consenso. Não à toa, Calmon não colocou restrição à entrada de imigrantes no país, esclarecendo que o elemento estrangeiro se tornaria brasileiro em questão de tempo.<sup>349</sup> O que tem que ficar claro aqui nessa relação entre o espírito e o social é que se trata de um método para reformular a escrita da história e ser fiel ao passado do Brasil.<sup>350</sup> O exemplo de infidelidade a nossa história teria sido o movimento indianista da literatura:

Uma síntese do romantismo brasileiro facilmente seria um resumo da história mental da monarquia: se um régimen político há de criar um sentimentalismo, que lhe seja próprio, explicativo, necessário, ao Império no Brasil poderá imputar-se a fundação, o desenvolvimento, a voga daquela corrente literária. Era um fato universal, sem dúvida, e os seus patriarcas pertenciam à França,

<sup>345</sup> Ibidem., p. 98.

<sup>346</sup> A palavra Espírito [Geist] foi amplamente usada na filosofia alemã durante os séculos XVIII e XIX com diversos significados.

<sup>347</sup> HERDER, Johann G. Idea de una filosofía de la historia de la humanidad. Apud PALTÍ, Elías José; PALTÍ, Elías. La nación como problema: los historiadores y la "cuestión nacional". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 44.

<sup>348</sup> Ibidem., p.68.

<sup>349</sup> Vide Capítulo 1

<sup>350</sup> É evidente que o autor sabe a diferença entre Estado e Nação e entende que o patriotismo depende de uma construção histórica, mas isso não faz Calmon próximo do que conhecemos em *Comunidades Imaginadas* ou *Invenção das tradições*, obra que concebe a nação como artefato fabricado recentemente. Ao contrário disso, Calmon tece sua narrativa em busca de longas tradições. Ver ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008. HOBBSBAWN, Eric. Introdução. IN: Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

à Inglaterra, à Alemanha, também a Portugal, satélite, como nós, das mesmas influências. Adquiriu, entretanto, na América, tintas nacionais e a essa adaptação - o colorido local, a aclimação, a exploração dos temas indígenas - deveu, aqui e alhures, o seu melhor êxito.<sup>351</sup>

Mesmo que o autor reconheça as “tintas nacionais”, escrevendo que o romantismo brasileiro não foi uma mera cópia europeia, ainda que fale da nação segundo parâmetros eurocêntricos, Calmon sentiu a falta de originalidade e de precisão naquele movimento para identificar o que haveria de singular no Brasil: “Firma-se, pois, numa abstração, aliás pré-romântica: o “bon sauvage”, dos utopistas do século XVIII. Crea o seu mundo artificial. Sobre põe-se á realidade. Arquitéta uma sociedade convencional, uma civilização ideal, um Brasil fóra de sua rude verdade”.<sup>352</sup> Perceba que a crítica inicial dá-se na raiz do argumento rousseauiano de que o homem seria bom por natureza. O índio não seria o elemento puro, nem muito menos corrompido pelo colonizador. No argumento seguinte o autor expressou qual o papel do Império nesse processo civilizador, o qual igualou seu desempenho com o dos românticos ao recriar os elementos nacionais a partir da cultura europeia:

O papel deste sempre fora civilizar, segundo os belos modelos universais, o Império inorgânico, substituindo-lhe a grossa barbárie agropastoril pelas galanterias estrangeiras - morais, políticas, estéticas, literárias. D. João VI parecera-se nisto com Pedro o Grande, da Rússia: teve de instalar, na sua corte, um tipo de vida social, um padrão de cerimônias e atitudes, que a igualasse às da Europa. Imitava-se naturalmente tudo, porque as tradições luso-brasileiras eram pobres, toscas, dissociativas. No rumo desse útil mimetismo, os românticos inventaram a sua arte. Poesia byroniana e lamartiniana, novelas ao jeito de Chateaubriand e Walter Scott, jornalismo liberal de acordo com o espírito francês de 1830 e 1848, oratória do mesmo estilo, e, a todo propósito - por símbolo nacional - o índio; no patriotismo, nas artes plásticas, no romance, no poema, na erudição.<sup>353</sup>

As citações são grandes, porém reveladoras:

O romantismo não vê o país como ele é, porém como o "sentem" os autores impregnados de Eugéne Sue, de Dumas, de Hugo: é a razão porque é falso, superficial ou abstrato o nacionalismo em que se acastelam. A sua paisagem é quase sempre conjectural, a novela histórica sem informação séria, sem fontes originais, manejada em obediência aos modelos da moda, o naturalismo ainda amaneirado, enevoado de lirismo como ao tempo do abade de Saint Pierre, o índio de Gonçalves Dias irmão gêmeo do guerreiro de Alexandre Herculano, o de Alencar tão requintado e nobre como qualquer galã de romance popular. Escreveu José de Alencar O Gaúcho, sem conhecer o Rio Grande do Sul... É o visconde de Taunay o iniciador da novela sertaneja, com o mimoso romance Inocência, e os Contos de Silvio Dinarte, cujos panoramas mato-

<sup>351</sup>CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1937. p. 320.

<sup>352</sup> Ibidem., 320.

<sup>353</sup> Ibidem, p.321.

grossenses, de um áspero deserto visto, e bem visto, pelo escritor de fina sensibilidade e educação europeia, pela primeira vez desdobram aos olhos do leitor um país denso, inconfundível.<sup>354</sup>

Vide que o grande diferencial do Visconde Taunay, para dar legitimidade a narrativa, é a viagem. Olavo Bilac foi reconhecido porque, ao se refugiar em Minas Gerais, descobriu outro Brasil. Dez anos depois, Euclides encontrou “Os sertões”. A viagem como método exploratório foi feita pelos viajantes europeus, pelos literatos brasileiros e posteriormente pelos etnólogos.<sup>355</sup> Tais características são importantes porque mostram que ainda no século XX a viagem era valorizada como método para conhecer o funcionamento da sociedade, sobretudo com o desenvolvimento da etnografia.

Diferente do elemento indígena puro, supervalorizado pela literatura, há o “estoico trabalhador nacional”, tipificação fundamental para explicar o progresso do Brasil. Foi esse trabalhador mestiço que construiu as estradas, trasladou as mercadorias, enfrentou as doenças e o banditismo dos sertões. Márcia Naxara considerou que a valorização do trabalhador começou a partir da segunda metade do século XIX, com políticas imperiais de imigração, em detrimento do antigo trabalhador escravo, este menosprezado.<sup>356</sup> A diferença de Calmon estaria em não diferenciar o elemento estrangeiro do nacional, porque quando o primeiro adentrou no território tornou-se brasileiro com o tempo, sendo tão produtivo quanto ao suposto mestiço.

Perceba que são os tipos sociais que interagem nos acontecimentos e atuam na *História Social do Brasil*, substituem os “líderes do povo” e “os grandes políticos” de outrora. Nessa narrativa, ainda existem fatos incontornáveis, como a vinda da família real ou a abolição da escravidão, mas eles são explicados de modo a fugir somente do conteúdo político. Na próxima etapa, finalizarei o último conceito que chamei de primeira ordem, que deu a estruturação para a escrita da trilogia analisada.

### 1.3. Temporalidade e revolução

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam.

<sup>354</sup> Ibidem, p.322. (grifos meus).

<sup>355</sup> Este item será desenvolvido ainda nesse capítulo.

<sup>356</sup> Ver Naxara. Progresso, trabalho, trabalhadores. In: NAXARA, Márcia. Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional, 1870-1920. São Paulo: ANNABLUME EDITORA. 1998.



O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei.<sup>357</sup>

Na história do pensamento não foram poucos os intelectuais que se dedicaram a problematizar o tempo, quase sempre com soluções parciais e revogáveis. A dificuldade de definir o que é o tempo foi reconhecida por Santo Agostinho, mas isso não o impediu de construir uma visão trípode do conceito, que incluía o passado-presente, presente e futuro-presente, para explicar a capacidade do ser humano de lembrar do passado, viver o presente e imaginar o futuro. A saída encontrada por Agostinho foi chamada por Martin Heidegger, posteriormente, de temporalidade, porque sua constituição de sentido se dá na presença com o mundo e não de forma metafísica.<sup>358</sup> O calendário, o relógio, os dias da semana, entre outras formas de cronologia, são marcas indelévels da temporalidade criada pelo humano. O conhecimento existencial da temporalidade é antigo e seu uso deliberado na política é moderno. Quando ocorreu a Revolução Francesa, entre as primeiras atitudes dos revolucionários estavam a destruição dos relógios e a criação de um novo calendário; não diferente disso está o tempo das fábricas, que ritmou a vida dos funcionários e criou formas de agir em sociedade.<sup>359</sup> Evidentemente, temporalidade é poder.

Temporalidade é poder mesmo quando falamos de narrativa, foi o que demonstrou Machado de Assis num texto publicado às vésperas da abolição da escravidão, em 5 de abril de 1888, onde fez uma metáfora da profissão do relojoeiro cujo significado se transfere para o trabalho do escritor. Disse Machado, descrente do próprio ofício – “A única explicação dos relógios era serem igualzinhos, sem discrepância: desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro.”<sup>360</sup> A incerteza da metáfora do relojoeiro transfere-se para a política quando o Partido Liberal já não tinha certeza da “pontualidade”, pois acreditava estar “preciso” ao advogar a abolição do cativo, mas descobriu que estava “adiantado” ao consultar outro relógio; ou talvez fosse o relógio do Rei que estava “atrasado” em relação aos demais. Com isso, Machado mostrou não só a insegurança daqueles que viveram os acontecimentos históricos nas circunstâncias em que se questionava a monarquia, mas também a dúvida do escritor, que precisou definir quem é o atrasado, quem é

<sup>357</sup> AGOSTINHO, Santo. Confissões. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato, Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Lisboa: Lusosofia. 2001. p.111.

<sup>358</sup> HEIDDEGER, Martin. O conceito de tempo. Tradução de Marco Aurélio Werle. Cadernos de Tradução, nº 2, Departamento de Filosofia – USP, 1997, p. 36.

<sup>359</sup> Ver Benjamin, Walter. Teoria do Conhecimento. Teoria do Progresso IN: Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

<sup>360</sup> ASSIS, Machado. Bons Dias. Domínio Público. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br> . Último acesso 10/2018. P.2.

o adiantado e quem é o pontual, num momento onde não havia referências seguras para balizar a temporalidade.

Se por um lado o ceticismo sobre a profissão do narrador sempre fez parte da sua própria existência, de outro, é inegável que a insegurança aumenta consideravelmente em épocas de crise política. Reflexões sobre tempo e a narrativa alimentaram os debates nas últimas décadas do século XX,<sup>361</sup> onde os pressupostos da “realidade objetiva” foram negados em prol da linguagem. Isso significa que o historiador não teria a capacidade de transpor para o papel o “mundo real”, de modo que suas realizações seriam uma construção textual e não a exposição do passado, tal como teria acontecido. Havia aqueles que defenderam que todo o processo de elaboração do historiador é literário, sendo que os sentimentos causados no leitor – como o medo, o desprezo, o horror, a alegria – não passariam de figuras de linguagens, construídas textualmente por quem escreve, sem conexão com o passado.<sup>362</sup> Das diversas respostas a essa proposta destacarei aqui a de Paul Ricoeur, que não nega a condição representacional intrínseca à escrita da história, mas explora as múltiplas potencialidades do conceito de representação.<sup>363</sup>

Se os mais céticos disseram que o tempo como história não existiria, porque não era uniforme e que a temporalidade da narrativa não corresponde ao tempo do mundo, Ricoeur entendeu que cada definição de temporalidade só pode ser percebida na medida da articulação narrativa do texto, de modo que cada intriga constrói seu próprio ritmo temporal: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”.<sup>364</sup> A principal consequência desse argumento é o foco na característica autoral de cada texto, em que o autor, nas suas circunstâncias de vida, escolhe os fatos e os personagens para contar a história que pode soar como revolução, progresso, atraso, imobilidade etc. Mesmo os autores que

---

<sup>361</sup> Palti procurou definir a *linguistic turn* de duas maneiras diferentes. Na maneira estrita, como uma conceituação fundada na filosofia analítica, para demarcar o surgimento de um campo específico, a partir de Ludwig Wittgenstein. Na maneira ampla, como uma transformação em todas as humanidades que colocou em xeque várias das antinomias que guiaram o pensamento ocidental, como objetividade *versus* subjetividade ou verdadeiro *versus* falso. Com essa virada, a linguagem ocupou lugar privilegiado nas análises, não podendo ser considerada um meio transparente entre o que pensamos e o que vivemos. Cf. PALTÍ, Elias. “Giro linguístico” e história intelectual. IN: FISH, Stanley, LACAPRA, Dominick, RABINOW, Paul y RORTY, Richard. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

<sup>362</sup> WHITE, Hayden. Enredo e a verdade na escrita da história IN: JURANDIR, Malerba. (org) A Escrita da História. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto. 2006.

<sup>363</sup> Já no final da vida, Ricoeur dedicou-se a revisão de alguns de seus pressupostos e endossou outros, dentre os quais a teoria de Michel de Certeau sobre o lugar da história. Desse modo, a parte representacional da história é apenas uma pequena parte do “todo” que compõe o vivido, o processo de seleção de documentos, a revisão bibliográfica, a escrita, a avaliação dos pares e a apropriação pelos leitores. Ver Ricoeur, Paul. Sobre Alguns Mestres de Rigor IN: História, Memória e Esquecimento. Campinas: Editora Unicamp. 2007.

<sup>364</sup> RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo III. Tradução de Constança Cesar. Campinas: Papirus. 1994. p.85.

acreditavam francamente em histórias milenaristas, proféticas, prognósticas ou teleológicas não escapam dessa condição narrativa, a qual a temporalidade *prefigurada* dos acontecimentos é fundida com a temporalidade *refigurada* do autor, cujo produto só pode ser percebido na narrativa, mas não como definição.<sup>365</sup> Por isso, qualquer livro de história, seja biográfico, sintético, analítico, estruturalista, micro história é uma narrativa em que é a estrutura interna do livro que define a temporalidade.

Em Calmon a primeira noção de temporalidade que gostaria de demonstrar envolve três dicotomias: cidades e campo, litoral e sertão, Europa e Brasil. Seguirei essa ordem para parecer organizado.

A cidade nascente, contrapoz-se o engenho. Como antigamente o castelo se opunha á vila; o fidalgo ao vilão. Aqui, o fazendeiro, que não trabalhava, ao negociante que lhe comprava barato a produção e vendia caro as utilidades. A riqueza, a pompa, a fartura da casa campestre contrastara com a humildade da casa urbana. A arejada e orgulhosa vida da casa-grande, com a pobreza dos portos atestados de africanos do tráfico, pestilentos e mesquinhos. A cidade tinha uma aparência feia de feitoria d’Africa.<sup>366</sup>

A narrativa é sobre o surgimento das primeiras cidades, ainda no primeiro século do Brasil colonial. Repara que o autor não enxerga a cidade como revolucionária neste momento, tampouco como sinônimo de progresso. A cidade é vista como um mal necessário, vista como “atrasada” em virtude da “humildade” de suas construções, mas, também, local necessário por onde passaria o escoamento de produção e a chegada de novos escravos. O “fidalgo” e o “castelo”, sinais de um Brasil medieval, aparecem como parte integrante do progresso nesse contexto específico, invertendo a lógica do viajante Henry Koster, para quem o feudalismo era vestígio e sinônimo do atraso.<sup>367</sup>

A mudança só teria ocorrido no século XIX com dois acontecimentos: de um lado, a ida dos filhos dos donos de engenho para estudar na Europa que, ao retornarem, se sentiam deslocados no campo e por isso procuravam as cidades; de outro, a industrialização inclusa nas modificações técnicas ocorridas no processamento da cana de açúcar nos meados do XIX, tida como revolucionária porque “a máquina transtorna os aspectos clássicos do Brasil agrário e

<sup>365</sup> A argumentação de Ricoeur se fundamenta no choque entre o tempo de Santo Augustinho e a tessitura da intriga em Aristóteles, autores com reflexões e contextos completamente diferentes, mas que completam para entender o tempo e a narrativa. Ver RICOEUR, P. Tempo e Narrativa. A Tríplice mimese IN: op. cit. p.86

<sup>366</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937. p. 39.

<sup>367</sup> Cf. MARSON, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco. Tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: EDUFU. 2008. p.74.

feudal, destroça a organização arcaica da nobreza”.<sup>368</sup> Contudo, por mais que o Brasil feudal seja elogiado num primeiro momento, no Brasil imperial foram necessárias mudanças que até justificariam essa revolução – “A cidade transforma-se, com os costumes; civiliza-se”.<sup>369</sup> Vide a noção de longa duração temporal, que abarcou quase quatro séculos, e a ruptura num determinado momento com as tradições feudais, de modo que ambas são justificáveis, criando um paradoxo conciliado pela narrativa, porque ela é produto de uma tessitura da intriga.

A diferença de temporalidade entre litoral e sertão teria trazido como fatalidade a distinção entre dois tipos de sertanejos, sendo um para cada região. Lembre-se que, em linhas gerais, Calmon designa o mestiço como uma das principais vitalidades da identidade brasileira, por ser exemplar demonstrativo da mistura de raças, caçador, criativo e solucionador de problemas, porém, não eram todos os mamelucos dotados de grandes capacidades. Havia aqueles poucos ambiciosos, que como os indígenas trabalhavam apenas pelo prato de comida. Eis aí a grande diferença do mameluco bandeirante, do litoral, para o sertanejo do sertão. A explicação do disparate está na combinação de diferentes temporalidades e na geografia:

Equilibravam-se, porém, aqueles vícios, com o instinto de independência, o isolamento desconfiado, o amor ciumento da terra, que tornavam povoador precioso o sertanejo, desinteressado do comércio inter-regional, fiel aos seus costumes e tradições como uma árvore às suas raízes. Foi, por isso, o herdeiro direto do espírito colonial. Esse espírito, rechaçado do litoral pela imitação estrangeira, cristalizou no interior a mentalidade mameluca do pastor. Caracterizou-lhe a vida, pelas analogias sociais de que se cercava: autoridade, ideia, hábitos coloniais, engendrando relações, disciplina, misticismos, igualmente coloniais. "Durante séculos, a fisionomia da Sociedade Sertaneja não se tem modificado em nenhuma de suas atividades, quer morais, quer físicas, quer psíquicas" (Gustavo Barroso). O Brasil, socialmente, não é uma estratificação de classes, sim de épocas. Não se divide em camadas humanas, mas em séculos justapostos. Se na costa, ou nas regiões intensamente cultivadas, freme a mesma atividade dos países possuídos pela máquina, na faixa agrícola o trabalho ainda tem aspectos do século XVIII, nos campos pastoris a sociedade tem ainda traços do século XVII, e o século XVI sobrevive nas florestas do oeste.<sup>370</sup>

O corte entre sertão e litoral dá-se pelo próprio transcurso temporal: enquanto o primeiro seguiu o ritmo da Europa – da industrialização, do capitalismo –, o outro viveu como guerreiro seminômade. Parece o mesmo argumento identificado por Nicolazzi n’*Os Sertões* de Euclides da Cunha, onde no litoral habitava a civilização e no sertão a barbárie, sendo o

<sup>368</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.204.

<sup>369</sup> Ibidem, p.231.

<sup>370</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial*. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937. p.208.

problema do Brasil o litoral levar armas para o sertão antes da civilização.<sup>371</sup> Da mesma forma que Euclides, Calmon colocou na temporalidade europeu progressista o parâmetro de desenvolvimento a ser alcançado. Além disso, a mesma percepção tempo/espaço é utilizada para refutar as teses marxistas. O que existiria no Brasil não seriam lutas de classe, mas desnivelamentos de temporalidade que não se resolveriam com uma revolução social. Seria por conta do atraso temporal que o homem do interior, no “Império, julgava-se governado pelo rei de Portugal; na Republica, julgava-se governado pelo imperador do Brasil. Vive num quadro social obsoleto; vibra com os seus velhos sentimentos coloniais.”<sup>372</sup> Se para com as teses feudais a revolução burguesa pôde até ser justificada para o desenvolvimento do litoral, através da industrialização e do capitalismo, para o desenvolvimento do interior do país ela foi negada, pois seria mais sólido as transformações de longa duração, que mudariam lentamente o espírito do sertanejo.

A geografia demonstrava temporalidades distintas e consequentemente modelava pessoas diferentes. Essa racionalidade que estudava a determinação ou influência da terra no homem ficou conhecida como mesologia. Diversos estudos apontam para a conexão entre as teses de Hippolyte Taine e as gerações do pensamento brasileiro, que vão de Euclides da Cunha, passam por Oliveira Lima, até Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.<sup>373</sup> Tais teses costumavam sustentar a história num tripé explicativo: a raça, o meio e o momento, segundo o qual o meio determinaria a raça, que por sua vez faria o momento, isto é, os acontecimentos. Agora, à parte essa explicação mesológica, cujo determinismo varia de autor para autor, é preciso lembrar que foi Taine quem trouxe diversos estudos psicológicos para a história, e formulou uma explicação de história total que tinha como proposta o todo do acontecimento e não apenas a ação de um personagem ou de um grupo de pessoas.<sup>374</sup>

A última exemplificação do primeiro tipo de temporalidade se dá na relação entre Brasil e Europa e ela é uma referência, avaliada com restrições, atribuída à determinação dos

---

<sup>371</sup> NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012. p.150.

<sup>372</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A Época Republicana. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939. p.209.

<sup>373</sup> Cf. NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012. BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005. MALATIAN, Teresa Oliveira Lima e a construção da nacionalidade. São Paulo: Edusc. 2001. DE DECCA, Edgar. IN: Euclides e Os Sertões: entre a história e a literatura. IN: FERNANDES, Reinaldo (org). O Clarim e a oração. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

<sup>374</sup> DE DECCA, Edgar. IN: Euclides e Os Sertões: entre a história e a literatura. IN: FERNANDES, Reinaldo (org). O Clarim e a oração. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 172.

brasileiros de busca cega por civilização. Calmon lembrou então a história do viajante Ribeyrolles “como ele exilado, mas em Londres, e aí com fome, [se] pergunta, comparando: ‘de que lado estão os verdadeiros civilizados?’ Começa lembrando as Tulherias e acaba preferindo a civilidade dos nossos fazendeiros á dos ingleses”.<sup>375</sup> No conjunto da obra Calmon defende a busca pela civilização, mas mediante o exemplo de Ribeyrolles, fica claro que não considera valer a pena alcança-la despindo-se da própria identidade. Por isso, argumentou por uma procura sem imitações da sociedade europeia, embora preservando-a como parâmetro.

Mas afinal, o que Calmon entendia por civilização? A diferença entre a noção de *civilisation* do francês e *zivilization* do alemão são drásticas, alertou Norbert Elias. “‘Civilização’ descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’”,<sup>376</sup> enquanto *zivilization* “significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana”.<sup>377</sup>

Os alemães desenvolveram a palavra *kultur* para falar de sua identidade e progresso: “Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a “flores do campo”, a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo”.<sup>378</sup> Nota-se que a civilização tem a “função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista, de grupos colonizadores”, enquanto *kultur* “reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual”.<sup>379</sup> Elias ressaltou que tais distinções deram-se pelos processos políticos e culturais vividos nos dois países, principalmente o fato da França Ilustrada exportar sua cultura aristocrática para as mais diversas regiões onde a aristocracia local a consumiria. Por sua vez, as classes médias alemãs passaram a questionar a “civilização” das altas cortes do mesmo país, não apenas por recalque, mas porque havia sido com a administração dos “civilizados” que o país enfrentou diversas crises sociais e políticas nos séculos XVII e XVIII.

<sup>375</sup>O Palácio das Tulherias, ao qual se refere o viajante, serviu de residência para vários reis franceses e foi aumentado sucessivas vezes, chegando ter 266 metros somente de fachada. CALMON, Pedro. História social do Brasil. Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia da Editora Nacional. 1937. p.158.

<sup>376</sup>ELIAS, Norbert. O processo civilizador, vol. 1. Tradução de Ruy Jungmann. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994. p.24

<sup>377</sup> Ibidem., p.24

<sup>378</sup> Ibidem., 25

<sup>379</sup> Ibidem., p.25

Dadas as definições de *civilization* e *kultur*, cabe pensar como suas noções paradoxais são amalgamados dentro de *História Social do Brasil*. O texto insistiu em referenciar a civilização como meta do progresso, ainda que sob ponderação: primeiro – não destruir a identidade nacional; segundo – não copiando sistemas estrangeiros, mas recriando a partir da própria realidade. Tais argumentações podem ser vislumbradas quando Calmon falou das leis afrancesadas do país, da juventude que estudava fora, da própria instauração da República, dos movimentos revolucionários. Muitos desses acontecimentos foram concebidos parcialmente como positivos, pois se em algum momento representaram algum progresso, em outro feriram a nação ao tentar constituir sua consciência e fronteira.<sup>380</sup> As conciliações realizadas por Calmon, entre liberais e conservadores, *kultur* e *civilization*, espírito e povo não podem ser tomadas apenas como orientações textuais. Na verdade, trata-se de ações de mediação aplicadas às situações vivenciais que o sujeito percebe como contraditórias e que o obriga a criar soluções para aliviar o desequilíbrio existencial,<sup>381</sup> seja num âmbito pessoal, político, social ou científico.

Agora vou de exemplificar a relação entre passado, presente e futuro em *História Social do Brasil*. No interior do texto, são poucos os trechos que dão brechas para pensar o futuro dentro da própria estrutura narrativa deixando evidente quais seriam as expectativas do país. Porém, se pensarmos a feitura do livro também como um ato político que estabelece persuasão no leitor, contribuindo assim com a criação de uma percepção histórica e informando-o para deliberações e as ações da vida, toda obra estaria visando o futuro. Nesse momento vou me deter ao texto, num comentário sobre os primeiros anos de República, quando ocorreram diversas crises: “De que valia riqueza sem liberdade? - lastimavam os republicanos, em 1889. De que valia liberdade sem autoridade? - refletiam os positivistas em 1893. De que valia

---

<sup>380</sup> Calmon demonstrou ter amplo conhecimento sobre a diferenciação da *kultur* para *civilization*, quando, num caso específico, criticou Tobias Barreto por importar o germanismo sem levar em consideração a cultura nacional: “Tobias Barreto vai à dianteira, com o estandarte da emancipação do “ranço humanista”, do “aristotelismo” pretérito, em favor da cultura germânica que introduz com escândalo e admiração no ensino do direito, em Pernambuco. Fazendo popular Haeckel, vertendo do alemão a filosofia materialista, de súbito transporta para a área modesta do pensamento indígena o duelo - entre a “kultur”, o germanismo autônomo, e as romanidades que ele despreza, no orgulho das vitórias recentes, tornando a abraçar o escudo de Arminius, que derrotou as legiões augustas... mas o insigne Tobias (o mais espantoso autodidata da nossa história intelectual) não ligou à sociologia a consideração conveniente”. CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – A Época Republicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939. p.152

<sup>381</sup> Paul Ricoeur criou o conceito de desproporção existencial para explicar as ações do humano frente ao mundo. Tal formulação faz parte de debates comuns no pós-segunda guerra mundial sobre a maldade, bondade, falibilidade do humano e suas ações. Para Ricoeur, o que motiva o ser humano a agir no mundo é ele enxergar no seu interior contrações que não o permitem se acomodar. Trata-se de uma desproporção de sentimentos cuja solução se dá com a tomada de ações na esfera pessoal, pública ou política. O agir em sociedade seria uma resposta do humano a seus problemas, mas como ele é falível, tais soluções sempre são revogáveis, jamais eternas. Cf. Ricoeur Paul. *Philosophie de la volonté: Finitude et culpabilité: I. L'homme faillible*. Paris: Aubier; 1960.

autoridade sem riqueza? - convinham os desiludidos, em 1899”.<sup>382</sup> No capítulo, o autor apresentou o que concebeu como diversos erros sumários da política, da economia e do direito durante a primeira década republicana que haviam causado refluxos negativos na história do país. Contudo, a partir deles, a nação estava aprendendo com a própria experiência, criando uma tradição republicana, para só então passar a funcionar bem. O que é preciso destacar, é que Calmon percebia um país que só se realizaria plenamente se fosse respeitoso com a tradição. Tal argumentação faz parte da principal característica da obra: a constatação da continuidade na história.

Na questão da tríade passado, presente e futuro, Calmon não se rendeu às filosofias da história comuns no século XVIII, que mais especulavam o futuro e o progresso do que investigavam o passado; tampouco se prendeu apenas à fatos isolados, preocupando-se em buscar o sentido da história. Conforme considera Koselleck: “O caso isolado deixa de ter caráter político-didático. Mas, a história entendida como totalidade coloca aquele que aprende em uma situação propícia à formação que pode influir no futuro”.<sup>383</sup> O progresso e o futuro são vistos com cautela devido às reflexões oitocentistas crentes que seria possível filosofar sobre o futuro da mesma maneira que se fazia com a natureza e que por vezes colocavam pontos de chegada para a história. Apesar disso, não se pode ignorar que o progresso é uma conexão de temporalidade linear que conecta passado e futuro. Em Calmon o progresso só é bem visto quando é sinônimo de continuidade. Para ele, o contrário da continuidade é a revolução, a ruptura brusca e radical, quase sempre malvista.

Em *História Social do Brasil* não há avaliação positiva para uma revolução com ruptura imediata, feita na base da violência ou armas. Movimentos como a Revolução Pernambucana, a Revolução Farroupilha, e a Revolução Federalista são tratados como perdedores, cujos efeitos não destronaram a tradição, apesar de causarem mudanças. A outra forma de revolução, entendida como evolução rápida – essa mais comum – é a transformação social, cultural, política ou econômica num curto período de tempo. Essa pode ser observada na revolução emotiva do romantismo da década de 1820, na revolução da indústria a partir de 1850 e a revolução na esfera social, essa última a mais agressiva de todas, que derrubou até mesmo a Monarquia. A revolução social realiza-se com a abolição da escravidão, que obrigou os negros a morarem em outros espaços geográficos, forçou os proprietários de terra a pagarem

---

<sup>382</sup> Ibidem., p.124.

<sup>383</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.59.



salários, estancou o comércio interno de escravos, gerou políticas emigratórias e, com a perda de aliados do imperador, trouxe a República com seus inúmeros infortúnios: “A revolução não extinguiu a indústria do açúcar; mas eliminou a aristocracia que a creára, e, simultaneamente, ao arcaico Brasil do litoral, da Independência e do Império.”<sup>384</sup> É interessante pensar que 1888 coincide com a leitura de outros interpretes do Brasil, sobre a revolução que derrubou o Império, como Joaquim Nabuco. Entretanto, se para o autor do *Abolicionismo* a abolição já estaria enraizada na tradição brasileira, faltando apenas a execução,<sup>385</sup> para Calmon era algo novo, que fugia a tradição social e monarquista brasileira.

## 2. Arte, literatura e nacionalismos

No restante do capítulo foi dada mais atenção ao que chamamos de conceitos de segunda ordem, relacionados aos fatos usados para descrever a trilogia *História Social do Brasil*. Todavia, como foi visto até agora, para explicar a noção de *síntese, tempo e social*, não pudemos abrir mão das noções de segunda ordem, *como abolição, proclamação da República, queda da Monarquia etc.*, porque são elementos que operam juntos dentro do texto.

A arte foi um dos diversos elementos utilizados pela modernidade para compreender a natureza e foi tomada como documento histórico por Calmon para recompor a genuína identidade brasileira. Citando Lord Byron, negou a necessidade de algum autor, a exemplo do próprio Aleijadinho, de deixar tratados sobre filosofia ou ciência das artes. A arte em si já seria um tratado filosófico que dispensaria comentários escritos e explicativos do próprio autor; ela é a materialidade da ideia. Mais valeria se preocupar em produzir uma ideia livre e materializá-la em arte do que ser escravo do já realizado:

À medida que a filosofia se torna liberal, e independente, e rebelde, a escultura se desprende do desenho geométrico, deriva, autônoma, do entusiasmo e da inteligência do artista, copia-lhe as imagens interiores. Ele já não vê aos outros, senão a si mesmo. Seria a beleza, sem forma sensível, de Platão. Deus está na alma, afirmara Santo Agostinho<sup>386</sup>

<sup>384</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.141.

<sup>385</sup> MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco. Tessituras da revolução e escravidão*. Uberlândia: EDUFU. 2008. p.117.

<sup>386</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – A espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1937. p.310.

O individualismo da filosofia liberal foi valorizado como pressuposto que deu liberdade ao artista, pois ao poder olhar para o seu interior, ele passou a produzir a verdadeira obra nacional, sem cópias ou reproduções de outras épocas. Calmon se distanciou do platonismo por opor o mundo sensível ao mundo das ideias, e preferiu uma filosofia que não desvinculasse o corpo da alma, o sujeito do objeto. Acompanhou percepções de autores do idealismo alemão, para quem a criação artística viria da dialética interna do ser, da sua própria existência. Em seguida, Calmon traçou um breve histórico da história das artes, colocando sob suspeita vários movimentos como o racionalismo, o economicismo, o pré-romatismo (de Fichte), e o naturalismo, ainda que tivessem dado contribuições para abandonar “as regiões frias da metafísica pela curiosidade da vida”. Mas não houvera nada mais expressivo como o barroco:

Copia-a, deforma-a, maltrata-a, plasma-a, ao acaso da mão larga e impetuosa que arruma (ou desmancha) por tremós e ombreiras, por dintéis e sanefas, as flores, os frutos e as aves que encantaram uma vez os olhos do artista. Por isso numa tábua barroca de igreja portuguesa cabem um pelicano de asas brancas, um cacho de uvas bíblicas e uma face infantil de anjo instalada no vértice dos seus remígios tenros e doirados.... O conjunto é fantástico; o pormenor, verdadeiro. No todo, aquela profusão de elementos ornamentais produz a sensação de um, objetivo, enramado paraíso, onde turbilhonam as "formas" numa inocência primitiva... É bárbaro, tumultuário no seu aspecto geral, a exemplo das matas equinociais, que causam terror e enleio vistas na extravagância e confusão da sua massa úmida. Porém examinados os assuntos, destacados os tipos, isoladas as espécies, numa classificação de seres análoga à do naturalista, o barroco se nos aparece na sua definitiva manifestação pictórica. Orgânico, florestal, mesológico; escorrendo das suas colunas torcidas, uma frescura de tronco vivo; escapando, das suas corolas esculpidas, um hausto de natureza despertada; evoluindo-se, da sua flora monstruosa, uma respiração de campos verdes e felizes.<sup>387</sup>

A predileção de Calmon pelo barroco foi justificada por ele por melhor representar a vida, melhor retratá-la com fidedignidade e verossimilhança. Conforme destacou Naxara, a sensibilidade dos sentimentos não pode ser vista como oposição à cientificidade. As proposições levantadas pelo romantismo ou pelo idealismo tinham como preceito serem complementares à ciência, “superando a visão dos elementos isolados e construindo a paisagem como forma de aliar razão e sensibilidade na apreciação e conhecimento da natureza.”<sup>388</sup> Autores como Alexandre Humbolt e Friedrich Schelling renovaram a ciência a partir das reflexões estéticas, considerando que a natureza seria demasiada complexa para compreender universalmente somente a partir da razão. Havia elementos que escapariam ao intelecto, e

<sup>387</sup> Ibidem., p.313.

<sup>388</sup> NAXARA, Márcia. Cientificidade e sensibilidade romântica. Brasília: Editora Unb, 2001. p.57.

somente os sentidos, acoplados à sensibilidade, à alma delicada poderiam traduzir a natureza em conhecimento.<sup>389</sup> Perceba que tais raciocínios não se limitam ao campo artístico, mas a forma de produzir ciência. O próprio Humboldt foi um viajante que inspirou outros viajantes, já Schelling é um nome conhecido da filosofia alemã. Não por acaso Calmon incorporou esses raciocínios em *História Social do Brasil*, seja na busca da história como pintura, onde o leitor teria a possibilidade de ver o passado com os próprios sentidos, ou na viagem como documento histórico, importante na busca da identidade nacional.

Quanto a literatura, tomada e entrelaçada com a historiografia, ela teve seus serviços e desserviços para a formação da cultura brasileira, ou da identidade nacional, se assim se preferir. Disse o autor – “A República não faz logo escola literária”<sup>390</sup>. Os discípulos de Tobias Barreto eram esparsos; Machado de Assis utilizou o ceticismo galante, amargo, como um sinete espiritual, para fugir das ilusões do século XIX; Castro Alves dedicou-se a uma arte contemplativa; Olavo Bilac um verdadeiro joalheiro de versos. Veja que a República não fazer escola literária não significa que não houvesse qualidade nos autores, mas sim ausências de linhagens literárias em que fosse possível classificá-los. Estes autores “revelam antes de tudo a incerteza de missão histórica, de sentido de vida e afirmação nacional, compreensão do meio e do homem - na dolorida imitação dos estilos peregrinos.”<sup>391</sup> O que está em jogo aqui é a originalidade da identidade nacional: da mesma forma que foram compostos os tipos brasileiros, haveria uma literatura que representasse o país. Calmon entendia a literatura como reflexo do contexto social em que se vive, o drama da arte materializando o espírito do país. Como nos primeiros anos da República vivia-se um momento de explosão de ideias, contradições, partidos regionais, debates acalorados, não seria possível distinguir o que era do que não era parte de uma identidade nacional. Já em épocas de estabilidade, haveriam linhagens de pensamentos que possibilitavam distinguir nitidamente os processos históricos. Trata-se da mesma lógica de categorização buscada na “genealogia” dos liberais e conservadores encontrados até na República.

Leia o seguinte trecho, o percurso é longo, mas qualitativo:

A "Semana", de Valentim Magalhães e Max Fleiuss - disse Bilac - revelou numerosos "valôres" jovens, uma geração de poetas e escritores. E' em 93 que inicia Nabuco a sua grande obra sobre o pae, que devia exercer, no meio nacional, uma influencia analoga á de Taine, sobre as origens de França. Quem diria que as nossas infelizes lutas civis serviriam para dar ás letras uma

<sup>389</sup> Ibidem., p. 54 a 56.

<sup>390</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – A época da república*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1939. p.147.

<sup>391</sup> Ibidem., p.148.

côr local, um nacionalismo forte - não mais o convencional e romântico, da década de 30 - a que não puderam aspirar até então? Olavo Bilac compoz "O Caçador de esmeraldas" em 1894, no seu refúgio de Minas: criou o mito literário que sugeriu, em seguida, um pressuroso movimento de pesquisa das fontes heróicas da expansão brasileira, do "bandeirismo". O primeiro marco dessa jornada, sobretudo empolgante, decisiva para a formação do espírito cívico, em São Paulo, foi a comemoração, em 1897 do 3.º centenário da morte de Anchieta.<sup>392</sup>

Vide que Calmon tem plena dimensão dos autores que foram lidos por aqueles que o inspiraram, no caso, Nabuco leu Taine. Nabuco é lembrado como quem criticou o afrancesamento do Brasil no discurso de posse na ABL, mas sem grande sucesso, pois uma instituição moldada pela cultura francesa não podia combater a si mesma. A virada teria vindo com Euclides e o Visconde de Taunay, que mostraram o que é o interior para o Brasil: “Euclides foi genial utilizando na sua descrição um estilo igualmente bárbaro, ora de engenheiro, que mistura á sua estetica a sua técnica, ora de sociólogo, que entrelaça meio e homem”.<sup>393</sup> Calmon observa que Euclides é visto, num sentido positivo, como um autor situado entre a arte e a ciência, ao chamar a atenção para os “sertões” com sua escrita, e sem esquecer o compromisso com a verdade. Ele fala numa agitação de ideias para narrar o que estava acontecendo com a intelectualidade do país. Tobias Barreto é tomado como exemplo de quem tentou suplantar o humanismo cívico em favor do nacionalismo germânico do século XVIII. Tal debate dividiu alunos de Recife e Sergipe em escolas de pensamento e instituições. As livrarias portuguesas traduziam aos montes autores franceses, ingleses e alemães, o que não passaria de uma ilusão cultural, porque o momento era propício para discutir a identidade nacional a partir dos tipos brasileiros.<sup>394</sup>

Calmon passou a desvendar quem leu quem, com o objetivo de classificar as linhagens de pensamento e suas contribuições para identidade nacional. Nina Rodrigues seria o apóstolo da antropologia cultural do novo mundo, fazendo referência a Cesare Lombroso.<sup>395</sup> “Teodoro Sampaio antecederia de vinte anos a Euclides, enriquecendo a exposição científica com uma literatura realista, na previsão do que seria a geografia humana do Brasil”.<sup>396</sup> A monografia de Sampaio sobre o San Francisco reluz em *Os Sertões*. Ratzek e Buckle estão

---

<sup>392</sup> Ibidem., p.149.

<sup>393</sup> Ibidem., p.151.

<sup>394</sup> Ibidem., p.153.

<sup>395</sup> Nina Rodrigues foi um escritor brasileiro conhecido por suas teorias raciais de inferioridade e superioridade dos povos. Ainda que citado apenas uma vez nos três livros, ele aparece referenciado no *Espírito da Sociedade Imperial* com o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), um livro que criticava a igualdade das leis para raças que seriam biologicamente desiguais. Ver RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

<sup>396</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – A época da república*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1939. p.154.

contidos em *Capítulos da História Colonial* de Capistrano. “João Ribeiro faz também história nova de inspiração alemã” [...] “Deixa os antigos modelos, e esboça os quadros sociais; acentua a influência do rio de S. Francisco sobre a civilização brasileira; rompe com a monotonia dos compêndios amedalhados pela crônica oficial.”<sup>397</sup> Essas classificações são pertinentes, também, para perceber que Calmon é um autor que tem plena consciência do que é a historiografia francesa, inglesa e alemã, sabe quais autores brasileiros leram estrangeiros, e, frente a tudo isso, busca afirmar as singularidades brasileiras num debate contemporâneo ao seu período.

“E porque essa inquietação global [de ideias] não clarearia a complexidade das questões nacionais?”<sup>398</sup> Apesar de Calmon considerar que as ideias possuíam lugar, ele entendia que a leitura de autores estrangeiros apenas viria a ajudar a esclarecer o país. Foi assim com Dickens, Flaubert, Zola, Tolstoi, Dostoievski, Taine, Le Play e muitos outros já citados. O problema não seria ler estrangeiros, mas buscar neles soluções sem levar em consideração a “realidade nacional”. O exemplo de escritor contrário à importação de ideias seria Alberto Torres,<sup>399</sup> um autor que, com amplo conhecimento da literatura europeia, soube “organizar a nação desdenhando o formalismo constitucional em proveito das soluções práticas. Dizia não à Carta política que fosse razão de técnicos; mas tegumento do organismo brasileiro, ajustada à sua vida real”<sup>400</sup>

No livro foram demarcados tipos de nacionalismos. Os nacionalismos de 1822 e 1831 são menosprezados por serem anti-lusitanos. Trata-se do ufanismo da independência, considerado apaixonadamente panfletário.<sup>401</sup> Em 1900 houve uma renascença da cultura humanista, que dividiu o nacionalismo em jacobino, “demolidor e flamejante”, e o tradicionalismo, “cuidando de restaurar os padrões do passado que nos faz honra”.<sup>402</sup> O IHGB foi classificado nesse segundo eixo, em que nomes como Varnhagem, Capistrano, Nabuco, Afonso Celso, Eduardo Prado, Barão do Rio Branco, Oliveira Lima opõem-se aos jacobinos.<sup>403</sup> Foi nessa “linhagem historiográfica” que o próprio Calmon se enxergava e dentro do IHGB,

---

<sup>397</sup> Ibidem., p.154.

<sup>398</sup> Ibidem., p.155.

<sup>399</sup> Alberto Torres foi um influente intelectual do início da primeira república que chamava atenção para um “programa de organização nacional”, uma profunda reforma política e científica que desse conta de resolver os problemas do país. Cf. NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012. p.11

<sup>400</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A época da república. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1939. p.156.

<sup>401</sup> Ibidem., p.157.

<sup>402</sup> Ibidem., p.158.

<sup>403</sup> Ibidem., p.159.

fazendo referência aos autores não apenas pela produção de história, mas pelas ações políticas, no congresso, nos ministérios e na política exterior.

Um exemplo de jacobinismo demolidor e flamejante poderia ser reconhecido em Euclides da Cunha:

Nenhuma deserção das idéas da mocidade parecia mais dramática no proprio silêncio do que a de' Euclides da Cunha, cadête da Escola Militar que se inebriára de positivismo e taciturno engenheiro, dez anos depois, a fazer-se socialista em S. José do Rio Pardo por desânimo e revide. "Os Sertões" só podem ser compreendidos, na sua intenção transparente, estudando-se a crise espiritual do escritôr áquele tempo [...] Essa agitação intima correspondia ao que se passava na Europa: mas não perturbou a mística liberal até 1919. Foi eventual e multiforme. Curiosidade insaciavel. Delirio de novidade. Sempre a moda intelectual. O materialismo historico. Os profétas da luta de classes. Os incendiários que doutrinavam em estilo enfático. Literatura mais difundida onde a imigração estrangeira se adensára: protestos esparsos e inconsequentes, contra o capital, que todos procuravam crear.<sup>404</sup>

Calmon tentou diminuir o peso literário d'*Os Sertões* classificando-o como uma daquelas obras de juventude, feitas na inexperiência do radicalismo, que aderem a qualquer ideia extrema apenas para confrontar o mundo. Contraditoriamente, o historiador tinha 36 anos quando publicou *História Social do Brasil – A época republicana*, para os mesmos 36 anos de Euclides quando publicou *Os Sertões*. É claro que a “deserção das ideias da mocidade” possui apenas um caráter retórico para minimizar a responsabilidade de Euclides, pois o que realmente estava em jogo é o lugar de fala daquele escritor: um sujeito devoto da República que vai a campo documentar a supremacia do governo sobre os opositores, mas que voltou atrás no seu jacobinismo e documentou um Estado incapaz de compreender a própria população, ao enviar exército e balas para o interior ao invés de ali introduzir a civilização.<sup>405</sup>

Um ponto de inflexão da historiografia atuante dentro do próprio IHGB, segundo Calmon, ocorreu quando em 1914, Afonso Celso organizou o 1º Congresso Nacional de História. “De um lado, é a geração nova que se apresenta, o espirito formado na tolerância do primeiro decênio do século, ambiciosa de cultura substancial, de "realidades" sociais; do outro, as pazes que se celebram, entre os litigantes idealistas, em torno dos princípios”. Trata-se da geração que parou de discutir República, Monarquia, Laicismo, Federalismo para se importar novamente com a História do Brasil.<sup>406</sup> Esse ponto de virada é pertinente em *História Social do Brasil*, porque na época em que Calmon escrevia os três tomos, entre 1935 a 1939, o autor

<sup>404</sup> Ibidem., p.160.

<sup>405</sup> CUNHA, Euclides. Obras Completas. Rio de Janeiro. Ed: Nova Aguilar, 1995. p.138.

<sup>406</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A época da república. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1939. p.161.

ingressou numa rede de intelectuais americanistas formada, inicialmente, por intermédio de Afonso Celso e Max Fleiuss, que posteriormente culminou com o Congresso de História da América, realizado em 1922 e 1937.<sup>407</sup>

## 2.1 Entre o feudalismo e o progresso: a transição do Brasil colonial para o Império.

“deveis de saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza.”<sup>408</sup>

Os princípios que fundamentam as práticas do liberalismo são uma das principais chaves para compreender os argumentos da escrita da história de Pedro Calmon. É a partir dessa referência que, para ele, configura-se e explica-se o Brasil feudal, o individualismo e o conservadorismo. Isso não significa que Calmon tenha sido um historiador de crença liberal que se opôs simples e linearmente ao conservadorismo, mas que ele recorre aos pressupostos liberais para afirmar ou contestar diversas interpretações sobre o Brasil.

O primeiro problema que se coloca em relação aos termos “liberalismo e conservadorismo” diz respeito a dificuldade de definição. Conforme ressaltaram Sani e Settembrini, é possível entendê-los a partir de uma primeira divisão entre o substantivo e o adjetivo. O substantivo liberal indica um conceito filosófico, enquanto o adjetivo liberalismo, distingue práticas políticas ao longo da história.<sup>409</sup> A questão é não ser possível restringir o conteúdo dos termos a uma mesma função, num sentido universal, perdendo de vista as especificidades políticas e históricas do termo.<sup>410</sup> Ou seja, conforme o contexto dos movimentos políticos, liberais e conservadores mudaram suas argumentações e práticas como estratégia para atuar no poder ao longo dos dois últimos séculos.

Em Calmon aparecem tanto o substantivo como o adjetivo, com maior frequência para o segundo. Mas, por mais que se admita certa diferença entre liberal e liberalismo, é preciso reconhecer que há intersecções entre os termos, de modo que a filosofia, enquanto conhecimento questionadora do cosmos, foi também uma prática política. Conforme destacou Maria Sylvia Carvalho Franco, John Locke fundou sentidos antropológicos-políticos para as

<sup>407</sup> O tema foi abordado com mais afinco no Terceiro Capítulo, devido as questões políticas que o circunscrevem.

<sup>408</sup> Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Apud CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937 p.142.

<sup>409</sup> SANI, Giacomo. Conservadorismo. & SETTEMBRINI, Domenico. Liberalismo. IN: BOBBIO, Norberto (org). Dicionário de Política. Tradução João Ferreira. 11 ed. Brasília: Editora UNB. 1998.

<sup>410</sup> SANI, Giacomo. Conservadorismo op. cit., p.242.

palavras *homem* e *natureza*, para dar resposta aos problemas do seu tempo – impactado por decorrências da Guerra Civil Inglesa, que pela primeira vez decapitou um rei e fundou uma República:<sup>411</sup>

Locke se encontra ao termo de um longo e duro combate, visível nas mais variadas produções da cultura, contra um mundo em princípio fundado na hierarquia. É com este ponto de partida que o seu pensamento pode ser melhor apreendido: no nível do conceito ele se pôs contra as divisões sociais anteriores e entrou no movimento da *Instauratio Magna*.<sup>412</sup> Visou fundar uma igualdade absoluta mas, ao mesmo tempo, determinada: definiu a qualidade do novo homem, isto é, ser proprietário, e no mesmo ato, fundou sua racionalidade e sua liberdade, tanto no sentido de minar as prerrogativas reais quanto de legitimar a dominação de classe e a disciplina dos inferiores.<sup>413</sup>

Com isso, ao mesmo tempo que Locke recusou privilégios aristocráticos fundados no direito divino, ele criou uma maneira de legitimar a desigualdade ao conferir um sentido preciso às ideias de natureza, de homem e de igualdade. A chave para compreender o raciocínio do autor está no sentido por ele estabelecido para a *natureza*, que provém as leis de funcionamento do mundo, inserido numa cosmologia muito maior, em que todas as pessoas nasceriam iguais, com direito a serem proprietárias de si mesmos. Esse homem, racional e capaz de efetuar transformações, nasce em contato com a natureza e se realiza mediante elaboração dela. O “homem só é completo quando se exterioriza no mundo e põe em operação uma atividade que define o contorno das coisas. Por isso mesmo, o homem é essencialmente proprietário”.<sup>414</sup> A desigualdade é legitimada pela capacidade desigual de uso da razão em benefício individual através da apropriação das riquezas disponíveis no mundo, tornando-as propriedade particular, porque só aqueles que dominam a atividade mental conseguem elaborar a si mesmos e a natureza, portanto, tornam-se donos de si e proprietários.<sup>415</sup> Aqueles que não se encaixam nesse perfil, não fazem parte da humanidade, podendo ser condenados a exclusão, reclusão, servidão, escravidão e até morte se necessário.

---

<sup>411</sup> A Inglaterra enfrentou entre 1640 e 1688 diversos conflitos sociais e políticos que começaram com uma guerra civil e posteriormente resultaram na decapitação do Rei Carlos I, em 1649, na fundação de uma república liderada por Oliver Cromwell até 1658, quando morre e não faz sucessor. Carlos II, filho de Carlos I, restaurou o trono, mas seu sucessor Jaime II foi deposto em 1688. Cf. HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>412</sup> A *Instauratio Magna* foi um projeto de conhecimento criado por Francis Bacon a partir de uma série de publicações, que pretendiam inaugurar uma na forma de ciência comprometida com a aplicação na vida prática. Ver para compreender a ciência. Cf. PEREIRA, Maria Eliza. Francis Bacon. IN: ANDRERY, Maria (et al). Para compreender a ciência – uma perspectiva histórica. 4 ed. São Paulo: Educ. 1998

<sup>413</sup> FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. All the Word was américa... John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. São Paulo: Revista USP. N°17. 1993. p.35.

<sup>414</sup> Ibidem., p.40.

<sup>415</sup> Ibidem., p.42



Tais preceitos delineadores da natureza e da humanidade seriam providenciais para Calmon conceber e reconhecer os tipos sociais – o degredado regenerado pelo trabalho que fundou a colonização, o mameluco e o bandeirante destemidos na conquista de território, o fazendeiro empreendedor, o imigrante laborioso, dentre outros - que construíram e realizaram um recorrente “espírito” da sociedade brasileira na Colônia e no Império, assim como as formas políticas e históricas dessa realização. A interpretação que Calmon fez sobre a propriedade no Brasil foi polissêmica por conciliar diversas matrizes liberais, variando conforme o contexto que analisou, conforme ver-se-á. Sobre a Colônia, Calmon sentenciava que “à impotência do poder público se substituiu a capacidade de adaptação do indivíduo”,<sup>416</sup> de modo que as ações políticas de sucesso dependeram de pessoas isoladas. O Brasil foi visto como um desdobramento do *feudalismo* europeu, onde a propriedade era familiar e fundada pelo Estado e “o conceito do poder público continuou praticamente associado ao do pátrio-poder, estendendo-se aos eitos rurais, onde era o senhor de engenho árbitro da vida dos seus servos”.<sup>417</sup> Desse tipo de administração é destacado um lado positivo e criador, pois teria sido graças ao pátrio-poder – do coronel – que decorreu algum tipo de obra pública e administração. De certa forma, é possível interpretar esse elogio ao indivíduo e sua política regional, através das municipalidades, como uma referência e justificativa ao federalismo. Mas, em contraste ao lado positivo, a gerência pública foi reles se comparada com o que poderia ser: “é que o Brasil não foi até os últimos anos, para o governo e para os súditos, mais que um lugar de passagem”.<sup>418</sup> O autor original da frase, Henry Koster (1793-1820), foi amplamente utilizado na descrição da Colônia e do Império.

Koster foi um viajante britânico que chegou ao Brasil no início do século XIX e, depois de um breve retorno à Inglaterra, se estabeleceu aqui até a sua morte. Ele publicou o relato de viagem de grande ressonância chamado *Travels in Brazil*<sup>419</sup> (1816) posteriormente utilizado por diversos literatos e historiadores para descrever e interpretar a sociedade brasileira do início do século XIX, e por políticos deste século que almejaram criticar a escravidão. Aparentemente, o viajante chegou ao Brasil em busca de um clima menos úmido para tratar a tuberculose, contudo, os estudos de Izabel Marson apontam também conexões políticas importantes. Koster estava vinculado ao *African Institution*, associação britânica crítica do

---

<sup>416</sup> <sup>416</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937. p.238.

<sup>417</sup> Ibidem., p. p.104.

<sup>418</sup> Ibidem., p.99.

<sup>419</sup> Câmara Cascudo traduziu o livro como *Viagens ao nordeste do Brasil* em 1942 por entender que o Brasil que Koster descreveu corresponde apenas ao nordeste.

tráfico, dos monopólios e da escravidão praticada nas Colônias inglesas, com quem trocava correspondência frequente, e foi matriz dos defensores da causa abolicionista contra os conservadores no Brasil.<sup>420</sup>

Nesse sentido, o livro *Travels in Brazil* não seria apenas um diário de viagens, mas também texto divulgador de argumentos consistentes a favor da “liberalização dos regulamentos e o estabelecimento da livre comunicação entre o mercado colonial e os fornecedores europeus, particularmente os ingleses; a superação do tráfico de africanos e a substituição do trabalho escravo pelo livre”.<sup>421</sup> Toda a imagem do atraso do Brasil em Koster é definida a partir do conceito de *feudalismo*, uma noção presente na argumentação liberal do início do século XIX, sinônimo de servidão, com pouco comércio, pouca ciência, antigo regime e reis indolentes. Nessa visão, o país ainda vivia em período histórico identificado com o atraso e precisava efetuar algumas medidas para civilizar-se.

A leitura de cunho liberal feita por Koster produziu nos interlocutores uma visão peculiar do Brasil criadora de imaginários, paisagens, identidades e posições políticas. Foi nesse texto que se projetou internacionalmente a imagem de uma “escravidão branda” no Brasil, quando comparada a da América inglesa. Tal leitura foi apropriada por Calmon em referência à escravidão colonial, ressignificada quando o historiador destacou um sentido crítico em relação à política praticada pela Inglaterra no início do século XIX. Ele discordou das atitudes inglesas, principalmente no que tange ao fato dos mercadores britânicos não participarem diretamente do tráfico de escravos desde 1807 e, por sua vez, proibi-lo no Atlântico, fazendo com que suas Colônias antilhanas e a Austrália adotassem imediatamente o trabalho livre, sem nenhuma acomodação prévia.<sup>422</sup> Para Calmon, enquanto na Inglaterra muitos trabalhadores eram servos que recebiam como pagamento apenas casa e comida, no Brasil o escravo tinha morada, religião, vestuário, boa alimentação e, sobretudo, a possibilidade de conquistar a liberdade através do trabalho: “Conservara-se por toda parte o costume brasileiro de dar ao cativo um dia da semana para o seu próprio trabalho de roça, sempre os sábados, que lhe facultava a economia individual e a preparação para a vida livre”.<sup>423</sup>

---

<sup>420</sup> MARSON, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco. Tessituras da revolução e escravidão. Uberlândia: EDUFU. 2008. p.84.

<sup>421</sup> Ibidem., p.76.

<sup>422</sup> Quando o assunto foi Independência, o autor não poupou elogios para a Coroa Britânica. Segundo ele, a Inglaterra foi responsável pela autonomia, segurança, desenvolvimento econômico e paz. E por essa e por outras considerações que a *História Social do Brasil* é uma obra de contrastes. Cf. CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.172

<sup>423</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.106.

A imagem da escravidão branda no Brasil, quando comparada àquela da América inglesa, inspirada no relato de Koster, foi antecedida pela leitura de John Armitage (1807-1856), outra fonte de Calmon, que enxergava relativo progresso da economia brasileira no século XIX, em relação ao início da colonização, havendo até desenvolvimento manufatureiro no campo com a fabricação de roupas: “a indústria das escravas, fiscalizada pela senhora branca, [que] fazia uma silenciosa concorrência à manufatura estrangeira”.<sup>424</sup> Vale destacar que Armitage discordava de uma interpretação feudal para a sociedade e política do Brasil, porque a Colônia era administrada por pessoas que conseguiam cargos na base do mérito e não como aristocracia de sangue, como na Europa. Aqui os cidadãos eram mais vibrantes e participativos do que no antigo continente, o que poderia render boas decisões políticas no futuro. Em suma, o início da colonização foi a barbárie, mas com a independência e os trâmites políticos que se seguiram o país estava na rota do progresso.<sup>425</sup>

Ainda que as interpretações de Koster e Armitage divirjam na finalidade política, enquanto o primeiro defendia alterações mais significativas no antigo regime, visando sua adequação ao início do XIX, o segundo já via o país no rumo certo para a prática de uma Monarquia constitucional, ambas sinalizam um fundo liberal que previa o mérito para transformar a si e a natureza, a propriedade privada e o aprendizado para utilizar as faculdades racionais.<sup>426</sup> À parte dos caminhos políticos indicados pela narrativa dos viajantes, que podem ser utilizados numa argumentação pragmática, certamente percebe-se nesses textos um sentimento de incompletude: o *não estar de todo*, conforme destacou Flora Süssekind.<sup>427</sup> Nesse texto produzido por Calmon não estamos nem no pior, nem no melhor dos mundos. Fica a sensação de que o início da nossa história foi ruim, mas poderia ter sido pior; ainda faltariam decisões a serem tomadas para alcançar a civilização, nem tão longe que não se pudesse ver, nem tão perto que se pudesse tocar.

A sensação de não estar de todo espelhando-se às práticas “civilizadas” aumenta consideravelmente quando foi introduzida a dança entre conservadores e liberais, durante o

<sup>424</sup> Armitage apud Calmon Império. op. cit., 103

<sup>425</sup> Cf. Domínio sobre as fontes: Nabuco e a Revolução. IN: MARSON, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco. Tessituras da revolução e escravidão. Uberlândia: EDUFU. 2008.

<sup>426</sup> Naxara lembra que houve interpretações de cunho liberal sobre o feudalismo que elogiaram o período medieval, pela luta do povo contra tiranos, a fé e o desenvolvimento arquitetônico, em autores como Victor Hugo, Alexandre Herculano e Jules Michelet. Ver NAXARA, Márcia. Cientificidade e sensibilidade romântica. Brasília: Editora Unb, 2001. p.124.

<sup>427</sup> O não estar de todo, para Süssekind, é uma forma de incompletude, ora vista em viajantes que não encontravam no Brasil o que esperavam, ora em literatos, que procuravam uma identidade do Brasil na qual parecia sempre faltar algo. Cf. Da sensação de não estar de todo. IN: SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Primeiro e Segundo Reinados. Em *Espírito da Sociedade Colonial*, quando o autor estava engajado numa interpretação feudal do Brasil, disparou contra o intervencionismo: “Quanto mais o Estado diluiu a intervenção, mais o colono aumentou a fortuna”.<sup>428</sup> A dificuldade em entender essa frase simples encontra-se no fato de muitas vezes concebermos o intervencionismo econômico como uma política antiliberal, guiados por um suposto conceito universal de liberalismo, associado ao *laissez-faire*. No Brasil Império, ao longo da década de 1840, aqueles que pediram intervenção protecionista na economia eram liberais, a exemplo do *Diário Novo*, jornal da Praia, enquanto aqueles que defendiam o *laissez-faire* eram conservadores.<sup>429</sup> Nessa altura, adentramos mais nos adjetivos liberais e conservadores, utilizados no interior da política para demarcar territórios, do que conceitos que possuem predicados, porque no sentido filosófico ambos partidos tinham pressupostos liberais: liberdade, propriedade e progresso.

Os estudos de Eric Hörner descrevem a dificuldade em definir liberais e conservadores durante o Império, sobretudo até o final da regência e início do Segundo Reinado.<sup>430</sup> Para entender os famosos *luzias* e *saquaremas*, ou liberais e conservadores, é necessário descortinar inúmeras camadas interpretativas feitas ao longo do tempo, começando pelo discurso de época, passando pelas leituras de Joaquim Nabuco, até um debate mais atual, que envolve José Murilo de Carvalho e Roderick J. Barman. Hörner já fez esse percurso e coube a mim ressaltar alguns pontos importantes para entender Calmon: 1) liberais e conservadores são rótulos frágeis; 2) a designação “partido” era contestada até metade do século XIX por ser entendida como sinônimo de facção ou fragmentação; 3) Joaquim Nabuco, no *Um Estadista do Império*, demarcou a fundação do Partido Liberal em 1838, como herdeiro do Partido Moderado, que governou o Brasil de 1831 até 1837, isto é, durante o período regencial; já o Partido Conservador surgiu como uma reação monárquica aos abalos da regência; 4) A interpretação de Barman é preferível em relação a Murilo de Carvalho por admitir fluidez entre conservadores e liberais, não sendo possível cristalizar a filiação política à grupos

<sup>428</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – Espírito Da Sociedade Colonial*. 2º ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1937. p.238.

<sup>429</sup> Ver Cf. MARSON, Izabel. *Monarquia, empreendimento e revolução: entre o laissez-faire e a proteção à “indústria nacional” – origens da revolução praieira*. IN: MARSON, Izabel & Oliveira, Cecília (org). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp. 2013.

<sup>430</sup> Ver HÖRNER, Eric. *Partir, fazer e seguir. Apontamento sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil na primeira metade do século XIX*. IN: MARSON, Izabel & Oliveira, Cecília (org). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp. 2013.

socioeconômicos.<sup>431</sup> Tal genealogia seguida por Murilo Carvalho foi uma clara referência a Joaquim Nabuco, que também foi amplamente utilizado por Pedro Calmon.

O sistema político de Dom Pedro II foi classificado em *História Social do Brasil* como uma monarquia democrática, porque permitiu a eleição dos conservadores e liberais e suas alternâncias no poder. A constituição desses partidos é embasada na “genealogia” de Nabuco, apesar de não referenciada nesse trecho específico do livro.<sup>432</sup>

Os fiéis à coroa, adeptos da ordem existente, temerosos das reformas audazes, formavam o grêmio conservador, cujo nome variava: absolutistas, no primeiro Reinado, restauradores ou caramurús, na primeira fase da Regência, conservadores ou saquaremas depois. Os descontentes, infensos ao sistema político do passado, sensíveis a todas as influências progressistas, mais dispostos aos melhoramentos ousados do que à inércia prudente dos adversários, eram os liberais, chamados, evolutivamente, carbonários ou republicanos, abrilistas ou federalistas, liberais ou luzias.<sup>433</sup>

Calmon enxergou certa continuidade entre os movimentos a ponto de um dar no outro, obedecendo a tradicional distinção entre conservadores e liberais. Os conservadores consolidaram-se no poder a partir de 1868 e suas reformas foram retratadas *como liberais na premissa filosófica*: trata-se da instituição do parlamentarismo, um “cenário de magnificas exposições desse pensamento de generosa liberdade, de retraimento do Estado no campo das iniciativas econômicas, de legislação cada vez mais democrática”.<sup>434</sup> Perceba que o adágio do *Espírito da Sociedade Colonial* “menos intervenção estatal, mais fortuna” foi replicado no *Espírito da Sociedade Imperial*, de modo que o raciocínio permeia ambos os livros. E as onze vezes que Dom Pedro II dissolveu o parlamento são tratadas com normalidade, como um golpe de misericórdia para equilibrar a casa legislativa.<sup>435</sup> Seguindo a interpretação de Oliveira Lima,<sup>436</sup> “as dissoluções entraram a oferecer razões de ser harmônicas com a natureza do régimen parlamentar”<sup>437</sup>, desse modo, o parlamento confunde-se com o poder moderador. Em suma, é desenhada uma estrutura de poder onde Rei, Estado (Império) e legislativo seriam coisas diferentes, poderes mais ou menos autônomos, mas que o Rei tinha força para intervir em qualquer um deles, apesar de “recusar” seu papel de juiz.

<sup>431</sup> Ibidem., p.218-231.

<sup>432</sup> Os livros referenciados na bibliografia de *Espírito da Sociedade Imperial* foram *Minha formação* (1900) e *Um estadista do Império* (1899), textos refletem o momento em que Nabuco ainda assimilava a queda da monarquia.

<sup>433</sup> CALMON, Pedro. *História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.278.

<sup>434</sup> Ibidem., p.281.

<sup>435</sup> Ibidem., p.282.

<sup>436</sup> Explicarei a conciliação que Calmon faz de Joaquim Nabuco com Oliveira Lima quando desenvolver o Pan-americanismo.

<sup>437</sup> Ibidem., p.283.

Toda e qualquer forma de radicalização liberal Calmon tratava como jacobinismo, estendendo esse adjetivo especialmente a movimentos republicanos. O exemplo mais explorado do Império foi a Revolta da Praia:

Eram conflitos atizados pelo nativismo, mas de transparente sentido social: o consumidor irritado contra o marchante, a população indignada com a alta dos preços, com as prevenções coloniais, contra o metropolitano, eletrizadas pelas novas ideias de liberdade, achando o brasileiro insuportável a prosperidade do forasteiro, em contraste com a sua miséria urbana, e num regímen constitucional de proteção dos nacionais.<sup>438</sup>

O autor parece dar certa razão ao comerciante local por sentir-se injustiçado, mas tudo isso não passaria de inveja pelo próprio fracasso de não prosperar. A entrada de comerciantes estrangeiros seria consequência da vida rural brasileira, que se ocupava do campo e não criava estrutura eficiente nas cidades, de modo que haveria oportunidade para novos moradores. Além disso, “os preconceitos que ligavam a profissão mercantil à burguesia sem títulos nem honras — deixavam aberto o caminho àqueles estrangeiros, fixados na cidade.”<sup>439</sup> Cabe lembrar que estudos recentes demonstram que a Revolta da Praia nasceu como último recurso para os liberais retomarem o poder perdido para os conservadores em Pernambuco em 1848. Entre os anos de 1844 e 1847, os liberais praieiros ganharam projeção na câmara dos deputados e dois assentos vitalícios no senado, tendo poder para desfazer o programa político dos conservadores, baseado no *laissez-faire*, que facilitava a entrada de produtos estrangeiros. Já os liberais praieiros queriam o protecionismo dos produtos nacionais para o desenvolvimento econômico local.<sup>440</sup> Vale ressaltar mais uma vez que tanto a premissa filosófica dos conservadores, quanto dos liberais tinha o fundamento liberal de direito à preservação e aumento da propriedade. A batalha política era como desenvolver a nação, enquanto defensora das propriedades, aliando os interesses do país com o dos grupos políticos.<sup>441</sup>

A genealogia de conservadores e liberais é estendida até a República, na qual os primeiros eram a gente da lavoura e os segundos eram “advogados da muralha aduaneira os liberais, os “cidadãos”, os financeiros, que ansiavam pelas fábricas, pelos bancos, pela era da

---

<sup>438</sup> Ibidem., p.120.

<sup>439</sup> Ibidem., p.121.

<sup>440</sup> Cf. MARSON, Izabel. Monarquia, empreendimento e revolução: entre o *laissez-faire* e a proteção à “indústria nacional” – origens da revolução praieira. IN: MARSON, Izabel & Oliveira, Cecília (org). Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860. São Paulo: Edusp. 2013.

<sup>441</sup> Segundo Carvalho Franco, uma das premissas do liberalismo de Locke era buscar na história da comunidade inglesa originária, que fora corrompida ao longo do tempo, e que tinha como base da vivência na propriedade privada. Portanto, liberalismo e nacionalismo não eram noções excludentes. Ver FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. All the Word was América... John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. São Paulo: Revista USP. Nº17. 1993. p. 36.

máquina, pela urbanização do Brasil, civilizado na autonomia industrial.”<sup>442</sup> Ou seja, acrescido a já demonstrada relação entre protecionismo e *laissez-faire*, aparece a divisão entre campo e cidade. Contudo, agora a nomenclatura para os liberais é outra: “Republicanos, federalistas, no campo político; inflacionistas, partidários de uma legislação avançada, no terreno das finanças”. Com essa análise foi definida claramente a posição socioeconômica dos membros do partido, a atuação deles e suas origens. Trata-se, portanto, de uma visão que generalizou as tramas do político e impediu de ver as conexões internas, para além de nomenclaturas, mas que tem um recurso retórico relevante para a produção de discursos políticos no presente do autor, sobretudo para enaltecer grupos políticos e menosprezar outros, como liberais e conservadores<sup>443</sup>

## 2.2. Conciliando opiniões e crítica à cópia das instituições estrangeiras

Com a proclamação da República em 1889, novos temas passaram a fazer parte das instituições brasileiras dedicadas à História, especialmente em virtude da construção de memória dos líderes republicanos, das relações políticas com países não monarquistas, da relação entre Estado e Igreja e outros. Nessa virada de século, surge o que foi denominado na historiografia como *pan-americanismo*, e Calmon faz parte desse debate mesmo após 30 anos do seu início, através de personagens como Oliveira Lima e Joaquim Nabuco. É pertinente ressaltar como ele media a opinião desses intelectuais ao referenciá-los, devido às opiniões diferentes que haviam tido sobre a relação do Brasil com a América. Lima publicou, em 1901, os livros *Reconhecimento do Império* e *Nos Estados Unidos*, que destacam a importância da Doutrina Monroe na fundamentação da independência dos países latinos, embora ressaltando que tal política não nasceu da benevolência americana e sim de uma tentativa frustrada da diplomacia inglesa em exercer poder sobre países latinos com a ajuda dos Estados Unidos.<sup>444</sup>

A leitura de Lima sobre os Estados Unidos sofreu considerável virada nos anos seguintes, sobretudo pela péssima relação do escritor com Barão do Rio Branco (1845-1912) que, além de ser ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912, foi presidente do IHGB a partir de 1907. O apoio de Rio Branco aos EUA, até mesmo para possíveis intervenções

---

<sup>442</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.178.

<sup>443</sup> Abordarei o assunto no Capítulo 3.

<sup>444</sup> MALATIAN, Teresa Oliveira Lima e a construção da nacionalidade. São Paulo: Edusc. 2001. p.150.

militares na América Latina, levou Lima a escrever *Pan-Americanismo*, obra que defende a aproximação do Brasil com a América, mas uma América livre da tutela dos Estados Unidos.<sup>445</sup>

Com trajetória bem diferente, Nabuco destacou-se como um dos principais arguidores do abolicionismo e defensor de uma monarquia reformada, além de crítico do republicanismo latino-americano até se conformar com a queda da Monarquia, quando definiu sua nova causa: a aproximação com os Estados Unidos.<sup>446</sup> Veja que Calmon consegue colocar em concordância autores com propostas diversas em um mesmo assunto. Tal procedimento pode dar ao leitor interpretações tridimensionais sobre um mesmo tema, que possibilitam uma visão americanista, pan-americanista ou conciliatória entre elas.

Calmon não via como negativa a aproximação com os Estados Unidos, inclusive preferiu a “influência” da constituição americana a da francesa na República, porque o afrancesamento da constituição monarquista de 1824 teria sido um desastre ao incentivar o espírito revolucionário.<sup>447</sup> Porém, também registra que teria ocorrido uma prática de importação de ideias incompatível com a realidade brasileira, “copiára-se o regimen norte-americano, porém não a educação norte-americana, inimitável”.<sup>448</sup> Frases desse gênero e definições como “República teórica” e “nenhum ideal coletivo” são referências de Calmon a Oliveira Vianna, autor que ficou conhecido por denunciar o liberalismo e a falta de percepção de coletivo do povo brasileiro.<sup>449</sup> Vianna fez uma profunda revisão da história brasileira para encontrar os “maus de origem” e possíveis soluções, dentre elas a concepção da incompatibilidade do liberalismo com o Brasil. Outra incompatibilidade seria o direito positivo sem o direito consuetudinário. O autor investiu profundamente em diversos estudos interdisciplinares como história, psicologia, geografia, sociologia e filosofia para entender os mecanismos de funcionamento da sociedade e elaborar tratados de direito compatíveis com a tradição.<sup>450</sup>

---

<sup>445</sup> Ibidem., p.188.

<sup>446</sup> Cf. MARSON, Izabel. Política e história: figurações da escravidão e da revolução nas obras de Joaquim Nabuco. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (451):45-71, abr./jun. 2011. MARSON, Izabel. Política e conhecimento: a crítica de Joaquim Nabuco à república brasileira e suas congêneres latino-americanas. IN: SEIXAS, Jacy, CERASOLI, Josianne, NAXARA, Marcia (org). Tramas do Político – Linguagens, formas, jogos. Uberlândia: EDUFU. 2013.

<sup>447</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A Época Republicana. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939. p.290.

<sup>448</sup> Ibidem., p.120.

<sup>449</sup> Os estudos de Stella Bresciani apontam que a fundamentação de Vianna sobre com a democracia provinha da leitura crítica de Hypolite de Taine sobre a primeira República francesa, acentuando a ligação direta entre sufrágio universal e terror. De Alfred Fouillée viria a crítica às instituições liberais que teriam levado a França à derrota na guerra contra a Prússia. BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005.p.58.

<sup>450</sup> BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005. p.211. Assim também pensava Calmon, não só por ser advogado e



Calmon não negou nem acolheu inteiramente as duas visões de *pan-americanismo* apresentadas: a Doutrina Monroe teria sido uma jogada política contra a Inglaterra e não fruto do altruísmo comprometido com a defesa da América. Dos Estados Unidos também teriam vindo diversas legislações que foram mal aplicadas ao contexto brasileiro, mas ainda assim era a referência mais próxima de um país de sucesso com dimensões continentais. Já os países da América-Latina foram vistos a partir da Independência como republicanos e liberais exacerbados, ao ponto de a irritação nativista dos estancieiros ter dividido a América espanhola em várias Repúblicas,<sup>451</sup> o que era modelo inimaginável para o Brasil. A narrativa desloca-se de uma perspectiva a outra, causando contrastes e movimentos, tornando difícil entender qual o posicionamento do autor sobre assunto. No Terceiro capítulo, constatamos que essa forma de narrativa foi estrategicamente utilizada nas negociações políticas para aumentar a possibilidade de vitória. Calmon vazia-se dúvida perante as decisões, esperando até o último momento para definir um posicionamento mais concreto. Portanto, não era somente na escrita da história que o autor conciliava opostos e produzia discursos ambíguos, mas em toda sua atuação intelectual.

---

historiador, mas por acreditar que “pouco valem as leis, sem os costumes”. CALMON, Pedro. História Social do Brasil – A Época Republicana. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1939. p.124.

<sup>451</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. p.259.

### Cap. III: As palavras são coisas: Pedro Calmon entre a história e a política

A geração que redescobriu a importância da história política teve precursores, tanto é verdade que quase nunca existe um começo absoluto e que na ordem do conhecimento as descobertas freqüentemente são redescobertas. Os contemporâneos nem sempre perceberam que esses pioneiros abriam os caminhos do futuro.<sup>452</sup>

A frase supracitada de René Remond é uma daquelas lapidadas para ser epígrafe de qualquer debate político, por expor dois itens que nem sempre são lembrados quando o assunto é a escrita da história. O primeiro, mais amplo, trata dos méritos daqueles autores que são criticados exatamente para serem superados, ou seja, não vistos nem mesmo como precursores, mas como autores obsoletos que devem ser relegados ao esquecimento. O segundo item faz parte do presente de René Rémond, que na década de 1988, juntamente com outros teóricos, refletiu sobre o retorno da história política na França, desvalorizada desde a ascensão do movimento dos *Annales*. Rémond ponderou que as inovações metodológicas divulgadas pelos *Annales* teriam como custo a negação da política, dada a necessidade do movimento de afirmar o social e o econômico frente aos tradicionais historiadores consolidados, que, supostamente, praticavam uma história somente biográfica ou onomástica, elitista ou aristocrática.<sup>453</sup>

É aí que a história passou a “ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura”.<sup>454</sup> Rémond reconheceu que toda movimentação política só fazia sentido se entendida através de uma visão holística dos fatos, isto é, se percebidas as inúmeras variáveis estruturais que possibilitariam os acontecimentos. Porém, teria ocorrido certos exageros por parte dos seguidores dos *Annales*, em relação àqueles que foram por eles denominados seus inimigos, por “desvirtuarem suas intenções e sua prática a fim de obter uma vitória mais fácil sobre livros cujo alcance foi artificialmente limitado”.<sup>455</sup> Como saldo, houve não somente a reclusão da história política, mas também o que Paul Ricoeur e François Hartog chamaram de

<sup>452</sup> RÉMOND, René (org). Por uma história política. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.27.

<sup>453</sup> Para uma crítica aos *Annales* Cf. DOSSE François. A pré-história dos *Annales*. IN: A história em migalhas. Dos *Annales* à nova história. Campinas: Ed Unicamp. 1992. Para ver a construção da narrativa dos *Annales in loco*: BLOCH Marc. Passado e Presente & O ídolo das Origens IN: Apologia da História ou Ofício do Historiador. São Paulo: Zahar, 2002.

<sup>454</sup> RÉMOND, René (org). Por uma história política. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.16.

<sup>455</sup> Ibidem., p.9.

eclipse da narrativa.<sup>456</sup> François Dosse foi ácido em sua crítica, entendendo que a Revista dos Annales tinha ares de militante ao se colocar como adversária de uma história factual e política, usando como mote da crítica as inovações de outras áreas do conhecimento.<sup>457</sup> Já para Hervé Couteau-Begarie, a militância era evidente não apenas no caráter pessoal de cada autor, engajado com pautas políticas, mas enquanto estratégia dos Annales, que faziam de temas contemporâneos, como sexualidade, alimentação, gênero entre outros, abordagens para a história.<sup>458</sup>

Quando Rémond retomou o debate historiográfico sobre a história política na França, na década de oitenta, o ponto fulcral não era mais a legitimidade desse recorte, que é um dos possíveis para explicar a sociedade, e sim mostrar o porquê a história política voltou com força no fim do século XX. Os historiadores tinham percebido a importância dos partidos políticos para explicar a administração do Estado, porque as conjunturas são construídas pela oposição e situação que definem uma série de circunstâncias incidentes na vida de cada um.<sup>459</sup> São essas incidências e decorrências sobre o presente do historiador que o obrigam a buscar novos temas e metodologias. Vavy Pacheco Borges demonstrou que a renovação na historiografia brasileira, sobretudo dos anos de 1960 em diante, esteve ligada a uma vontade geral de escrutinar o autoritarismo dos governos brasileiros, na expectativa de entender a ditadura instaurada em 1964. É nesse momento que surge a interpretação da Revolução de 30 como uma continuidade oligárquico/burguesa e não como ruptura conforme anunciava o próprio discurso varguista.<sup>460</sup> Pacheco ainda cita a Raymundo Faoro, com *Os donos do poder* (1975) e *A Revolução de 30: História e Historiografia* (1970), organizado por Boris Fausto, como exemplos de mudanças, em que o primeiro livro analisou o constante papel do Estado na vida das pessoas, enquanto o segundo reviu o legado da interpretação marxista.<sup>461</sup>

---

<sup>456</sup> O retorno da narrativa foi pauta dos historiadores, na França, a partir dos anos de 1970, principalmente com a recepção da *Meta-história* de Hayden White. *Tempo e Narrativa* de 1983 consolidava uma virada historiográfica: de tema escanteado tornava-a ponto fulcral das discussões. Discutir narrativa possibilitou não só a expansão na reflexão sobre história e literatura, como também a aplicação de conhecimentos estéticos a essa ciência. Cf. RICOEUR, Paul. O eclipse da Narrativa. IN: *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus 1994. HARTOG, François. A arte de narrativa histórica IN: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

<sup>457</sup> DOSSE, François. A história em migalhas. Campinas: Unicamp. 1994. p55.

<sup>458</sup> Couteau-Begarie, Hervé. *Le phenomene "nouvelle histoire" : strategie et ideologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983.

<sup>459</sup> RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.26

<sup>460</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política: história e historiografia*. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6º ed. São Paulo: contexto. p.172.

<sup>461</sup> *Ibidem.*, p.177

Marilena Chauí reviu as interpretações teleológicas que eram deterministas em suas propostas por descrever o movimento de 1930 como uma etapa de algo maior a ser alcançado. Essas interpretações teleológicas viam a história não como um campo aberto de possibilidades, no qual o passado seria imprevisível, mas sim em sentido estático, em que o pretérito já estaria determinado assim como o futuro. Em 1973, com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDOC, houve a organização de diversos fundos documentais sobre os anos trinta, coordenados por Aspásia Camargo, que possibilitaram acessos a documentos desconhecidos até então.<sup>462</sup> É a partir daí que surgiram pesquisas como da Ângela Castro Gomes, Edgar De Decca, Carlos Alberto Vesentini, Ilka Cohen e outros. Só foi possível compor *O Silêncio dos Vencidos* (1979), de Edgar De Decca, obra em que o “vencedor” em 1930 emerge como parte de uma conjuntura conservadora que silenciou os derrotados – esses, sim, revolucionários – a partir de extensos debates sincronizados sobre a política brasileira dos anos 1930 a 1960.

O raciocínio e argumentação de Vavy Pacheco percorreu diversos autores que trataram do movimento de 1930 nas mais variadas vertentes, mostrando que no Brasil o tema sempre foi recorrente, integrando inclusive a *História do Brasil* (1959) de Pedro Calmon. O baiano “é um exemplo de erudição e atualização teórico-metodológica, mas as interpretações podem ser vistas como bastante coladas na interpretação oficial da época.”<sup>463</sup> A interpretação oficial nada mais era do que a memória consolidada pelo vencedor, por Vargas e seu aparato governamental, na descrição de uma ruptura entre a primeira República e o novo governo. A revisão dessa historiografia foi um trabalho do final de 1970 em diante e é a partir dessa visão que estabeleci esse capítulo, não exclusivamente como uma “história a contrapelo”,<sup>464</sup> mas com um recorte político que valoriza a movimentação dos partidos e a subjetividade das pessoas como produto de uma sociedade. Contudo, não se trata de ver somente a política na obra de Pedro Calmon, mas convido a pensar, também, como ele pode ter sido esquecido por uma memória disciplinar que negligenciou a história política e que, quando retomou os temas e os

---

<sup>462</sup> Ibidem., p.178

<sup>463</sup> Ibidem., p.171.

<sup>464</sup> A expressão história a contrapelo foi criada por Walter Benjamin para definir uma escrita que fugisse as interpretações consolidadas da burguesia e desse ênfase à luta dos trabalhadores. Posteriormente, Edgar de Decca usou o termo para redefinir a interpretação do movimento de 1930. De Decca entendia que era preciso abandonar o discurso da revolução do vencedor, que prometeu mudar a nação rompendo com as oligarquias. A ideia era mostrar que a Revolução de 1930 foi, na verdade, um discurso sobre a revolução que freou outros discursos revolucionários, como dos operários, dos tenentes e da burguesia democrática. Cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da História”. O anjo da História. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013. DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

autores dos anos 1930, simplificou uma historiografia que é mais complexa do que a maioria dos historiadores imaginam.

A relação ensejada aqui, entre história e memória, não faz parte, exclusivamente, do que a historiografia tem consagrado como uma memória construída pela história, sobretudo a partir da experiência dos estados nacionais. O texto *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares*, de Pierre Nora, que é a introdução do livro *La République*, da série *Lieux de Mémoire*, publicada a partir de 1984, tem sido ponto de partida para inúmeros argumentos.<sup>465</sup> A partir da concepção de memória coletiva de Maurice Halbwachs, Nora defendeu que a memória em um sentido orgânico, presente nos primeiros povos e comunidades mais afastadas, da tradição oral, foi se perdendo conforme o sucesso dos estados nacionais, com suas indústrias, comércios e mecanismos de prover memória e identidade. Nesse sentido, ele explicou a razão da criação de lugares de memória para essas comunidades ou grupos étnicos, construídos a partir da história, mas que seriam sacralizados e vividos como memória. O artigo *A nação-memória*, do livro *Lieux de Mémoire II*, 1986, pareceu restringir qual o tipo de memória ideal aos grupos sociais, não a que faz parte da dilatação das memórias coletivas e comemorativas, mas sim, uma memória de “bem comum”, conectada a “heranças coletivas”: “Chegou a hora de uma memória patrimônio e do reencontro da França com uma nação sem nacionalismo”. Já no artigo *A era da comemoração*, *Lieux de Mémoire III*, 1992, Nora voltou atrás sobre a função dos lugares de memória: “Estranho destino desses lugares de memória: pretenderam ser, por seus procedimentos, métodos e pelo próprio título, uma história do tipo contracomemorativo, mas a comemoração os agarrou”.<sup>466</sup>

Paul Ricoeur, no livro *A memória, a história e o esquecimento*, retomou a discussão apontando algumas lacunas de Nora, ao questionar, por exemplo, se os lugares de memória seriam uma história-memória, aquela em extinção, ou seria uma memória da psicologia individual. Cabe lembrar que a proposta desse livro era defender a memória como matriz originadora da história, onde a segunda foi um dos aparatos criados para servir a primeira.<sup>467</sup>

<sup>465</sup> NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*; 1 *La République*. Paris: Gallimard. 1984. *Les Lieux de mémoire: la nation*. Paris: Gallimard. 1986. *Les Lieux de mémoire: Les France*. Paris, Gallimard. 1992.

<sup>466</sup> Recentemente, em *Present, Nation, Memória*, 2012, Nora escreveu novamente sobre os lugares de memória para responder aos seus críticos, sobretudo Ricoeur. Ele confirmou que sua proposta sempre foi de uma memória coletiva, sem preocupar-se como funcionaria a passagem do “eu” ao “nós”; e que, apesar das reviravoltas dos lugares de memória, o conceito proporcionou inúmeros debates e realizações concretas. Nesse momento Nora está preocupado com o que chamou de história em segundo grau, crítica a tudo e a ela mesma. Talvez por isso o autor tenha descambiado para uma posição reacionária frente ao seu próprio conceito. NORA, Pierre. *Présent, nation, mémoire*. Paris: Gallimard, 2011. NORA, Pierre. *L'histoire au péril de la politique*. IN: Eurozine, 2011.

<sup>467</sup> RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

Porém, Ricoeur não se limitou a uma memória voluntária construída a partir da história, ele foi das extensões de memória, natural ou artificial, do nível prático, patológico-terapêutico, ético-político, ao esquecimento, enquanto processo natural da memória, ou trabalho de memória como o luto. Isso tudo sem esquecer da memória involuntária, lembrada sem qualquer controle racional do humano. Nessa linha de raciocínio encontra-se, também, o trabalho da Jacy Alves de Seixas que explora as potencialidades de uma memória involuntária, que permite a lacuna, a fragmentação, a multitemporalidade, sem a excessiva carga explicativa da história, para mostrar ao debate historiográfico que os aportes teóricos de uma memória historicizada não são tão evidentes, quanto se pensa.<sup>468</sup> Seixas afasta-se de Nora, principalmente, ao não opor história e memória, ao entender que a relação é dinâmica. Com todas as críticas, que hoje encontram outros aliados em *Espaços da recordação* de Aleida Assmann e *Culturas do passado-presente* de Andreas Huyssen,<sup>469</sup> é inegável a necessidade de estudar a memória num sentido lato, assim como os processos de constituição de memória pela história ou vice-versa.

Em Calmon, a relação pode ser vista quando, em 1926, defendeu a criação de um monumento público, no Rio de Janeiro, em homenagem a mãe-preta, como eram chamadas as mulheres negras que cuidavam dos filhos dos proprietários. O autor apropriou-se de uma memória coletiva, gestada na vivência, para compor a memória nacional. Ao jornal *Gazeta de Notícias*, escreveu “No fundo da tela épica da organização brasileira se modela, esbatida nas sombras de um pobre destino, a mulher escrava de sedosos braços, de alvos dentes, de um sorriso fresco e bom... Foi a ama de leite da pátria”.<sup>470</sup> Quando ele viajou a Ouro Preto, foram as ruínas que reativaram sua memória, num sentido proustiano, conforme escreveu Jacy Seixas. Agora, quando Calmon dissertou sobre os bandeirantes, a memória evocada era aquela construída pela historiografia, sobretudo nos livros de Taunay. No fundo, foram os entrelaçamentos entre memória e história que acabaram relegando Calmon ao esquecimento nos estudos historiográficos, tanto porque sua imagem ficou associada equivocadamente a um historiador supostamente “positivista”, como também por sua atuação política.

---

<sup>468</sup> SEIXAS, A. Jacy. Percursos de memórias em terra de história: problemáticas atuais. IN: BRESCIANI, Maria Stella Martins et al. Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Editora da UNICAMP, 2000.

<sup>469</sup> ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da Unicamp, 2011. HUYSEN, Andreas. Culturas do passado-presente. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

<sup>470</sup> PEDRO CALMON APUD ARAÚJO, Mariele. A medida das raças na mistura imperfeita. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2006. p.47

## 1. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt

Digamos que o nome de Pedro é aristocraticamente grande o suficiente para reunir três dos principais sobrenomes da Bahia, mas é o nome Calmon que a família prefere referenciar, por pertencer a Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), o Marquês de Abrantes.<sup>471</sup> Todavia, não se confunda, pois há mais três Migueis Calmons nessa família: há o Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886) sobrinho criado pelo Marquês de Abrantes; há o Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho (1912-1967) filho de Francisco Marques de Góes Calmon, Governador da Bahia de 1924 a 1928 e irmão de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), sobrinho-neto de Marquês de Abrantes, ministro de algumas pastas durante a Primeira República e primo de Pedrinho, como é chamado Pedro Calmon nas correspondências da família. Miguel e Pedro são, provavelmente, primos em terceiro grau, mas as narrativas em torno da família consolidaram que o primeiro é tio do segundo e a historiografia repetiu a terminologia. Não por acaso, é claro, Miguel Calmon<sup>472</sup> foi mentor político de Pedro, que sempre se colocou com subserviência diante do “tio” e o chamou de padrinho.

O trabalho de Jonas Brito recuperou a ascensão da família Calmon durante os anos de 1920, tendo em vista que ela não tinha o mesmo protagonismo desde a época do Império, quando atuou o Marquês de Abrantes. O foco de Brito foi mostrar como a Bahia buscou articular-se nacionalmente na política brasileira, discordando das narrativas que reduziram o protagonismo político da primeira República a São Paulo e Minas Gerais. Em 1922, o Brasil agitava-se com a eleição de Arthur Bernardes que, no cumprimento do mandato, decretou estado de sítio e fez intervenções no Rio de Janeiro, principalmente nas instâncias militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão de Hermes da Fonseca, que apoiaram o candidato da oposição derrotado, Nilo Peçanha. Na Bahia, os aliados de Rui Barbosa eram oposição a José Joaquim Seabra,<sup>473</sup> renomado político desde os primórdios da República. A intenção dos *ruístas* era que a intervenção no Rio de Janeiro pudesse estender-se ao norte e para isso contavam com o apoio dos governadores de São Paulo e de Minas Gerais.<sup>474</sup> José Joaquim

---

<sup>471</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida, portador dos títulos nobiliárquicos de Visconde com Grandeza e Marquês de Abrantes, foi Ministro da Fazenda no primeiro reinado e conselheiro do estado no segundo, tendo intensa participação política durante sua vida. Ver biografia página 194.

<sup>472</sup> Ver biografia, página 194.

<sup>473</sup> Ver biografia nos anexos. Página 190.

<sup>474</sup> BRITO, Jonas. A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920 - 1926). Dissertação de mestrado. (História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA. 2014. p. 88.

Seabra não caiu e ainda estava convicto de que faria um sucessor para a eleição realizada em 1923, com vigência a partir de 1924.

O nome escolhido por Seabra para a sucessão foi Francisco Marques de Góes Calmon, irmão mais velho de Miguel Calmon. Na época, Góes Calmon<sup>475</sup> era dirigente do Banco Econômico da Bahia e não estava vinculado a partidos políticos, podendo ser bem visto como um técnico administrativo tanto pela situação, o Partido Republicano Democrático, quanto pela oposição, a Concentração Republicana da Bahia.<sup>476</sup> Além disso, tratava-se de um sobrenome com prestígio no Estado, ainda mais com a nomeação de Miguel Calmon para o ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. A jogada buscava unir grupos políticos que, invariavelmente, queriam a saída de Seabra do Governo, com um nome que agradasse a maioria e tivesse legitimidade com Arthur Bernardes.<sup>477</sup> Com toda essa movimentação, Seabra não pretendia sair de cena, mas continuar sendo um mandatário baiano por outros meios ocupando a vaga no Senado Federal aberta após a morte de Rui Barbosa, em março de 1923. No fundo, a oposição só se contentaria com uma intervenção pois sabia que eleições não eram garantias seguras de cumprimento de mandato. A oficialização da candidatura de Góes Calmon no início de 1923 não seria o capítulo final dessa história.

Brito deu destaque de como a família Calmon serviu para o acordo entre Seabra e Bernardes, através de uma correspondência de Pedro Calmon Freire de Bittencourt enviada para o seu filho com nome homônimo, o historiador Pedro Calmon estudado nesta dissertação. Na correspondência destaca-se que essa era a oportunidade de Pedro Calmon pai controlar o município de Amargosa,<sup>478</sup> através de ações que seriam executadas no acordo entre Góes, Bernardes e Seabra mas, no fundo, o principal beneficiado seria Miguel, que sairia forte politicamente e com a possibilidade de disputar o governo da Bahia.<sup>479</sup> Os opositores Otávio

---

<sup>475</sup> Ver biografia, página 194.

<sup>476</sup> Ibidem., p. 93. Adiante, trataremos mais circunstanciadamente destes partidos.

<sup>477</sup> Os grupos opositores a JJ Seabra eram ligados a Rui Barbosa, Pedro Lago, os Irmãos Mangabeira e Moniz Sodré.

<sup>478</sup> Doce Amargosa era o oxímoro que Pedro Calmon usava para referir a sua cidade natal. Ele tinha passado praticamente toda sua vida longe da Bahia, indo embora com quinze anos para morar com Miguel Calmon, no Rio de Janeiro. Pedro retratou Amargosa como o lugar de nascimento da sua família, onde seus pais se casaram e viveram. A cidade foi fundada como um entreposto comercial para a linha férrea de São Miguel, no sudoeste da Bahia. A criação da estrada é creditada ao tio-bisavô do Calmon, Alexandre José de Barros Bittencourt. O pai de Pedro Calmon, de nome homônimo, foi um dos principais comerciantes de Amargosa, usando capital excedente para financiar a agricultura e a industrialização. A mãe de Pedro, Maria Romana Moniz de Aragão, era neta do Mordomo da Casa Imperial e da Ana Romana de Aragão Calmon, a Condessa de Itapagipe. Amargosa simbolizava os laços de união de duas famílias, uma de comerciantes do interior e outra de aristocratas da cidade. Cf. CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. Site IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=429974&view=detalhes> acessado 12/07/2018.

<sup>479</sup> Ibidem., p.95.



Mangabeira<sup>480</sup> e Antonio Muniz Sodré de Aragão não podiam ficar fora do acordo, pois Miguel Calmon era praticamente um sucessor de Rui Barbosa a nível federal. Caso não apoiassem o nome de Góes estariam aliçados do poder.<sup>481</sup> A reviravolta deu-se quando José Joaquim Seabra descobriu um acordo elaborado por Góes e Bernardes no qual a ascensão da família Calmon significaria o seu declínio, pois o presidente apoiaria Pedro Lago para a vaga aberta no senado.<sup>482</sup> Seabra rompeu com Góes e tentou articular tardiamente Arlindo Leoni com apoio de Moniz Sodré – senador na época –, porém a candidatura foi esvaziada pela perda de apoio dos próprios ministros estaduais e da maioria da Assembleia Legislativa da Bahia.

A vitória nas urnas estava garantida e com ela os problemas decorrentes de um “país coronelista”: a posse e a distribuição de cargos. Seabra e Moniz passaram a articular tenentes do exército e coronéis do interior para uma revolta armada, prática comum à época, e que Vitor Nunes Leal chamou de mandonismo, “que se manifesta na perseguição aos adversários.”<sup>483</sup> A legalidade foi mantida com repressão, censura e apoio de tropas federais.<sup>484</sup> Góes Calmon tentou governar com apoio em base heterogênea, acolhendo os adversários de Seabra e até mesmo alguns apoiadores. A ideia era que a chapa vencedora, a Concentração Republicana da Bahia, funcionasse como um partido até a criação de um novo que representasse os ideais dos vitoriosos de então.<sup>485</sup> Brito concluiu que todas essas disputas internas da Bahia, que aumentaram exponencialmente com o apoio de Seabra à Reação Republicana, em detrimento de Arthur Bernardes, fizeram com que o estado se enfraquecesse, perdendo fôlego para as discussões nacionais apesar de sempre haver a busca pela projeção nacional.

## 2. Os liberais de São Paulo

Às vésperas das eleições de 1937 uniram-se, na Bahia, o eterno José Joaquim Seabra, dada sua longa vitalidade política, e seu algoz e adversário de outrora Otávio Mangabeira em uma aliança contraditória que apenas a política em tempos de conflito permite. A *Concentração Autonomista da Bahia* foi formada pelo velho Partido Republicano Democrático, fundado por Seabra em 1910 para compor sua base política no Estado, e pela *Liga*

---

<sup>480</sup> Ver biografia, página 195.

<sup>481</sup> Ibidem., p.97.

<sup>482</sup> Ibidem., p.98.

<sup>483</sup> LEAL, Victor N.; CORONELISMO, Enxada. Voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. P.39

<sup>484</sup> Ibidem., p.105.

<sup>485</sup> Ibidem., p.107.

de *Ação Social e Política da Bahia*, criada em 1932 por Mangabeira e liderada também por Vital Soares, João Mangabeira, Miguel Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, entre outros. A ideia da *Concentração* era fazer frente ao *Partido Social Democrata*, criado por Getúlio Vargas, que também nomeou o interventor Juracy Magalhães para o governo baiano. Em 1937, Góes e Miguel Calmon já tinham falecido e Pedro Calmon assumia o protagonismo da família como intelectual reconhecido nacionalmente, deputado federal pela *Concentração* e apoiador da campanha presidencial de Armando Salles de Oliveira, quando os *Autonomistas* se filiaram à *União Democrática Brasileira* para as eleições de 1937. Embora a Bahia tivesse que conciliar o inconciliável para opor-se a Vargas, o *Partido Constitucionalista* (1934) fundado por Salles de Oliveira, tinha muito em comum com os interesses baianos.

O texto de Maria Lígia Coelho Prado teve como objetivo problematizar a formação do *Partido Democrático* de São Paulo a fim de entender seu legado ao *Partido Constitucionalista*. Ela procurou romper com explicações somente focadas na estrutura interna do Partido, que não enfatizam, muitas vezes, a formação social do mesmo. Com essa perspectiva, a autora propõe-se avançar os trabalhos de Edgar Carone e Boris Fausto, porque, na argumentação deles, a agremiação era uma formação clássica que representava apenas o antagonismo dissidente ou reacionário frente à industrialização ou à modernização.<sup>486</sup> No método, Lígia Prado buscou fugir das quantificações, preferindo uma análise qualitativa do partido, sem deixar de lado o recorte de classes. Ao analisar o manifesto por ele lançado em 22 de março de 1926, destaca a valorização dos ideais da constituição de 1891: defende voto secreto, pede medidas para a questão social, cobra representação para a lavoura, comércio e indústria, critica o emparelhamento da justiça e roga por um organismo integral de instrução.<sup>487</sup> O partido entendia que os princípios liberais da constituição tinham sido esvaziados e que somente suas reintegrações, acrescidas de elementos inovadores, como uma justiça eleitoral, ações sociais que fossem além da repressão e uma educação tutelada poderia modernizar e dar vez aos proprietários, do comércio, da indústria e da lavoura.

O *Partido Democrático* de São Paulo (PD) foi fundado com ambições nacionais e elogiava opositoristas como Joaquim Francisco Assis Brasil e Rui Barbosa, este último candidato à presidência diversas vezes como oposição. Em 1927, surgiu o *Partido Democrático Nacional*, que funcionava com núcleos regionais. No ano seguinte, a agremiação já fazia

---

<sup>486</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. Editora Atica, 1986. p.2.

<sup>487</sup> *Ibidem.*, p.10.

caravanas da capital federal para o norte, contando com os nomes de Assis Brasil (Partido Libertador), Maurício Lacerda (não vinculado à agremiação), Simões Lopes Filho (Rio Grande do Sul), Dante Delmante (Diário Nacional/São Paulo), Marcelino Ritter, (OESP/ São Paulo), Roberto Macedo (Capital) entre outros.<sup>488</sup> O que unia muitos desses nomes e aproximava o sul a São Paulo era o fato de serem oposição ao governo dos tradicionais Partidos republicanos estaduais. Foi por essa diversidade que Júlio Mesquita, diretor do Jornal *O Estado de São Paulo*, simpático ao Partido Democrático Paulista, defendeu a criação de uma liga e não de um partido nacional.<sup>489</sup> Mais tarde, nas eleições de 1929, o *Partido Libertador* do Rio Grande do Sul e o *Partido Democrático Paulista* comprometeram-se com a *Aliança Liberal* de Vargas, cujos preceitos eram resgatar o liberalismo perdido nos últimos mandatos presidenciais.<sup>490</sup>

A vitória da *Aliança Liberal* – pelas armas – não significou o triunfo do *Partido Democrático Paulista*. Com a política dos tenentes interventores, São Paulo passou a ser governado por uma série de “estrangeiros” aos olhos dos paulistas.<sup>491</sup> Cansado dos jogos políticos de Vargas, o P.D. rompeu com o presidente provisório e aproximou-se do velho inimigo: o *Partido Republicano Paulista* conhecido por PRP. No manifesto da Frente Única formada por eles, Lígia Prado destacou a construção da sua própria imagem como paladinos da liberdade na luta pelo ideal acima de todos: São Paulo.<sup>492</sup> E claro, a história foi amplamente usada na construção de uma memória militante, desde os bandeirantes desbravadores do Brasil até o tenentismo de 1922 e a vitória em 1930. Não é de se estranhar que Pedro Calmon tenha usado a figura do mameluco-bandeirante amplamente nos dois primeiros volumes de *História Social do Brasil*, escritos entre 1935 e 1937. A reinvidicação da memória paulista foi parte da argumentação adotada por Calmon para reconhecer as particularidades da região, mas congregada a nível nacional.

Como produto das movimentações organizadas pela Frente Única, aconteceu a frustrada Revolução Constitucionalista de 1932. A Frente perdia seu ímpeto com a derrota nas

---

<sup>488</sup> Ibidem., p.80.

<sup>489</sup> Segundo a avaliação de Lígia Prado, OESP entendia que os partidos precisavam de plataformas mais bem definidas, enquanto as ligas podiam lutar por objetivos políticos mais específicos. Como se tratava de um movimento com interesses diversos, haveria muitas contradições para sustentar um partido. Ibidem., p 81.

<sup>490</sup> O Partido Democrático apoiou Vargas até mesmo no apelo às armas. Contudo, Lígia Prado fez questão de diferenciar o sentido da palavra revolução anterior às eleições, que estava ligado a uma reforma política, para com o golpe de 1930, cujo sentido é conhecido nas palavras de Siqueira Campos, em fazer a revolução antes que o povo a faça. Ibidem., p 89.

<sup>491</sup> Os primeiros chefes do governo provisório, como José Maria Whitaker e Plínio Barreto eram de São Paulo. Boa parte dos interventores, de 1930 a 1933 eram da tradição carioca, como João Alberto Lins de Barros, Laudo Ferreira de Camargo, Manuel Rabelo e Pedro Manuel de Toledo. A única exceção antes de Salles foi Manuel de Cerqueira Daltro Filho, de Porto Alegre.

<sup>492</sup> Ibidem., p 125.

armas, fragmentando-se internamente. O P.D. foi o principal afetado, elegendo apenas quatro deputados para a constituinte, em 1933. Apesar da baixa, Armando Salles de Oliveira foi nomeado interventor de São Paulo em agosto de 1933, posto tão reivindicado desde 1930. Posteriormente, diversos ex-integrantes fundaram, juntamente com Salles de Oliveira, um novo partido, o *Partido Constitucionalista* (1934), e muitos deles também participaram da *União Democrática Nacional* na campanha de 1937 contra Vargas quando ele pretendeu lançar candidato próprio à sua sucessão, José Américo, desconsiderando expectativas de figuras importantes que o haviam apoiado anteriormente, como o próprio Salles de Oliveira, para ocupar a presidência da República.

A simpatia d'*O Estado de São Paulo* também foi transferida ao *Partido Constitucionalista* e divulgada num editorial de março de 1934, onde, em resposta a uma pergunta retórica, pareceu antever o que viria nos próximos anos – “Caminhamos fora do nosso tempo? [...] somos da opinião que em matéria de doutrina política precisamos ter a coragem de parecermos fora da moda se quisermos que no futuro nos dê razão.”<sup>493</sup> O ser fora do tempo significava defender ideias liberais em tempos de totalitarismo na Europa, com a ascensão de Hitler, Mussolini e a consolidação de Stalin. Porém, tratando-se de um momento de extremos, mesmo que em baixa, o liberalismo mostrava seu vigor encapando movimentos em 1930 e 1932, até conseguir uma constituição aceitável. A sensação de “desordem” do tempo, ou estar na contramão da história, era mais um motivo para acreditar nas próprias convicções e reordenar a temporalidade conforme o projeto político desejado.<sup>494</sup>

O papel do Jornal *O Estado de São Paulo* é imprescindível para compreender as articulações paulistas e como os ideais liberais eram defendidos e divulgados publicamente. Maria Helena Capelato, juntamente com a já citada Maria Lígia Prado, buscou observar como o jornal defendia seus ideais que, embora pudessem coadunar com o Partido Constitucionalista ou com qualquer outro movimento, tinha autonomia, podendo até ser visto como um “partido político”.<sup>495</sup> Assim, o jornal apoiou a Frente Única e posteriormente rasgou elogios à interventoria de Armando Salles, ainda que indicada por Getúlio Vargas, mas “educado na escola liberal, que é esta casa, amando o Brasil com a mesma intensidade com que ama o Estado

<sup>493</sup> OESP Apud PRADO, L. C Maria. op. cit. p.140.

<sup>494</sup> Ver HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Revista de História, n. 148, p. 9-34, 2003.

<sup>495</sup> O livro - *O bravo Matutino – Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo* - nasceu da junção das dissertações das autoras. Foi posteriormente que Lígia Prado escreveu *A democracia Ilustrada*, que é sua tese de doutoramento. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. Editora Alfa-Omega, 1980.

onde nasceu, [...] servir ao Brasil pelo engrandecimento de São Paulo.”<sup>496</sup> A bancada paulista na constituição de 1934 defendeu o voto censitário, ou seja, o voto proporcional à propriedade, que colocaria São Paulo como maior colégio eleitoral do país. Apesar da participação da bancada paulista ser freada em âmbito nacional, OESP defendeu os políticos narrando que só existia Constituinte graças ao movimento de 1932.

O clímax, segundo Prado e Capelato, ter-se-ia dado quando o jornal virou as costas aos ideais liberais e, em nome da luta contra o perigo vermelho, apoiou Vargas em suas medidas repressivas contra os comunistas. Antes mesmo do levante comunista de 1935,<sup>497</sup> já se discutia um projeto de segurança nacional que previa dar prerrogativas ao executivo – com uma Lei de Exceção – para fechar qualquer instituição considerada suspeita, como agremiações, partidos ou sindicatos. OESP defendeu o projeto dizendo que “negar ao Executivo a faculdade de tomar medidas inadiáveis [...] É francamente favorecer a ação criminosa das agremiações de agitadores instituídas para subversão da ordem pública e social.”<sup>498</sup> Dias após o levante no final de 1935, OESP passou a considerar a lei de segurança nacional insuficiente. “Tão grandes são os entraves que o liberalismo da Constituição opõe à votação da lei [...] que se o comunismo não for, agora, definitivamente aniquilado, haverá necessidade, talvez, de se provocar a emendar de vários textos constitucionais.”<sup>499</sup>

Em outros editoriais apareceram frases como “A ilegalidade não pode servir de obstáculo quando se trata de salvar um país”, isso é “apenas uma ratificação do liberalismo para fazê-lo menos ingênuo e mais cauteloso”. Perceba que o jornal flexibilizou a constituição, como se a propriedade privada e as liberdades individuais fossem relativas ao momento político e não ideais universais defendidos em qualquer momento. Não é difícil entender como esse discurso dos liberais e de alguns militares denominados “comunistas” foram usados por Vargas para fortalece-lo, dando sequência ao golpe de 1937. Os liberais do OESP acabaram servindo de entrave para a chegada de Armando Salles ao poder. Se num primeiro momento, eles admitiram andar na contramão do curso político em voga para construir o porvir, sendo contrários ao discurso autoritário predominante (presente não apenas no Brasil, mas também internacionalmente), num segundo momento, com apoio do OESP a Vargas, tinham pelo futuro

---

<sup>496</sup> Ibidem., p.54.

<sup>497</sup> O levante de 1935 geralmente é chamado de Intentona Comunista, onde militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro tentaram e foram malsucedidos em uma tentativa de golpe contra Getúlio, com o apoio do partido comunista, os participantes se denominaram *Aliança Nacional Libertadora*. Evito a palavra Intentona devido ao caráter pejorativo do adjetivo que pouco ajuda explicar o acontecimento.

<sup>498</sup> O Estado de São Paulo Apud PRADO, Maria L., CAPELATO. Maria H., op. cit. p.57.

<sup>499</sup> O Estado de São Paulo Apud PRADO, Maria L., CAPELATO. Maria H., op. cit. p.59.

novamente o passado, sofrendo mais uma derrota para o presidente. Conforme entendera Marx, os fatos históricos podem ocorrer duas vezes: a primeira vez como tragédia, a exemplo dos processos políticos de 1930, e a segunda como farsa, quando se apresentou um plano conspiratório, o Plano Cohen, em 1937.<sup>500</sup>

No início de 1936 a imunidade parlamentar era violada e qualquer opositor político do executivo poderia ser preso. Foi o caso, na Bahia, do deputado federal João Mangabeira, irmão mais velho de Otávio. Um pouco antes, ainda em 1935, Flores da Cunha,<sup>501</sup> governador do Rio Grande do Sul, tinha rompido com o executivo federal. E Armando Salles, que embora sempre se colocara discursivamente à disposição de Vargas, não estava entre os nomes preferidos do presidente. Esse conjunto de eventos começou a dar certa uniformidade à oposição que não teve alternativa senão formar uma *União Democrática Nacional*, encabeçando Salles como candidato à presidência na esperada eleição que deveria ocorrer em 1937. Por mais contraditório que pareça, OESP destacava que Armando seria “intransigentemente pelo regime constitucional”, mas criticava a maneira como se configurou a eleição, com José Américo sendo o candidato de Vargas. Isso porque Américo era denominado popularmente candidato dos pobres, enquanto Salles dos ricos. Escreveu OESP: “lançar pobres contra ricos numa terra onde não há luta de classes, nem preconceitos de raça, de cor e religião, é a última palavra da insensatez.”<sup>502</sup> Para o jornal, qualquer situação que pudesse lembrar o comunismo, mesmo que caricatural, era motivo de críticas severas. Tais contradições expunham a fragilidade do discurso liberal do jornal, que fez desserviços a Armando Salles e à União Democrática Nacional, com quem tinham afinidades.

Para Prado e Capelato, as contradições apontadas não tornavam o jornal menos liberal, apenas mostravam a conveniência com os interesses do mesmo conforme o contexto. O jornal defendia a propriedade privada como principal sustentáculo dos direitos individuais, onde a política serviria como mediador das contradições e interesses da sociedade, possibilitando um meio termo para que todos tivessem o direito e a oportunidade de alcançar o

---

<sup>500</sup> O livro *18 de Brumário* de Marx procurou explicar a ascensão de Napoleão III (o sobrinho de Napoleão) até o golpe de estado que o consolidou como imperador. A obra está entre as mais conhecidas do autor por conta do desenvolvimento da teoria do materialismo histórico, no que se refere a luta de classes e a teoria do estado. Nós procuramos utilizar a célebre frase de Marx – “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” – para interpretar a dupla derrota dos liberais de São Paulo para Vargas, a primeira vez em 1930 com a consolidação das políticas dos interventores e a segunda em 1937. MARX, Karl. *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Disponível em [www.jahar.org](http://www.jahar.org). p.6

<sup>501</sup> Ver biografia, página 195.

<sup>502</sup> O Estado de São Paulo Apud CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. Editora Alfa-Omega, 1980. p.63.

bem primordial do homem: a felicidade. A soberania popular aparecia como elementar para a realização da democracia, e o jornal se colocava como representante da opinião popular. A contradição que Lígia Prado e Maria Helena Capelato expõem é que a “opinião pública” foi usada somente para reforçar os interesses do jornal na política, mas quando precisava ir contra a população, não hesitava em defender a autonomia dos poderes frente às “flutuações do povo”.<sup>503</sup>

## 2.1. A Bahia ainda é a Bahia

O pensar é um ato solitário, dizia Martin Heidegger ao refletir sobre as características existenciais do humano. Hannah Arendt teve essa premissa como um dos fundamentos da condição humana, mas ela complementaria que a ação é coletiva. Se o pensar é individual e o agir é coletivo, o discurso é a ponte que separa o eu do nós. Analisando a política grega, a autora observou que “ser político, o viver numa pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência.”<sup>504</sup> O humano que possuía a vida boa era aquele que se dedicava à coisa pública, cujas ações eram realizadas mediante o discurso, sem preocupações de subsistência pertencentes a esfera privada. A partir dos gregos, a autora traça um paralelo entre público e privado a fim de entender o declínio do homem público, e por sua vez da coisa pública. “Na opinião dos antigos, o caráter privativo da privatividade, implícito na própria palavra, era sumamente importante: significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa.”<sup>505</sup> Com o advento da modernidade houve uma inversão nesses termos, pois o Estado passou a gerir a população como uma grande família, encarregando-se da alimentação, saúde, educação e segurança.<sup>506</sup> E a vida privada passou a adquirir muitos significados com a expansão do individualismo e de tudo que confere intimidade.

As palavras de Hannah Arendt soam praticamente como um apelo à coisa pública, pois “o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos.”<sup>507</sup> A coisa pública é feita para durar, “é o caráter público da esfera pública que é

---

<sup>503</sup> Ibidem., p. 94.

<sup>504</sup> ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007. p.35.

<sup>505</sup> Ibidem., p.48.

<sup>506</sup> Ver A polis e a família. op. cit. Ver também. FOUCAULT, Michel. Aula de 15 de marro de 1978 IN: Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>507</sup> Ibidem., p.65

capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo.”<sup>508</sup> Destaco esses conceitos como pensar, agir, público e privado porque eles são importantes para entender as realizações de Pedro Calmon em sua trajetória. A partir de agora, darei ênfase a uma série de cartas, boa parte delas de caráter privado, mas que tem como objetivo a coisa pública. Tais documentos revelam ações pensadas nos bastidores, importantes para entender as ações públicas, mas que não podem ser reveladas a todos. Na intimidade, Calmon permite-se dizer coisas que certamente seriam eclipsadas no discurso público – assim como qualquer animal dotado de fala.<sup>509</sup> Entretanto, nem tudo que dito nas correspondências da esfera privada deve ser tomado como um projeto de ação pública, tendo em vista que na política, deve-se ter em mente a dissimulação, a ironia, a mentira como variáveis para outras intenções. Ao fim se verá que as intenções são acessíveis como qualquer forma de ação, mas o pensar é inacessível a todos os pensamentos.

1935 foi um ano de altos e baixos para Pedro Calmon. Em *Memórias*, livro publicado postumamente, ele o descreve com júbilo e pesar, dado os acontecimentos.<sup>510</sup> Sim, é a data do lançamento de *História Social do Brasil*, como também o ano de sua eleição para a Câmara de Deputados, mas também o ano em que faleceu Miguel Calmon, seu estimado parente e padrinho político. Nessa época, o autor analisado iniciou promissores diálogos com intelectuais latinos americanos e tentou articular uma possível candidatura, malsucedida nessa ocasião, à Academia Brasileira de Letras. Quem então se tornou imortal foi Miguel Calmon, não pela ABL, mas pela ação do sobrinho junto ao Museu Histórico Nacional, no qual trabalhava desde 1925. É uma data marcante em âmbito nacional, ano das movimentações comunistas a partir das quais Vargas começou a articular o golpe de 1937. Explorarei cada um desses itens no momento certo, e por ora começarei pela articulação da *Concentração Autonomista Baiana*.

É de se perguntar o porquê Calmon foi eleito deputado em 1935 se as eleições ocorreram em 1934. Digamos que as crises políticas sofridas pelo Estado brasileiro possibilitaram que as eleições não terminassem na data prevista. A narrativa do vencedor da revolução de 1930, amplamente cristalizada na historiografia, a qual defendeu que a criação da

---

<sup>508</sup> Ibidem., p.65.

<sup>509</sup> Os documentos acessados na Fundação Pedro Calmon sobre o autor são escassos nos anos de 1930 e se tornaram mais frequentes a partir de 1940, mas o material recolhido foi suficientemente rico para trazer novos elementos ao entendimento da obra historiográfica por ele criada. Mais informações em <http://www.fpc.ba.gov.br>

<sup>510</sup> Neste trabalho tomarei a autobiografia de Pedro Calmon como um documento extremamente delicado, dado que se trata da construção da própria imagem. Isso não significa ver a narrativa de Calmon com desconfiança, mas pensar que é como ele gostaria de ser lembrado.



Justiça Eleitoral representou a modernização das eleições, não se sustenta no caso baiano. É o que defendeu Eul-Soo Pang, no texto *Coronelismo e Oligarquias*, seguidor de *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Vitor Nunes Leal.<sup>511</sup> No pós-1930, Pang mostrou como as relações de dependência acentuaram-se consideravelmente com a nomeação de um interventor não baiano para a Bahia.<sup>512</sup> Para o mandato de 1930 o estado tinha eleito o governador Pedro Lago indicado pelo PRB e as oligarquias locais não queriam abrir mão do mandato, sendo a Bahia o último estado inimigo de Vargas a ser derrotado.<sup>513</sup>

A análise de Dulce Chaves no *Regionalismo e Centralização Política* chegou a conclusões parecidas as de Pang no que tange aos métodos coronelistas adotados por Juracy Magalhães na interventoria da Bahia. Contudo, ela simplificou ao falar em um norte, praticamente homogêneo, “que apresentava um aliado natural para o Governo provisório.”<sup>514</sup> Ela deixou-se levar pela relativa autoridade que Juracy e Juarez Távora tiveram na região, desconsiderando a forte oposição que enfrentaram, ainda que reunisse aliados fragmentados entre si. No mesmo livro, Ângela Castro Gomes ficou encarregada de analisar os movimentos políticos em São Paulo pós 1930. Para ela, “não é casual que toda reação que marca a atuação política de São Paulo, no primeiro quinquênio dos anos 30, integre os ideais de federalismo e constitucionalização. São Paulo constitui, no que refere-se a todo este confronto entre tenentismo e oligarquias, um laboratório por excelência”.<sup>515</sup> Ela está referindo-se ao embate entre os tenentistas, que eram oposição antes da ascensão de Vargas, versus os “oligarcas” regionais ocupantes do poder, que foram derrotados após o movimento de trinta. Quando os tenentes passam a ser situação, sob o comando de Vargas, os desalojados do governo

<sup>511</sup> Tenho ciência que o emprego das noções de coronelismo e oligarquia foram utilizadas pela historiografia para justificar o suposto atraso brasileiro frente a outros países. De Decca e Vesentini foram pioneiros ao interpretar o uso desses discursos na política, em que os vencedores de 1930 subiram ao poder prometendo extirpar as oligarquias. Cf. VESENTINI Carlos A.. DECCA Eegar S.. A revolução do vencedor. Ciência e Cultura. 1977 Jan;29(1):25-32. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 19., 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ANPUH, 1988. v. 2, p. 505-515.

<sup>512</sup> Ver PANG, Eul-Soo. A nova velha ordem na política baiana. IN: *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

<sup>513</sup> Pang narrou uma traição do Coronel Franklin Lins com as forças legalistas do General Santa Cruz. Lins apoiara a Aliança Liberal nas eleições e tinha estratégia combinada com Juarez Távora, comandante do exército que tinha o controle de Pernambuco e Rio Grande do Norte, e com o Partido Republicano de Minas. A estratégia era Lins atacar o exército de Cruz em Alagoinhas, o que não aconteceu. Lins esperou o triunfo dos varguistas para reivindicar a ocupação da cidade, para caso fracassassem pudesse se aliar novamente com os antigos coronéis baianos. Ibidem., p.209.

<sup>514</sup> PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. IN: GOMES, Angela Maria de Castro et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.345.

<sup>515</sup> GOMES, Angela Maria de Castro et al *Revolução e Restauração*. IN: *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980., p.241.

intensificaram suas conexões políticas, exigindo autonomia local e federalismo. Porém, ainda que São Paulo seja um laboratório por excelência, não foi o único Estado a produzir essa experiência histórica.

No período anterior a 1930, pode-se ver uma movimentação semelhante à realizada pela oposição paulista ocorrendo na Bahia, até mesmo com o apoio à *Aliança Liberal* como forma de chegar ao poder. No caso de Seabra e Moniz, conforme comentamos antes, o que se buscava era o retorno aos cargos, por terem sido alijados desde a eleição de Góis Monteiro. Para a escolha do interventor, Seabra fez até uma lista de nomes que seriam bem quistos em seu Estado e que Vargas não encontraria resistência na adesão. E claro, “numa demonstração característica de independência e espírito de contradição, Vargas nomeou Artur Neiva, um conhecido cientista baiano que há muito tempo morava em São Paulo”.<sup>516</sup> A contradição a qual se refere Pang diz respeito ao uso da política de interventores para afastar os antigos aliados, aqueles que haviam contribuído com a ascensão de Getúlio. Tal resposta foi apenas uma introdução do que estava por vir. Neiva iniciou uma reforma estadual que retirou a condição de município de localidades com baixa população, reforma que atingia em cheio os coronéis, pois perdiam o posto de chefes locais. Sem a referência municipal, diversas localidades teriam que se submeter a outras regiões desconhecidas, dificultando a troca de favores.<sup>517</sup> É pertinente lembrar a defesa que Calmon fez das municipalidades, em forma de feudo, e dos coronéis, em *Espírito da Sociedade Colonial*, de 1935, e *Espírito da Sociedade Imperial*, de 1937, defesa que também pode ser interpretada como um elogio ao federalismo descentralizado, uma continuidade importante entre a Colônia, o Império e a Primeira República.

Além das reformas, alguns municípios tiveram seus nomes trocados, como o de Miguel Calmon, rebatizado de Djalma Dutra, e o município Góes Calmon passou a se chamar Sento Sé.<sup>518</sup> Neiva travava uma batalha contra as antigas lideranças na medida em que apagava da memória pública o nome dos coronéis alijados do poder. Para a figura política da modernidade, o reconhecimento dos seus feitos adquire um valor tão grande ou maior que a recompensa financeira. Conforme analisou Arendt, “a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome.”<sup>519</sup> Apagar o nome dos antigos coronéis era o equivalente a relegá-los ao esquecimento, impedindo que os

<sup>516</sup> PANG, Eul-Soo. Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.p. 219.

<sup>517</sup> Ibidem., p.220.

<sup>518</sup> Somente em 1944 o Município Miguel Calmon foi rebatizado com o nome inicial. Já Sento Sé nunca mais voltou a homenagear o governador do Estado.

<sup>519</sup> ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007. p.66.

mortais se transformassem em imortais através da memória. Isto significava desconectar suas realizações dos acontecimentos visíveis no presente e privar seus descendentes da continuidade na vida pública. No Brasil dos anos de 1930, o limite das disputas políticas não era a morte a mando de jagunços, se a memória estivesse viva para governar os vivos.

Com pouco apoio político dentro da Bahia, Leiva pediu demissão ainda em 1931. Seabra e seus correligionários tentaram outra lista de nomes, tendo cogitado até Juarez Távora, conhecido como vice-rei do norte pelas repressões aos legalistas no norte e nordeste. Juarez, por sua vez sugeriu alguns nomes de sua confiança a Vargas que escolheu o jovem tenente cearense Juraci Montenegro Magalhães. Nas palavras de Pang: “O jovem interventor revelou-se um esplêndido político do ponto de vista tático e pragmático” com seu “ataque aberto aos bacharéis dos antigos PRB e PRD, seu cultivo calculado dos principais grupos econômicos do estado e sua força no regime de Vargas.”<sup>520</sup> Uma das principais ações que prestigiaram a Juracy foi o intenso combate ao banditismo dos sertões, que há décadas trazia problemas aos coronéis.<sup>521</sup> Magalhães conquistou aos poucos apoio das “oligarquias” do oeste, do vale do São Francisco, e isolou os políticos mais próximos a capital. A cartada final foi a criação do *Partido Social Democrata*, que esvaziou o PRB e o PRD. Seabra e Moniz encontravam-se isolados politicamente juntamente com João Mangabeira, enquanto Otávio Mangabeira estava exilado fora do país desde 1930. Eles não tiveram forças para criar uma frente ou partido para as eleições, todavia se reuniram na oposição sob o slogan – A Bahia ainda é a Bahia, que dispensa explicações. Nas eleições da constituinte de 1933 o PSD elegeu 18 deputados num quadro de 22.<sup>522</sup> Os velhos coronéis venciam com uma nova liderança e com um novo partido que em 1934 seria, indiretamente eleita governador da Bahia.

As análises de Consuelo Novais reforçam o sentido coronelista da interventoria de Juracy, dado que a estrutura social do estado permanecia a mesma. A criação da justiça eleitoral não significou a autonomia porque a ocupação dos cargos, muitas vezes, fazia-se com influência do executivo.<sup>523</sup> A exigência de títulos de eleitor não significava atualização, porque para cada cidadão fazer o documento era necessário transporte até a capital, alimentação, aluguel de

---

<sup>520</sup> PANG, Eul-Soo. Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. p.223.

<sup>521</sup> Talvez as duas figuras mais conhecidas sejam Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e a baiana Maria Bonita, que se juntou ao grupo em 1929.

<sup>522</sup> Ibidem., p.230.

<sup>523</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder & representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Assembléia Legislativa da Bahia, 1992. p.133.

roupas para foto e um fotógrafo.<sup>524</sup> Os custos envolvidos não compensavam o exercício do direito que, tratando-se de Brasil anos trinta, praticamente inexistia, a não ser que algum coronel patrocinasse tudo e desse bons motivos. Na pior das hipóteses, quando o juiz eleitoral não fazia parte do círculo de mando, a prática coronelista mostrava a sua lei através dos jagunços, como no caso de Vitória da Conquista, em que arrombaram o cartório eleitoral e roubaram cerca de 800 títulos de eleitores, 600 de membros da oposição.<sup>525</sup>

As eleições de 1934 para deputados estaduais e federais realizadas após a constituinte não terminaram naquele ano. Em diversos estados houve eleições suplementares devido às “irregularidades” nas eleições do ano anterior.<sup>526</sup> Foi através desse tipo de manobra que Pedro Calmon ganhou uma cadeira no Congresso Nacional. Calmon acreditava que a manobra fora realizada por Juracy Magalhães, desviando inúmeros votos para ele, a fim de que fosse eleito, mas em seguida renunciasse para garantir a posse do suplente Wanderley de Pinho.<sup>527</sup> Teoricamente ambos, Calmon e Pinho, eram oposição a Juracy. Porém, como o governador sabia fazer o jogo das oligarquias, possivelmente, estava se aproximando de Pinho, um dos Fundadores da *Concentração Autonomista da Bahia*, partido que enfrentou o PSD nas eleições de 1934.

Em 12 de fevereiro, Arnaldo Pereira<sup>528</sup> escreve preocupado com o futuro de Calmon e promete fazer o possível para que ele assumisse o mandato, naquilo que dependesse do missivista: “não fique triste, porque se o bom Deus, talhou para você ser Deputado, não é o conchavo canalha das intrigas dos homens, quem não desfazes”, referindo-se as manobras de Juracy Magalhães. Contudo, em outro trecho da carta, Arnaldo passou a manifestar a possibilidade de Calmon não assumir, dizendo que se isso acontecesse, não seria uma derrota para o candidato ou para Miguel, mas uma vergonha para o próprio Arnaldo, que não tinha conseguido fazer todas as articulações necessárias. Como consolação diz ao Pedrinho para ter fé, “que você está tão moço, o teu futuro será brilhantismo, a sua família, será ainda obra das maiores glórias do Brasil, o teu nome, ainda há de subir bem alto, fora da Bahia”.<sup>529</sup> Arnaldo

---

<sup>524</sup> Ibidem., p.138.

<sup>525</sup> Ibidem., p.137.

<sup>526</sup> Ibidem., p.134.

<sup>527</sup> CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. p.224.

<sup>528</sup> Não foi possível levantar mais informações sobre Arnaldo Pereira, mas, através das correspondências, é possível perceber que era ele quem executava as ações pretendidas por Calmon na Bahia.

<sup>529</sup> Carta de Arnaldo a Pedro Calmon. 12/02/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 64\_4170.

Pereira termina o escrito desejando coragem para seguir em frente, como se essa eleição já fizesse parte do passado.

Os conluíus desenhavam-se para Pedro Calmon não assumir e os próprios familiares já o alertavam para isso. Numa carta de 23 de fevereiro, datilografada pelo próprio Calmon, possivelmente para não deixar dúvidas ao destinatário José Pinho, ele alerta que estava disposto a ir às últimas consequências pelo seu mandato. Se a carta de Arnaldo era para ser confidencial, daquelas que preparam as articulações políticas, o texto produzido por Calmon é para ser lido em público, não somente na “intimidade” de José Wanderley Pinho, mas diante de toda a família. Reproduzo praticamente o documento na íntegra devido o conteúdo de cada linha.

Agradeço-lhe as informações relativas á eleição. Tenho, desde que Innocencio se foi deixando-nos saudades, meditado muito a respeito. O Código Eleitoral permitiu essa coisa extraordinária, de classificar os adversários dentro das fileiras contrárias; e - foi o meu caso - permitiu até que os adversários confirmassem o diploma aos eleitos em 2º turno. Aberrações estranhas e pelas quais irão para a Câmara, em nosso lugar, os predilectos do alto poder seleccionador... Enaltece-me, sim. O motivo invocado para a minha exclusão á última hora; a intransigente lealdade que caracterizou a minha attitude, e que, esta sobretudo, me recommenda a uma consideração muito especial dos correligionários e dos homens de bem. Não compreendo, pois, a insistência com que ainda se fala em eleger Aloysio, que nao foi diplomado, a despeito dos 1.400 votos desentranhados da massa partidária; nem atino coma razão do gesto de Ubaldino, propondo-se a renunciar para fazer subir aquelle companheiro. Só ha, presentemente, um gesto e uma obrigação. É o gesto de renúncia dos que foram eleitos sem direito disto; e a obrigação da Concentração de dar aos que tiveram os diplomas sacrificados a homenagem de alguma demarche naquele sentido. Isto mesmo é o nosso pensamento, e Innocencio devia lhe ter transmittido essa opinião, que não é apenas minha, muito ao contrário. Não renunciarei a coisa alguma. Precisamos obter que, desde que nada nos dão, desde que tudo nos negam, desde que na bôa e na má hora não nos perdoam e que somos, valemos ou aparentamos ser, pelo menos reconheçam a dignidade a que aspiramos., e que constitue um padrão inalienável, intransigível. A Concentração desmoralizar-se-á aceitando a farsa do “status quo”; mas, infelizmente, vejo que a farsa é que prevalece, e por isso não escondo a V., na intimidade que lhe devo, quanto estou melindrado. Imagine que, as vésperas do resultado final, e quando tudo indicava que eu seria deputado (não feito pelo governo, porém poupado pelo governo) lavrava uma conspiração contra a minha candidatura e as indisposições mais flagrantes se articulavam contra o meu diploma. Então não me reconhecem os chefes de campanha, ao meu idealismo e ao nosso êxito, como não quiseram reconhecer a V. todos os predicados que deixam muito longe os meus - o direito de usufruir uma situação legítima e honrosamente ganha, afiando o gume das suas armas no pretexto dos votos do governo, quando de facto, a grande victimia é a família, e em última ananalyse o nosso querido chefe e amigo, a quem não perdôam a impressionante demonstração de prestígio dada por V. e por Innocencio ?! Mas enganam-se. Abri os olhos. Sá o de S, Clemente ufano do meu procedimento e estimulado para adoptar na vida a

conducta mais consentanea com as minhas inspirações de indefectível sinceridade e altivez, custe o que custar. [...] Vamos agora aguardar os recursos. Mande as suas intrucções para a acção que deva desenvolver. Um vasto abraço a Innocencio. Lembranças nossas Stella. Arnaldo Pereira seguirá para ahi na 3ª feira; ontem ouviu instrucções positivas do Dr.Miguel; será carta viva.<sup>530</sup>

O Innocencio destacado na carta é o advogado Innocencio Marques de Araújo Góes Calmon, filho de Francisco Marques de Góes Calmon,<sup>531</sup> ex-governador da Bahia e irmão de Miguel. Ele tinha ido embora do Rio de Janeiro e retornado a Bahia. Era sobre essa atitude que Calmon refletia. A Stella Maria Calmon que ele saúda, é irmã de Innocencio e casada com José Wanderley Araujo Pinho, o sujeito que assumiria o mandato caso Pedro Calmon renunciasse. Ele foi figura influente na política baiana, era neto do Barão de Cotegipe e fora deputado federal em 1924. No documento é possível ver a fragmentação interna das lideranças baianas, uma vez que nem mesmo os sobrenomes importantes eram capazes de se juntar. A *Concentração Autonomista da Bahia* (1934), partido que institucionalizou o movimento “A Bahia ainda é a Bahia”, de 1933, mostrava suas fragilidades e porque não era páreo para Juracy Magalhães. Quando Calmon falou que a principal vítima disso tudo era a família e principalmente o chefe e grande amigo, está se referindo a Miguel Calmon, o sujeito que conseguiu dar novamente projeção nacional aos descendentes do Marquês de Abrantes, quando ministro de Arthur Bernardes e articulador da candidatura de Góes Calmon.<sup>532</sup>

Se a carta endereçada a Wanderley Pinho era cristalina, na forma, suporte e conteúdo, a correspondência enviada pela mãe de Calmon foi escrita às pressas, literalmente com recados nas entrelinhas.<sup>533</sup> Maria Romana Moniz de Aragão escreveu para a nora, a Hermínia Caillet Calmon de Bittencourt, pedindo para tomar conta do Pedrinho, alertando das consequências que poderiam acontecer se ele não renunciasse. “Esteja alerta sobre o que se possa dar com Pedrinho, pois os nossos parentes, o Cerrinho (Inocencio) [iniciaram] corrida furiosa pela derrota do cunhado Zé Pinho e por Pedrinho não querer renunciar a 1º suplência a Deputado.”<sup>534</sup> A carta ainda menciona detalhes que garantiam a Juracy Magalhães a renúncia

<sup>530</sup> Devido à importância dessa correspondência, colocamos ela em anexo para que o leitor ter acesso à forma e ao conteúdo como foi escrita. Ver página 170. Carta de Pedro Calmon a José Wanderley Pinho. 23/02/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon 64\_4994.

<sup>531</sup> Francisco Goés Calmon deu ao seu filho o nome de Innocencio Marques de Araújo Góes Calmon em homenagem ao seu tio de nome homônimo, que o levou para estudar no Rio de Janeiro, com 11 anos idade, similar ao que Miguel fez com Pedro.

<sup>532</sup> Paulo Santos Silva anota que a indicação de Pedro Lago para vencer as eleições de 1930 já demarcavam os litígios dentro da família Calmon, quando Góes e Otávio Mangabeira barraram a candidatura de Miguel. SILVA, Paulo Santos. Âncoras de Tradição. Salvador: UFBA, 2011. p.33.

<sup>533</sup> Ver as cartas em anexo.

<sup>534</sup> Acredito que Maria Romana se enganou ao falar em 1º suplência, querendo dizer 1º lugar no segundo turno, isso porque era essa a posição acordada entre Pedro e Luís Viana. A carta foi colocada nos anexos devido a riqueza

de Calmon permitindo, portanto, ao governador repassar os votos que elegeriam Pinho a Lemos Brito, todos esses íntimos do antigo interventor. No documento também consta o possível encontro de Magalhães com Arnaldo Pereira que planejava persuadir o interventor a permitir a posse do deputado eleito. Maria Romana prossegue revelando os próximos passos dos parentes: “O Zé Pinho e Innocencio estão empenhados que se anulem votos de 5 municípios, que é para o Zé Pinho ser contemplado [...] mas é impossível que consigam tal, mesmo porque o Zé Pinho muito falou de Juracy no Tribunal Eleitoral, este soube de tudo.”

A mãe de Calmon registrava a derrota dos parentes e afirmava que, por inveja, os concorrentes forçavam a renúncia de Pedro Calmon, perseguindo-o desde 1934, quando teria abdicado para abrir passagem a seu irmão Jorge Calmon. Nas correspondências entre Pedro e um dos líderes da Concentração, Luís Viana Filho, registra-se uma série de desavenças quando da organização política da chapa. Luís Viana acusou Calmon de não entregar as informações corretas a Miguel e nessa oportunidade informou que Wanderley Pinho liderava como deputado em primeiro e segundo turno, mas que já estava perdendo espaço. Calmon fora líder no 2º turno, mas cedeu lugar para Seabra.<sup>535</sup>

O processo eleitoral era moroso, levando várias semanas para completar-se a apuração. Entre a votação e a entrega do diploma eleitoral, havia diversas negociações intra e entre partidos, como a exclusão de um candidato do PSD, que desviou cerca de 200 votos para Pinho, no primeiro turno. Exclamava Luís Viana Filho – “A epocha é de barganha de votos. Um chamego sem precedentes entre os candidatos dos dois partidos para a troca de votos. Nós é que não seremos bestas.”<sup>536</sup> Na ocasião de 1934 foram eleitos deputados federais Pedro Lago, Luís Viana, Seabra, Otávio Mangabeira, João Mangabeira, Rafael de Meneses e Lemos Brito. Em dezembro de 1934 Luís Viana articulava a chapa das eleições suplementares de 1935, nas quais Pinho seria candidato em 1º e 2º turno, Pedro apenas em 2º, o que o desfavoreceu. Viana ainda desestimulara Pedro – “Não acredito que o Juracy mande votar em V. como elle próprio afirmava”,<sup>537</sup> como quem diz – nós da *Concentração* somos sua melhor opção de barganha.

---

de detalhes, em que a forma de escrita diz muito sobre o momento que a família Calmon passava. Ver páginas 171 e 172. Carta de Maria Romana a Pedro Calmon. 27/03/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 1255.

<sup>535</sup> Carta de Luís Viana Filhos a Pedro Calmon. 31/10/1934. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17697.

<sup>536</sup> Carta de Luís Viana Filhos a Pedro Calmon. 19/12/1934. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17698.

<sup>537</sup> Carta de Luís Viana Filhos a Pedro Calmon. 19/12/1934. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17698.

Sabemos que tanto Pedro Calmon como José Wanderley Pinho assumiram o mandato em 1935. Calmon resistindo às pressões de Pinho e negociando com Juracy. É verdade que Pedro também fez suas articulações, mas sem maiores comprometimentos. Em 09 de Abril, Arnaldo dizia tentar aproveitar-se da fúria do governador com um de seus aliados, o Rafael de Meneses, por um discurso proferido contra Juracy na Faculdade de Direito da Bahia. A ideia era conseguir o apoio, que o interventor retiraria de alguém desleal, transferindo-o para Calmon, que não se comprometeria, mas também não o criticaria. Arnaldo Pereira aconselhou-o a não atacar a Câmara, o Governador ou o Presidente, “escreva sempre coisas diferentes e nada de política” [...] sei que v. tem trabalhado muito, continue e vá esquecendo um pouco o golpe porque nós passamos”. Ao final, lembra da sua lealdade para com os Calmons prometida ao chefe familiar, Miguel Calmon. Antes de morrer, este lhe pedira para tomar conta do Pedrinho na Bahia, pressupondo que ele seria o articulador político da família na região.<sup>538</sup>

A estratégia adotada por Pedro Calmon e Arnaldo Pereira foi manter-se longe das polêmicas em que a oposição e a situação atriavam-se. A conciliação era uma característica marcante perceptível em Pedro e elogiada por Arnaldo quando o primeiro mandou suas instruções serem executadas para assumir o mandato. Não se tratava de uma característica adotada apenas num momento específico e oportuno, mas de uma estratégia presente em boa parte da trajetória de Calmon que abarca, como óbvio, a produção de livros e reverbera, conforme vimos, no conteúdo da argumentação neles contida. Em carta, Arnaldo Pereira disse que usaria da fama de Calmon como escritor junto aos amigos de Juracy, que elogiavam e diziam muito bem do autor, provavelmente por conta dos livros e artigos em jornais. Não é difícil imaginar porque Calmon conseguiu se movimentar com sucesso entre as aguerridas “oligarquias” na Primeira República, durante o Governo Provisório e o Estado Novo. Ele apresentou seu diploma de deputado em 29 de abril de 1935 e foi empossado 02 de maio do mesmo ano. Em meio às inúmeras traições de uma oposição que estava supostamente unida, Pedro Calmon fazia-se deputado federal, não unicamente pelo voto, que no Brasil não era garantia de empossar ou inteirar o mandato, e sim pelas articulações políticas entre os chefes locais. A oposição tinha razão: “A Bahia ainda era a Bahia”.

---

<sup>538</sup> Carta de Arnaldo Pereira a Pedro Calmon. 09/04/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.4169



## 2.2 Da Concentração Autonomista à União Democrática Brasileira

A *Concentração Autonomista*, articulada em 1935, foi o partido político criado pelos membros da oposição para restaurar a antiga ordem baiana da Época da República. Não à toa, os nomes lendários do estado aparecem na fundação, a exemplo de Seabra, Miguel Calmon, Pedro Lago, Muniz Sodré, Ernesto Simões Filho, Aluísio de Carvalho, João Mangabeira e Otávio Mangabeira. A maioria deles dissidentes entre si em algum momento da história, que agora se uniam para enfrentar o inimigo comum: o projeto centralizador de Vargas. A obra *Âncora das Tradições*, de Paulo Santos, analisou os livros produzidos pelos autonomistas Wanderley Pinho, Luís Viana Filho e Nestor Duarte, sendo os dois primeiros eleitos deputados federais na ocasião. Essa história da historiografia observou que na narrativa desses autonomistas “a reconstituição do passado vinha a reforçar o tecido social das elites locais e dar apoio ao projeto político contrário ao nacionalismo centralizador do governo Vargas”.<sup>539</sup> É claro que no interior dessas elites sempre existiram contradições, mas é inegável o esforço de união, mesmo que seja através do *modus vivendi*, ou seja, concordam que discordam. A questão que destaco aqui é como essa elite conseguiu superar suas divergências para apoiar a candidatura do agora adversário de Vargas, o paulista Armando Salles de Oliveira.<sup>540</sup>

Com a derrota nas eleições de 1933, Seabra aproximou-se de Otávio Mangabeira deixando o gesto claro na recepção ocorrida quando ele retornou do exílio.<sup>541</sup> Seabra também tinha poucas alternativas porque boa parte dos integrantes da “Bahia ainda é a Bahia” eram membros do partido fundado por Mangabeira e antigos apoiadores do governador Góes Calmon. Seabra tinha 77 anos de idade e boa parte dos políticos da sua geração já tinham se tornado memória. Mangabeira já deixara claro suas ambições nacionais quando fundou a *Liga de Ação Social e Política* com o objetivo de apoiar o movimento constitucionalista paulista de 1932; não à toa o partido era chamado carinhosamente de *Liga dos Amigos de São Paulo*, LASP. O historiador Jonas Brito aponta tais aproximações registrando o momento em que Mangabeira fizera articulações para ser nomeado Ministro do Itamaraty por Washington Luís em 1926, tornando-se o mais atuante político baiano nesses anos, até a indicação de Pedro Lago para o

<sup>539</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição*. Salvador: UFBA, 2011. p.33. 13.

<sup>540</sup> Sampaio anota que era uma elite contraditória, mas endógena. Ao analisar a Câmara dos Deputados Estaduais concluía que “a maioria dos seus membros teve origens sociais semelhantes, percorreu caminhos profissionais semelhantes e sofreu experiências políticas semelhantes”. 42% deles eram formados em direito, por exemplo. p.182.

<sup>541</sup> Ibidem., p.33.

governo, em 1930.<sup>542</sup> Cada um à sua maneira, Pedro Calmon e Otávio Mangabeira mostraram-se políticos diferentes da conjuntura baiana, por pensarem ideais nacionais, não se limitando ao regional.

As políticas baiana e paulista não foram as únicas a superar momentaneamente contradições internas para alcançar um objetivo comum. O Rio Grande do Sul, historicamente dividido entre chimangos e maragatos, uniu-se para apoiar a candidatura de Vargas pela Aliança Liberal em 1930. A *Frente Única Gaúcha* era produto do *Partido Republicano Riograndense*, que contava com Borges de Medeiros, Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e seu rival *Partido Libertador* de Assis Brasil. O livro *O Golpe Silencioso*, organizado por Aspásia Camargo, empenhou-se em responder à questão: como o liberalismo saiu derrotado nos anos de 1930 se a *Aliança Liberal* subiu ao poder para efetivá-lo? Considerando a voga nacionalista em âmbito internacional, o texto aponta para duas frentes de atuação: “a primeira consistiu em minar o antigo sistema internamente, em seu próprio território e com suas próprias regras, esvaziando o poder da oligarquia”; enquanto o segundo “consistiu em atuar de fora, introduzindo novos atores no cenário político e operando com os grupos mais dinâmicos da sociedade civil”.<sup>543</sup> A estratégia pode ser vislumbrada quando Vargas nomeou interventores para São Paulo e Bahia. No caso baiano, como mostrei, não ocorreu o esvaziamento do poder oligárquico, mas seu uso para os objetivos do governo provisório. Com o Rio Grande do Sul aconteceu um fenômeno diferente pelo fato de Flores da Cunha ser político gráudo da região, mas o desfecho foi similar a outros estados.

O interventor Flores da Cunha – um dos principais articuladores da campanha militar em 1930 – oscilou entre a FUG e o governo provisório, decidindo-se por Vargas quando apoiou a repressão do movimento constitucionalista de 1932. Mas era uma adesão relativa, pois Cunha tinha outras ambições além do Rio Grande, passando a criticar o ministro Góis Monteiro, general importante na consolidação das interventorias.<sup>544</sup> Para o seu crítico, ele seria responsável pelas indisciplinas militares de 1935, aquela quartelada chamada pejorativamente de “Intentona Comunista”. Por outro lado, Vargas passou a minar as bases do governador gaúcho dentro do seu próprio partido, o *Partido Republicano Liberal*. Vargas passou a concordar com a *Frente Única Gaúcha* que era necessário um único candidato para sucessão

---

<sup>542</sup> BRITO, Jonas. A estrela ascendente: Otávio Mangabeira. IN: A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920 - 1926). Dissertação de mestrado. (História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA. 2014.

<sup>543</sup> CAMARGO, Aspásia et al. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989. p.13.

<sup>544</sup> Ibidem., p.79.

presidencial e que o ano de 1936 não era o ideal para escolha do nome, dada as conturbações políticas. Concordavam também em definir as regras da escolha do candidato e a elaboração de um plano de governo, formado previamente por uma comissão.<sup>545</sup> Flores da Cunha fez ressalvas ao projeto e Otávio Mangabeira foi hostil, porque Vargas estava adiando a sucessão por mais um ano.<sup>546</sup>

Com o esvaziamento da proposta, a *Frente Única Gaúcha*, que era uma das principais frentes de oposição, assim como a *Concentração* da Bahia e o *Partido Constitucionalista de São Paulo*, abandonou a minoria e passou a ter membros articulados com Vargas.<sup>547</sup> O *modus vivendi* gaúcho, onde a união dos políticos formava-se pelo fato de todos discordarem de Vargas, chegava ao fim. A decadência de Flores era nítida quando parte da sua agremiação se unia à *Frente Única Gaúcha* para eleger um vice-presidente da Assembleia do estado contrário a sua vontade, em outubro de 36. A sabotagem do *Partido Republicano Liberal* não foi a única estratégia adotada pelo presidente. Góis Monteiro foi nomeado como Inspetor do 2º Grupo de Regiões Militares, que incluía a 3ª região militar no Rio Grande do Sul. A manobra visava impossibilitar qualquer levante militar planejado pelo governador gaúcho.<sup>548</sup> Com apoio restrito dos políticos e do exército, Flores da Cunha via a figura de Vargas agigantar-se em âmbito nacional, enquanto governou limitadamente o estado até outubro de 1937, momento do golpe de Vargas que o obrigou a exilar-se no Uruguai.

As cartas trocadas entre Armando Salles, Flores da Cunha e Pedro Calmon intensificaram-se apenas no ano de 1937, quando se começou a desenhar a *União Democrática Nacional*, uma agremiação a nível nacional das posições que lançou a candidatura de Salles de Oliveira à presidência. As eleições não aconteceram conforme planejou Vargas, que utilizou amplamente do imaginário anticomunista para atingir seus objetivos, fazendo acusações improváveis aos adversários. Para ter-se uma ideia, em 20 de fevereiro de 1936, Manuel Elício Flor, Ministro da Suprema Corte do Equador, perguntava se Flores da Cunha era um comunista infiltrado, “pois las gentes comunistas solo ententan el transtorno de las bases fundamentales del orden social establecer primero a anarquia y logo la dictadura”.<sup>549</sup> Nesse ano, o Rio Grande teve relativa trégua parlamentar nas acusações entre situação e oposição, por causa do “perigo comunista”. A caça aos políticos de esquerda dividiu o foco dos deputados, que, entre um

---

<sup>545</sup> Ibidem., p.109.

<sup>546</sup> Ibidem., p.110.

<sup>547</sup> Ibidem., p.112.

<sup>548</sup> Ibidem., p.116.

<sup>549</sup> Carta de Manuel Elício Flor a Pedro Calmon. 02/06/1936. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.14028.

projeto e outro, tinham que se posicionar sobre censuras na mídia e as prisões de sindicalistas.<sup>550</sup> Qualquer crítica poderia ser denunciada como crime de comunismo. Se por um lado a carta mostra o imaginário do perigo vermelho, usado por muitos governos para justificar a repressão, do outro, é possível ver um pouco mais sobre a rede de contatos de Calmon, que incluía muitos intelectuais e políticos da América Latina, da América do Norte e Portugal.

Nos anos de 1930, é preciso levar em conta que a atividade parlamentar, muitas vezes, não era o suficiente para garantir a renda dos políticos, muitos deles tendo outros afazeres, sendo proprietários ou, no caso de Pedro Calmon, atuando como bacharel.<sup>551</sup> Dessa forma, a atividade de intelectual, como escritor de livros e de colunas de jornais, atuação em universidades, museus e institutos de pesquisa, somava-se ao desempenho parlamentar. Não é de maneira gratuita que, em abril de 1936, Flores da Cunha garantiu o voto do imortal da Academia Brasileira de Letras, Alcides Maya, e de seus correligionários, para o nome de Pedro Calmon, que então pleiteava a ocupação da cadeira vaga deixada por Félix Pacheco.<sup>552</sup> O governador gaúcho também foi um dos principais assuntos numa carta enviada por Innocencio Góes Calmon, em que comenta suas articulações para ser Candidato ao governo da Bahia em 1937:

Pedro, V. me decepcionou mais uma vez, adiando a viagem. Só hontem vim a receber sua carta de 15, postada na mala commum. Agradeço de coração quanto tem feito para a consecução dos meus propositos. Mas não descance. Monte-se no Cardozo e não dê tréguas, mesmo que se torne importuno. Pesquise se ele recebeu carta minha e a impressão que teve. Também escrevi directamente ao Armando de Salles Oliveira pedindo o apoio para minha pretensão. *Estou jogando todos os trumfos*, e espero conseguir alguma cousa. Quando V. tive um momento de ocioso que acredito impossivel, procure aproximar-se de um rapaz chamado Alencar, que trabalha no gabinete do Rao. É filho do Paraná e quando morava em S.Paulo era bem meu camarada. Dizem que ele é crack junto ao Rao. Faça-o lembrado de mim e informe-o dos meus desejos pedindo-lhe auxílio.

O goverandor esta ahi. Prometteu falar ao Salles sobre meu caso. Já estive com ele? Um cartão não seria mau. As cousas estão se desenhando de tal forma que [trecho ilegível] V. e José fora da oposição, pois não admito que venham a apoiar o Flores da Cunha.<sup>553</sup>

<sup>550</sup> CAMARGO, Aspásia et al. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989. p.85

<sup>551</sup> Sampaio anotou que o fato das Assembleias não funcionarem o ano todo, facilitava o exercício de outras profissões, sendo possível traçar até um perfil social dos deputados, que em sua maioria eram advogados ou engenheiros. Cf. SAMPAIO, Consuelo. A composição social: recrutamento e carreira. IN: Novais. Poder & representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Assembléia Legislativa da Bahia, 1992

<sup>552</sup> Carta de Flores da Cunha a Pedro Calmon. 15/04/1936. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.11284.

<sup>553</sup> Carta de Innocencio Calmon a Pedro Calmon. 25/06/1936. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.17270.

Certamente Innocencio ficaria mais decepcionado com o nosso Pedrinho se descobrisse que ele também estava cogitando ser candidato ao governo e mandara instruções para Arnaldo Pereira executá-las, ainda no final de 1935.<sup>554</sup> É claro que cancelar uma viagem e mostrar desleixo com a correspondência já simbolizava a falta de comprometimento de Pedro com seu parente, mas não o suficiente para Innocencio ocultar seus planos, até porque ele precisava de um informante na capital. Maurício Cardozo e Vicente Paulo Francisco Rao eram, respectivamente, os ministros de Negócios Interiores e Justiça. Innocencio procurava, tanto em Vargas como no possível candidato de 1937, apoio para lançar-se governador, mas imaginava que seu desfecho seria com a situação, ou seja, com Vargas, dado que no mês de maio de 1936 a *Frente Única Gaúcha* saía da oposição e passava a isolar Flores da Cunha.

A posição de Pedro Calmon só ficou evidente publicamente às vésperas da eleição, quando viajou para fazer campanhas em prol de Armando Salles. Mas entre seus pares da ABL a posição já era conhecida, até porque a eleição da instituição fazia parte das negociatas comuns ao período e das barganhas políticas. É o que revela a correspondência de Gilberto Braga ao parabenizar Calmon pela eleição e pelos seus livros: “A Academia de Letras pode se orgulhar do príncipe que lhe adorna a coroa de louros de laureados immortaes, eu afirmo a V. ex. Soube ali mesmo que, infelizmente, eu estou distante de V.ex no momento político Nacional. [...] Eu sou integralista.”<sup>555</sup> Na sequência do texto, Braga escreveu praticamente um manifesto, como quem tentava convencer o destinatário, o que seria uma tarefa inútil, pois toda a formação intelectual e política de Calmon apontava para outros caminhos.

No dia 17 de setembro de 1937, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul enviava uma Saudação longa e elaborada a Calmon, escrita pelo jovem historiador Walter Spalding (1901-1976).<sup>556</sup> O primeiro parágrafo é aberto com – “Pedro Calmon, que viveis já em **NOSSO** coração, no coração do Rio Grande, “de coração verde”, verde coração do Brasil heroico e liberal.” E os adjetivos usados não são apenas uma perfumaria comum em cartas ancestrais. Ao analisar os livros do saudado, escreve categoricamente que “Pedro Calmon foi o primeiro historiador nortista que fez justiça ao Rio Grande. [...] “O liberalismo, nesta parte meridional do Brasil foi, sempre, bandeira desfraldada e por todos

<sup>554</sup> Carta de Arnaldo a Pedro Calmon. 16/09/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4157.

<sup>555</sup> Carta de Gilberto Braga a Pedro Calmon 25/08/1937. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17295.

<sup>556</sup> Ver biografia, página 196.

querida.” Spalding passou então a discutir fatos históricos contido nos livros do autor e a complementá-los com informações que achava pertinentes, como a demarcação das datas de quando, exatamente, o Rio Grande foi dominado por liberais ou conservadores, até terminar selando a aliança entre a Bahia e o Rio Grande: “Amiga na paz, amiga na guerra, a Baía liberal, a Baía de todos os tempos nos enviou preciosos elementos colonizadores, desde a fundação do Rio Grande.”<sup>557</sup> A carta de Spalding faz ainda mais sentido quando tem-se em vista as páginas de *História Social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial e Espírito da Sociedade Imperial*, que dedicam longos capítulos aos Ximangos, Maragatos, a Revolução Farroupilha e as fronteiras do Rio Grande do Sul. Calmon é saudado por Spalding não apenas por se aproximar de Flores da Cunha, mas por elevar a história daquele Estado e a nível nacional.

No entendimento do IHGRS, Pedro Calmon era um dos poucos nortistas capazes de entender os problemas históricos do sul, porque soube interpretar o Estado como “franco e altivo”, o qual nunca se deixou subordinar a outrem; e que quando acuado, apenas pegava impulso para o contra-ataque. Em outras palavras, Calmon sabia respeitar as lideranças locais. Através dessas conexões interestaduais é possível perceber que a adesão de Calmon à candidatura de Armando Salles de Oliveira não fora um mero oportunismo de campanha. Cabe lembrar que o *Partido Democrático de São Paulo*, antecessor do *Partido Constitucionalista*, havia se inspirado na forma com que Rui Barbosa e Assis Brasil haviam feito oposição coerente e liberal em momentos anteriores. Nesse movimento político de união das oposições estaduais contra as manobras de Vargas para permanecer no poder, como em outras circunstâncias investiga-se no passado eventos que auxiliem na construção de uma narrativa que desse sustentação aos objetivos colocados no presente. Reproduzo alguns trechos do texto publicado por Calmon no jornal *A Tarde*,<sup>558</sup> porta voz da oposição baiana, intitulado de *Caminho de Damasco*?<sup>559</sup> O conteúdo trata de um comício realizado no Rio de Janeiro em apoio a Armando

<sup>557</sup> Carta de Walter Spalding a Pedro Calmon 17/09/1937. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 15773.

<sup>558</sup> O jornal *A Tarde* foi fundado em 1912, por Simões Filho, com a proposta de ser o primeiro periódico com layout moderno da Bahia, com anúncios privados, classificados, colunas, editoriais e divisões temáticas. Entre o final do século XIX e o início do XX, era comum jornais servirem somente a grupos políticos, encabeçando suas propostas no próprio nome, como O Abolicionista ou O Republicano. Apesar d’*A Tarde* não ter uma única proposta política, sendo capitalizado, servindo a interesses de comerciantes e empresários, foi oposição ao governo de Antônio Muniz em 1916 e, após 1930, disponibilizou suas colunas para todos os membros da Concentração Autonomista. O periódico é o mais antigo em circulação do Estado da Bahia. Cf. FILHO, De Carvalho Aloísio. *Jornalismo na Bahia: 1875-1960*. IN: Revista do IGHB - n° 82 - 1958-1960.

<sup>559</sup> O título do texto é uma referência ao capítulo 9 do Atos dos Apóstolos que integram a Bíblia, quando o fariseu Saulo, ao cair por terra fulminado por uma luz divina que descia do céu, no caminho de Damasco onde iria perseguir os cristãos, converteu-se ao cristianismo transformando-se no apóstolo Paulo. Ou seja, o título apontava para uma conversão, cujo conteúdo apontava o caminho: o “armandismo”.

de Salles Oliveira, reforçando as conexões entre São Paulo e Bahia, qualidade que José Américo não tinha por representar apenas alguns setores do norte:

RIO, JULHO DE 1937. – O comicio do dia 16, monstruoso nas suas proporções, é, entre tantos factores de resurgimento nacional, uma grande demonstração de possibilidades democraticas. Os methods são differentes. Oxalá variasse tambem a mentalidade politica neste paiz cançado de illusões caras! Indispensavel era começar. E começamos bem uma reforma total. A comparação é eloquente. Coteje-se o que se passa hoje e com o que antes acontecia. Mas não importa comparar apenas no tempo, senão igualmente no espaço. Os arraiaes do sr. José Americo concentram-se na expectativa das batalhas ganhas com facilidade; as hostes do sr. Armando de Salles agitam-se na esperança das porfias pelejadas bravamente. O seu campo é a praça publica. Os seus exercitos são populares. A sua arma é a palavra. É o seu pharol a fé nas instituições. Lembra o civilismo de 1909, embora lhe falte a alma de então, Ruy Barbosa. Calou-se a voz oracular. Digam o que disserem, porem, ahi está o espirito delle. Está a sua lição. Sobretudo a sua acção. É opportuno demonstral-o. Em 1909 o ruysmo, pelo verbo, lutava com o pinheirismo, pelas articulações do mecanismo governamental. Encarnava Ruy a aspiração das massas; Pinheiro Machado era o homem das forças conduzidas. Ruy insuflava no povo o ânimo da reacções moraes: era o tribuno. Pinheiro commandava as brigadas dos Estados: era o chefe. O primeiro elevava-se, da opposição necessaria á consulta do eleitorado livre: era o apostolo. O outro dobrava-se sobre as suas disciplinadas hostes e defendia o terreno do poder onde se acastellára com firmeza. Ruy era o sôpro regenerador, a energia desencadeada, a vocação de movimento e idéa de um paiz moço. Pinheiro era a estáctica. Era a muralha. Era a conquista. Era a resistência. Aquelle, candidato dos descontentes; o marechal, candidato de Pinheiro, o era das situações tentaculares. Duello de tendencias oppostas: nelle se jogava o destino da Republica, hereditára, segundo um, simplesmente electiva, segundo outros. Cesar venceu Pompeu. Ganhou Pinheiro. Mas o ensinamento do Mestre não se perderia. Ha na astronomia um fenómeno magnifico. Estrellas ha muitos s culos extinctas, continuam a brilhar no nosso céu, pela persistencia da luz conservada nas alturas. Mortos ha muitos annos mortos são como se vivessem ainda. Com quem hoje lutaria Ruy Barbosa? Lutaria ao lado dos paulistas que, em 1909, com Alfredo Ellis, apoiaram entusiasticamente a Bahia, ligando a propria sorte á causa civilista, num exemplo de coherencia e fidelidade que póde se esquecido, nunca porém negado. Observemos o aspecto da pugna gigantesca: pela porta dos “meetings” titânicos é que entra o sol amanhecendo. A sua réstea rosada descreve no chão o roteiro de um triumpho certo. É uma estrada. O caminho de Damasco da nossa precária democracia reintegre á consciencia do seu valôr e á grandeza dela mesma! Se pretendem desconhecer o que ahi se vê, fechem os olhos e os ouvidos, ao clarão e ao tropel que anunciam a jornada brasileira... Ha uma filosofia que ignora a luz – insistamos, com Victor Hugo: chama-se cegueira !.<sup>560</sup>

Perceba como a memória do grande mestre baiano, Ruy Barbosa é exaltada, como sujeito justo, elevado da massa e, claro, liberal na representação do eleitor. Sem pestanejar, o autor aponta para onde deveria se dirigir a conversão, ao responder que Ruy lutaria junto aos

<sup>560</sup> Texto de Pedro Calmon Publicado no Jornal a Tarde. 07/1937. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 8615.

paulistas. O comício monstro analisado por Calmon ocorreu no Rio de Janeiro, no estádio do América Futebol Clube e, segundo relatos do Jornal *O Estado de São Paulo*, simpático ao Armando, reuniu cerca de 50 mil pessoas.<sup>561</sup> O acontecimento lançava publicamente a plataforma da *União Democrática Brasileira*, formalizada alguns dias antes com apoio de políticos como Otávio Mangabeira, candidato ao governo da Bahia, Flores da Cunha e Arthur Bernardes.<sup>562</sup> O liberalismo de Salles de Oliveira, analisado por Aspásia Camargo, via na tão temida pluripartidariedade as soluções democráticas para o país, longe da ideia de unanimidade.<sup>563</sup> A pluralidade nada mais era do que uma decorrência do próprio país. Segundo Armando Salles de Oliveira, “Longe de amortecer a unidade nacional, o regionalismo dá-lhe vida e colorido. A integridade territorial e espiritual não é incompatível com a existência de um regionalismo persistente e vivaz.”<sup>564</sup> O federalismo era o regime defendido para representar cada parte do país e ao mesmo tempo fazer um presidente forte. Na economia, buscava-se estender o modelo democrata liberal adotado por São Paulo a todo país, mas com uma regulação entre capital e trabalho porque “sem concessões aos direitos do trabalhador, o poder econômico lhe escapará das mãos”.<sup>565</sup>

Após o comício do Rio de Janeiro, Armando saiu em caravana com seus apoiadores, dentre eles Calmon, em direção ao Rio Grande do Sul, viajando por São Leopoldo, Pelotas e Bagé, além de Porto Alegre. Terminada essa viagem, Calmon recebeu um telegrama de um articulador da campanha dizendo que Armando o procuraria.<sup>566</sup> Um dia antes de receber a carta de Salles de Oliveira, Olimpo Bastos, em 17 de setembro, escreveu a Calmon articulando uma caravana pelo norte no mês de outubro que, contudo, nunca aconteceu. Solicitava dinheiro ou materiais, como papel e tinta, para a propaganda. A caravana passaria pela Bahia, formada por Otávio Mangabeira, Hermenegildo Nogueira e o próprio Armando. Bastos solicitava que Calmon também viesse e não deixasse de salientar nos discursos públicos que eram oposição.<sup>567</sup> Salles de Oliveira agradeceu a toda disposição de Calmon para integrar a campanha, dizendo

<sup>561</sup> CAMARGO, Aspásia et al. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989. p.172.

<sup>562</sup> Na Bahia Juracy via-se desgastado para continuar no governo e ao mesmo tempo não era simpático a continuidade de Vargas. Teria sido Juracy que aconselhou a União Democrática Brasileira lançar Armando o quanto antes, enquanto as lideranças do Norte articulavam o nome de José Américo de Almeida, para forçar o processo eleitoral. op. cit. p.160

<sup>563</sup> Ibidem., p.169.

<sup>564</sup> SALLES, Armando Apud CAMARGO, Aspásia et al. op. cit. p.170.

<sup>565</sup> SALLES, Armando Apud CAMARGO, Aspásia et al. op. cit. p. 171.

<sup>566</sup> Carta de Chico Andrade a Pedro Calmon 17/09/1937. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 10097.

<sup>567</sup> Em 26 de outubro Olimpo Bastos mandou outra correspondência igual, alterando apenas a cidade onde passaria a caravana. É provável que esse documento tenha sido produzido em série para ser enviado a aliados. Carta de Olímpio Bastos a Pedro Calmon 18/09/1937. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 16933.



que suas palavras não seriam efêmeras “Os factos se encarregaram de afirmar o que eu aqui faço a um juramento de dedicação e eterno reconhecimento.”<sup>568</sup> Em suas *Memórias*, Calmon escreveu que nos comícios encarregou-se de falar sobre Educação, o que talvez lhe rendesse algum ministério no futuro.<sup>569</sup>

Em outro trecho das *Memórias* falou sobre as decepções com o “presidente que cortara, com a revolução, o meu futuro político. Fui seu obscuro adversário de 1934 e 1937”.<sup>570</sup> Ele refletia sobre os acontecimentos de 1937, com o estado de guerra, as prisões e o fim da campanha eleitoral. Octávio Mangabeira foi preso e depois exilado pela segunda vez, mesmo destino de Armando Salles de Oliveira.

### **3. A estratégia institucional: Museu Histórico Nacional, Universidade e Academia Brasileira de Letras**

O ano de 1938 começou para Calmon com viagem pela Europa e longa estadia em Portugal. Ele acompanhava Afrânio Peixoto, professor convidado do Instituto de Medicina Legal de Madrid, após sua demissão na Universidade do Distrito Federal. Somado ao convite de Peixoto, Calmon foi cumprir trabalho financiado pela Universidade do Brasil para representar a instituição no aniversário da Universidade de Coimbra. Em seus documentos pessoais constam as boas vindas de vários políticos e intelectuais, como Antônio Oliveira Salazar e Joaquim de Carvalho, professor da universidade visitada.<sup>571</sup> Nos anos anteriores já havia diversas correspondências entre Calmon e destinatários europeus, mas a partir desse ano houve uma expansão. Ainda no final de janeiro, Paulo Cunha, professor de Direito da Faculdade de Lisboa, escrevia lamentando a partida inesperada do Pedro e a frustração por não dar o passeio combinado. Ele mandava livros e instruções do que fazer com eles.<sup>572</sup> Calmon voltava às pressas para assumir a direção da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atualmente UFRJ.

---

<sup>568</sup> Carta de Armando Salles a Pedro Calmon 19/09/1937. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4144.

<sup>569</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. p.250.

<sup>570</sup> *Ibidem.*, p.160.

<sup>571</sup> Cartões de diversas pessoas S/d. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 2575.

<sup>572</sup> Carta de Paulo A. V. Cunha a Pedro Calmon. 30/01/1938. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 11270.

A indicação ao cargo partiu da própria universidade juntamente com o aval de Gustavo Capanema, ministro da Educação desde 1934. A nomeação foi feita por Getúlio Vargas, o que demonstra a facilidade com que Pedro Calmon conseguiu sobreviver politicamente, mesmo sendo oposição. Acontece que ele não se dedicava exclusivamente à política *stricto sensu*, como deputado ou articulando eleições. Na verdade, a grande maioria das cartas, mesmo com conteúdo político evidente, trata de diversos assuntos, principalmente os livros escritos por Calmon, que ele distribuía para uma ampla rede de contatos, dentro e fora do país, funcionando como um cartão de visita ou um cartão de lembrança àqueles com quem gostaria de manter vínculos. O ponto que quero salientar é que o autor estudado era conhecido publicamente por seus livros, escritos, palestras e não unicamente como um opositor, como havia sido o caso de Otavio Mangabeira, Flores da Cunha e Armando Salles de Oliveira. É de se perceber que, a característica conciliatória do autor na trilogia *História Social do Brasil* é coerente com sua prática política.

No início de 1935, o governo federal comunicava que Calmon seria um dos avaliadores dos textos de História e Geografia a serem referendados pelo Palácio do Itamaraty, num projeto que visava a aproximação entre o Brasil e a Argentina. Ele trabalharia juntamente com Jonathas Serrano e Delgado Filho, que posteriormente foram membros da Comissão Nacional do Livro Didático (1938), a primeira tentativa de padronizar os livros a serem usados nas escolas brasileiras. Em um documento enviado a Serrano, em abril de 1936, já é possível ver com clareza os contornos de um mecanismo de avaliação dos livros. Destaco algumas frases dos cinco pontos defendidos pelo autor:

“1. A história pátria, fiel á verdade, deve ser elaborada de modo a interessar a juventude na avaliação de todos os aspectos do passado nacional. Por isso a História da Civilização. [...] 2. Não se destinam a alimentar prevenções internacionais, porém ~~descrever~~ narrar os factos ocorridos [...] e sentido conciliador e continental de sua acção diplomática. 3. Os compêndios de história não poderão conter palavras de hostilidade animadversão a ~~outros~~ povos ~~do continente~~ estrangeiros. 4. Sendo a veracidade um objetivo commun da história, ella exige que o respeito das mesmas relações inter-americana. 5 História é narração.”<sup>573</sup>

O documento tem o esboço de um projeto de lei, já datilografado, com algumas palavras riscadas e outras escritas por cima. No texto Calmon defendeu o conceito de História da Civilização, usado em suas obras como uma história que não fosse apenas política ou

<sup>573</sup> O projeto foi anexado à pesquisa para que o leitor perceba como a proposta foi sendo lapidada para estar em sintonia com o conceito de *síntese*, tão valorizado por Pedro Calmon. Ver página 173. Proposta de Pedro Calmon a respeito do ensino de História. 16/05/1936. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 8613.

biográfica, indo em direção da economia, cultura e sociedade. Também aparece a questão Pan-Americana com a qual o autor tem afinidade. Não há dúvidas que o projeto lei estava coerente com as próprias obras escritas e que o escritor já era uma referência nacional da área.

Em outubro de 1936, o livro *História da Civilização Brasileira* foi aprovado como compendio escolar, primeiro livro de sucesso editorial.<sup>574</sup> Quase um ano depois, Pedro Calmon discursava no Ministério das Relações Exteriores “sobre as relações culturais entre o Brasil e as nações americanas”,<sup>575</sup> com data marcada para 22 de outubro. Sete dias antes, falaria sobre D. Pedro II, no Instituto Nacional de Música, a convite de Gustavo Capanema.<sup>576</sup> Além desses afazeres habituais, em 1935, tinha viajado para a Argentina na companhia do Ministro do STF Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses,<sup>577</sup> numa missão política de aproximação dos dois países. Posteriormente, em 1941, ele iria para os Estados Unidos e para o Chile, também em reuniões de conteúdo diplomático, sobretudo por conta da segunda guerra mundial, com seu antigo companheiro de debates no IHGB, o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Todos esses acontecimentos demonstram que Pedro Calmon teve intensa participação na política do país, seja no conturbado ano de 1935, seja nos imprevisíveis meses de setembro e outubro de 1937, quando após a divulgação do Plano Cohen, seguiram-se as prisões dos líderes da União Democrática Brasileira, e posteriormente ao Golpe. As estratégias de Pedro Calmon parecem dividir-se entre uma política de bastidores, silenciosa, onde ele negociava votos e favores, e a atuação de projeção intelectual nacional e internacional, como autor de obras e orador publicamente reconhecido como formador de opinião.

Instituições como o Instituto Histórico Geográfico e a Academia Brasileira de Letras precisam ser vistas como lugares onde ocorriam debates intelectuais a um só tempo, históricos, literários e políticos. Fazer parte desses círculos trazia aos seus membros uma gama de contatos para a realização de ações, garantindo certa previsibilidade do que os membros pensavam. Cabe lembrar que a posse de Oswaldo Aranha no IHGB em 1940, foi saudada pelo orador oficial do instituto, Pedro Calmon. Não menos importante foi a eleição do baiano para a ABL em 1936, que naquele momento específico, deixou claro ao correspondente Gilberto

<sup>574</sup> Parecer de aprovação pelo Conselho de Educação e Cultura do livro *História da Civilização Brasileira*. 22/10/1936. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.16896.

<sup>575</sup> Tratava-se de um curso de formação intelectual para funcionários do Ministério de Relações exteriores. Carta de Aldo Pimentel Soares a Pedro Calmon. 17/09/1937. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4127.

<sup>576</sup> Carta de Gustavo Capanema a Pedro Calmon. 15/10/1937. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 12892

<sup>577</sup> Ver biografia, página 196.

Braga que ele estava longe das ideias integralistas, até porque os votos conquistados para sua candidatura à agremiação no Rio Grande do Sul tinham sido mobilizados por Flores da Cunha. Não há dúvidas que essa relativa previsibilidade por pertencer a muitas instituições de renome, incluindo a própria Liga de Defesa Nacional,<sup>578</sup> respeitada no âmbito militar, permitiu a Calmon alcançar incontáveis posições na esfera pública, como Diretor da Faculdade de Direito, Ministro da Educação, Reitor da Universidade, professor do Colégio D. Pedro II e, até mesmo recusar um cargo na diplomacia por preferir a docência.

Em 1935 cogitou articular uma candidatura a ABL, na sucessão do falecido Miguel Couto, mas desistiu ao saber que Alceu Amoroso Lima<sup>579</sup> pleiteava o posto.<sup>580</sup> Alceu Lima, mais conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, era o secretário geral da *Liga Eleitoral Católica*, LEC, criada em 1932 com objetivo de mobilizar o eleitorado católico comprometido com a proposta social da igreja, o que resultou em ampla movimentação nos anos de 1933 e 1934.<sup>581</sup> Tratava-se de uma liderança imbatível no momento para a ABL. No mesmo ano faleceu Félix Pacheco, o que tornava vaga a cadeira 16, cujo patrono é Gregório de Matos. Em dezembro, um sujeito chamado Paulo passara a arrecadar votos para Calmon, juntamente com Afonso d'Escragnolle Taunay, autor corriqueiramente citado nos livros do historiador pleiteante da vaga.<sup>582</sup> A correspondência revela que diversos outros membros da Associação já haviam sido contatados para a votação.

No início de 1936, Calmon mobilizou seus contatos e, apesar de sabermos o resultado, houve respostas negativas. Carlos Magalhães Azevedo, agradeceu os livros *História da Civilização Brasileira*, *História Social do Brasil*, *Rei Cavalheiro*, *Rei Filósofo*, *Vida e Amores de Castro Alves*, e disse ser favorável a candidatura, contudo, não poderia dar os quatro votos que tinha, mas garantiria dois.<sup>583</sup> Sem embargos, Calmon tornou-se imortal pela ABL, sendo recebido por Gustavo Barroso, seu colega de trabalho no Museu Histórico Nacional desde 1925. Egresso em 1923, Barroso foi membro atuante, encarregado da instalação na sede Petit Trianon. Receber Calmon era de um simbolismo considerável devido aos trabalhos que

---

<sup>578</sup> Fundada em 1916 por Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac com o objetivo de construir o patriotismo pelo Exército e encampadora da obrigatoriedade do serviço militar.

<sup>579</sup> Ver biografia, página 196.

<sup>580</sup> CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. p.243.

<sup>581</sup> A Liga Eleitoral Catholica procurou Pedro para integrar sua chapa nas eleições, em setembro de 1934, mas ele se decidiu pela Concentração no mês seguinte. 19/09/1934. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 16201 e 17669.

<sup>582</sup> Carta de Paulo a Pedro Calmon. 12/09/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 15038.

<sup>583</sup> Carta de Carlos Magalhaes Azevedo a Pedro Calmon. 02/02/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4023.

realizaram juntos no Museu, mas o momento político afastava-os, pois Barroso vinculava-se a *Ação Integralista Brasileira*.

A partir de então, tornou-se frequente correspondências solicitando apoio a Calmon para uma vaga na ABL, cujos missivistas, no geral, elogiam os livros do historiador, se dizem grandes leitores de suas obras e, por fim, pedem o voto. Gostaria de comentar um último evento envolvendo votos para a Academia, na tentativa de retratar a sutil complexidade dos laços políticos, nem sempre fáceis de descrever com palavras, ao mesmo tempo que se percebe como Pedro negociava seus votos na instituição. É o caso da eleição de Getúlio Vargas, em 1941. Por mais rancor que Calmon quisesse demonstrar em suas *Memórias*, colocando-se até como um defensor da democracia, ele votou a favor do então presidente.<sup>584</sup> No episódio, comentou que seu amigo Afrânio Peixoto fazia oposição pessoal desde 1935, quando Vargas fechou a Universidade do Distrito Federal, organizada por Anísio Teixeira. Afrânio foi coerente ao votar contra, enquanto Calmon foi estratégico ao votar a favor, pois sabia que a oposição a Vargas poderia significar algumas portas fechadas.

Afrânio era amigo de longa data da família Calmon. Ele teve seus estudos patrocinados pela família de Maria dos Prazeres Góis Calmon e estudou juntamente com seu filho Manuel Bernardo Calmon, ambos orientados por Nina Rodrigues.<sup>585</sup> Além de ser articulador da eleição de Calmon na ABL, foi Peixoto quem o indicou para assumir a disciplina de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal. Era um modelo de Universidade inovador, com propostas críticas estabelecendo a superação da exclusividade do conteúdo tecnicista pela introdução de disciplinas voltadas para as humanidades no que tinha de mais inovador em antropologia e sociologia.<sup>586</sup> O modelo passou a sofrer fortes oposições do setor católico. Escreveu Alceu Amoroso Lima diretamente para Gustavo Capanema em junho de 1935: “A recente fundação de uma Universidade Municipal, com a nomeação de certos diretores de Faculdades, que não escondem suas idéias e pregações comunistas, foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos.”<sup>587</sup> O diretor Anísio Teixeira foi demitido e a Faculdade fechada após uma intervenção Federal no Rio de Janeiro. Para Pedro

---

<sup>584</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. p.256.

<sup>585</sup> *Ibidem.*, p.137.

<sup>586</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. O curso e história da UDF: professores e disciplinas. IN: *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

<sup>587</sup> LIMA, Alceu Amoroso. Carta a Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, 16 jun. 1935, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Gustavo Capanema - GC/LIMA, A.P.I.-16.

Calmon era um fato a lamentar – “Poderia ser a instituição do futuro”, enquanto para Anísio era motivo a militar, fazendo oposição aberta a Getúlio.

Agora, em um plano institucional, a entrada de Vargas para a ABL pode ser vista como uma estratégia de legitimação de um órgão que tinha corriqueiramente polêmicas, algumas delas descambando para a censura.<sup>588</sup> No Prêmio Olavo Bilac de 1938 houve disputas políticas porque alguns membros ligados ao setor católico, como Fernando de Magalhães e Alceu Amoroso Lima, não concordavam com o relator Cassiano Ricardo que dera a vitória a Cecília Meireles.<sup>589</sup> As acusações entre Ricardo e Magalhães arrastaram-se durante meses, criando outros episódios. Numa longa carta enviada por Heráclito Fontoura Sobral Pinto, há a cobrança por medidas a serem tomadas pela ABL contra Cassiano Ricardo. No documento, aquele membro da Liga Eleitoral Catholica argumentou que estava proibido de escrever nos jornais sobre Direito Constitucional, porque Ricardo teria acionado seus contatos junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Ao que parece, Calmon tinha bons contatos com o setor cristão da ABL e sua estratégia de sobrevivência política não era estranha a conjuntura da época.

A definição de imortalidade que Hannah Arendt tinha em mente ao retornar aos estudos clássicos era ressaltar o espaço público como lugar das realizações humanas, onde aquilo que fosse construído pudesse ser preservado e deixado de legado às gerações vindouras. O espaço público era o *locus* onde os mortais tornar-se-iam imortais. Contudo, a definição moderna de coisa pública teria usurpado esse significado fazendo do lugar objeto de vangloriação.<sup>590</sup> Pensar a memória pública como invenção humana não dissociada da política é o exercício praticado aqui para entender a atuação de Pedro Calmon no Museu Histórico Nacional, mais precisamente na imortalização de seu tio Miguel Calmon. O ato voluntário de Pedro não pode ser entendido como uma apreciação benevolente ao pedido de Alice da Porciúncula Calmon da Pin e Almeida, viúva de Miguel. O dever de memória do primo significava construir a própria imagem dada às relações familiares entre os dois, garantindo o futuro político da família ao inventar o passado.<sup>591</sup>

---

<sup>588</sup> Em 1943, a iniciativa partiu de Cassiano Ricardo, Olegário Mariano, Ataúlfo de Paiva e João das Neves Fontoura, que escolheram os discursos de Vargas como os “textos” para sacralizar a imortalidade, além de modificar o regimento da casa, para que o ditador não precisasse pedir voto aos demais membros. E como óbvio, ninguém votou contra Getúlio, mesmo aqueles que foram seus críticos em 1932, como João das Neves.

<sup>589</sup> Ver JORGE, Fernando. Capítulo Quinze. IN: JORGE, Fernando. *A Academia do fardão e da confusão: a Academia Brasileira de Letras e os seus “mortais” imortais*. Geração Editorial, 1999..

<sup>590</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007. p.66.

<sup>591</sup> É salutar diferenciar “o dever de memória” como um dos tipos de memórias existentes. No livro *a Memória, a História e o Esquecimento*, Ricoeur procurou problematizar os inúmeros tipos de memórias existentes, desde o

A experiência de Pedro Calmon com o Museu Histórico Nacional iniciara quando Afrânio Peixoto e Miguel convenceram Gustavo Barroso da utilidade do seu trabalho.<sup>592</sup> Estava apenas com 23 anos e tinha atuado somente em edição de jornais, fracassando em entrevistas na área jurídica, apesar de formado em direito com distinção, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Por conta de reformas políticas, em 1927, o museu obrigou-se a contratar via concurso os funcionários interinos e o próprio Pedro organizou a avaliação a qual ele mesmo se submetia.<sup>593</sup> Regina Abreu observou que ainda em vida Miguel valorizava o Museu Nacional através dos seus discursos e, quando Ministro da Agricultura, criou o Museu Agrícola e Comercial a fim de incentivar a pesquisa no país.<sup>594</sup> O objetivo da pesquisa dela foi mostrar como se construiu a imagem de um homem público através de itens e indumentárias privadas, pois, a exposição dedicada a Miguel Calmon, no Museu Histórico, reproduzia partes da casa do homenageado, como o escritório, a biblioteca ou o salão de reunião,<sup>595</sup> igual àqueles salões descritos por Pedro em seus livros, onde fazia-se jantares e reuniões nas quais se decidia a vida pública.

A composição da Sala Miguel Calmon foi pensada por sua viúva, Alice Porciúncula, e Gustavo Barroso, sendo Pedro Calmon o encarregado de mediar os pormenores. Dentre as cláusulas do contrato destaco que os objetos deveriam formar coleção única, não podendo ser desmembrados, e a arrumação ficaria por conta de Alice.<sup>596</sup> Em 1936 já estava disponível a exposição. A fabricação do imortal revelou-se profícua conforme demonstra Abreu ao analisar as biografias de Miguel Calmon escritas por diversos autores. “O que se pode observar é que a lógica do domínio oligárquico estava muitas vezes em contradição com a lógica do indivíduo, da nação, do Estado e do homem público que estava sendo gestada.”<sup>597</sup> Ela nota que diversas biografias tendiam a representar o objeto como típico do regionalismo baiano,

---

caráter fenomenológico até o esquecimento. Fala-se da memória num sentido existencial/biológico, memória individual, memória coletiva, extensões de memória – como o papel ou pen drive. Todo tipo de memória suporta variações dos usos de memória, como o trauma, a manipulação e o dever de memória. Esse “dever” é num sentido ético-político que prevê uma reparação a outrem, como datas festivas no calendário, exposições em museus ou monumentos públicos. Mas, o uso pode gerar abusos. É nesse âmbito que defino a criação da Sala Miguel Calmon ou as cidades baianas com nomes harmônicos à elite. Nesses casos são abusos institucionais para exercer uma memória obrigada. Cf. Abusos de memória natural. IN: A história, a memória e o esquecimento. Campinas: Ed Unicamp. 2007.

<sup>592</sup> CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. p.141.

<sup>593</sup> Ibidem., p.159.

<sup>594</sup> ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p.86.

<sup>595</sup> Ibidem., p.38.

<sup>596</sup> Ibidem., p..31-32.

<sup>597</sup> Ibidem., p.78.

mas, na medida que estudava, viajava, construía obras por diversos estados, tornava-se homem do estado nacional.

### 3.1 A articulação das Instituições através da narrativa histórica

As movimentações intelectuais e políticas de Calmon ganharam novos ares a partir dos anos de 1930, trocando correspondências e livros com intelectuais americanos, europeus e da América Latina. São remetentes da Argentina, Chile, Uruguai, Equador, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal. Limitar-me-ei a escrever apenas sobre algumas movimentações, com enfoque na América Latina, que produziram, além de congressos e acordos diplomáticos, uma série de iniciativas visando a confecção de livros. Novamente a atenção aos livros ganha um caráter excepcional, não enquanto construção narrativa em si, mas toda a articulação na produção do livro como artefato. O livro é um objeto cultural com inúmeros significados, podendo simbolizar conhecimento e riqueza; ou vaidade e perdição, dependendo do momento.<sup>598</sup> É com essa dimensão plural que observo as correspondências de Calmon, pelo simples fato dos livros funcionarem na qualidade de cartão de visita ou viagem, como maneira de aproximação ou crítica, como forma de construir relações políticas ou terminá-las.

Durante os anos de 1930 e 1950 houve diversas políticas de relações internacionais brasileiras com outros países. No caso latino-americano, Raquel Paz analisou um duplo movimento, que buscava alternativas à crise do liberalismo, propondo soluções econômicas interligadas e a valorização da cultura latina, procurando romper com a visão de uma cultura americana inferior.<sup>599</sup> É importante ponderar que “muitos desses grupos, como os intelectuais, valeram-se dos recursos públicos para difundir e publicar seus estudos no país vizinho, independentemente de qualquer convergência com as políticas governamentais.”<sup>600</sup> No caso de Calmon, o paradoxo deu-se, não somente por ele ser oposição a Vargas no período em que essa política se estabeleceu, mas também pela aproximação e aliança com historiadores latino americanos claramente comprometidos com uma visão liberal de história.

---

<sup>598</sup> CHARTIER, Roger. A aventura do livro. São Paulo: Unesp, 1998.

<sup>599</sup> PAZ dos Santos, Raquel. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. Estudos. Históricos., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 355-375, julho-dezembro de 2009. p.356.

<sup>600</sup> Ibidem., p.357.



Em 1933 foi aprovada uma lei de permuta de publicações, segundo a qual as principais bibliotecas públicas teriam sessões dedicadas a cultura do país vizinho.<sup>601</sup> Vargas estivera, em junho de 1935, em Buenos Aires para dar concretude aos diversos acordos. Meses depois, em outubro, partia Pedro em sua missão para as políticas bilaterais. Lá ele conheceu pessoalmente o professor universitário Ricardo Levene<sup>602</sup> com quem desenvolveu diversas relações, seja na expansão de contatos intelectuais ou na fabricação do livro *História de América*.<sup>603</sup> Já em novembro, Calmon recebia um convite da Universidad de La Plata y Buenos Aires para escrever um artigo para compor o livro em comemoração aos trinta anos de docência de Levene. O professor argentino tinha sido um dos reformadores do currículo escolar de sua nação dando ênfase às conexões entre sociologia e história: “La Facultad de Humanidades que le debe su estructura actual y que lo cuenta com honor em su cuerpo de profesores desde hace casi 25 años”.<sup>604</sup> O reconhecimento, já dado nos anos trinta, é parte do que a historiografia veio atribuir a ele posteriormente, como um “dos principais líderes da Nova Escola Histórica, movimento de renovação historiográfica de grande importância na profissionalização do campo na Argentina”,<sup>605</sup> do qual Bartolomé Mitre fora um dos percursores. Todavia, apesar da homenagem a Levene, o artigo escrito por Calmon deveria voltar-se à temática argentina ou latino-americana.

Três dias após receber o convite da Universidade, o próprio Levene escrevia saudando o membro do ilustre Instituto Histórico Geográfico, enviando em anexo as proposições da Comissão Revisora de Textos de História e Geografia. “Estimo que será grato V. conocer la labor que desarrollo esta Comisión Revisora, em todo conforme com el Convenio”,<sup>606</sup> escreveu Levene. Três critérios foram estabelecidos por ele: “critério de la realidad y necesidad de la convivencia internacional americana”; “critério de comparación”; e “critério de veracidad”. Levene e Calmon eram os relatores do acordo em seus respectivos países. O documento brasileiro similar foi elaborado apenas em 1936, após a criação do Instituto

---

<sup>601</sup> PAZ dos Santos, Raquel (2005). O Papel Da Diplomacia Cultural Nas Relações Brasil-Argentina (1930-1940). X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario. p.9.

<sup>602</sup> Ver biografia, página 197.

<sup>603</sup> Ricardo Levene já trocava correspondências com Max Fleiuss desde 1925, mas somente nos anos trinta conseguiu desenvolver um projeto político concreto nas relações Argentina-Brasil.[ vale a pena ampliar as informações sobre esse historiador]

<sup>604</sup> Carta de Marcelino Vilar a Pedro Calmon. 13/11/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4184.

<sup>605</sup> Ver Da Silva, Ana P. Barcelos R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 173 (454):209-236, jan./mar. 2012.

<sup>606</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 16/11/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4179.

Argentino-Brasileiro de Cultura com sede no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tratava-se do texto submetido a Delgado de Carvalho e Jonathas Serrano. Nele há o critério de nação e o interesse dos jovens, o critério de verdade, o critério diplomático, o pan-americano e o critério narrativo.<sup>607</sup> Tem-se por conclusão que a única diferença básica foi a questão narrativa, que posteriormente Levene passou a valorizar.

A partir de 1935 diversos outros intelectuais passaram a contatar e relacionar Pedro Calmon com outros estudiosos. Rodolfo Rivarola<sup>608</sup>, da Universidad de La Plata, acusava o recebimento dos livros e mandava como resposta outros exemplares da área do direito. Também agradeceu a Rodrigo Oliveira por colocá-los em contato.<sup>609</sup> Meses depois retornava dizendo que *História da Civilização Brasileira* estava entre os mais vendidos da Europa.<sup>610</sup> É claro que nem todos os elogios podem ser tomados como sinônimo de sucesso entre os intelectuais sul-americanos. Muitos dos endereçados a Calmon precisam ser vistos com uma retórica de cordialidade e aproximação, afinal, muitas das cartas pediam favores ou remessas de livros, então não era conveniente apresentar críticas.<sup>611</sup> Posteriormente, seria Rivarola o prefaciador da versão castelhana da *Evolução do Povo Brasileiro*. O próprio Innocencio Góes Calmon havia solicitado em 1936 cópias do *Malês. A Insurreição das Senzalas (1933)* para dar a um professor da Universidade de Chicago.<sup>612</sup> Na mesma época escrevia para a *Revista Acadêmica de Buenos Aires* solicitando cópias do *Espírito da Sociedade Colonial*.<sup>613</sup> Como boa parte da correspondência não está em caráter serial é difícil saber exatamente a totalidade dos assuntos

---

<sup>607</sup> Proposta de Pedro Calmon a respeito do ensino de História. 16/05/1936. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 8613.

<sup>608</sup> Rodolfo Rivarola foi professor e reitor da Universidad Nacional de La Plata, lecionando na área do direito, área que atuou como juiz, sendo também o primeiro diretor da Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas. Rivarola é de uma geração que viu Bartolomé Mitre como referência na história e na política, consagrando a ele uma biografia. Rivarola e outros intelectuais que compõem essa rede americanis de história, da qual Calmon fez parte, serão estudados futuramente em uma pesquisa de doutorado.

<sup>609</sup> Carta de Rodolfo Rivarola a Pedro Calmon. 27/05/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 9802.

<sup>610</sup> Ainda estamos buscando informação sobre o Rodrigo Oliveira mencionado na correspondência. Carta de Rodolfo Rivarola a Pedro Calmon. 14/09/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4151.

<sup>611</sup> Foram encontradas apenas duas cartas com críticas contundentes aos textos de História. A primeira é de Anfilóbio Fernandes de Castro, onde ele reclamou dos autores brasileiros por não saberem ortografia, incluindo Calmon, a quem deu uma aula de crase na correspondência, com erros exemplares identificados na História Social do Brasil. A segunda é do seu aliado e desafeto político, Luiz Viana Filho, que também era historiador. Na correspondência, ele analisou Espírito da Sociedade Colonial: “Tive a impressão que seu último livro o foi escripto em epochas diversas, pois nem se quer obedece um estylo uniforme. Rebuscado e difficil ao começo e de a uma maior fluencia e intelligibilidade pelo meio para terminar melhor ainda. A parte portugueza é rica mas não agrada. A porção brasileira é mais sua e mais nossa.” FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 10838 e 15551.

<sup>612</sup> Carta de Innocencio Góes a Pedro Calmon. 22/05/1935. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 15091.

<sup>613</sup> Carta da Revista Universitária de Crítica y Literaria a Pedro Calmon. 16/03/1936. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 15085.

tratados, mas como Pedro era um tanto quanto enrolado de afazeres, foi comum as cartas mencionarem missivas anteriores lembrando nosso historiador dos compromissos assumidos. Affonso Taunay chegou a brincar com o caso quando notificou que Levene pedia os originais de *História Da Civilização Brasileira* para traduzir ao espanhol. Taunay tinha datilografado o comunicado em português, mas com vários advérbios de intensidade em espanhol e depois os sublinhou a lápis, como alguém que estivesse imaginando Levene cobrando a urgência do pedido.<sup>614</sup> Dois meses depois Levene escrevia afirmando a urgência, pois precisava repassar o material ao tradutor.<sup>615</sup>

1937 não tinha sido um ano intenso apenas nas campanhas eleitorais. Nele foi confirmada a segunda reunião do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, realizada pela segunda vez no Jockey Club do Rio de Janeiro. No início do ano trocaram-se cartas de pessoas apresentando outras pessoas, como é o caso do já mencionado Rodolfo Rivarola intervindo para que seus amigos participassem do Instituto.<sup>616</sup> Ricardo Levene avisou de antemão que não poderia participar, como fizera no ano anterior, mas mandava informações promissoras como a publicação do *História de La Civilizacio Brasileña*, em edição de dois mil exemplares. Levene estava trabalhando intensamente na *Biblioteca de autores brasileños traducidos al castellano* e solicitava que Calmon entrasse em contato com Oliveira Vianna para traduzir *Evolução do Povo Brasileiro* como segundo item da coleção, prefaciado por de Afonso Taunay.<sup>617</sup> Dois meses depois o livro era impresso.<sup>618</sup> Não demorou para que alguns autores passassem a procurar Calmon para traduzir seus livros<sup>619</sup> e imagino que o mesmo deva ter acontecido com Levene.

Bem longe do lado oeste do Rio da Prata, Pedro Calmon encaminhava a tradução da *Síntese da história da civilização argentina*, publicada apenas em 1938. O que não significava que ele trabalhasse menos em prol do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura. Tinha conseguido a tradução e publicação de mais três livros argentinos, além do texto do

<sup>614</sup> Carta de Taunay a Pedro Calmon. 09/12/1936. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.4077.

<sup>615</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 01/10/1936. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon.17831.

<sup>616</sup> Carta de Rodolfo Rivarola a Pedro Calmon. 17/04/1937. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17366.

<sup>617</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 17/05/1937. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 15114.

<sup>618</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 07/06/1937. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17239.

<sup>619</sup> Foi o caso do Chileno Alberto Pacos. Outro emblemático foi Carlos E. Grez Perez, apresentado pelo historiador chileno Ricardo Donoso, considerado um representante tardio da escola liberal novecentista, dedicado ao estudo das ideias políticas. Cf. Carta de Carlos Grez a Pedro Calmon. 04/09/1938. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 4241 e 17201.

Levene, com apoio de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores, o qual, por sua vez, habilitava-se como candidato ao IHGB. Os trabalhos escolhidos pelo historiador argentino foram *Facundo: civilização e barbárie de Domingo Faustino Sarmiento*; *Arengas* de Bartolomé Mitre Martinez; *Bases y puntos de partida para la organizacperión política de la República Argentina* de Juan Bautista Alberdi. Três intelectuais e políticos de considerável envergadura liberal, sendo dois deles ex-presidentes da República Argentina. Enquanto isso, ficava pronta a tradução de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, terceiro livro da série pelo lado espanhol, com prefácio de Alceu Amoroso Lima.<sup>620</sup> Juntos, Calmon e Levene passaram a organizar o livro *História das Américas*, o que talvez seja a maior obra do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, com 14 volumes e colaboradores de inúmeros países, incluindo América Central e do Norte. A obra ficou pronta apenas em 1940, devido a muitos atrasos por parte de Calmon, não tendo sido poucas as vezes em que o tradutor encarregado por Levene cobrou pelos capítulos.<sup>621</sup>

A *Biblioteca de autores brasileños traducidos al castellano* ganhava mais um volume com a publicação de *Pedro II y el Instituto Histórico* de Afonso Celso, presidente perpétuo do IHGB, então falecido recentemente. A tradução seria uma homenagem a Celso e ao centenário da instituição.<sup>622</sup> É preciso observar que as trocas não se resumiram a contatos intelectuais, bibliografias ou tradução de livros. Insisto que o ambiente não pode ser visto unicamente como lugar político da mesma forma que não pode ser categorizado como lugar historiográfico simplesmente. Como ensinou Certeau, “o ‘fazer história’ se apoia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação, etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas)”.<sup>623</sup> O Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura foi criado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento cultural num esforço mútuo de duas nações. Dentro dessas premissas havia a margem de negociação para o fomento de autores liberais, que jamais viram no Estado-nação empecilho para o progresso, pois a nação era a provedora das condições para os indivíduos exercessem a liberdade. Foi dentro desses interditos que cada autor pôde negociar subjetivamente pressupostos teóricos como as inovações da sociologia, da antropologia e a questão da síntese.

<sup>620</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 18/06/1938. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17059.

<sup>621</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 16947, 17059 e 15037.

<sup>622</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 30/07/1938. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17057.

<sup>623</sup> CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1982. p.18.

A história da *Civilização Brasileira*, a *História Social do Brasil*, A *História das Américas* e outros inumeráveis textos são produções culturais marcadas por antagonismos. Primeiro, com a busca de liberalismo na crise do liberalismo, quando após a quebra das bolsas de valores em 1929 e ascensão de regimes autoritários, como os Estados Novos, o Nazi-fascismo, o franquismo ou o socialismo, esses liberais brasileiros reconheceram andar na contramão da história para construir outro projeto político. Segundo, pela proposta de um conhecimento tutelado, que deveria instruir os cidadãos à ordem das fábricas, no comércio, na agricultura, sem maiores indagações da estrutura vigente. O objetivo das linhas finais foi mostrar os usos diversos da história na passagem da prefiguração das experiências históricas, quando o historiador escolhe o objeto a ser estudado, para a configuração textual, quando ele elabora a narrativa. Ater-me-ei a apenas alguns exemplos de *História Social do Brasil* e um pouco do trabalho desenvolvido entre Pedro e Levene.

A noção de síntese é, mais uma vez, refinada para a exemplificação. Conforme pode ser lido nos escritos epistolares, a publicação de Levene se chamaria *História da Civilização Argentina*,<sup>624</sup> mas ele resolveu mudar para *Síntese da História da Civilização Argentina*. – “Es um homenaje que yo deseo haver, con motivo de esta honrosa publicación. Le envío adjunto dicho Prólogo em el que insisto em algunos conceptos que tuve oportunidad de desarrollar em el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño”.<sup>625</sup> O conteúdo do prólogo é contundente: “O conhecimento dela [a história] não é patrimônio exclusivo de profissionais. A história é de todos; do contrário, não seria história”.<sup>626</sup> A frase de efeito é para demarcar um público alvo calcado no povo e na mocidade, que precisava inteirar-se do que aconteceu na América Latina. O autor passa a enumerar acontecimentos que aproximam Brasil e Argentina numa narrativa elaborada com afetos, como serenidade, lealdade e outros ideais caros ao pan-americanismo. A título de exemplo, “dois pensadores se associam na luta pela liberdade comercial: Mariano Moreno [...] e José da Silva Lisboa”. São com afirmações categóricas que Levene aproximou os países, sem rodeios.

O prefácio de Calmon foi laudatório, relembrando os esforços políticos de ambos países para que todos os livros fossem publicados e tecendo comentários sobre os méritos acadêmicos de Levene. Contudo, Pedro fez questão de lembrar a admiração que o historiador

<sup>624</sup> <sup>624</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 30/07/1938. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 17057.

<sup>625</sup> Carta de Ricardo Levene a Pedro Calmon. 27/06/1938. FPC/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 15137.

<sup>626</sup> LEVENE, Ricardo. *Síntese da história da civilização Argentina*. Rio de Janeiro. 1938. p.13.

argentino tinha por Mariano Moreno e José da Silva Lisboa, como quem diz – esse sujeito é liberal –, mas sem dizer. Invertendo os papéis, tenho o prólogo de *História de la Civilización Brasileña*, escrito por Levene, parecido com o que foi publicado em *Síntese da História da Argentina*. Dado que “la lectura lenta y meditativa está condenada a desaparecer por el desorden que provoca en los espíritus de la vida moderna”<sup>627</sup> cabia aos historiadores lançarem obras de síntese, para o encontro do povo com sua história. Certamente, a vida dos telegramas e bondinhos descompassou consideravelmente os regimes de historicidade, obrigando os historiadores a reordenarem o tempo reescrevendo a história. “La palabra revision” – expressou essa visada historiográfica. Já os argumentos sobre qual tipo de história seria retratada são repetidos: a independência do Brasil e da Argentina a partir da visão liberal de Mariano Moreno e José da Silva Lisboa.

A noção de síntese, portanto, foi aceita dentro desse movimento historiográfico sem restrições. O fato de ser uma noção comum à história e às ciências sociais tornou-a menos embaraçante dentro de uma linguagem política. Já a noção de liberalismo é mais restritiva por parte de Calmon, não como negação de premissas teóricas, mas como uma cautela de quem conhece o funcionamento do próprio país, principalmente em tempos de ditadura. A condição do historiador, preso ao seu presente, ficou evidente ao comparar a versão argentina de *Histórias de América* com a versão brasileira. Isso porque os quatorze volumes da coleção foram publicados primeiramente na Argentina, entre 1940-1941, e traduzidos ao português somente em 1945. Destaquei os trechos sobre o período Vargas em ambos os livros, tendo em vista que Pedro foi encarregado do Brasil contemporâneo. Tanto a versão na Argentina como na brasileira há a definição de três períodos distintos:

El gobierno del señor Vargas puede dividirse en tres períodos principales: régimen de la ley orgánica (noviembre de 1930 a julio de 1934); régimen de la Constitución de 1934 (16 de julio de 1934 a 10 de noviembre de 1937) y por último régimen de la nueva Constitución (a partir del 10 de noviembre de ese mismo año).<sup>628</sup>

Em ambas versões 1930 é definido como uma intervenção militar, enquanto 1934 é lido como um regime constitucional idealista e ineficaz. A discrepância está no trato de 1937, onde na versão castelhana lê-se a outorga da Constituição, juntamente com alguns artigos

<sup>627</sup> LEVENE, Ricardo. Prologo IN: CALMON, Pedro. *História de la Civilización Brasileña*. Buenos Aires. 1937.

<sup>628</sup> CALMON, Pedro. *América Contemporânea*. IN: LEVENE, Ricardo (org). *História de América*. Tomo XIII. Buenos Aires: WM Jackson. p.160.

importantes, estabelecendo convivência com a versão oficial, a versão do vencedor. Todavia, na edição portuguesa, de 1945, lê-se:

A campanha eleitoral de 1937, que devia renovar a cena política, com a escolha de novo presidente da República cortada em 10 de novembro pelo golpe de Estado e que o Presidente Getúlio Vargas, com o apoio dos seus ministros militares, fixou as normas do chamado Estado Novo, outorgando a Constituição que levou aquela data. Fechada na mesma ocasião as Câmaras, proibido o funcionamento dos partidos, em vigor o regime de exceção, assim de mãos livres o governo para realizar o seu programa autoritário, definido na constituição de 10 de novembro, prevaleceu de fato a orientação pessoal do chefe do Executivo e continuou, irrestrita, até 1945.<sup>629</sup>

A disparidade pode ser explicada por vieses distintos, não excludentes: o primeiro, é admitir que todo livro é uma obra inacabada aos olhos do autor, havendo sempre enxertos e acertos a serem feitos, principalmente com o distanciamento temporal. Nessa linha de raciocínio os anos idos teriam conferido a clareza do que o Estado Novo representou. Outra explicação possível é compreender que o autor jogava conforme as variáveis do momento, controlando seus desejos e vontades, em alguma medida, para adequar-se ao mundo em voga.

Em nenhum dos volumes de *História Social do Brasil* apareceram referências explícitas aos problemas políticos vividos no período, mas a história escrita por Calmon pode ser vista como um diálogo político com seus contemporâneos. Em *Espírito da Sociedade Colonial*, de 1935, o protagonista mais valorizado foi o mameluco, isto é, a mistura do índio com o branco, que resultou num sujeito aventureiro, relativamente civilizado, conquistador e trabalhador. Esse mameluco possuía diversas variações em território nacional, como o sertanejo e o bandeirante. O bandeirante foi o elemento mais ressaltado na interiorização do país. Ele foi ambicioso o suficiente para largar suas terras no litoral, para ir em busca de outras riquezas no interior, expandindo as fronteiras a Oeste. Agora percebe como essa narrativa é convincente aos olhos paulistanos, que durante os anos de 1930, reivindicavam sua autonomia política e fabricaram as memórias em torno dos bandeirantes, como ícone da luta pela soberania. Não por acaso Affonso Taunay foi amplamente utilizado como referência por Calmon.

No *Espírito da Sociedade Imperial*, de 1937, o mameluco também foi protagonista, mas em outros territórios, como Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Em relação ao Estado sul-rio-grandense, foi dedicado um capítulo inteiro para tratar os pormenores da política

---

<sup>629</sup>CALMON, Pedro. América Contemporânea. IN: LEVENE, Ricardo (org). História das Américas. Tomo XIII. Rio de Janeiro. p.171.

gaúcha, em antinomias como chimango ou maragatos, conservadores ou liberais. Tais oposições serviram bem a narrativa política dos anos de 1930, em que, no Rio Grande do Sul, quem não era a favor de Vargas era contra. Não é de maneira gratuita que Spalding elogiou a compreensão que Calmon tinha da região. Na trama desenvolvida para contar a história da República, foram retomados alguns erros do Império, no seu planejamento político, principalmente a falta de autonomia política provincial, típica das administrações europeias, as quais o Brasil tinha copiado. A partir desse mote, Calmon usou Monroe como crítica aos distanciamentos das relações externas do Brasil com os demais membros da América, entendendo que os vizinhos seriam uma aposta mais rica do que os países do outro lado do atlântico. Perceba como essa crítica é pertinente em um momento que o Brasil estava desenvolvendo projetos culturais com países latino americanos. Não é aleatório o argumento, pois durante os anos trinta, Calmon ganhou repercussão internacional, principalmente na Argentina, Chile e Estados Unidos.

No livro *A época republicana*, de 1939, há duas teses centrais: A revolução, enquanto queda do Império, e a pacificação do país, com o amadurecimento da República. Ficou claro na argumentação do autor, que o problema político não fora a transição de regimes, mas a maneira acelerada como aconteceu. Essa argumentação contrasta com o momento atribulado dos anos trinta, pois em 1939, já se tinham revogado constituições e eleições num prazo de uma década, sem que retomassem a tradição de continuidade reivindicada nos argumentos de Calmon. A pacificação da primeira República é iniciada com as intercalações de Minas e São Paulo no poder, estendendo-se até 1922, quando o livro acaba. É pertinente lembrar que, durante a corrida eleitoral de 1937, Calmon foi defensor de um federalismo com ampla autonomia para os estados, em vez da centralização do poder no presidente. Podemos fazer um esforço criativo e imaginar que, quando Calmon descreveu o oligarca, dono do poder local, oriundo do Brasil feudal, nascente na Colônia e no Império, estava pensando em sua forma mais contemporânea: o federalismo. Nesse sentido, há um íntimo diálogo entre a escrita da história e a o discurso político.

Na trilogia de *História Social do Brasil* todos os acontecimentos narrados precisam ser analisados em uma perspectiva historiográfica e histórica, no lugar de uma análise ontológica da história, como se ela existisse por si mesma ou como se tivesse um sentido próprio. Dado que toda narrativa é uma construção, cabe pensar sobre alguns usos da história. É o caso da figura de Rui Barbosa, retomada em inúmeros momentos como figura ativa, mesmo quando fracassou frente ao Ministério da Fazenda. Ao lado dele figuram outros personagens



como Gaspar Silveira Martins. É claro que a narrativa não apresenta apenas sujeitos liberais, dando destaque a nomes conservadores como Pinheiro Machado. Ao mesmo tempo em que os livros trabalham a história do Rio Grande do Sul, também dão muita ênfase a São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Norte-Nordeste. Para concluir, boa parte dessas invenções narrativas, que vão do regional ao nacional, da elite ao povo, do duradouro ao cotidiano, foram refinadamente pensadas para compor um estilo de história que tivesse aceitação nacional, em projetos políticos divergentes, sem contrariar alguns princípios elementares do autor. Isso não significa desprezar a existência de discussões históricas sensíveis à moda, incontornáveis a qualquer historiador; ou então, que certas expressões são tomadas inconscientemente dado os limites da razão. O ponto nevrálgico foi relacionar texto e contexto a fim de mostrar o autor imbricado na narração.

## Considerações Finais

Estudar um autor pouco conhecido nas universidades trouxe, por um lado, a escassez de bibliografia, que obrigou a pesquisa não ter itinerário pré-definido. A cada nova descoberta tive que desfazer e refazer os caminhos da pesquisa. Por outro lado, não ter tantas informações sobre Pedro Calmon, possibilitou conjecturar hipóteses que, talvez, não fossem pensadas devido aos vícios interpretativos que as bibliografias direcionam. Houve desconfiança com os rótulos atribuídos ao autor, do tipo historicista e positivista, por serem simplistas na reflexão sobre o conhecimento histórico. Ao ler o que Pedro Calmon tinha a dizer, percebeu-se um sujeito articulado com as discussões do seu tempo, na história e na política. Na escrita da história, ele discutiu a síntese, a etnografia e a sociologia como recursos para uma nova proposta de história, afeiçãoada com uma narrativa mais acessível que as biografias e epítomes.

A construção do argumento do autor em torno de tipos de brasileiros valorizou mais o mestiço que o branco, o índio ou o preto somente. A história que começa na Colônia vai ganhando corpo e amalgamando as características nacionais ao longo do tempo. Foi valorizado o progresso, mas não de maneira linear. Houve várias ressalvas que o autor fez sobre suas próprias colocações que tornam difícil compreender se concordava ou discordava com os argumentos apresentados, como a escravidão, que ora parece benéfica por trazer povoamento, ora é amenizada por ser considerada mais branda que em outros países, ora é criticada por atrasar o desenvolvimento comercial do país. Essa ambiguidade foi notada nas correspondências e nos discursos políticos do autor e foi interpretada como uma maneira de comunicar-se com interlocutores de posições políticas variadas e até antagônicas. Foi fazendo um jogo dúbio que Calmon conseguiu ser deputado federal, conseguiu eleger-se na ABL, conseguiu permanecer empregado nas universidades e prestar diversos serviços de consultoria para o governo.

Infiro que o fato de Calmon ocupar lugares privilegiados durante os anos trinta e quarenta, fez dele uma figura conhecida o suficiente para classificá-lo como conservador e seus livros serem interpretados através de rótulos comuns da historiografia, principalmente, por ocupar durante parte considerável da vida a presidência do IHGB. Contudo, talvez, um grande divisor de águas tenha sido o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior realizado em 1961, movimento que foi precursor da Associação Nacional de História – ANPUH, em que Calmon fez a fala de abertura. No pronunciamento, ele endossou uma história

que teria começado, supostamente, em 1500, numa fase naturalista e foi passando por outras fases, cumprindo seu destino.<sup>630</sup> Ele também enfatizou o compromisso da sua geração com a síntese, projeto que ainda foi defendido na coleção de sete volumes de *História do Brasil*, publicados a partir de 1959.<sup>631</sup> Nessa época, as Universidades brasileiras passavam por reformulações nos currículos e nas abordagens de história, questionando uma história dada ontologicamente, que tivesse sentido próprio. Pedro Calmon acabou sendo interpretado pelo historiador que era nos anos de 1960 e não pelo o que seus debates representavam durante os anos de 1930.

---

<sup>630</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*, Programa de Cultura, Consciência e Patriotismo. I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. Marília, 1962.

<sup>631</sup> CALMON, Pedro. *História e verdade IN: História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

## Referencial Bibliográfico

ABREU, Enid. Apresentação IN: Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo. Tradução Enid de Abreu. 2º ed. Campinas: Editora Unicamp. 2013.

ABREU, João Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Ensaio e estudos (crítica e história). Livraria Briguier. 1931.

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AGOSTINHO, Santo. Confissões. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato, Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Lisboa: Lusosofia. 2001.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Mariele. A medida das raças na mistura imperfeita. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2006.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

ARIÈS. Philippe. DUBY, Georg. (org) História da vida privada. São Paulo: Cia das Letras. 1990.

ASSIS, Machado. Bons Dias. Domínio Público. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br> . Último acesso 10/2018.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da Unicamp, 2011.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. Entre preconceitos, conceitos e impressões: o Brasil e sua condição tropical na Revue des Deux Mondes (1829-1877). Tese (doutorado em história). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas.

BARROS, José D.'Assunção. Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2013.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da História”. O anjo da História. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013. DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENJAMIN, Walter. Teoria do Conhecimento. Teoria do Progresso IN: Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

BERR, Enri, Erudição, filosofia da história e síntese IN: MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. Porto Alegre: Edpucrs, 2010.

BEZERRA, Alcides. Os historiadores no Brasil no século XX IN: . NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira república. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. Historiografia brasileira em perspectiva. 6º ed. São Paulo: contexto.

BRESCIANI, Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

BRITO, Jonas. A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920 - 1926). Dissertação de mestrado. (História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA. 2014.

BULHÕES, Octavio Gouvêa de. Economia e Nacionalismo . Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-117 , dez. 1952. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2383/2520>>. Acesso em: 01 Jun. 2018.

BURKE, Edmund. Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo. Tradução Enid de Abreu. 2º ed. Campinas: Editora Unicamp. 2013.

BURKE, Peter. História e teoria social. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Unesp, 2002.

CALMON, Pedro. América Contemporânea. IN: LEVENE, Ricardo (org). História de América. Tomo XIII. Buenos Aires: WM Jackson.

CALMON, Pedro. América Contemporânea. IN: LEVENE, Ricardo (org). História de América. Tomo XIII Rio de Janeiro, RJ : W. M. Jackson, 1945.

CALMON, Pedro. Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo. Companhia editora nacional, 1935.

CALMON, Pedro. História da Bahia, Resumo Didactico. 2º ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1929.

CALMON, Pedro. História do Brasil, A formação. (1500-1600). São Paulo. Companhia da editora nacional, 1941.

CALMON, Pedro. História do Brasil, As origens. (1500-1600). São Paulo. Companhia da editora nacional, 1939.

CALMON, Pedro. História do Brasil, Volume 1. Rio de Janeiro. José Olympio, 1959.

CALMON, Pedro. Memórias. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2011.

CALMON, Pedro. Pequena História da civilização brasileira, para escola primária. 2º ed. São Paulo. Companhia da Editora Nacional, 1936.

CALMON, Pedro. Brasil e America: história de uma politica. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1944.

CALMON, Pedro. História da civilização brasileira. 5º ed. São Paulo, Companhia editora nacional, 1945.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, A Época Republicana. São Paulo. Companhia editora nacional, 1939.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, Espírito da Sociedade Colonial. 2º ed. São Paulo. Companhia editora nacional, 1937.

CALMON, Pedro. História social do Brasil, Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo. Companhia editora nacional, 1937.

CAMARGO, Aspásia et al. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. Editora Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro. São Paulo: Unesp, 1998.

CUNHA, Euclides. Obras Completas. Rio de Janeiro. Ed: Nova Aguilar, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. Sociedade, Estado e educação. Notas sobre Rousseau, Bonald e Saint-Simon. Revista Brasileira de Educação. Nº 1. 1996.

DA SILVA, Ana P. Barcelos R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 173 (454):209-236, jan./mar. 2012.

DE DECCA, Edgar. Euclides e Os Sertões: Entre a Literatura e a História. IN: FERNANDES, Rinaldo. O clarim e a oração: cem anos de Os sertões. Geração Editorial, 2002.

DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DETONI, Piero D. C. Carvalho. A síntese como desafio historiográfico na Primeira República. Pequenos estudos de caso. Dissertação (em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais.

DOSSE, François. A história em migalhas. Campinas: Unicamp. 1994.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador, vol. 1. Tradução de Ruy Jungmann. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O curso e história da UDF: professores e disciplinas. IN: A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FIGUEIREDO, Candido. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa, 1913.

FILHO, De Carvalho Aloísio. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. IN: Revista do IGHB - nº 82 - 1958-1960.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. Aula de 15 de março de 1978 IN: Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. All the Word was américa... John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. São Paulo: Revista USP. Nº17. 1993.

GALVÃO, Cristina Carrijo. A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os intérpretes da sociedade brasileira. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Unicamp. Campinas.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes, trad. São Paulo: Cia. das Letras. 1986.

GOMES, Angela Maria de Castro et al. Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Do litoral para o interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucília Maria (Orgs.) Repensando o oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HANSEN, Patrícia. NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira República. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

HARTOG, François. A arte de narrativa histórica IN: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Revista de História, n. 148, p. 9-34, 2003.

HILL, Christopher. O mundo de ponta-cabeça. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric Da história social à história da sociedade. IN: Sobre história. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. IN: Eric Hobsbawm & Terence Ranger (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HÖRNER, Eric. Partir, fazer e seguir. Apontamento sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil na primeira metade do século XIX. IN: MARSON, Izabel & Oliveira, Cecília (org). Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860. São Paulo: Edusp. 2013.

Hörner, Erick. Partir fazer e seguir. IN: MARSON, Izabel Andrade; DE SALLES OLIVEIRA, Cecília Helena (Org.). Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil, 1780-1860. EDUSP, 2013.

HRUBY, Hugo. Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontícia Universidade Católica, 2007.

HUYSEN, Andreas. Culturas do passado-presente. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O coronelismo ainda é uma questão historiográfica? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 19., 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ANPUH, 1988. v. 2.

JORGE, Fernando. Capítulo Quinze. IN: JORGE, Fernando. A Academia do fardão e da confusão: a Academia Brasileira de Letras e os seus "imortais" mortais. Geração Editorial, 1999.

KANT, Emmanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Tradução Vinicius de Figueiredo. 2ªed. Campinas: Papirus. 2000.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? Traduzido por Luiz Paulo Rouanet. Disponível em: <https://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Immanuel-Kant.-O-que-%C3%A9-esclarecimento.pdf>

Karl Lamprecht. O desenvolvimento histórico e o presente caráter da ciência história. IN: MALERBA, Jurandir (org.). Lições de História. Porto Alegre: Edpucs, 2013.

Karl. 18 Brumário de Luís Bonaparte. Disponível em [www.jahar.org](http://www.jahar.org).

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KURY, Lorelai. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001.

LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização. IN: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona issn:1138-9788. Depósito legal: b. 21.741-98 vol. X, núm. 218 (64), 1 de agosto de 2006.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Tradução Marie-Agnès Chavel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEAL, Victor N.; CORONELISMO, Enxada. Voto. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LESSA, Pedro . É a história uma ciência? In: IHGB. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 114. 1908.

MALATIAN, Teresa Oliveira Lima e a construção da nacionalidade. São Paulo: Edusc. 2001.

MARSON, A. Izabel, OLIVEIRA, Cecília H. Liberalismo, monarquia e negócios: laços de origem. Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil. 1780-1860. São Paulo: Edusp, 2013.

MARSON, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco. Tessituras da revolução e escravidão. Uberlândia: EDUFU. 2008.

MARSON, Izabel. Política e conhecimento: a crítica de Joaquim Nabuco à República brasileira e suas congêneres latino-americanas. IN: SEIXAS, Jacy, CERASOLI, Josianne, NAXARA, Marcia (org). Tramas do Político – Linguagens, formas, jogos. Uberlândia: EDUFU. 2013.



- MARSON, Izabel. Política e história: figurações da escravidão e da revolução nas obras de Joaquim Nabuco. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (451):45-71, abr./jun. 2011.
- MARTIUS, Karl F. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista Americana da História. N.42. Dezembro de 1956.
- NAXARA, Márcia. Cientificidade e sensibilidade romântica. Brasília: Editora Unb, 2001.
- NAXARA, Márcia. Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional, 1870-1920. São Paulo: ANNABLUME EDITORA. 1998.
- NAXARA, Márcia. Desertos de civilização: significando o Brasil (história e literatura). Uma versão em português saiu na revista Letras&Letras (UFU) v. 26(1), p. 171-183, 2010.
- NAXARA, Márcia. Brasil: país de paisagens. in: NAXARA, M. & CAMILOTTI, V. Conceitos e linguagens: construções identitárias. S. Paulo, Intermeios, 2013. p. 97-121
- NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história: a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp. 2012.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v. 10, 1993.
- NORA, Pierre. Les Lieux de memoire: la nation. Paris: Gallimard. 1986.
- NORA, Pierre. Les Lieux de mémoire: Les France. Paris, Gallimard. 1992.
- NORA, Pierre. Les Lieux de Mémoire; 1 La République. Paris: Gallimard. 1984.
- NORA, Pierre. L'histoire au péril de la politique. IN: Eurozine, 2011.
- NORA, Pierre. Présent, nation, mémoire. Paris: Gallimard, 2011.
- PALMER, E. Richard. Hermenêutica. Lisboa: Edições 70. 2011.
- PALTI, Elías José; PALTI, Elías. La nación como problema: los historiadores y la " cuestión nacional". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- PALTI, Elias. "Giro lingüístico" e história intelectual. IN: FISH, Stanley, LACAPRA, Dominick, RABINOW, Paul y RORTY, Richard. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- PANG, Eul-Soo. A nova velha ordem na política baiana. IN: Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- PAZ dos Santos, Raquel (2005). O Papel Da Diplomacia Cultural Nas Relações Brasil-Argentina (1930-1940). X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.
- PAZ dos Santos, Raquel Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 355-375, julho-dezembro de 2009.
- PEREGRINO, Umberto. Pedro Calmon e História Social do Brasil. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 160 (404): 605-612, abri/jun, 1986.

PEREIRA, Maria Eliza. Francis Bacon. IN: ANDRERY, Maria (et al). Para compreender a ciência – uma perspectiva histórica. 4 ed. São Paulo: Educ. 1998

PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

PRADO, Maria Lígia Coelho. A democracia ilustrada:(o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934). Editora Atica, 1986.

REIS, José Carlos. A história, entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Autêntica Editora, 2004.

REIS, José Carlos. Pedro Calmon e a visão romântica e cristã da nação brasileira. IN: As identidades do Brasil – de Calmon a Bomfim. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

RÉMOND, René (org). Por uma história política.2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, João. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: RIHGB. Volume 78.

Ricoeur Paul. Philosophie de la volonté: Finitude et culpabilité: I. L'homme faillible. Paris: Aubier; 1960.

Ricoeur, Paul Tempo e Narrativa. Tomo 1. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. A história, a memória e o esquecimento. Campinas: Ed Unicamp. 2007.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo III. Tradução de Constança Cesar. Campinas: Papirus. 1994.

ROCHA POMBO, José. Prefácio ao Livro História do Brasil. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira República. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

RODRIGUES, Raymundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

ROMERO, Silvio. Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira República. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

ROTA, Alesson Ramon. "A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO ESTADO NOVO (1937-1945)." Revista Cadernos de Clio 5, no. 1 (2014).

ROTA, Alesson Ramon. "CULTURAS HISTÓRICAS E NARRATIVAS DIDÁTICAS." Revista de História Bilros. História (s), Sociedade (s) e Cultura (s). 2, no. 2 (2014): 88-101.

ROTA, Alesson Ramon. "ESTADO(S) NOVO(S): UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO COMPARADA ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1936-1945)". Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder & representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SAMPAIO, Theodoro & TESCHAUER, Carlos. Os viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia no brasil. Salvador: Progresso Editora, 1955.

SANI, Giacomo. Conservadorismo. & SETTEMBRINI, Domenico. Liberalismo. IN: BOBBIO, Norberto (org). Dicionário de Política. Tradução João Ferreira. 11 ed. Brasília: Editora UNB. 1998.

SEIXAS, A. Jacy. Percursos de memórias em terra de história: problemáticas atuais.. IN: BRESCIANI, Maria Stella Martins et al. Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Editora da UNICAMP, 2000.

SILVA, Antonio de Moraes. Diccionario da lingua portugueza Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Paulo Santos. Âncoras de Tradição. Salvador: EDUFBA, 2011.

SOUZA, Breno Sabino Leite de. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do Século XX. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciência e Letras de Assis. Unesp. Assis.

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

THOMPSON, Edward P. A história vista de baixo. IN: A peculiaridade dos ingleses e outros escritos. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.

VESENTINI Carlos A.. DECCA Eegar S.. A revolução do vencedor. Ciência e Cultura. 1977 Jan;29(1):25-32.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UNB, 1998.

VIANNA, Oliveira. O tipo brasileiro e seus elementos formadores Ensaio Inédito. Campinas: editora da Unicamp, 1991.

VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do estudo do passado. Discurso proferido no IHGB em 1924. IN: NICOLAZZI, Fernando (org.). História e Historiografia na primeira República. Porto Alegre: EdPucrs, 2015.

Vianna. Oliveira. Evolução do povo brasileiro. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

WEHLING, Arno. A historiografia em Pedro Calmon. IN: RIHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 353-361, jul/set, 1999.

WEHLING, Arno. Pedro Calmon e a História da Civilização Brasileira. IN: CALMON, Pedro. História da Civilização Brasileira. Distrito Federal: Ed Senado Federal. 2002.

WHITE, Hayden. Enredo e a verdade na escrita da história IN: MALERBA, Jurandir. (org) A Escrita da História. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto. 2006.

## Anexos

## 1. Cartas

PC 4994

Rio, 23-2-1935.

D. José,

Tenho em mãos, afinal, uma carta sua, que responde com muito prazer. Quanto ao caso do inventário, o cartório em perfeita ordem e eu agi sempre com pontualidade e solicitude. A demora é devida ao processo forense em que V. não pensou, quando me incumbiu do assumpto: pois havia fazer tudo, nova praça, pagamento de impostos para a quitação e conclusão de escriptura, recolhimento da importância, quitação com todas as taxas, julgamento da partilha por sentença, prazo de 10 dias (a sentença saiu a 13 de Fevereiro), etc. Por isso o escrivão Aguiar a meu pedido lhe telegraphou, para V. poder prevenir os herdeiros acerca da demora, inevitável. Mandarei o dinheiro provavelmente na semana entrante.

Agradeço-lhe as informações relativas á eleição. Tenho, desde que Innocencio se foi, deixando-nos saudades, meditado muito a respeito. O Código Eleitoral permittiu essa cousa extraordinária, de classificar os adversarios dentro das fileiras contrarias; e - foi o meu caso - permittiu até que os adversarios confirmassem o diploma aos eleitos em 2º turno. Aberrações estranhas e pelas quizes irão para a Camara, em nosso logar, os predilectos do alto poder seleccionador... Enaltece-me, sim, o motivo invocado para a minha exclusão á ultima hora: a intransigente lealdade que caracterizou a minha attitude, e que, esta sobretudo, me recommenda a uma consideração muito especial dos correligionarios e dos homens de bem. Não comprehendo, pois, a insistencia com que ainda se fala em eleger Aloysio, que não foi diplomado, a despeito dos 1.400 votos desentranhados da massa partidária; nem atino com a razão do gesto de Ubaldo, propondo-se a renunciar para fazer subir aquelle companheiro. Só ha, presentemente, um gesto e uma obrigação. É o gesto de renuncia dos que foram eleitos sem direito disto, e a obrigação da Concentração de dar aos que tiveram os diplomas sacrificados a homenagem de alguma demarche naquelle sentido. Isto mesmo é o nosso pensamento, e Innocencio devia lhe ter transmittido essa opinião, que não é apenas minha, muito ao contrario. Não renunciei a coisa alguma. Preciso e obtive, desde que na eu não me desdo que tudo nos negam, desde que na boa e ra má hora não nos perdão e que somos, valentes ou apparentamos ser, pelo menos reconhecemos a dignidade a que aspiramos, e que constitue um padrão inalienavel, intangivel. A Concentração desmoralizar-se á aceitando a farsa de "estatu quo"; mas, infelizmente, vejo que a farsa é que prevalece, e por isso não escendo a V., na intimidade que lhe devo, quanto estou melindrado. Imagine que, a vespresa do resultado final, e quando tudo indicava que eu seria deputado (não feito pelo governo, porém pago pelo governo) lavrava uma conspiração contra a minha candidatura e as indisposições mais flagrantas se articulavam contra o meu diploma. Então não me reconhecem, os chefes da campanha, ao meu idealismo e ao nosso exite, como não quizeram reconhecer a V. todos os predilectos que deixam muito longe os meus - o direito de usufruir uma situação legitima e honrosamente ganha, afluindo o gume das suas armas no pretexto dos votos do governo, quando, de facto, a grande victim é a familia, e em ultima analyse o nosso querido chefe e amigo, a quem não perdão a impressionante demonstração de prestigio dada por V. e por Innocencio?! Mas enganam-se. Abri os olhos. São de S. Clemente ufano do meu procedimento e estimulado para adoptar na vida a conducta mais consentanea com as minhas inspirações de indefectivel sinceridade e atives, cujas o que custar.

Sei que V. pensa como eu e terá a bondade de apprear-me a energia, que constabe uma reacção do meu espirito ás injustiças de que se tece a politica da nossa terra repetindo erros velhos e enraizados.

Vamos agora aguardar os recursos. Mande as suas instrucções para a acção que deva desenvolver. Um vasto abraço a Innocencio. Lembranças nossas. Stella, Arnaldo Pereira seguirá para ali na 3ª feira; hontem ouviu instrucções positivas do Dr. Miguel; será carta viva. Abraços de

Carta 1 - Carta de Pedro Calmon a José Wanderley Pinho. 23/02/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon 64\_4994.



Bahia, 27 de março de 1935

Querida filha Hermínia

Estaja alerta sobre o que se possa dar com Pedrinho, pois os nossos parentes o Benício (Inocência) ainda furiosa pela derrota do senhadado Pe Pinho, e por Pedrinho não querer renunciar a 1ª suplência a deputado com o Pe Pinho. Lembremos também que o Dr Barros Barreto que agora anda intimo do Juracy, pelo mesmo assim se faz, foi quem affirmou ao Juracy que Pedrinho certamente havia de renunciar o cargo de Deputado em favor do Pe Pinho, que entao o Juracy mandou descorrigar votos em favor do Lemos Brito, que tambem esta agora intimo do Juracy. Veja vós só quanta bandalheira fizeram ao para se elevarem, e rebaixarem meu pobre Pedrinho. O abnaldo esteve outro vez aqui ante-hierem, e nos disse que a familia Calmon mandou o por olliqual, teve abnaldo em quatro alturas na fregia de S. Francisco, poron com

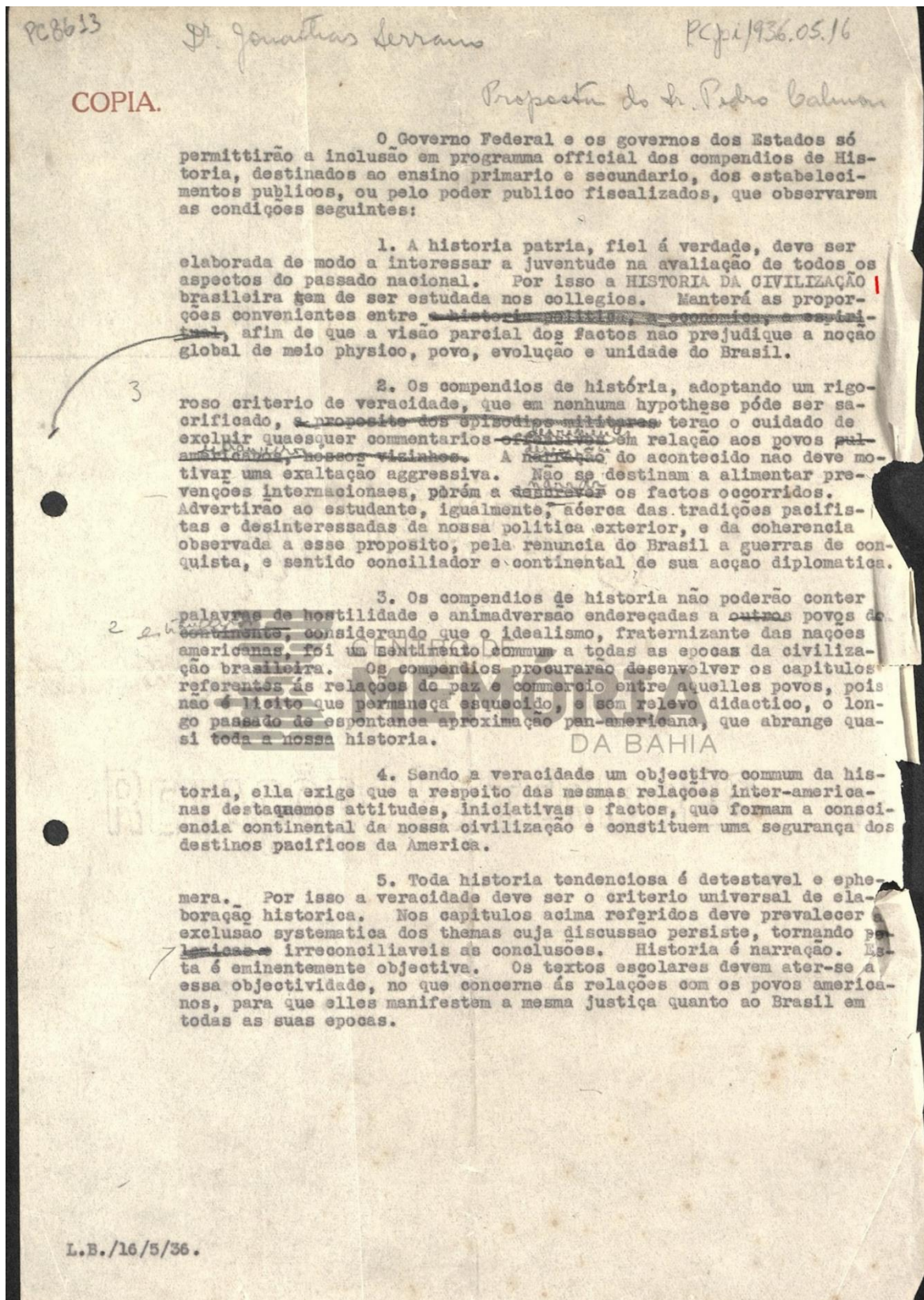
Carta 2- Carta de Maria Romana a Pedro Calmon. 27/03/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 1255. p.1.

que ia ter outra entrevista com o  
 Juracy. O Arnaldo esta com muita  
 esperança ainda que Pedrinho ainda  
 tenha a ser Deputado, elle nos disse  
 que podia ser que o Juracy ainda  
 figure justica a Pedrinho annullando  
 as ultimas eleições de 4<sup>ta</sup> Maria  
 pois <sup>esta que</sup> as urnas chegaram abertas.  
 Quem sabe? O Sr. Dinho e Inno-  
 cencio estão empenhados que se  
 annulem <sup>estes</sup> de 5<sup>to</sup> municipio, que e  
 para o Sr. Dinho ser contemplado  
 porque estava abaixo de Pedrinho em  
 4<sup>to</sup> lugar, mais e impossivel que  
 consigam tal, mesmo porque o Sr.  
 Dinho muito fallou do <sup>tribunal</sup> Tribunal  
 Electoral, este soube de tudo, e por  
 isso odia-o, e porisso foi que o removeu  
 para 4<sup>ta</sup> Maria da Victoria muito longe  
 d'aqui. Confian, minha filha como  
 elles foram derrotados, tambem  
 derubaram o nosso Pedrinho, mais Deus  
 e grande, agora e que vimos todo o  
 samalhamento dos meus parentes contra  
 meu pobre filho. Lembre-se que da  
 1<sup>ra</sup> vez Pedrinho foi obrigado por nossos  
 parentes inimigos a pedir o lugar de Deputado  
 Federal a' Mano Calmon (o Pai do Brigueiro)  
 agora, pela segunda vez, o querem outra vez  
 Calmonizar! Deito mais que o Inimigo

Carta 2- Carta de Maria Romana a Pedro Calmon. 27/03/1935. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 1255. p.2.



## 1.2 Projeto



Projeto escrito por Pedro Calmon para Jonatas Serrano. 16/05/1936. Fundação Pedro Calmon/Centro de Memória da Bahia. Arquivo Pedro Calmon. 8613. p.1.

## 2. Bibliografias usadas na trilogia História Social do Brasil

### 2.1. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Colonial

- ABRANTÉS (Duchesse d') – Souvenirs d'une ambassade, Paris, 1837.
- ACCIOLI (Inacio) – Memórias Históricas e Políticas, ed. B. do Amaral.
- AFONSO (Gaspar) – História Trágico-Marítima, Lisboa, 1736.
- ALBERDI (J. B.) – Las Bases, ed. de 1915; Elementos del Derecho Publico, Besançon, 1856.
- ALMEIDA OLIVEIRA – O Ensino Público, Maranhão, 1874.
- ALCÂNTARA MACHADO – Vida e Morte do Bandeirante, S. Paulo, 1929.
- ANCHIETA – Cartas. Edição da Academia. Anot. de Afrânio Peixoto e Antonio Alcântara Machado.
- Anais da Bibl. Nac., vols. 31, 37, 39, 43.
- Anais do Museu Paulista, IV, V e VI.
- ANTONIL – Cultura e Opulência do Brasil. Ed. Taunay.
- ARAXÁ (Visconde de) – Reminiscências e Fantasias, Vassouras, 1883.
- Autos de correições dos ouvidores do Rio, ed. da Prefeitura, 1931.
- BARRETO (Tobias) – Ensaio e Estudos, 2ª ed.
- BARROSO (Gustavo) – Terra do Sol, 3ª ed.; Aquém da Atlântida, S. Paulo, 1931; Almas de lama e de aço, S. Paulo.
- BAUZÁ (Francisco) – Hist. de la dominacion española en el Uruguay. Montevideu, 1895.
- BEIRÃO (Caetano) – D. Maria I, Lisboa, 1934.
- BHERING (Mario) – An. da Bibl. Nac., v. 43.
- BENSAUDE (Joaquim) – Origines du plan des Indes.
- BLANCO FOMBONA – Los Conquistadores. Madrid, 1922.
- BONIFÁCIO (José) – Repres. à Assembleia Constituinte, Paris, 1825.
- BOTELHO DE OLIVEIRA – Música de Parnasso, ed. da Academia.
- BRANDÃO (Tomaz) – Marília de Dirceu, B. Horizonte, 1932.
- BORDEAU (L) – Hist. de l'habillement et de la parure, Paris, 1904.
- BRAGA (Teófilo) – Os Arcades, Porto, 1918.
- BRITO ARANHA – Memórias histórico-estatísticas, Lisboa, 1871.
- BRITO FREIRE – Hist. da Guerra Brasílica, Lisboa, 1676.
- BROSSARD (A. de) – Considérations hist. et pol. sur les Rep. de la Plata, Paris, 1850.
- BRUNHES & VALLAUX – La Géographie de l'Histoire, Paris, 1914.
- CABARRU,S (Conde) – Cartas, Madrid, 1922.
- CABRAL (P. Luiz G.) – Os Jesuítas no Brasil, S. Paulo.
- CALADO (P. Manuel) – O Valeroso Lucideno.
- CALDERON (J. Gonzalez) – Derecho Const. Argentino, 2ª ed.
- CALÓGERAS (J. P.) – Formação do Brasil, Rio, 1931; A Política Exterior do Império, Rio, 1928.
- CALHOUN (A. W.) – A Social Hist. of Amer. Family, Cleveland, 1918.
- CALMON (Góes) – Vida Econômico-financeira da Bahia, Bahia, 1925.
- CALMON (Miguel) – Fatos Econômicos, Rio, 1913.
- CALMON (Pedro) – História da Civilização Brasileira, São Paulo, 1933; O crime de Antonio Vieira, ed. da Comp. Melh. de S. Paulo; A Conquista, Rio, 1929; Perf. às Obras de Gregório de Matos, VI ed. da Acad.; Anot. a Sermões Patrióticos de Vieira, Rio, 1934.



- CAMPOS (Humberto de) – Crítica, 2ª série.
- CAMPOS (Agostinho de) – Casa de Pais, Lisboa, 1919.
- CARCANO (Ramon J.) – De Caseros al 11 de Septiembre, B. Aires, 1933.
- CAMILLO C. BRANCO – Perfil do Marquês de Pombal.
- CARNEIRO (Levi) – Rev. do Inst. Hist., 1º Cong. de Hist., t, III.
- CARVALHO (Alfredo de) – Estudos Pernambucanos.
- CAPISTRANO DE ABREU – O Descobrimento do Brasil, Ensaios e Estudos e Capítulos de História Colonial (ed. da Soc. Capistrano). Denúncias e Confissões da Bahia (ed. de 1922). Notas à Hist. Ger. de Varnhagen, t. I.
- CARDIM (P. Fernão) – Tratados da terra e gente, ed. de R. Garcia.
- CHATEAUBRIAND – O Gênio do Cristianismo, trad. de Camillo.
- CASTRO NUNES – Do Estado Federado, Rio, 1920.
- CHAVES (A. J. Gonçalves) – Memórias econômico-políticas, 2ª ed.
- COMPAIRÉ (G.) – Hist. de la Pédagogie, Paris, 1911; Nouveau Dict. de Pédagogie, Paris, 1911.
- CORRÊA FILHO (Virgílio) – Notas à margem, S. Paulo, 1924.
- CUNHA (Euclides da) – Contrastes e Confrontos.
- DANTAS (Júlio) – O Amor em Portugal no séc. XVIII.
- DAWSON (Warrington) – Le nègre aux États-Unis. Paris, 1912.
- DELAFOSSÉ (Maurice) – Les Noirs de l'Afrique, Paris, 1922.
- DENIKER (J.) – Les Races etc., Paris, 1900.
- Documentos Históricos.
- DUGAY-TROUIN – Mémoires. Amsterdam, 1756.
- DUTERTRE – Hist. des Antilles.
- DMUNDO (Luiz) – O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis, Rio, 1932.
- EINCH (Earl) – Les effets du mélange des races, Londres, 1911.
- ÉVREUX (Yves d') – Voyage dans le nord du Brésil, Leipzig, 1864.
- FARIA (Alberto de) – Mauá, Rio, 1926.
- FEO E TORRES – História de Angola, Paris, 1821.
- FEU DE CARVALHO – Rev. do Arq. Públ. Mineiro; Ementário de História Mineira.
- FIGUEIREDO (Fidelino) – Estudos de Hist. Americana, São Paulo.
- FONSECA (P. Manuel) – Vida do Ven. P. Belchior de Pontes, ed. da Comp. Melh. de S. Paulo.
- FORTES (Borges) – Casais, Porto Alegre, 1932.
- FORTOUL (José Gil) – El Hombre y la Historia, Madrid.
- FRÉZIER – Relation de la voyage de la mer du sud, Paris, 1716.
- FREYRE (Gilberto) – Casa-Grande & Senzala, Rio, 1934.
- GARCIA (Rodolfo) – Denúncias de Pernambuco, S. Paulo, 1929; Anot. à Hist. Ger. de Varnhagen, vols. I a IV; Anot. a Cardim, Tratados, e Diálogos das Grandezas, ed. da Academia, etc.
- GARRETT – Viagens na minha terra.
- GONZAGA – Marília de Dirceu.
- GRAHAM – Journal of Brazil.
- GUEUX (Fr.) – Hist. de l'instruction, Lausanne, 1906.
- GUIMARÃES (Argeu) – Os judeus portugueses, Journal de la Soc. des Amér., XVIII.
- HANDELMANN – História do Brasil, ed. do Inst. Hist.
- HENDERSON (James) – A History of Brazil, London, 1821.
- HERCULANO (Alexandre) – História de Portugal, Lisboa, 1853.
- HURE (Comte de la) – L'Empire du Brésil, Paris, 1862.
- INGENIEROS – La Evolucion de las ideas argentinas, B. Aires, 1918.
- JABOTÃO (Frei) – Catálogo Genealógico. Rev. do Inst. Hist., t. 52,

- JÚLIO (Silvio) – Fundamentos da Poesia Brasileira, Rio, 1930.
- KOSTER (Henry) – Voyages dans la partie septentrionale du Brésil.
- LA BARBINNAIS – Nouveau voyage autour du monde, Paris, 1717.
- LAMEGO (Alberto) – A Terra Goitacá, Bruxelles, 1925.
- LAMEGO FILHO (Alberto) – A planície do solar e da senzala, Rio, 1934.
- LAVAL (Pyrard de) – Voyage etc., Paris, 1615.
- LAVRADIO (Marquês de) – Rev. do Inst. Hist., t. VI.
- LEITE (P. Serafim) – Art. do Jornal do Comércio, 1934.
- LIMA (Oliveira) – D. João VI no Brasil, Rio, 1908; Notas à Hist. da Rev. de 1817; e La Formation Hist. de la Nat. Brésilienne, Paris.
- LIMA JÚNIOR (Augusto de) – Visões do Passado; Mariana.
- LISBOA (João Francisco) – Obras, Maranhão, 1865.
- LISBOA (José da Silva) – An. da Bibl. Nac., v. 32.
- LOBO DA SILVA (A.) – An. do Museu Nacional, XXX.
- LORETTO COUTO – Desagravos do Brasil.
- LÚCIO D'AZEVEDO (J.) – Rev. do Inst. Hist., v. 78.
- MAGALHÃES (Basílio de) – Rev. do Inst. de S. Paulo, XVIII.
- MALHEIRO DIAS – História da Colonização Portuguesa.
- MACEDO (Ignacio José) – Considerações etc., Lisboa, 1834.
- MADUREIRA (Padre) – A Liberdade dos Índios, Rio, 1929.
- MARTINS (Oliveira) – História de Portugal, ed. de 1908.
- MARTINS (R.) – Ilex-Mate, Curitiba, 1926.
- MARTIUS (Von) – Através da Bahia, ed. de Pirajá da Silva.
- MATOS (Gregório de) – Obras Completas, ed. da Academia.
- MAWE (John) – Voyages dans l'interieur du Brésil, Paris, 1816.
- MARQUES (P. Simonem) – Brasília Pontifícia, Lisboa, 1749.
- MAUNIER – Fonction économique de villes, Paris, 1910.
- MELLO (D. Francisco Manoel) – Apólogos Dialogais, ed. de 1900.
- Mémoires de Sebastien Joseph de Carvalho et Mello, Paris, 1784.
- MENDES DOS REMÉDIOS – Hist. da Literatura Port., Lisboa, 1923.
- MENDONÇA (Renato) – A influência africana no port. do Brasil, Rio, 1933.
- MÉTRAUX (A.) – La Civil. mater. des tribus tupi-guarani, – Paris, 1928.
- MONIZ (Egas) – Problemas de Educação Nacional, Bahia, 1924.
- MONTÉMONT (Albert) – Voyages antour du monde, Paris, 1857.
- MOLINA ENRIQUEZ – La revolucion agraria en Mexico, México, 1932.
- MONTESQUIEU – L'esprit des lois.
- MONTEIRO (Tobias) – História do Império, Rio, 1926.
- MOREIRA GUIMARÃES – Rev. do Inst. Hist., 1º Cong. de Hist., t. III.
- NABUCO (Joaquim) – Um Estadista do Império, Paris, 1898.
- NINA RODRIGUES – As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil, Rio, 1933.
- NITTI (F.) – Problemas Contemporâneos, S. Paulo, 1933.
- NÓBREGA (P.) – Cartas do Brasil. Ed. da Academia.
- NORONHA (Eduardo de) – Pina Manique, Lisboa, 1923.
- NOVÁS CALVO – Pedro Blanco el Negrero, Madrid, 1933.
- OCTAVIO (Rodrigo) – Felisberto Caldeira, Rio, 1921.
- ORBIGNY (D') – Voyage dans les deux Amériques, Paris, 1836.
- PADUA (Saturnino de) – Moedas brasileiras, Rio, 1928.
- PAIVA MANSO (Visconde de) – História do Congo, Lisboa, 1877.
- PAIX (Prime de la) – Mémoires, Bruxelles, 1837.
- PARRA-PÉREZ – El regimen espanol en Venezuela, Madrid, 1932.

- PEIXOTO (Afrânio) – Ensaios Camonianos, Coimbra, 1932; Sinhazinha (romance), S. Paulo.
- PEREIRA (Leopoldo) – S. Paulo nos tempos coloniais, São Paulo, 1922.
- PINHO (Wanderley) – Convento do Desterro.
- PIZARRO E ARAÚJO – Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Rio, 1822.
- POUCEL (Benjamin) – Des émigrations européennes dans l'Amer. du Sud, 1850.
- PRADO (Eduardo) – Conferências anchietanas.
- PRADO (Paulo) – Paulística, S. Paulo, 1926.
- PORTO CARRERO (J. P.) – Psicanálise de uma Civilização, Rio, 1933.
- QUATREFAGES – L'Espèce humaine.
- QUELLE (Otto) – Rev. do Inst. Hist. da Bahia, n. 59.
- QUERINO (Manoel) – A raça africana no Brasil, Bahia, 1917. Relação do festim etc., Bahia, 1817.
- Rev. do Inst. Hist.
- Rev. Nac. de Educ.
- RIBEYROLLES (Charles) – Brasil Pitoresco, Rio, 1859.
- RICHARDERIE (De la) – Bibl. Univers. des voyages, Paris, 1808.
- RIBEIRO (João) – A Liga Nacional, Rio, 1933,
- RIO BRANCO (Visconde do) – Discursos, Rio, 1872.
- RODÓ – Cinco Ensaios.
- RODRIGUES DE BRITO – Cartas econômico-políticas, 2ª ed.
- ROMERO (Silvio) – Estudos Sociais, Lisboa, 1912.
- ROQUETTE PINTO – An. do Museu Nacional, XXX.
- SAINT-HILAIRE – Voyages – Rio de Janeiro et Minas, Paris, 1830; Voyage dans le district des diamants; Viagem no Paraná, trad. de D. Carneiro, Curitiba, 1931.
- SAMPAIO (Teodoro) – O tupi na geografia nacional, 2ª ed.
- SALVADOR (Frei Vicente) – História do Brasil, 3ª ed.
- SANTOS (J. Felício) – Memórias do Distrito Diamantino, 2ª ed.
- SARMIENTO (Domingo) – Facundo.
- SATINEAU – Histoire de la Guadeloupe, Paris, 1921.
- SEILLIÈRE (Ernest) – Le Péril Mystique; e Les origines romanesques de la morale et de la politique, Paris, 1921.
- SIEGFRIED (A.) – Amérique Latino, Paris, 1934.
- SIERRA Y MARISCAL – An. da Bibl. Nac., v. 34.
- SILVA CAMPOS – Tradições Baianas, Bahia, 1930.
- SOUZA NUNES (F. J.) – Discursos políticos sociais, ed. da Academia.
- SOUZA VITERBO – Artes e artistas em Portugal, Lisboa, 1892.
- SOARES (Gabriel) – Roteiro do Brasil, ed. Varnhagen.
- SOUTHEY – História do Brasil.
- STUDART – Notas para a História do Ceará; Lisboa, 1892.
- STADEN (Hans) – Viagem ao Brasil, ed. da Academia.
- TAQUES (Pedro) – Nobiliarquia, ed. Taunay.
- TAUNAY (Afonso d'E.) – Hist. Geral das Bandeiras Paulistas; S. Paulo nos primeiros anos, Tours, 1920; Na Era das Bandeiras, S. Paulo, 1922; História Seiscentista de S. Paulo; Na Bahia de D. João VI, Bahia, 1928; Rev. do Inst. Hist., v. 144; Visitantes do Brasil Colonial, S. Paulo, 1934.
- TAUNAY (H.) & Denis – Le Brésil, Paris, 1822.
- TOLLENARE – Notas Dominicais, trad. de A. de Carvalho.
- VALLEMONT (Abate) – Gli elementi della Storia, Veneza, 1738.
- VAMPRE (Spencer) – Mem. para a hist. da Academia de São Paulo, S. Paulo, 1924.
- VARNHAGEN – História Geral do Brasil, 3ª ed. integral.

VASCONCELLOS (Diogo de) – Hist. Antiga de Minas, B. Horizonte, 1904.  
 VIANNA (Oliveira) – Populações Meridionais, 3ª ed.  
 VIDE (D. Sebastião Monteiro da) – Soror Vitória da Encarnação, Lisboa, 1725.  
 VIEIRA – Cartas, ed. de 1886; Sermões.  
 VILHENA – Cartas Soteropolitanas, ed. B. do Amaral.  
 WARDEN (David B.) – Hist. de l'Empire du Brésil, 1830.  
 INÉDITOS: Códice Galvêas (Bibl. Nac.); Códice Sabugosa (Inst. Hist.), Regimento Mariz (Bibl. Nac.), etc.

## 2.2. História Social do Brasil – Espírito da Sociedade Imperial

Alcide d'Orbiguy, Voyage pittoresque dans les deux Amériques, p. 183.  
 Miguel Calmon (Abrantes), Memoria sobre o estabelecimento d'uma Companhia de Colonização nesta Província, oferecida aos baianos, p. 5, Bahia, 1835.  
 A. D. de Pascual, op. cit., II, 76.  
 A. de Queiroz, O Senador José Bento, p. 79, Belo Horizonte, 1933.  
 A. Rangel, op. cit., p. 98.  
 A. Taunay, No Brasil de 1840, p. 52.  
 Abrantes, Memoria sobre os meios de promover a colonização, p. 12, Bahia, 1846 (2ª ed., 1926),.  
 Accioli, Memoria Hist. e Pol. da Prov. da Baía, ed. de B. do Amaral, IV, 246.  
 Afonso Arinos, Historias e Paisagens, p. 166, Rio, 1921.  
 .  
 Afonso Celso, Oito Anos de Parlamento, nova edição, p. 20.  
 Afonso d'E. Taunay, 'Aspectos fluminenses de 1844', art. do Jornal do Comercio, 22 de novembro de 1931.  
 Afonso Taunay, No Brasil de 1840, 48.  
 Afranio Peixoto, in O Café no 2.º Centenario, I, 54, Rio, 1934.  
 Afranio Peixoto, Noções de Historia da Literatura Brasileira, p. 246, Rio, 1931.  
 Afrânio Peixoto, Um século de cultura sanitaria, p. 40, S. Paulo, 1922.  
 Alberto de Faria, Mauá, p. 296, Rio, 1926.  
 Carta de Lamas a Paulino, minuta no arquivo de Lamas. Arquivo Nacional del Uruguay, Montevideu, caixa 110, onde o consultamos. (Inéd.).  
 Carta de Lamas a Paulino, minuta no arquivo de Lamas. Arquivo Nacional del Uruguay, Montevideu, caixa 110, onde o consultamos. (Inéd.).  
 Calógeras, Política Exterior do Império, III, 576, S. Paulo, 1933.  
 Alberto Rangel, Textos e Pretextos, p. 50, Tours, 1926.  
 Album Semanal, Rio, Nov. de 1851.  
 Alencar, Cinco Minutos, p. 55, 6.ª ed. Garnier.  
 Alfredo Valadão, Contribuições para a biografia de D. Pedro II, p. 238.  
 Amaro Cavalcante, Resenha financeira, p. 76.  
 Americus, Cartas Politicas, II, 168, Londres, 1825.  
 An. da 1.ª Conf. Alg., II, 74 (Estudo de William Coelho de Souza).  
 Anais da 1ª Conferência Algodoeira, I, 412. S. Paulo.  
 Anais do Arquivo Nacional, XIX, 121. (Conde de Colobiano).  
 Anais do Arquivo Nacional, XVII, 157.  
 André Rebouças, Agricultura Nacional, p. 280.  
 Anton Zischka, A Guerra secreta pelo algodão, trad. de O. Krausne e E. Verissimo, p. 58, Porto Alegre, 1936.

- Archivo del General Juan A. Lavalleja, publicado por el Archivo General de la Nación, p. 124, Montevideo, 1935.
- Armitage, 2.<sup>a</sup> ed., cit., p. 286.
- Arq. Lamas, caixa 110, Arch. Nac. del Uruguay (inédito).
- As Farpas (Uma Campanha Alegre), II, 97, Lisboa, 1891.
- Assim aconselhara Virgílio: antes de arrotear a 'incógnita campanha' cumpria consultar 'os graves avós'... As Georgicas, trad. de A. F. de Castilho, anot. de Otoniel Mota, p. 12, S. Paulo, 1930.
- Ataliba Nogueira, Um inventor brasileiro, p. 63, S. Paulo, 1934.
- Através da Bahia, trad. de Pirajá da Silva, 2.<sup>a</sup> ed., p. 99, Bahia, 1928.
- Augustin Cochin, L'Abolition de l'esclavage, II, 311. Paris, 1861.
- Augusto Emilio Zaluar, Peregrinação Pela Província de S. Paulo, 1860-1861, p. 9, Rio, 1862.
- Batista Pereira, O Brasil e a Raça, p. 89, S. Paulo, 1928.
- Bocage, As Plantas, p. X, Lisboa, 1801.
- Braz do Amaral, Historia da Bahia do Império á República, p. 123, Bahia, 1923.
- Calógeras, Formação Historica do Brasil, p. 376, Rio, 1930.
- Camilo, Autobiografia (coordenada por Tavares Proença), p. 10, Coimbra, 1905.
- Camilo, Memórias do Bispo do Porto, p. 68.
- Campos Sales, Discursos, I, 99, Rio, 1902.
- Candido Mota Filho, Uma Grande Vida, p. 49, S. Paulo, 1931.
- Capistrano de Abreu, Ensaio e Estudos, p. 68, Rio, 1932.
- Carlos Ibarguren, Juan Manuel Rosas, p. 336, Buenos Aires 1833, e Saldias, La Evolución Argentina.
- Carlos Ibarguren, En la Penumbra de la Historia Argentina, p. 91, Buenos Aires 1932.
- Carta aos eleitores de Minas Gerais, p. 50, 2.<sup>a</sup> ed.
- Carta de Alvear a Lavalleja, 8 de fevereiro de 1827, 'Archivo del General Lavanda', p. 238, passim.
- Carta de Aranda a Guido, ms. no arquivo citado. (Inéd.). Reforma esta documentação a narrativa conhecida, v. g., Vicente G. Quesada, Historia Diplomática Latino-Americana, II, 162, Buenos Aires 1919.
- Carta de Aranda ao general Guido, 13 de janeiro de 1842, arq. cit. (Inéd.).
- Carta de Olinda a Guido, arq. deste, ano de 1849, inéd.
- Carta de Dorrego a Lavalleja, 15 de julho de 1826, Archivo del General Juan A. Lavalleja, publ. por Angel H. Vidal, p. 164. Montevideo, 1935.
- Carta de Guido a Aranda, de 18 de abril de 1843, arq. do general Guido, ano de 1843, ms. no Archivo General de la Nación Argentina, Buenos Aires, onde o consultamos. (Inédito).
- Carta de Guido a Olinda, 9 de outubro de 1849: 'Apenas libre de una penosa sorpresa por la inesperada demision solicitada por V. E'.... (Arq. de Guido, ms., inéd.).
- Carta de Manuel Herrera y Obes ao general Garzon, 28 de agosto de 1851, in artigo de Don Eugênio Garzón, La Mañana, Montevideo, 4 noviembre 1836.
- Carta de Mauá, a Andres Lamas, 5 de abril de 1852, arq. Lamas, caixa 111, Arch. Nac. del Uruguay (inédito).
- Carta de Paulino a Lamas, 1853, arq. cit
- Carta de Vahia Monteiro, 1726; An. do Arquivo Nac., XV, 76.
- Carta regia, de 18 de junho de 1725, Anais do Arquivo Nacional, XV, 76.
- Carta, do arquivo do marquês de Abrantes, ms., inéd.
- Cartas Soteropolitanas, I, 139.
- Cartas, de Erasmo; e visconde de Taunay, Reminiscencias, p. 100.
- Castro Nunes, Do Estado Federado, p. 66, Rio, 1920.
- Catálogo nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. A Inconfidencia Mineira, I, Rio, 1936.

- Ch. Darwin, *Voyage d'un naturaliste autour du monde*. p. 24, Paris, 1883.
- Ch. de Launoy et Herman Vander Linden, *Histoire de l'Expansion coloniale des peuples européens - Portugal et Espagne*, p. 244, Bruxelas, 1907.
- Ch. Expilly, *Mulheres e costumes do Brasil*, tradução e notas de Gastão Penalva, p. 148, S. Coelho da Rocha, *Instituições de Direito Civil Português*, II, pp. 701-2, Coimbra, 1852.
- Comte de Franqueville, *Le Gouvernement et le parlement britannique*, III, 545.
- Comte de la Hure, *L'Empire du Brésil*, p. 188, Paris, 1862.
- Conego José Antonio Marinho, *Historia do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na provincia de Minas Gerais*, p. 50, Rio, 1844.
- Constantino do Amaral Tavares, *São Gregorio (Drama)*, p. II, Bahia, 1859.
- Consultas do Conselho de Estado (coligidas por J. J. Medeiros e Albuquerque), p. 59, Rio, 1888.
- Contos cariocas, livro póstumo, p. 62, Rio, 1926.
- Cristiano B. Ottoni, *O Advento da República*, p. 114, Rio, 1890.
- Cunha Vasco, *A indústria do algodão no Brasil*, p. 11, Rio, 1905. Repetir-se-ia animação semelhante à de 1862, somente em 1933-36, alcançando neste ano a exportação algodoeira 700 mil contos, apenas ultrapassada, em valor, pela do café.
- Daniel de Carvalho, *O Café no 2.º centenario*, II, 581.
- Daniel Pedro Muller, *Ensaio dum Quadro estatístico da Província de S. Paulo*.
- Dénis, cf. Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 154.
- Denis, *Le Brésil*, p. 123. interessante carta do cônsul suíço na Bahia, in nota do visconde de Abrantes, *Memoria sobre meios de promover a colonização*, p. 49.
- Denis, op. cit., p. 132; Th. Ewbank, *Brazil*, p. 96, London, 1856.
- Desde 1857, Benjamin Constant foi positivista, Teixeira Mendes, *As Agitações Politicas*, p. 63, Rio, 1922; Miguel Lemos declarou-se em 1875.
- Desembargador Joaquim Rodrigues de Sousa, *Análise e Comentario da Constituição Política do Império do Brasil*, p. 60, S. Luiz, 1867.
- Deux années au Brésil, p. 83, Paris, 1862.
- Dialogos das Grandezas do Brasil, edição de Rodolfo Garcia, p. 33, Rio, 1930.
- Diario do ten. cor. Landulfo da Rocha Medrado, 1865-67, que publicamos no *Jornal do Comercio*, Rio, 1928. 'Le passage de l'Ernpereur est partout une bonne chose: il trouve toujours moyen, par un mot dit a propos, de faire rèformer ou activer ceci ou cela' - escreveu o conde d'Eu. (Alberto Rangel, op. cit., p. 117).
- Discours parlementaires de M. Thiers, publiés par M. Calmon, X, 621, Paris, 1881.
- Pelhan Horton Box, *Las Origenes de la Guerra del Paraguay*, p. 23, trad. de Pablo Ynsfran, Assunção 1936.
- J. P. Calógeras, *A Política Exterior do Império*, III, 575, S. Paulo 1933.
- Doc. cit., em nossa *Historia da Civilização Brasileira*, p. 201.
- E. Roquette Pinto, *Rondonia*, 3.<sup>a</sup> edição, p. 153.
- Eduardo Acevedo, *Anales Históricas del Uruguay*, III, 107, Montevideu 1933.
- Elisee Reclus, *Estados Unidos do Brasil*, trad. de Ramiz Galvão, p. 419, Rio, 1900.
- Max Fleiuss, *Historia da cidade do Rio de Janeiro*, p. 188, S. Paulo.
- Ruy, *Mocidade e Exílio*, edição de Americo Lacombe, p. 129).
- Jonatas Serrano, in *À Margem da Historia da República*, p. 85, Rio, 1922).
- Consultor Jurídico, p. 273, Rio, 1862; amo e caixeiro ao mesmo tempo (av. de 1848)...
- Emerson, carta a Carlyle, 1864, *Correspondance*, p. 290, trad. de Lepointe, Paris, 1912.
- Emmanuel Liais, *Climat, geologie, faune et géographie du Brésil*, p. 632, Paris, 1872.
- Fletcher e Kidder a capoeira, op. cit., p. 137.
- Ernesto G. Quesada, *Mis Memorias Diplomaticas*, p. 81.
- Escragnolle Dorea, *Cousas do Passado*, p. 12, Rio 1909.
- Estatistica do Comercio Maritimo do Brasil, 1849-701 por Sebastião Ferreira Soares.

- Eugênio Rodriguez, *A Viagem da Imperatriz*, trad. de Gastão Penalva, p. 53, Rio, 1936.
- Evaristo de Moraes, *A Escravidão africana no Brasil*, p. 151, S. Paulo, 1933.
- Evaristo de Moraes, *Da Monarquia para a República* p. 75.
- Exemplo de imensas fortunas de negreiros, temos a do comendador Manoel Pinto da Fonseca, expulso do Brasil, e, em Portugal, 'a quem o mundo apelidava o Monte Cristo'... Josefina Neville, *Memoria da minha Vida*, p. 60, Lisboa, 1864.
- F. Biard, *Deux années au Brésil*, p. 44, Paris, 1862.
- F. de Souza Lobo, *S. Paulo na Federação*, p. 118.
- F. L. d'Abreu Medeiros, *Curiosidades Brasileiras*, 1ª parte, p. 20, Rio, 1864.
- Fairbanks, cit. por José Ferrari, *Engenheira*, I, 196, Bahia, 1853.
- Faria, op. cit., p. 136.
- Ferdinand Denis, *Brésil*, p. 129, Paris, 1837.
- Fernando Osorio, *Historia do General Osorio*, I, p. 422, Rio, 1894.
- Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Historia Americana*, p. 130, S. Paulo.
- Francisco Ferreira Viana, *Memoria sobre o Estado da Baía*, p. 240, Bahia, 1831.
- Francisco Negrão e Altamirano Pereira, *A Viagem de D. Pedro II pelo Paraná*, p. 79, Curitiba, 1925.
- Frei Francisco de N. S. dos Prazeres, 'Poranduba Maranhense', *Rev. do Inst. Hist.*, tomo LIV, p. 138.
- G. A. Cruwell and A. Scott Blacklaw, *Brazil as a coffee-growing country*, p. 15, Colombo, 1878.
- George Gardner, *Travels in the interior of Brazil*, p. 8, London, 1846; *Rev. do Inst. Hist.*, III, 79, not.
- Georges Weill, *Histoire des États Unis, de 1785 à 1917*, p. 121, Paris, 1919.
- Gerstacker's *Travels*, p. 22, London 1854.
- Gileno de Carli, ant. *Anuario Açucareiro*, 1936, p. 14, Rio.
- Gina Lombroso, *La Raçon du Machinisme*, p. 197, Paris, 1931.
- Guglielmo Ferrero, *Le Génie Latin et le Monde Moderne*, p. 140, Paris, 1917.
- H. Steward Chamberlain, *La Genèse Lu XIXme Siècle*, p. 1171, Paris, 1913.
- Handelmann, *Historia do Brasil*, edição do Instituto Histórico, p. 381. (Tradução de Lucia Lenhmeyer).
- Handelmann, *Historia do Brasil*, p. 377.
- Handelmann, op. cit., p. 372.
- Henrique Leão Teixeira, *O Visconde do Cruzeiro*, p. 41, Rio, 1931.
- Hipolyte Taunay et Ferdinand Déreis, *Notice historique et explicative du panorama de Rio de Janeiro*, p. 60, Paris, 1824.
- Historia do Brasil*, trad. de Eugênio Egas, 2.ª ed., nota 34, S. Paulo, 1924.
- Homem de Melo, *A Constituição perante a Historia*, p. 4, Rio, 1863.
- Inacio Accioli, *Memorias Historicas e Politicas da Província da Baía*, IV, 277 (edição Braz do Amaral), Bahia 1933,
- Isaias Alves, *Vida e Obra do barão de Macaubas*, p. 17, Rio, 1936.
- J. Ferreira da Silva, *O Dr. Blumenau*, p. 39, Rio, 1933.
- J. Lucio d'Azevedo, *Epocas de Portugal Economico*, p. 456.
- J. P. Calógeras, *A Política Exterior do Império*, III, 575, S. Paulo 1933.
- James Bryce, *La Démocratie Américaine*, II, 59, Paris, 1902.
- James C. Fletcher and D. P. Kidder, *Brasil and the Brazilians*, pp. 135-6, Boston, 1866.
- João de Matos e Silva, *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*, p. 8, Lisboa 1904.
- Joaquim de Melo, in *O Café no 2.º Centenario*, I, 414, Rio, 1934.
- Joaquim de Melo, in *O café no 2.º centenario*, I, 415, Rio, 1934.
- Joaquim Manoel de Macedo, *Um Passeio no Rio de Janeiro*, I, 26, Rio, 1862.

- Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, p. 216, Rio, 1900.
- Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, I, 115, Paris 1898.
- Joaquim Norberto, *Obras de Alvares de Azevedo*, I, 32, 6.<sup>a</sup> edição.
- John Mawe, *Voyage dans l'intérieur du Brésil*, I, 115, Paris, 1816.
- Jornal do Comercio*, 18 de março de 1852.
- José Antonio Caldas, *Noticia geral de toda esta capitania*, *Revista do Instituto Historico da Bahia*, nº 57, p. 305, (Bahia, 1931).
- José Bonifacio, *Apontamentos para a civilização dos indios bravos do Imperio do Brasil*, Rio, 1823.
- José Carlos de Carvalho, *O Livro da minha Vida*, p. 49, Rio, 1912.
- José de Alencar, *Cartas*, de Erasmo.
- José de Alencar, *Viuvinha*, p. 99, 6.<sup>a</sup> ed. Garnier.
- José de Alencar, *Viuvinha*.
- José Ferrari, *Engenheira*, canto II, p. 59, Bahia, 1853.
- José Pacifico Otero, *Historia del libertador Don José de San Martin*, IV, 153 not., Buenos Aires, 1932.
- Josefina Neuville, *Memoria da Minha Vida*, p. 60, Lisboa, 1864.
- Junqueira Freire, *Inspirações do Claustro*, p. VI, Bahia, 1885.
- Koster, *Travels in Brazil*;
- La Genèse du XIXme Siècle*, p. 387, Paris, 1913.
- Lafayette Silva, *João Caetano e sua época*, p. 110, Rio 1936.
- Las Bases*, p. 67, Buenos Aires, 1915.
- Leopoldo Pereira, *S. Paulo nos tempos Coloniais* (tradução do livro de Saint-Hilaire), p. 188, S. Paulo, 1922.
- Leroy-Beaulieu, *Les Nouvelles Sociétés Anglo-Saxoniennes*, p. 27, Paris, 1907.
- Liberato de Castro Carreira, *Historia Financeira do Brasil*, p. 264, Rio, 1889.
- Life in Brazil*, p. 66.
- M. Fleiuss, *Hist. da cidade*, p. 192.
- Manoel Ferreira da Câmara, *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéos*, p. 14, Lisboa, 1789.
- Manoel Quirino, *O Colono Preto como fator da civilização brasileira*, pp. 30-1, Bahia, 1918.
- Manuel do Amaral, *Memorias de um sargento de milicias*, p. 117.
- Manuel Galvez, *Ezquiú*, Buenos Aires, 1935.
- Marcelino Ferreira Cleto, *Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo*, 25 de outubro de 1782, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 21, p. 195.
- Marechal Cunha Matos, *Rev. do Inst. Hist.* VII, 296.
- Martius, *Através da Bahia*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 87.
- Mawe, *Travels in the interior of Brazil*, p. 215, London, 1812.
- Max Fleiuss, *Historia da cidade do Rio de Janeiro*, p. 188.
- Maxime du Camp, *Paris, ses organes, ses fonctions et sa vie*, v. 87, Paris, 1875.
- Memorias da Viagem de S. S. M. M. I. I. ás Provincias da Baía, etc.*, I, 108, Bahia, 1861.
- Michelet, *La Pologne Martyr*, 1863.
- Miguel Calmon (Abrantes), *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, p. 60.
- Miguel Calmon (Abrantes), *Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização*, p. 7, Bahia, 1835.
- Miguel Calmon (Abrantes), *Relatorio do Conselho de Governo*, 1823, 2.<sup>a</sup> ed., com pref. de P. C., p. 18.
- Miguel Calmon, *Factos Economicos*, p. 197.
- Minha Formação*, p. 218, Paris, 1900.
- Mme. e M. Louis Agassiz, *Voyage au Brésil*, trad. par Felix Vagele, p. 127, Paris, 1869.



- Mocidade e Exílio, pref. e notas de Americo Lacombe, p. 85.
- Monte-Alverne, Obras Oratorias, II, 128, Parte 1885.
- Montesquieu, De l'esprit des lois, livr. IX, ch. II, p. 121
- Moreira Teles, Brasil e Portugal, p. 23, Lisboa, 1914.
- Musica do Parnasso - A Ilha de Maré, edição da Academia Brasileira, p. 188.
- Nestor Victor, Obras Completas de Cruz e Sousa - Poesia, I, 14, Rio, 1923.
- Nina Rodrigues, As Raças Humanas, p. 158, Rio, 1933.
- André Siegfried, Les États Unis d'aujourd'hui, p. 94, Paris, 1928.
- Noronha Santos, Meios de transporte no Rio de Janeiro, III, 12, Rio 1933.
- Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brasil, London, 1820.
- Notices of Brazil, I, 157.
- Notícia dos diplomatas da corte da Rússia, 1843-45, por José Maria do Amaral, Anais do Arquivo Nacional, XIX, 81.
- Lourenço Cayolla, Sciencia de Colonização, II, 11, Lisboa, 1912.
- O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena, p. 95, Rio, 1873. Na Bahia, em 1859, o imperador passou em revista quatro mil homens (Memórias da viagem de S. S. M. M. I. I., etc., I, 26). Em Propriá apresentaram-se-lhe 495 praças da Guarda Nacional... (Op. cit. 1, 77).
- O Maranhão, em 1817, recebeu oito mil africanos. Rev. do Inst. Hist., tomo LIV, p. 140. Em 1847, a Bahia mais de 18 mil, Forth-Rouen, Rev. do Inst. Hist. da Bahia, nº 57, p. 539.
- O Moço Loiro, p. 11, ed. da Comp. Edit. Nac.
- O negro guiné era o aristocrata da escravatura, o cativo das cidades; o bantu, o plebeu, o pária dos campos, o trabalhador das fazendas, das minas, das roças. Veremos as consequências antropológicas e sociais dessa distinção.
- Oliveira Lima, O Império Brasileiro, p. 52.
- Oliveira Lima, O Império Brasileiro, p. 57.
- Oliveira Viana, O Café no 2.º Centenario, II, 518.
- Oliveira Viana, Populações Meridionais do Brasil, 3.ª ed., p. 217.
- G. K. Anton, Le Régime foncier aux colonies, p. 287, Paris, 1904.
- P. Correa Junior, Da corte à fazenda de Santa Fé, Rio, 1870.
- P. José Caieiro, S. J., Os Jesuitas no Brasil e na India (publ. da Academia Brasileira, pref. do P. Cabral), p. 45, Bahia, 1936.
- Pascual, op. cit., p. 64; e depoimento de outro viajante, Rev. do Inst. Hist., III, 90.
- Paulo Prado, Retrato do Brasil, p. 206, S. Paulo 1929.
- Pedro Calmon, A Federação e o Brasil, p. 20, Rio, 1933.
- Pedro Calmon, Hist. da Civ. Bras., 2.º ed., p. 224.
- Pedro Calmon, O Marquês de Abrantes, p. 290. O catolicismo do marquês patenteia-se na capela gótica que tinha ao pé de sua casa, hoje igreja da Piedade, na rua do Marquês de Abrantes; no asilo de Santa Tereza, que desenvolveu, e na conclusão das obras da Santa Casa, cuja provedoria desempenhou, entre 1857 e 65.
- Pedro Calmon, O Marquez de Abrantes, p. 133 Mensagem de Martin Rodriguez à junta de Buenos Aires, 26 de junho de 1821, 'Documentos para la Historia Argentina', t. XIV, 25, Buenos Aires, 1921, Facultad de Filosofia y Letras.
- Pedro Calmon, O Rei do Brasil, p. 150, Rio, 1935.
- Pedro Calmon, O Rei do Brasil, Rio, 1935, e O Rei Cavaleiro, S. Paulo, 1933: aí a bibliografia concernente a este capítulo.
- Pedro Calmon, Vida e Amores de Castro Alves, p. 66, Rio, 1935.
- Pedro Calmon, Vida e amores de Castro Alves, Rio, 1936.
- Pedro Luis, Dispersos, Publ. da Academia Brasileira, p. 202, Rio, 1934.

- Pelhan Horton Box, *Las Origenes de la Guerra del Paraguay*, p. 23, trad. de Pablo Ynsfran, Assunção 1936.
- Pereira da Costa, *Historico*, in *Trabalho da Conferência Açucareira*, p. XXII.
- Pereira da Silva, *Historia do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II*, 2ª ed., Rio.
- Pietro Orsi, *Histoire de l'Italie Moderne*, p. 361, Paris, 1911.
- Pinheiro Guimarães, *Um Voluntario da Patria*, p. 350, Rio 1936.
- Pluto Brasiliensis, p. 177, cit. de Handelmann, op. cit., p. 885.
- Poranduba Maranhense, R. do I. H., t. XLIV, p. 139 not.
- Porto Seguro, *Historia Geral do Brasil*, 3.ª ed. integral, IV, 346.
- Prince de Bulow, *La Politique Allemande*, p. 120, trad. de Herbette, Paris, 1914.
- Prince de Metternich, *Mémoires*, IV, 291, Paris, 1881.
- Prince Louis d'Orléans-Bragança, *Sous la croix du sud*, p. 14, Paris, 1912.
- Quintino, *Os Mineiros da desgraça*, p. 50, Rio, 1862.
- Rebouças, *Recordações da Vida Parlamentar*, I, 524.
- Rev. do Inst. Hist., t., LIV, p. 134.
- Rev. do Inst. Hist., tomo 51, p. 94.
- Rev. do Inst. Hist., XIX, 359; Visconde de Taunay, José Mauricio, p. 85.
- Revista do Arquivo Público da Bahia, III, 70, not.
- Revista do Inst. Hist. da Bahia, p. 57, p. 543.
- Revista do Inst. Hist., tomo 80, p. 524.
- Revista do Instituto do Ceará, XXII, 98. (Carta de Castro e Silva a Alencar).
- Revista do Instituto Historico da Bahia, nº 57, p. 541 (Bahia, 1931).
- Revista do Instituto Histórico, III, 79 (Rio, 1841).
- Revista do Instituto Histórico, vol. 139, p. 285 (1921). Instruções de Sarmiento, confidenciais, a D. Carlos Tejedor, ms. do arquivo deste, em mãos do historiador argentino Juan Beltran.
- Revista do Instituto Historico, vol. 80, p. 519.
- Ricardo Levene, *Investigaciones sobre la Historia Economica del Virreynado del Plata*, II, La Plata, 1928.
- Rodolfo Garcia, in *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, p. 559.
- Rodrigo Otavio, *Minhas Memórias dos Outros*, Última série, p. 17, Rio, 1936.
- Rui Barbosa, discurso de 27 de junho de 1878, *Anais da Assembléa Provincial da Bahia*, 1878, p. 16.
- Rui Barbosa, *Mocidade e Exílio* (notas de Americo Lacombe), p. 124, S. Paulo, 1935.
- Saint-Hilaire, Pizarro e Teixeira de Melo, *Revista do Inst. Hist.*, tomo XLIX, 2.ª parte, p. 80.
- Saint-Hilaire, *Second Voyage*, p. 328, Paris, 1837.
- Salvador Moniz, *Sociedades Anônimas*, p. 71, Rio, 1014.
- Sarmiento, *Viajes*, I, 116, Buenos Aires 1922.
- Silvio Romero, *Historia da Literatura Brasileira*, I, 568, Rio 1902.
- Silvio Roméro, *Machado de Assis*, 2.ª edição, p. 75, Rio, 1936.
- Sobre o ´espírito maçônico`, mais histórico do que propriamente a ação maçônica, Gaston Martin, *La Franc-Maçonnerie et la préparation de la Révolution*, préface de Ph. Sagnac, p. XIV, Paris, 1926.
- Daniel Mornet, *Les Origines intellectuelles de la Révolution Française*, p. 364, Paris, 1934.
- Sobre o vocábulo, tão antigo como a colonização espanhola, Rufino José Cuervo, *El Castellano en America*, p. 73, Bogotá, 1935.
- Solidonio Leite, *Uma Figura do Império*, p. 58, Rio, 1925.
- Sous la croix du sud*, p. 16. - bibliografia, Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*, 2.ª ed., p. 234.
- Suetonio, *Biografia de Quintino Bocaiuva*, p. 18, Rio, 1900.
- T. de Souza Lobo, S. Paulo na Federação, p. 124.

- Taunay, 'Rio de Janeiro de antanho', Rev. do Inst. Hist., v. 144, p. 156.
- Taunay, art. Jornal do Comercio, 15 de novembro de 1931.
- Taunay, Na Baía de D. João VI, p. 173, Bahia, 1928.
- Tavares de Lyra, in Contribuições para a biografia de D. Pedro II, p. 262.
- Telmo Manacorda, Fructuoso Rivera, p. 42, Madrid, 1933.
- Teofilo Ottoni, Circular aos eleitores, 1860.
- Theodore-Felix Emile Taunay, Idylles Brésiliennes, p. 57, Rio, 1830.
- Tobias Monteiro, O Presidente Campos Sales, p. X, Rio 1928.
- Trad. de Rodolfo Garcia, Rev. do Inst. Hist., tomo 80, p. 518.
- Um Estadista do Império, I, 50.
- Uma das primeiras vozes a propagar a maravilha da máquina locomotora, foi o marquês de Abrantes: Miguel Calmon, Ensaio sobre o fabrico do assucar, p. 48, Bahia, 1934.
- Urbino Viana, Bandeiras e sertanistas baianos, p. 96, S. Paulo, 1935.
- Varnhagen, Historia do Brasil, 3ª ed., integral, IV, 305. O historiados já comparava aos capitães-mores os novos comandantes da Guarda Nacional, ibd., p. 323.
- Garcia, Historia da Independência da Baía, p. 165, Bahia, 1900; Braz do Amaral, Historia da Independência da Baía, p. 241, Bahia, 1923.
- Aquiles B. Oribe, Brigadier general Don Manuel Oribe, I, 183 not., Montevideu, 1913.
- Boesche, 'Quadros Alternados', cit. por Afonso Taunay, Revista do Instituto Historico, vol. 144, p. 536.
- Braz do Amaral, Historia da Baía do Imp. á Rep., p. 160.
- Camilo Castelo Branco, A Neta do Arcebispo, p. 139, Parte 1874.
- Capistrano de Abreu, Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil, p. 72, Rio, 1930.
- Comte de Suzaunet, Nouvelles Annales de Voyages, année 1847, III, 341.
- Dante de Laytano, Historia da Republica Rio Grandense, p. 14, Porto Alegre, 1936.
- Fernando Capurro, La Colonia del Sacramento, p. 20, Montevideu, 1928. Os vestígios da ocupação portuguesa, que estudamos in loco (novembro de 1936) fazem pensar numa vila capaz de rivalizar, em 1750-60, com Buenos Aires, Sigírido A. Radaelli, Tiempos de Buenos Aires, p. 32, Buenos Aires, 1936.
- Fidelino de Figueiredo, Pyrene, p. 65, Lisboa, 1935. O tratado de 1703 matou a manufatura portuguesa, mas lhe salvou os vinhos; estatística, J. Lucio d'Azevedo, Epoca de Portugal Economico, p. 486, Lisboa, 1929.
- Fletcher e Kidder, Brazil and Brazilians, p. 142.
- Georges Weill, Histoire des États Unis, p. 4, Paris, 1919.
- Handelmann, Historia do Brasil, ed. do Inst. Hist., p. 378.
- João Ribeiro, A Lingua Portuguesa, p. 287, Rio, 1933. E noutro sentido, Felipe Franco de Sá, A Lingua Portuguesa, 287, Maranhão, 1915.
- Joaquim V. Gonzalez, Mitre, p. 91, Buenos Aires 1931.
- L. Tauxier, Le Noir de Bondoukou, p. 295 not., Paris, 1921. A família serdanesa era acentuadamente comunitária, op. cit., p. 164.
- Louis Philippe May, Les Études Sociales, Avril, 1936, p. 137 (Paris).
- Lucas Boiteux, Peq. Hist, Catarinense, p. 119, Florianópolis, 1920.
- Luis Enrique Azarola Gil, Los Origenes de Montevideo, p. 53, Buenos Aires, 1933,
- Silva Campos, Tradições Baianas, p. 108), quando um batalhão de linha rompeu outro, de patriotas, que festejavam o 2 de julho.
- Mario Sette, Maxambombas e Maracatús, p. 228, S. Paulo, 1935.
- (Archivo Historico da Independência, V, 266, Rio 1922).
- P. Guilherme Furlong, Los Jesuítas y la cultura rio-platense, p. 108, Montevideu, 1933.
- Pedro Calmon, A Conquista (Hist. das Bandeiras Baianas), p. 188, Rio, 1929.
- Pedro Calmon, Historia da Civilização Brasileira, 2.ª ed., p. 215.

- Pierre Gonnaud, *La Colonisation Hollandaise à Java*, p. 431, Paris 1905.
- Rev. R. Walsh, 'Notices of Brazil - 1828 and 1829', I, 157, Boston, 1831.
- revista *Renascença*, nº 19 (Rio, 1905).
- Rocha Martins, *O Ultimo vice-rei do Brasil*, p. 83, Lisboa.
- T. de Souza Lobo, *S. Paulo na Federação*, p. 211, S. Paulo, 1924.
- também Luiz Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 136, ed. de Praz do Amaral.
- Tasso Fragoso, *Hist. da Guerra entre a triplica aliança e o Paraguai*, V, 239, Rio, 1934.
- Tavares Bastos, op. cit., p. 123; Varnhagen, *Historia Geral*, 3.<sup>a</sup> ed. integral, I, 283.
- vchado de Assis, conto 'Pae e Mãe'.
- Victor Deville, *Manual de Geographie Commerciale*, II, 459, Paris, 1904.
- Anais do Arquivo Nacional, XV, 39.
- Arquivo Diplomatico da Independência, I, 99 e 165. Em 1825, o futuro marquês de Abrantes redigira, em Londres, o primeiro regulamento para a navegação de vapor entre os portos do Brasil (Arq. Dip., I, 142).
- Livro do Cincoentenário da E. F. do Paraná, pp. 38 e 66, Curitiba, 1935.
- O Imperialismo e a Reforma, p. 37, Rio, 1865.
- , entre muitos, Alcide d'Orbigny, *Voyage pittoresque dans les deux Amériques*, p. 157, Paris, 1836.
- Lindley, cf. Afonso Taunay, *Na Bahia de D. João VI*, p. 52, Bahia, 1928.
- Antonio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, p. 19, Rio, 1896.
- Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Hist. Contemporanea*, p. 47, Coimbra, 1868)...
- Daniel Mornet, *Les Origines*, cit., p. 386.
- Souza Docca, *Caxias*, *Revista Militar Brasileira*, nº 3, p. 100, Rio, 1936.
- Veja-se a descrição de Lindley, cf. Afonso Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 43, Bahia, 1928.
- Viagem da Imperatriz*, trad. de Gastão Penalva, p. 48.
- Viajes*, I, 115, Buenos Aires, 1922.
- Vicente G. Quesada, *Mis Memorias Diplomáticas*, p. 22, Buenos Aires, 1908.
- Vicente G. Quesada, *Mis Mimorias Diplomaticas*, Buenos Aires, 1909.
- Vid. Edmond Demolins, *La Science sociale depois F. Le Play*, p. 100 not., Paris, 1904.
- Vieira Souto, *Artur de Oliveira*, p. 93, Rio, 1935 (Publ. da Academia).
- Vimos na loja União e Segredo, da Bahia, em visita que fizemos às suas suntuosas instalações que datavam de 1840, o grande retrato a óleo a que nos referimos; ilustra a tolerância então existente, a propósito das atividades civis e políticas dos clérigos.
- Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, p. 192.
- Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, p. 74 not., Rio, 1893.
- Visconde de Taunay, 'A Cidade de Mato Grosso', *Rev. do Inst. Hist.*, t. LIV, p. 94.
- Visconde de Taunay, *Revista do Instituto Histórico*, tomo 77, p. 109.
- Visconde de Taunay, *Homens e cousas do Império*, p. 145, S. Paulo 1924.
- Visconde de Taunay, *Homens e cousas do Império*, p. 94, *Comp. Melhoramentos de S. Paulo*.
- Visconde de Taunay, *Império e República*, p. 21, S. Paulo, 1933.
- Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 87, S. Paulo, 1923.
- Voyage pittoresque dans les deux Ainériques*, p. 132.
- Voyage pittoresque dans les deux Amériques*, p. 183.
- Westphalen, Bach & Krohn, *livr. do centenário*, p. 30.
- Westphalen, Bach & Krohn, *livro do seu centenário*, p. 40, Bahia, 1928. (
- William S. Anchincloss, *Ninety day in the tropics (or letters from Brazil)*, p. 23, Washington 1874.

### 2.3.História Social do Brasil – A época Republicana

Moreno Brandão, Aristides Lobo, Rio, 1938.

Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, S. Paulo, 1923; *Império e República*, S. Paulo; *O Encilhamento*, S. Paulo, 1923.

Ivan Lins, Benjamin Constant, Rio, 1936.

Ruy Barbosa, *Discurso*, 1890; *Discurso*, 1897; *Documentos Parlamentares*, XIV; "Com. Const." (texto col. por Homero Pires); *Conferencia*, 1897; *O Estado de Sítio*, Rio, 1892; *Oswaldo Cruz*, Rio, 1917.

Alcantara Machado, Brasílio Machado, Rio, 1937

Rodrigo Octavio, *Minhas Memórias dos Outros*, 1º série, 1934; nova série, Rio, 1935; última série, Rio, 1936.

Rodrigo Octavio, *Minhas*

Horacio C. Rivarola, *Las transformaciones de la sociedad argentina*, Buenos Aires, 1911; *Memórias dos Outros*, 1º série, 1934; nova série, Rio, 1935; última série, Rio, 1936.

Othelo Rosa, Júlio de Castilhos, Porto Alegre, 1928.

Artur Cesar Ferreira Reis, *Historia do Amazonas*, Manaus, 1931.

Martim Francisco, *Contribuindo*, S. Paulo, 1921.

Oliveira Lima, *Memórias*, Rio 1937.

Antonio Carlos, *Bancos de Emissão do Brasil*, Rio, 1933.

Fernando Nery, Ruy Barbosa, Rio, 1930.

Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, Rio 1913; *O Presidente Campos Salles na Europa*, Rio, 1928.

Almirante Custodio José de Melo, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1893*, S. Paulo, 1938.

Tavares de Lira, *Organização político e administrativa do Brasil*, tese apres. ao 3.º Cong. de Hist. Nac., 1938.

Victor Russomano, *Historia Constitucional do Rio Grande do Sul*, Pelotas, 1923.

Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 5º ed.; *Contrastes e Confrontos*, Porto, 1907.

General J. B. Bormann, *Dias Fratricidas*, Curitiba, 1901-06.

Braz do Amaral, *Historia da Bahia do Imperio - Republica*, Bahia, 1923.

Antonio Figueira de Almeida, *Historia Fluminense*, Rio, 1930. Craveiro Costa, *Historia de Alagoas*, S. Paulo.

Rocha Pombo, *Historia do Paraná*, S. Paulo; *Historia do Brasil*, vol. X, edição de 1914.

Lucas Boiteux, *Historia Catarinense*, Florianopolis, 1920.

José Lavrador, *Herões de Noventa e Três*, Rio, 1938.

Helio Lobo, *Um Varão da República*, S. Paulo, 1937; *Docas de Santos*, Rio, 1936.

João Francisco, *Psicologia dos acontecimentos politicos sul-rio-grandenses*, S. Paulo, 1923.

Jose Mariano Porto, *Apontamentos biograficos de Gaspar da Silveira Martins*, Rio, 1891.

José Julio da Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio, 1929. Almirante José Carlos de Carvalho, *O Livro de minha vida*, Rio, 1912.

edro Calmon, Gomes Carneiro, o General da República, Rio, 1933; *Historia da Civilização Brasileira*, S. Paulo (3º ed.); *Intervenção Federal*, Rio, 1936; *Direito Constitucional Brasileiro*, Rio, 1937; *O Rei Filosofo*, S. Paulo, 1938

Valfrido Piloto, *Paranistas*, Curitiba, 1938.

Candido Motta Filho, *Uma grande vida*, S. Paulo, 1931.

Max Fleiuss, *A Semana*, Rio, 1915; *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, S. Paulo.

Alfredo Varela, *Res Avita*, Rio, 1935. Elysio de Araujo, *Através de meio século*, S. Paulo, 1932.

Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, Porto Alegre, 1936. Alvim Horcades, *Uma viagem a Canudos*, Bahia, 1898.

- Pelino Gomes, *O Marechal Bittencourt*, Rio, 1898.
- Silvio Roméro, *Discursos Acadêmicos*, I, ed. da Academia, 1934; *Historia da Literatura Brasileira*, Rio, 1903. Calogeras, *Formação Historica do Brasil*, Rio, 1933.
- Nuno Pinheiro, *margem da Historia da República*, Rio, 1926.
- Gustavo Barroso, *Brasil, Colonia de banqueiros*, 3º ed.; *O Santo do Brejo*, Rio, 1933.
- Georges Lafond, *L'effort français en Amérique Latine*, Paris, 1917.
- Carlos Maximiliano, *Comentarios Const. Bras.*, 3º ed. Ministerio da Viaação, Portos do Brasil, Rio, 1912.
- Miguel Calmon, *Valorização da borracha*, Boletim da Diret. da Agric. da Bahia, 1907; *Factos Economicos*, Rio, 1913; *Tendências Nacionais e Influencias Estrangeiras*, Bahia, 1921; *Trabalhos da Conferencia Assucareira*, Recife, 1905.
- Bulhões Carvalho, *Recenseamento de 1920*, I, Rio, 1922. Raymundo Moraes, *Anfiteatro amazanico*, S. Paulo, 1936. Raul de Azevedo, *Meu livro de saudade*, Rio, 1938.
- Pinto Pessoa, *Selva Selvagem*, Rio, 1923. Saladino de Gusmão, *Riquezas e segredos da Amazonia*, Rio, 1932.
- Mario Duprat Pinto, *Anuário do Ministério da Agricultura*, 1930.
- Rafael P. de Miranda, *Cultura do Café na Bahia*, Bahia. Torres Filho, *Expansão Economica do Brasil*, Rio, 1936.
- Mario Ferreira Barbosa, *Anuario Estatistico da Bahia para 1934*.
- Ignacio Tosta Filho, *Restabelecendo a verdade sobre o cacau Brasileiro*, Bahia, 1936.
- Valorização do Café*, Rio, 1906 (Boletim da Assoc. Com.).
- Armando Salles, *Defesa do Café no Brasil*, Rio, 1935.
- Maurice Piettre, *Production industrielle du café*, Paris, 1925.
- Virgilio Correa Filho, *É sombra dos Nervais mato-grossenses*, S. Paulo, 1926.
- A. Marques, *Matto Grosso*, Rio, 1923.
- André Rebouças, *Diário e notas autobiograficas*, Rio, 1938.
- Evaldo Kruger, *Cincoentenario da Estrada de Ferro do Paraná*, Curitiba, 1935.
- Gilberto Freyre, *Nordeste*, Rio, 1937.
- Julio Bello, *Memorias de um senhor de engenho*, Rio, 1938. Humberto Bastos, *Assucar & Algodão*, Maceió, 1938.
- Raimundo Lopes, *O Torrão Maranhense*, Rio, 1916.
- Barão de Studart, *Notas para a Historia do Ceará*, Lisboa, 1892.
- Fernando Osorio, *A Cidade de Pelotas*, Pelotas, 1922.
- Kind e Okey, *L'Italia d'oggi*, Bari, 1910. Maurice Lair, *L'Impérialisme allemand*, Paris, 1914.
- José Freitas Nobres, *A Epopéia acreana*, Fortaleza, 1938.
- Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Rio, 1900.
- Afonso Arinos, *Histórias e Paizagens*, Rio, 1921. Clovis Bevilacqua, *Historia da Faculdade de Direito de Recife*, Rio, 1927;
- Juristas-Filosophos*, Bahia, 1898. C. Sussekind de Mendonça, Silvio Roméro, S. Paulo, 1938.
- Clementino Fraga, *Orações da Mocidade*, Rio, 1937.
- Artur Neiva, *Esbçoo historico sobre a botanica e a zoologia no Brasil*, S. Paulo, 1929;
- Daqui e de longe*, S. Paulo. Rodrigo Octavio Filho, *Velhos Amigos*, Rio, 1938.
- Mello Moraes Filho, *Factos e Memorias*, Rio, 1904.
- Phocion Serpa, *A vida gloriosa de Osvaldo Cruz*, Rio, 1937.
- Noronha Santos, *Meios de transporte no Rio de Janeiro*, Rio, 1934.
- Gaston Cadoux, *Revue des deux mondes*, Avril, 1906. Saturnino de Brito, *dados para um estudo*, Recife, 1930. G. Ferrero, *Fra i due mondi*, Milano, 1913.
- Fernando Saboia de Medeiros, *A Liberdade de navegação do Amazonas*, S. Paulo, 1938.
- Roberto Simonsen, *Aspectos da Historia econômica do café*, tese apres. ao 3.º Congr. de Hist. Nac., 1938.

- Couty, Étude de biologie industrielle sur le Café, Rio, 1883.
- Comte Carton de Wiart, Mes Vacances au Brasil, Paris, 1928.
- Afonso Bandeira de Mello, Política Comercial do Brasil, Rio, 1933.
- Matos Faro, Congresso Brasileiro de Expansão Economica, Rio, 1906.
- T. de Sousa Lobo, S. Paulo na Federação, S. Paulo, 1924.
- Maurice Baumont, L'essor industriel et l'imperialisme colonial, Paris, 1937. Carlos Martins, Uma política de imigração, Rio, 1929.
- P. Ambrosio Schupp, Os Muckers, Porto Alegre, 1901.
- Afrânio Peixoto, A Esfinje, Rio 1911; Noções de Historia da Literatura Brasileira, Rio, 1931; Um século de cultura sanitaria, S. Paulo, 1922.
- Oliveira Viana, Pequenos estudos de Psicologia Social, S. Paulo, 1922;
- O Idealismo na Constituição, Rio, 1927.
- Paulo Prado, Retrato do Brasil, S. Paulo, 1929.
- Sertorio de Castro, A República que a revolução destruiu, Rio, 1932.
- Alcindo Guanabara, A Presidencia Campos Salles, Rio, 1902.
- Mauricio de Medeiros, Outras revoluções virão, Rio, 1932.
- Azevedo Sodré, Discursos Parlamentares, Rio, 1924.
- Pedro Lessa, Do Poder Judiciario, Rio, 1915.
- Herman G. James, The Const. System of Brasil, Washington, 1923.
- Levi Carneiro, Pela Nova Constituição, Rio, 1937.
- Ismael Bucich Escobar, Historia de los Presidentes Argentinos, Buenos Aires, 1934. Cap. Lima Figueiredo, Limites do Brasil, Rio, 1936; Oeste Paranaense, S. Paulo, 1938.
- João Lyra Filho, O Bardo, Rio, 1936.
- H. D., Ensayo de Mistoria Patria, Montevideú, 1923.
- José Aguiar, Evocacion del Baron de Rio Branco, Porto Alegre, 1938.
- Coronel Sousa Docca, Mensario do Jornal do Comercio, Set. de 1938.
- Leão de Vasconcelos, As terras e propriedades do Acre, Rio, 1905.
- Guilherme Guerra, O Dr. Zeballos, trad. de A. Marchesini, Rio, 1925.
- Evaristo de Moraes, Da Monarchia República, Rio, 1937.
- Coelho Neto, A Capital Federal, 5º ed.; Fogo Fatuo, Porto, 1929.
- F. E. Jacob, Biografia del Caffé. Milano, 1936.
- Vianna Moog, Herões da Decadencia, Rio, 1934; O Ciclo do Ouro Negro, Porto Alegre, 1936; Eça de Queiroz e o Seculo XIX, Porto Alegre, 1938.
- Enrique de Rezende, Retrato de Alfonsus de Guimaraens, Rio, 1938.
- Felix Pacheco, Paul Valéry e o monumento a Baudelaire, Rio, 1933.
- John Ferguson, Ceilon in 1903, Colombo, 1904. Henry Ford, Hoje e Amanhã, trad. de M. Lobato, S. Paulo, 1927.
- Luiz Edmundo, O Rio de Janeiro de meu tempo, Rio, 1938.
- Dantas Barreto, Conspirações, Rio, 1917.
- Olavo Bilac, Critica e Fantasia, Lisboa, 1904; Ultimas Conferencias e Discursos, Rio, 1924. In Memoriam de Miguel Calmon, Rio, 1936.
- Roquette Pinto, Rondonia, 3º ed. Coronel F. Jaguaribe de Mattos, Les Idões sur la physiographie sud-américaine, 1937.
- S. Rangel de Castro, Quelques aspects de la civilisation brésilienne, Paris, 1930.
- H. Eboli, Anais da Conferencia Internacional Algodoeira, Rio, 1924.
- Azevedo Amaral, O Brasil na crise atual, S. Paulo, 1934.
- João Pinheiro Filho, Problemas Brasileiros, Rio, 1938.
- Alberto Sarmiento, No Parlamento, Rio, 1924. Batista Pereira, O Brasil e a Raça, S. Paulo, 1928.
- Alberto de Faria, Revista da Academia Brasileira, XXXIV. Coronel Dias de Campos, O Espírito Militar Paulista, S. Paulo, 1923.

Hermes da Fonseca Filho, Pinheiro Machado, Rio, 1938.  
 Raul Alves, Historia Política dos governos da República, Rio, 1923.  
 José de Sá, O Bombardeio da Bahia e seus efeitos, Bahia, 1918.  
 Lourenço Filho, Joazeiro de Padre Cicero, 2º ed. Osvaldo R. Cabral, Santa Catarina, S. Paulo, 1937.  
 Romario Martins, Historia do Paraná, Curitiba, 1937.  
 Edgard Costa, Legislação Eleitoral, Rio, 1922.  
 Mauricio de Lacerda, Entre duas revoluções, Rio, 1927.  
 Th. Roosevelt, America and the world war, London, 1915.  
 Otto Prazeres, O Brasil na guerra, Rio, 1918. Alfredo Ellis, S. Paulo na Economia Brasileira, S. Paulo, 1937.  
 Ministério da Agricultura, O Brasil Atual, Rio, 1930.  
 Brenno Ferraz, A situação do Brasil e a estabilização da moeda, S. Paulo, 1926.  
 Epitácio Pessoa, Pela Verdade, Rio, 1925.

### 3. Biografias<sup>632</sup>

**José Joaquim Seabra** nasceu em Salvador no dia 21 de agosto de 1855, filho de José Joaquim Seabra e de Leopoldina Alves Seabra.

Concluindo os preparatórios em Salvador e ingressando na Faculdade de Direito de Recife, colaborou na Revista Acadêmica de Ciências e Letras. Bacharelou-se em 1877, ocasião em que recebeu o prêmio destinado ao melhor aluno do estabelecimento. Depois da formatura, de volta à Bahia, foi nomeado primeiro promotor público de Salvador pelo então presidente da província, Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena. Retornou em seguida a Recife para doutorar-se em direito. Aprovado em concurso para lente substituto da faculdade onde estudara, recebeu a nomeação em março de 1880.

Tido como notável orador, participou da campanha abolicionista e, em 1889, elegeu-se deputado geral pela Bahia, inscrevendo em seu programa a tese da federação das províncias. Devido à proclamação da República (15/11/1889), não chegou a assumir o mandato e, após a mudança do regime, foi nomeado lente catedrático de economia política e diretor da Faculdade de Direito de Recife. Em 1891, foi eleito deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte.

Adepto da política do marechal Deodoro da Fonseca, presidente da República de 1889 a 1891, e do barão de Lucena, ministro do governo de Deodoro, apoiou o golpe de 3 de novembro de 1891, que dissolveu o Congresso. Com a renúncia de Deodoro 20 dias depois, passou a mover cerrada oposição ao marechal Floriano Peixoto, participando em 1892 das manifestações públicas que visavam a sua deposição e a retomada do cargo presidencial pelo marechal Deodoro. Fracassada a rebelião, foi um dos deportados para Cucuí, no alto Amazonas, e perdeu o cargo de diretor da Faculdade de Direito de Recife.

Anistiado logo depois, voltou aos trabalhos na Câmara Federal e continuou em firme campanha contra o governo. Quando, a 6 de setembro de 1893, eclodiu a Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio de Melo, Seabra juntou-se aos rebeldes a bordo do navio Aquidabã. Em seguida, acometido de malária, teve que exilar-se em Montevideú. Na capital uruguaia, escreveu violentos artigos de denúncia contra Floriano Peixoto nos jornais *El Siglo* e *La Razón*. Também publicou artigos em *El Diario*, de Buenos Aires.

Decretada a anistia após o final do governo de Floriano (1894), voltou ao Brasil em outubro de 1895 e obteve reintegração em suas funções na Faculdade de Direito de Recife em 1897, tendo sido recebido com festas pelos estudantes e pela congregação.

Ainda em 1897, elegeu-se deputado federal pela Bahia. No dia 28 de maio desse ano, apresentou na Câmara uma moção de solidariedade ao presidente da República, Prudente de Moraes, por sua firmeza em sufocar uma rebelião da Escola Militar desencadeada dois dias antes. A moção, proposta em um momento de forte crise, em meio à

<sup>632</sup> Os dados biográficos foram retirados de plataformas especializadas, como CPDOC e IHGB.



campanha de Canudos, demandava principalmente uma definição do Partido Republicano Federal (PRF), o qual, embora aliado do governo, não lhe prestava apoio incondicional. Apesar de derrotada no Congresso, a iniciativa de Seabra enfraqueceu a unidade do PRF e desencadeou o processo que iria conduzir à sua cisão e ao fortalecimento da posição do presidente da República.

Reeleito deputado federal para a legislatura 1900-1902, J. J. Seabra foi líder da maioria na Câmara no último ano da presidência de Campos Sales (1898-1902). Em 15 de novembro de 1902, renunciou ao mandato para assumir o Ministério do Interior e Justiça do governo Rodrigues Alves. Nesse cargo, em novembro de 1904, esteve ao lado do presidente durante a revolta da Escola Militar contra a Lei da Vacinação Obrigatória.

Deixou o ministério em maio de 1906 e elegeu-se senador por Alagoas. Sua eleição, entretanto, não foi reconhecida.

Em 1909, tornou-se novamente deputado federal pela Bahia e voltou a exercer a liderança da maioria na Câmara. Renunciou mais uma vez ao mandato para assumir em 1910 a pasta da Viação no governo do marechal Hermes da Fonseca, tendo promovido, enquanto ministro, a duplicação da estrada da serra do Mar.

Candidato à presidência da Bahia nas eleições de janeiro de 1912, enfrentou acirrada oposição, numa situação de crise estadual em que a cidade de Salvador chegou até mesmo a ser bombardeada por suas próprias fortalezas, por ordem do comandante da região militar. Apesar do clima tenso, Seabra foi eleito no dia 28 de janeiro, para o que renunciara ao ministério na véspera, e tomou posse no dia 29 de março.

Seu governo foi relativamente tranqüilo, e elaborou um vasto programa de obras para cuja execução pediu a banqueiros ingleses um empréstimo de três milhões de libras, conseguindo apenas um milhão. Esta quantia foi empregada na remodelação da cidade de Salvador e no desenvolvimento de vias de comunicação. Além disso, criou a Imprensa Oficial e o Tribunal de Contas do estado.

Em agosto de 1915, Seabra passou o governo ao seu substituto constitucional, coronel Augusto Rodrigues da Costa, e reelegeu-se deputado federal. No exercício de mais esse mandato, foi membro das comissões de Justiça e de Finanças da Câmara e presidente da Comissão Especial do Código Civil.

Em 1917, foi eleito para o Senado Federal, em substituição a José Marcelino de Sousa, que havia falecido. Durante a gestão (1916-1920) de Antônio Muniz de Aragão, seu amigo pessoal, no governo da Bahia, fundou no estado o Partido Republicano Democrático (PRD), ao qual se filiou o presidente do estado. Em 1919, cogitou-se de seu nome para candidato à presidência da República, em pleito resultante do falecimento do mandatário eleito, Rodrigues Alves. A escolha, entretanto, recaiu sobre Epitácio Pessoa.

Em 1920, ao mesmo tempo em que forças federais intervinham na Bahia para esmagar o movimento dos “coronéis” do interior contra o governo estadual de Muniz de Aragão, J. J. Seabra elegeu-se de novo para a presidência da Bahia, embora já se pudesse sentir seu enfraquecimento político e sua candidatura tivesse de enfrentar a oposição, entre outros, de Rui Barbosa, que comandou pessoalmente a campanha de seu adversário.

Durante essa administração, construiu vias férreas e estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior, tendo ainda desenvolvido obras no porto da capital. Na verdade, a ação de J. J. Seabra à frente do governo da Bahia se estendeu de 1912 a 1924, levando-se em conta a perfeita identificação de Antônio Muniz de Aragão com as diretrizes de seu chefe político.

Em 1922, foi candidato à vice-presidência da República na chapa da Reação Republicana, encabeçada por Nilo Peçanha. Nessa condição, participou da intensa campanha eleitoral em que se procurou indispor com as forças armadas o outro candidato à presidência, Artur Bernardes, atribuindo-lhe a autoria das chamadas “cartas falsas”, nas quais ele teria insultado os militares. Publicados no Correio da Manhã, esses documentos foram objeto de sindicância que concluiu mais tarde por sua inautenticidade. O episódio suscitou a formação de uma comissão de inquérito no Clube Militar e acirrou a oposição das forças armadas a Bernardes.

Tendo perdido as eleições, J. J. Seabra tentou ainda assim conquistar o cargo por ocasião da morte, antes da posse, do vice-presidente eleito, Urbano Santos. Afirmando ter sido Seabra o segundo candidato mais votado, o juiz federal o apoiou, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu-se por Estácio Coimbra, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, como candidato único ao cargo.

Considerado um dos inspiradores da Revolta de 6 de Julho de 1922, o presidente baiano, sem o apoio da presidência da República e dos “coronéis” locais, perdeu sua força política. Em março de 1924 foi eleito para substituí-lo um

candidato de oposição ao PRD. Pela primeira vez em doze anos, Seabra deixava de ganhar um pleito na Bahia. O novo governador, Francisco Marques de Góis Calmon, tomou posse sob estado de sítio, dado o tenso ambiente político no estado. Com isso, J. J. Seabra exilou-se na Europa, tendo retornado somente em 1927. Nesse ano, foi eleito intendente do Conselho Municipal do Distrito Federal, sendo mais tarde escolhido para a presidência do mesmo conselho.

Empolgado pela plataforma da Aliança Liberal, a ela aderiu e, em 20 de setembro de 1929, participou, como representante da Bahia, da convenção nacional destinada a indicar os candidatos liberais à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente Getúlio Vargas e João Pessoa. Foi também escolhido presidente honorário da comissão executiva da Aliança Liberal, tendo ainda participado, na Bahia, da caravana liberal que percorreu diversos estados no Nordeste, discursando nos comícios realizados em Salvador e Ilhéus.

Em 1930, após a derrota dos candidatos liberais nas eleições de março, esteve inicialmente ao lado do movimento que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. Com a mudança de regime, foi nomeado juiz do Tribunal Especial pelo Governo Provisório. Em 1932, no entanto, já em desacordo com os rumos tomados pela revolução, apoiou o levante constitucionalista desencadeado em São Paulo no mês de julho. Na Bahia, colocou-se em franca oposição ao interventor Juraci Magalhães, que, para pacificar o estado, estabeleceu uma aliança com a força anti-revolucionária do coronelismo local, enquanto desencadeava uma forte campanha contra aqueles que denominou “bachareis personalistas do passado”.

Eleito para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933 na legenda A Bahia Ainda é a Bahia, J. J. Seabra atuou em oposição a Vargas, o que o colocava em minoria dentro da bancada baiana, liderada por Antônio Garcia de Medeiros Neto. Discordou publicamente da realização de eleições presidenciais antes de ser aprovada a nova Carta Constitucional. De igual modo, criticou a prorrogação dos mandatos dos deputados da Assembléia, no período compreendido entre julho de 1934, quando se promulgou a Constituição, e outubro do mesmo ano, quando se realizaram novas eleições para a Câmara Federal.

Nesse pleito, em que também foram escolhidos representantes às assembleias estaduais, o Partido Social Democrático da Bahia, de Juraci Magalhães, elegeu 18 dos 24 deputados ao Legislativo local. Para a Câmara Federal Seabra foi o único opositor vitorioso, na legenda Governador Otávio Mangabeira, que reunia a Liga de Ação Social e Política (LASP) e o partido que chefiava, o PRD.

Em novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, encerrou sua vida pública, mantendo-se porém em intransigente oposição a Vargas.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**Joaquim Nabuco** (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), escritor e diplomata, nasceu no Recife, PE, em 19 de agosto de 1849, e faleceu em Washington, EUA, em 17 de janeiro de 1910. Era filho do Senador José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo, irmã do Marquês do Recife, Francisco Pais Barreto. Estudou humanidades no Colégio Pedro II, bacharelando-se em Letras. Em 1865, seguiu para São Paulo, onde fez os três primeiros anos de Direito e formou-se no Recife, em 1870. Foi adido de primeira classe em Londres, depois em Washington, de 1876 a 1879.

Atraído pela política, foi eleito deputado geral por sua província, vindo então a residir no Rio. Sua entrada para a Câmara marcou o início da campanha em favor do Abolicionismo, que logo se tornou causa nacional, na defesa da qual tanto cresceu. De 1881 a 1884, Nabuco viajou pela Europa e em 1883, em Londres, publicou *O Abolicionismo*. De regresso ao país, foi novamente eleito deputado por Pernambuco, retomando posição de destaque da campanha abolicionista, que cinco anos depois era coroada de êxito. Ao ser proclamada a República, em 1889, permaneceu com suas convicções monarquistas. Retirou-se da vida pública, dedicando-se à sua obra e ao estudo.

Nessa fase de espontâneo afastamento, Joaquim Nabuco viveu no Rio de Janeiro, exercendo a advocacia e fazendo jornalismo. Frequentava a redação da Revista Brasileira, onde estreitou relações e amizade com altas figuras da vida literária brasileira, Machado de Assis, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, de cujo convívio nasceria a Academia Brasileira de Letras, em 1897.

Nesse período, Joaquim Nabuco escreveu duas de suas obras mais importantes: Um Estadista do Império, biografia do pai, mas que é, na verdade, a história política do país naquele período, e um livro de memórias, Minha formação, obra clássica de literatura brasileira.

Em 1900, o Presidente Campos Sales conseguiu demovê-lo a aceitar o posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial em Londres, na questão do Brasil com a Inglaterra, a respeito dos limites da Guiana Inglesa. Em 1901, era acreditado em missão ordinária, como embaixador do Brasil em Londres e, a partir de 1905, em Washington. Em 1906, veio ao Rio de Janeiro para presidir a 3ª. Conferência Pan-Americana. Em sua companhia veio o Secretário de Estado norte-americano Elihu Root. Ambos eram defensores do pan-americanismo, no sentido de uma ampla e efetiva aproximação continental. Em 1909, fez uma viagem oficial a Havana, para assistir à restauração do governo nacional de Cuba.

Fonte: <http://www.academia.org.br>

**Armando de Sales Oliveira** nasceu em São Paulo, em 1887. Após formar-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, iniciou bem-sucedida carreira como engenheiro e empresário. Casou-se então com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, dono do jornal O Estado de São Paulo, de quem se tornaria amigo e sócio em diversos empreendimentos. Com a morte do sogro em 1927, assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do jornal.

Filiado ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, participou das articulações que levaram à criação, em princípios de 1932, da Frente Única Paulista (FUP) e, em julho daquele ano, à deflagração do Revolução Constitucionalista, contra o governo de Getúlio Vargas. Com a derrota do movimento, assumiu por um ano a direção d'O Estado de São Paulo, em virtude do exílio do diretor, seu cunhado Júlio de Mesquita Filho. No início de 1933, foi um dos articuladores da Chapa Única por São Paulo Unido, que disputou em maio as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e elegeu a maior parte dos representantes paulistas.

Em agosto de 1933, por suas boas relações com as forças políticas do estado, que desejavam um interventor civil e paulista, foi nomeado por Vargas para o cargo. Teve de enfrentar a princípio forte oposição movida por setores militares, especialmente pelo general Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar. Superado esse obstáculo, dedicou-se à reconstrução do aparelho administrativo, completamente desarticulado pelas represálias e perseguições que se seguiram à Revolução Constitucionalista. Durante sua gestão foi criada a Universidade de São Paulo (USP), projetada para ser um centro de excelência acadêmica, e para a qual se recorreu à contratação de professores europeus e norte-americanos.

No plano político, promoveu o reordenamento do quadro partidário estadual com a criação do Partido Constitucionalista, que absorveu o PD (oficialmente extinto em fevereiro de 1934) e uma dissidência do tradicional Partido Republicano Paulista (PRP). Ao mesmo tempo, buscou aproximar-se do governo federal, o que levou Vargas a incluir em seu ministério dois nomes indicados pelo Partido Constitucionalista: Vicente Rao, na pasta da Justiça e Negócios Interiores, e José Carlos de Macedo Soares, na de Relações Exteriores. Em outubro de 1934, comandou a vitória de seu partido nas eleições para a Constituinte estadual, cujos membros o elegeram governador constitucional em abril do ano seguinte.

No final de 1936, comunicou a Vargas sua intenção de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938. Apesar de ter sido desestimulado pelo presidente, desincompatibilizou-se do governo paulista e lançou sua candidatura em fevereiro de 1937, recebendo o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha, então em aberto confronto com Vargas, e também de grupos oposicionistas de outros estados. Para dar sustentação à sua candidatura foi formada a União Democrática Brasileira (UDB), cuja presidência lhe coube. Lançaram-se também na disputa o paraibano José Américo de Almeida, apoiado pela maioria dos governadores e por membros do governo federal, e Plínio Salgado, lançado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Vargas, contudo, tinha projetos continuístas e, apoiado pelos generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, em novembro de 1937 fechou o Congresso Nacional e cancelou as eleições, instituindo a ditadura do Estado Novo.

Armando Sales passou, então, cerca de um ano em prisão domiciliar. Em novembro de 1938 exilou-se na França e aí viveu até abril do ano seguinte, quando se transferiu para os Estados Unidos. No exílio, divulgou seguidos manifestos contra a ditadura. Em 1943 fixou-se na Argentina, de onde retomou contatos políticos com seus aliados no Brasil. Ao ser anistiado e voltar ao país, em abril de 1945, encontrava-se já gravemente doente. Ainda assim

chegou a participar da fundação e a ser membro da comissão diretora da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia adversários do Estado Novo. Morreu em São Paulo, em 17 de maio de 1945.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes**, nasceu em Santo Amaro, BA, em 26 de outubro de 1794 (ou, como afirmam outros, em 22 de dezembro de 1796), e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de setembro de 1865 (o Relatório do Senado de 1867 o dá como falecido em 5 de novembro de 1865, tal como Velho Sobrinho). Filho de José Gabriel Calmon e Almeida e de d. Maria Germana de Souza Magalhães.

Bacharel em leis por Coimbra. Veador da Casa Imperial; do Conselho do Imperador; Conselheiro de Estado.

Deputado Constituinte pela mesma província e senador, pelo Ceará, em 1840. No Primeiro Reinado foi ministro da Fazenda (1827-1829) e dos Estrangeiros (1829-1830). Novamente ministro da Fazenda no Primeiro Gabinete da Regência Araújo Lima e, no Segundo Reinado ocupou a pasta da Fazenda nos Segundo e Décimo Oitavo Gabinetes. Ainda no Décimo Oitavo gabinete foi titular da pasta de Negócios Estrangeiros.

Comendador da Ordem de Cristo, Grande dignitário da Ordem da Rosa, grã-cruz da Ordem do Cruzeiro e de outras ordens estrangeiras. Membro honorário da Academia Imperial das Belas-Artes (1855) e sócio correspondente do IHGB em 18 de maio de 1839, tendo mais tarde passado a sócio efetivo.

Sócio-fundador da Academia de Música e Ópera Nacional; provedor da Santa Casa de Misericórdia. Marquês de Abrantes pelo decreto de 2 de dezembro de 1854.

Escreveu, além de relatórios (oficiais), também sobre outros assuntos – Ensaio sobre o fabrico de açúcar (1843). – Memória sobre a cultura do tabaco (1835). – Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização na Bahia (1835). – Memórias sobre os meios de promover a colonização no Brasil (1846, Berlim). – A missão especial do Visconde de Abrantes (1844-1846), que tinha como meta na corte da Prússia, a negociação de um tratado de comércio, instrução pública, organização militar etc... – Trabalhos sobre a cultura do anil, sobre terras devolutas, colonização, etc...

Fonte: <https://ihgb.org.br>

**Miguel Calmon du Pin e Almeida** nasceu em Salvador no dia 18 de setembro de 1879, filho de Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góis Calmon, descendentes de antigas famílias de proprietários rurais na região do Recôncavo Baiano. Seu pai pertenceu ao corpo de engenheiros navais da Marinha e encerrou a carreira como contra-almirante no início da República. Seu tio-avô Miguel Calmon du Pin e Almeida (1792-1865), o marquês de Abrantes, foi deputado geral e senador pela Bahia, diplomata, ministro da Fazenda e ministro dos Estrangeiros no Império. Outro tio, também chamado Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), foi desembargador e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886. Seus dois irmãos mais velhos, Antônio e Francisco, destacaram-se como importantes figuras da elite política e econômica da Bahia durante a Primeira República: Antônio Calmon du Pin e Almeida (1870-1931) foi deputado federal e Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932) exerceu os cargos de presidente do Banco Econômico da Bahia e governador do estado entre 1924 e 1928.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**Francisco Marques de Góis Calmon** nasceu em Salvador no dia 6 de novembro de 1874, filho do contra-almirante Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góis Calmon, descendentes de tradicionais famílias baianas. Seu tio-avô Miguel Calmon du Pin e Almeida (1792-1865), o marquês de Abrantes, foi deputado geral e senador pela Bahia, diplomata, ministro da Fazenda e ministro dos Estrangeiros no Império. Outro tio, também chamado Miguel Calmon du Pin e Almeida (1843-1886), foi desembargador e presidente da província do Rio Grande do Sul em 1886. Seu irmão, o terceiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, foi ministro da Viação (1906-1909) e da Agricultura (1922- 1926), deputado e senador. Outro irmão, Antônio Calmon du Pin e Almeida, foi deputado federal. Governador da Bahia entre os anos de 1924 e 1928.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

José Wanderley de Araújo Pinho nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 19 de março de 1890, filho de João Ferreira de Araújo Pinho e de Maria Luísa Wanderley de Araújo Pinho. Seu pai foi presidente da província de Sergipe em 1876 e governador da Bahia de 1908 a 1911. Seu avô materno, João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, foi

deputado de 1843 a 1856, presidente da Bahia em 1852, ministro da Marinha em 1855 e 1868, senador pela Bahia de 1856 a 1899, ministro da Fazenda em 1865, ministro dos Estrangeiros em 1869, 1875 e 1885 e vice-presidente do Conselho de Ministros de 1885 a 1888. Deputado Federal 1924-1930 e 1935-1937.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**Otávio Mangabeira** nasceu em Salvador no dia 27 de agosto de 1886, filho do farmacêutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e de Augusta Cavalcanti Mangabeira. Seu irmão, João Mangabeira, foi deputado federal pela Bahia em diversas legislaturas, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947, foi candidato à presidência da República em 1959 e ministro das Minas e Energia em 1962, e da Justiça, de 1962 a 1963, durante o governo de João Goulart.

Em 1926, logo após a posse de Washington Luís na presidência da República, foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Como membro do governo, deu apoio, em 1930, à candidatura situacionista de Júlio Prestes. Ainda que tenha sido declarado vencedor do pleito realizado no mês de março, Júlio Prestes não tomou posse em virtude do movimento armado que levou Getúlio Vargas ao poder, em outubro daquele ano. Nessa ocasião, Mangabeira foi afastado do ministério, preso e, em seguida, obrigado a se exilar na Europa.

Retornou ao Brasil somente em 1934, quando foi anistiado. Conquistou então uma vaga na Câmara Federal, onde se alinhou à Minoria Parlamentar, o bloco que fazia oposição a Vargas no Congresso. Ainda em 1934, assumiu sua cadeira na Academia Brasileira de Letras, para a qual havia sido eleito em 1930, pouco antes da eclosão do movimento revolucionário responsável por seu exílio. Na Câmara, Mangabeira se opôs às medidas repressivas decretadas por Vargas, principalmente após o fracassado levante armado deflagrado em novembro de 1935 por setores da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente anti-fascista e anti-imperialista, integrada por comunistas, socialista e "tenentes" de esquerda.

Perdeu seu mandato parlamentar em novembro de 1937, quando o Congresso foi fechado em virtude do golpe do Estado Novo. Passou, então, a participar de uma conspiração contra o governo, que envolvia integralistas e políticos liberais. Por conta disso, foi preso em março de 1938 e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Solto em agosto, foi obrigado novamente a se exilar. Viveu então na Europa e nos Estados Unidos por vários anos.

Em abril de 1945, anistiado, retornou ao Brasil. Ingressou, então, na União Democrática Nacional (UDN), partido que aglutinava a oposição liberal ao Estado Novo. Foi eleito presidente nacional da nova organização e por sua legenda voltou à Câmara Federal, em 1946, como deputado constituinte pela Bahia. Em 1947 elegeu-se governador da Bahia. Passou a defender, nos anos seguintes, a aproximação da UDN com o governo Dutra, eleito pelo PSD em 1945. Essa sua postura visava a viabilização de seu nome como candidato de uma possível coligação entre os dois partidos na eleição presidencial de 1950. O acordo, porém, não vingou e a UDN optou por lançar o brigadeiro Eduardo Gomes como candidato a presidente pela segunda vez consecutiva, sendo novamente derrotada. Em janeiro de 1951, Mangabeira deixou o governo baiano.

Em 1954, participou da campanha movida contra Vargas, que voltara à presidência da República. Em fevereiro do ano seguinte, meses após o suicídio do presidente, retornou à Câmara Federal. Em 1959, elegeu-se senador, sempre pelo estado da Bahia.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**José Antônio Flores da Cunha** nasceu em Santana do Livramento (RS), em 1880. Advogado, estudou nas Faculdades de Direito de São Paulo e Rio de Janeiro, diplomando-se em 1902. Após exercer por breve período o posto de delegado de polícia na capital federal, retornou ao seu estado natal para dedicar-se à advocacia. Em 1909, filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), iniciou sua carreira política como deputado estadual. Nos anos seguintes chegou à Câmara Federal e à prefeitura do município de Uruguaiana (RS). Em 1923, destacou-se como chefe militar legalista na luta que conflagrou o Rio Grande do Sul, opondo os partidários do governador Borges de Medeiros aos oposicionistas liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Flores foi peça importante na cena política nacional após a Revolução de 1930. Nos primeiros anos, manteve-se sempre ao lado de Vargas, inclusive durante o movimento constitucionalista de 1932, que teve seu foco principal em São Paulo mas que contou também com o apoio de importantes líderes gaúchos. Em 1935, já como governador constitucional, começou a afastar-se do presidente. Buscando ampliar sua influência política nacionalmente, envolveu-se em disputas sucessórias em outros estados, como Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**Walter Spalding** nasceu em Arroios dos Ratos, S. Jerônimo, RS, em 11 de outubro de 1901, e faleceu em Porto Alegre, em 5 de junho de 1976. Filho de Carlos Jorge Spalding e Idalina Arndt Spalding. Iniciou os estudos na Congregação Lassalista, em 1913. Cinco anos depois escreveu os primeiros versos. Dedicou-se à pesquisa e aos estudos de História. Foi organizador e Diretor do Arquivo Histórico da Prefeitura de Porto Alegre. Pertenceu ao IHG/RS. Foi eleito sócio correspondente do IHGB em 28 de setembro de 1945. Suas obras mais importantes são: Farrapos, 2 vols. (1931/35) – À luz da História, 1934 – A Revolução Farroupilha, 1939 (Brasileira) – A invasão paraguaia das fronteiras do Brasil, 1940 – Gênese do Brasil, 1953 – O Cruzeiro do Sul (contos infantis), 1947 – A grande Mestra, 1953 – Tradições e superstições do Brasil – Sul, 1955 – A epopeia farroupilha, 1963 – Pequena história de Porto Alegre, 1967 – Construtores do Rio Grande, 1969 (em 13 v. dos quais 3 publicados) – História de Porto Alegre para a infância e a juventude, 1976.

Fonte: <https://ihgb.org.br>

**Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes** nasceu em Campinas, SP, em 11 de outubro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1944. Filho do dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes e Luiza Langgaard, ele, advogado e político do Partido Liberal, ela, filha do médico dinamarquês dr. Theodoro Langgaard, que veio muito jovem para o Brasil e aqui sempre viveu.

Os pais transferiram-se para o RJ quando o menino tinha apenas 5 anos. Fez todos os estudos preliminares nesta cidade e o curso de Direito na Faculdade de São Paulo, completando-o aos 20 anos de idade.

Em 1894, foi nomeado secretário da Presidência da República, no governo de Prudente de Moraes.

Em 1911, foi nomeado consultor-geral da República, função em que foi mantido até entrar para o STF. Representou o Brasil em diversas conferências internacionais, como as de Haia, para o direito relativo à Letra de Câmbio (1910/12), Bruxelas, para o direito marítimo (1909/10/12), Washington, Conferência Científica Panamericana (1916), Paris, Conferência da Paz (1919), sendo um dos signatários do Tratado de Versailles. Foi um dos vice-presidentes da 1ª Assembleia da Liga das Nações, em Genebra (1920).

Depois, exerceu a advocacia, até princípios de 1929, quando o presidente Washington Luiz o nomeou ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que se aposentou, por motivo de doença, em 1934. Entrou para o IHGB como sócio efetivo em 28 outubro de 1900, passando a benemérito em 1917, a honorário em 1918 e a grande benemérito em 14 de abril de 1939. Nesta Casa foi, sucessivamente, terceiro, segundo e primeiro - vice-presidente. Possuía inúmeras condecorações, entre elas: a Grã-Cruz de Leopoldo II (Bélgica), Grã-Cruz de Cristo (Portugal), Grã-Cruz da Água Branca (Polônia) e do Mérito (Equador), da Ordem de Boyacá (Colômbia), Condor de los Andes (Bolívia), da Cara da Itália, Grande Oficial de Legião de Honra (França), Ordem do Sol (Peru), Santiago (Portugal), do Libertador (Venezuela).

Fonte: <https://ihgb.org.br>

**Alceu Amoroso Lima**, filho de Manuel José Amoroso Lima e Camila da Silva Amoroso Lima, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1893. Estudou no Colégio Pedro II e formou-se em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913.

Como crítico de “O Jornal” em 1919, adota o pseudônimo Tristão de Ataíde. Publicou seu primeiro livro em 1922, Afonso Arinos, um estudo crítico sobre a obra do escritor mineiro. Incentivado por Jackson de Figueiredo, Alceu converte-se ao catolicismo em 1928, tornando-se um dos maiores líderes católicos do país. Na década de 1930 tem uma intensa produção editorial, publicando livros sobre os mais variados temas, como economia, sociologia e política. Nas cinco séries de Estudos reuniu seus trabalhos de crítica feitos entre 1927 e 1933.

Alceu Amoroso Lima é eleito para a cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras em 29 de agosto de 1935. Foi catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia, um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretor de assuntos culturais da Organização dos Estados Americanos. Também ministrou cursos sobre civilização brasileira em universidades estrangeiras, inclusive na Sorbonne e nos Estados Unidos. Alceu exerceu uma grande produção jornalística e como articulista destacou-se no combate ao regime militar.

O crítico literário, professor, pensador, escritor, líder católico e polígrafo, que publicou dezenas de livros e desenvolveu uma intensa atividade intelectual, morreu em 14 de agosto de 1983 na cidade de Petrópolis (RJ).

Dentre as obras, há livros de crítica literária como *O Espírito e o Mundo* (1936), *Quadro Sintético da Literatura Brasileira* (1936) e *Meio Século de Presença Literária* (1969). Dentre as obras religiosas, figuram produções como *De Pio II a Pio XI* (1929), *Mensagem de Roma* (1950) e *Meditação Sobre o Mundo Interior* (1954). Produções como *Preparação à Sociologia* (1931), *Mitos de Nosso Tempo* (1943) e *O Existencialismo* (1951) discutem problemas sociais, e *Debates Pedagógicos* (1931), *Idade, Sexo e Tempo* (1938) e *Revolução, Reação ou Reforma* (1964) são livros da área de psicologia e pedagogia.

Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

**Afonso d’Escragnolle Taunay** nasceu na cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina em 11 de julho de 1876, e faleceu em S. Paulo, em 20 de março de 1958. Filho do dr. Alfredo d’Escragnolle Taunay, visconde de Taunay, e de Cristina Teixeira Leite d’Escragnolle Taunay. Passou a infância no Rio de Janeiro e em Petrópolis, onde estudou no Colégio de Monsenhor Moreira. A fim de prestar exames no Colégio Pedro II foi preparado, em História, por Capistrano de Abreu, que viria a ser um de seus grandes amigos. Cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, formando-se em Engenharia Civil em 1920. Foi professor substituto da Escola Politécnica de São Paulo (1904) e professor catedrático da mesma Escola em 1910. Dirigiu o Museu Paulista, desde 1917, foi diretor dos Museus do Estado de S. Paulo desde 1923, encarregado pelo governo federal para reorganizar a Biblioteca e o Arquivo do M.R.E., professor da Fac. de Filos., Ciências e Letras da USP (1934/37).

Fonte: <https://ihgb.org.br>

**Gustavo Dodt Barroso** nasceu em Fortaleza, em 1888. Advogado e jornalista, ingressou na Faculdade de Direito de Fortaleza em 1907. Ainda nos tempos de estudante, colaborou em diversos jornais cearenses e pertenceu ao Clube Literário Máximo Gorki, de tendência socialista. Em 1910, bacharelou-se em direito no Rio de Janeiro, para onde se havia transferido. Na capital federal, tornou-se redator do *Jornal do Comércio* e ingressou no Partido Republicano Federal.

Em 1913, foi nomeado secretário-geral da Superintendência de Defesa da Borracha. No ano seguinte, retornou ao Ceará e assumiu a Secretaria de Interior e Justiça. Eleito deputado federal pelo Ceará em 1915, cumpriu mandato até 1917. Nessa época, assumiu a direção da revista *Fon-Fon*. Em 1919, foi designado secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes. Em 1922, fundou e passou a dirigir o Museu Histórico Nacional, na capital federal. No ano seguinte, elegeu-se para a Academia Brasileira de Letras, instituição que dirigiu nos anos de 1931, 1932 e, mais tarde, em 1950.

Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização inspirada no fascismo italiano e dirigida por Plínio Salgado. Desenvolveu, então, intensa militância e foi designado, pelo I Congresso da organização, comandante geral de suas milícias e membro de seu Conselho Superior. Anti-semita extremado, as idéias de Gustavo Barroso se aproximavam mais do nazismo alemão do que fascismo, diferenciando-se, sob esse aspecto, de Plínio Salgado, o líder máximo da AIB.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br>

**Ricardo Levene** estudou no Colégio Nacional de Buenos Aires e na Universidade de Buenos Aires, onde recebeu seu doutorado em Jurisprudência e Direito em 1906.

Ele era professor de História no Colégio Nacional Mariano Moreno entre esse ano e 1928, e publicou numerosos artigos de jornal em jornais e revistas lei do seu tempo. Desde 1911 lecionou na Faculdade de Filosofia e Letras, inicialmente como um suplente do Presidente da Sociologia que liderou Ernesto Quesada. Também ensinou em diversas universidades da Argentina, como a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires e da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata.

A partir de 1915 ele se juntou ao Conselho de História, que acabou se tornando a Academia Nacional de História, e foi seu presidente entre 1927 e 1931. Desde os meados de 1920 foi uma das principais referências da Nova Escola Histórica, junto com Emilio Ravignani e para um menor grau, Romulo Carbia, Diego Luis Molinari e Luis María Torres.

New School pretende profissionalizar e aplicar o método científico para estudos históricos, deixando para trás um longo período durante o qual as publicações sobre história teve sim um personagem (incluindo psiquiátricos) ensaios filosóficos e sociológicos. Simultaneamente, ele buscou conscientemente a formação de uma identidade histórica comum para os argentinos, capaz de absorver imigrantes e filhos de imigrantes.

Durante a década de 1930, ele se confrontou abertamente com o grupo conhecido como revisionistas , que buscavam um ponto de vista atual e um uso político para a história. Ele tinha uma relação muito próxima com os governos da Década Infame , especialmente com o presidente Agustín Pedro Justo , que encomendou a fundação da Comissão de Museus, Monumentos e Lugares Históricos, que presidiu de 1939 a 1946. Esta etapa de sua vida Isso também levou a um confronto progressivo com Ravignani e especialmente com Molinari, ambos de simpatias radicais . Ele foi novamente presidente da Academia Nacional de História entre 1934 e 1953, levando-a rapidamente para representar uma visão historiográfica "oficial".

Quando o peronismo chegou ao poder , pronunciou-se abertamente contra ele (Molinari era senador nacional do peronismo); por um tempo ele viveu no Chile. Teve uma acção secundária em apoio do golpe de Estado que demoliu ao governo de Juan Domingo Perón . Ele voltou a ser presidente da Academia até sua morte em 1959.

Fonte: <https://www.argentina.gob.ar/educacio>